



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**O CAPITAL NO DESERTO:  
A SOJA, AS VACAS & O DINHEIRO NO OESTE BAIANO**

**Ane Sesma Gracia**

**Salvador  
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**O CAPITAL NO DESERTO:  
A SOJA, AS VACAS & O DINHEIRO NO OESTE BAIANO**

**Ane Sesma Gracia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Antropologia.

**Orientador: Prof. Dr. Diego Ferreira Marques**

**Salvador  
2017**

---

G731 Gracia, Ane Sesma  
O capital no deserto: a soja, as vacas & o dinheiro no Oeste baiano / Ane  
Sesma Gracia. - 2017.  
188 f.: il.

Orientador: Profº Drº Diego Ferreira Marques  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

**1. Agroindústria – Desenvolvimento - Bahia. 2. Soja – Produção - Bahia.**  
Trabalhadores rurais – Oeste da Bahia. 4. Carne - Produção. I. Marques, Diego  
Ferreira, II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

338.177181

CDD

---

**ANE SESMA GRACIA**

***O CAPITAL NO DESERTO:***

***A SOJA, AS VACAS & O DINHEIRO NO OESTE BAIANO***

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Diego Ferreira Marques  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Marcelo Moura Mello  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Felipe Milanez Pereira  
Universidade Federal do Recôncavo Baiano

**Salvador  
2017**

*A mi madre,  
a la memoria de mi abuela,  
a todas las mujeres y bolleras que lucharon y luchan,  
porque seamos quienes somos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às pessoas que me acolheram durante a minha estadia no oeste baiano enquanto fazia trabalho de campo. À Marília, Flora e Vivi que me acolheram na casa delas em Barreiras sempre que precisei e me apresentaram o oeste baiano.

Agradeço de todo coração a todos os trabalhadores da fazenda por viverem comigo, cuidarem de mim, pela paciência infinita às minhas perguntas, por ensinar-me todo o que sabiam, por nunca me deixarem sem resposta, pela simpatia, pelas conversas e por aceitarem minha existência na fazenda da melhor forma possível. Quero agradecer especialmente a Seu Tião, uma das melhores e mais profundas pessoas que já conheci, quero agradecer por ter-lhe conhecido e por todas as conversas, o cuidado e o carinho que me expressou durante meu tempo na fazenda. A Thomas, pelo apoio incondicional dentro da fazenda, por ter sempre a quem recorrer e confiar. A Seu Jaime, por cuidar de mim como se fosse sua filha, por me oferecer fruta de contrabando e por todas as horas de música no caminhão, obrigada. A Raimundo pela sinceridade e pelo carinho. A Justino por estar sempre sorrindo e com o olhar profundo. A Sarará pelas complexas explicações sociais e a profunda reflexão do mundo ao redor dele. A Kiko, pelo apoio incondicional, o cinismo, o humor, o cuidado e todas as horas na lavoura. A todos e cada um dos funcionários, obrigada.

Quero agradecer especialmente à patroa, que me acolheu, cuidou e acreditou em mim e no meu trabalho durante todo o tempo em que permaneci em Luís Eduardo Magalhães, assim como nas fazendas. Também agradeço à filha dela e ao marido que me acolheram e aceitaram durante toda a minha estadia em campo.

Agradeço à UFBA por me acolher no programa de pós-graduação e à FAPESB por tornar possível, economicamente, minha pesquisa.

Agradeço ao meu (des)orientador, Diego, pelo apoio, por nunca duvidar de mim e pela confiança incondicional depositada em minha pessoa (que nunca entendi muito bem). Ele fez com que eu acreditasse em mim até quando eu não o fazia. Obrigada por tudo o que você me ensinou.

Agradeço às/aos professoras/es da UFBA pelos conhecimentos e críticas recebidas que me ajudaram ao longo deste processo. Ao professor Marcelo por me ajudar sempre que

precisei.

À Tainã, companheira, amiga e colega que esteve comigo estes dois anos e que continuará na minha vida por muitos outros. Nada disto teria sido possível sem você. Você está em cada página desta dissertação, obrigada pelo apoio, o amor, o carinho, o cuidado, por me socorrer, pelas horas de conversa, pelas férias, por tudo o que me ensinou, por me mostrar sua perspectiva da vida, pelas incansáveis explicações culturais sobre “o Brasil”, pelas quais fiquei te perseguindo, sempre procurando entender tudo.

Thaisa, minha melhor amiga, sempre na linha de frente para as horas difíceis, estes dois anos não teriam sido possíveis sem você. Obrigada pela amizade, a companhia, as horas de conversa, a vivência, as críticas teóricas, o apoio, o cuidado, a preocupação, por ser minha família e amiga incondicional neste tempo e que seguirá sendo. Do fundo do meu coração, obrigada. Não teria chegado até aqui sem você e todas as risadas.

A Priscila, companheira e amiga, você também está em cada página. Obrigada pela ajuda e pelos conhecimentos teóricos principalmente no capítulo 2, que não teria sido possível sem você. Obrigada por este tempo e por tudo o que aprendi junto de você. Obrigada Tainã e Priscila por tudo.

As três, obrigada pelas eternas e incansáveis correções em português, sei que é muito cansativo.

Quero agradecer muito, especialmente e do fundo do meu coração, à minha querida amiga e companheira de luta Tamy, sem você nada disto teria acontecido, você foi a primeira a me falar de soja no Brasil, a sugerir ir morar junto de você em Salvador e fazer que tudo o que aconteceu fosse realidade. Cada dia sinto saudades de você, mas é bom saber que a vida sempre nos encontrará para viajarmos juntas. Obrigada pela sua perspectiva do mundo, pela sua energia incansável e por me mostrar como sonhar um pouco mais além a cada dia.

A Cristina, pela amizade, pelo apoio continuado nestes dois anos e pelos momentos de entendimento no olhar.

As/Aos colegas da turma de mestrado 2015.

Quero agradecer a minha família, minha mãe Liria, meu pai Carlos, minha irmã Iris (sem a qual viveria num vazio da informática elementar) e meu primo Fergus por mostrar-me sempre o apoio incondicional de vocês, embora achassem surreais as minhas decisões.

Agradeço a vocês que estejam sempre cuidando de mim e resgatando-me sempre que for necessário, para ficar bem de novo e poder ir embora, ciente de que sempre poderei voltar. Também que sempre confiem e acreditem em mim, assim como a perspectiva de vida que vocês me oferecem e que me ensinam muitas outras formas de olhar para o mundo. Nada teria sido possível sem vocês, vocês formam parte de toda a minha vida. Agradeço a vocês por estarmos sempre junto nas coisas boas e, principalmente, nas ruins.

A minha avô que foi embora neste tempo que fiquei fora e não pude despedir-me dela, saudade grande. O seu amor e carinho continuam presentes e nos acompanham.

A Almu, pelo amor, carinho e confiança sem a qual não teria saído de Iruñea, embora fosse a principal causa do “mal” que veio, por sempre acreditar em mim.

A muito querida “*cuadrilla*”, Olga, Nerea, Maddi, Amara, Ancin, Irure e Leire, pelos 14 anos de amizade que nos fizeram pessoas radicalmente diferentes, mas que, ainda assim, continuamos encontrando-nos todos os verões na praça de *Nabarrera*. Principalmente e com muito carinho agradeço a Olga, que sempre se dispôs a me ajudar com as traduções do inglês que precisei ao longo da vida.

As minhas amigas de *Mandril*. Héctor, por o apoio que você me deu nestes dois anos, Alfonso pelo carinho incondicional. Encina, pela eterna compreensão, Luna, pelos reencontros lindos, Iara, Mario, Eko, Laura e Alberto. Obrigada pelo apoio e o carinho na pequena família de Madrid que formamos.



## **RESUMO**

Nesta dissertação, analiso a partir do desenvolvimento da agroindústria da soja no oeste baiano, as experiências de um grupo de homens que são funcionários das fazendas encarregadas da produção de soja. Apresento, pois, uma análise do processo produtivo da soja, a partir da narrativa dos trabalhadores, para compreender como estes se expressam dentro do que denominei de *funcionários rurais*, de modo que permite pensar como a reprodução de uma forma particular da vida material no capitalismo produz determinados tipos de experiência humana. Neste processo, é analisado também o sentido de temporalidade que adquire as diferentes noções de tempo neste contexto. E, por último, são colocadas algumas das formas de dominação e resistência que se manifestam neste contexto. Ao longo do texto, procuro mostrar uma realidade social fruto de uma cultura e dinâmica socioeconômicas concretas, que transformam os espaços, convertendo-os em parte da maquinaria mundial de produção de carne a nível internacional, considerando que a produção de soja é pensada principalmente com a intencionalidade de torná-la ração para o gado industrializado.

**Palavras chave: soja, funcionário rural, agroindústria, carne.**

## **ABSTRACT**

Along this thesis, I analyze through the experiences of *laborer* men working in the soya farms, the development of the agroindustry of soya beans in the west of *Bahía*. I made an analysis of the soya beans production process through these experiences to understand how they express inside what is called as *rural laborer*. In this way it will let us know the way the capitalism produces different human experiences. In this process, I will reflect on the sense that temporality acquires through the different “time” notions described in this context. Finally, I will show different domination and resistance forms that grow up along this context. Throughout the text I have the aim of showing up the social reality that has been grown up inside a particular culture and economic situation. The soya beans production is been done mainly for the production of feed for industrialized cattle, becoming them in an essential part of the worldwide massive meat production.

**Key words: soya beans, rural laborer, agroindustry, meat.**

## **SUMÁRIO**

|   |            |
|---|------------|
| <b>AGRADECIMENTOS</b>   | <b>1</b>   |
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>8</b>   |
| <b>CAPÍTULO 1 - O DUPLO ACESSO: MEDIANDO ENTRE DOIS MUNDOS NO ACESSO AO TRABALHO DE CAMPO</b>                 | <b>18</b>  |
| 1.1 Introdução  | 19         |
| 1.2 O acesso  | 25         |
| 1.3 Os dois mundos  | 35         |
| 1.4 A abertura do oculto  | 40         |
| <b>CAPÍTULO 2 - A CIDADE DA SOJA</b>  | <b>45</b>  |
| 2.1 A soja constrói/nasce   | 46         |
| Série fotográfica: Imensidade da terra  | 47         |
| Série fotográfica: O simples grão   | 54         |
| Série fotográfica: Colheitadeira  | 60         |
| Série fotográfica: Caminhão pronto para sair  | 64         |
| 2.2. A soja desenvolve/cresce   | 64         |
| 2.3 A soja produz/se reproduz   | 79         |
| Série fotográfica: O braço da colheitadeira   | 80         |
| Série fotográfica: Abrindo a terra  | 81         |
| Série fotográfica: Silo da lavoura  | 89         |
| Série fotográfica: Empresa de compra de grãos   | 93         |
| 2.4. A soja mata/morre  | 94         |
| Série fotográfica: Grãos  | 95         |
| Série fotográfica: Descarga de grãos no silo/fábrica  | 98         |
| <b>CAPÍTULO 3 - O TEMPO DA SOJA: DE COMO O TEMPO E O ESPAÇO SE ENCONTRARAM NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL.</b> | <b>107</b> |
| 3.1. A construção do tempo-espaço   | 107        |
| 3.2 Tempo ecológico   | 110        |

|  |     |
|--|-----|
| 3.3 Tempo estrutural   | 118 |
| 3.4 Tempo trabalho   | 121 |
| 3.5 Tempo da soja  | 128 |
| CAPÍTULO 4 - UM PEDAÇO DE CARNE E AS SOMBRAS DA RESISTÊNCIA POR TRÁS DO <i>FUNCIONÁRIO RURAL</i> | 134 |
| 4.1 Deus é quem castiga  | 134 |
| 4.2 Um pedaço de carne na marmitta   | 136 |
| 4.3. As máquinas nos funcionários e os funcionários nas máquinas                                 | 147 |
| 4.4 “Quando não tá bom pra mim, 'vô-me bora’”  | 161 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 171 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS   | 174 |

## INTRODUÇÃO

A tarefa de começar uma etnografia se desenvolve em meio à incerteza e aos medos produzidos pelo desconhecimento quanto à execução desta tarefa. A etnografia como método de pesquisa e de escrita é um trabalho intenso de reflexão, sensibilidade e redação que exige percepções do não falado. Ao estudar teorias, ler etnografias clássicas, pode parecer que chegaremos a ver as formas simplificadas do social como está escrito, mas, na verdade, o trabalho de campo envolve uma série de acontecimentos, sensações, sentimentos, reflexões, anotações, discussões. É um exercício de escrever e apagar contínuo, que se torna a base de colocarmo-nos frente à redação de uma etnografia.

Quando, há meses, me propus a pesquisar a produção de soja na Bahia, nem sabia onde se produzia soja exatamente e ainda mais longe estava de saber o que iria pesquisar. Esta etnografia está baseada na vivência e experiência que tive nas semanas em que morei em Luís Eduardo Magalhães<sup>1</sup>, assim como nas fazendas vizinhas deste município. Mediante a observação participante, me propus a acompanhar os funcionários da fazenda nas tarefas cotidianas e os diferentes processos de produção da soja, para entender e conhecer, a partir dos discursos e das formas de trabalho, a vida social da soja. Por isso, por meio da observação de um contexto específico, refleti sobre as vivências de dentro das fazendas de soja, conhecendo as trajetórias de vida dos trabalhadores, reconceituando o trabalho agrícola, assim como a relação deste com as mudanças de consumo a nível mundial e a transformação da importância da produção da soja enquanto *commoditie*.

Na área da agroindústria sojil já foram elaborados trabalhos antropológicos que procuram mostrar este processo em expansão no Brasil, como serão discutidos no segundo capítulo. Na bibliografia revisada, os trabalhos desenvolvem uma perspectiva desde as/os migrantes vindos do sul do Brasil, denominados de *gaúchas/os*, nas regiões produtoras de soja. Neste caso, não somente mostro o processo produtivo da soja e como esta se desenvolveu no Oeste Baiano, mas, sobretudo, procuro olhar para aquelas pessoas que estão no plano invisível, aquelas pessoas que fazem funcionar a maquinaria da agroindustrial da soja, mas das quais não se fala nem documenta, como se as máquinas funcionassem por si sós.

---

<sup>1</sup> Ao longo de todo o texto me referirei a Luís Eduardo Magalhães tanto pelo nome completo quanto pela sigla LEM, nome mais comum utilizado na área.

Minha etnografia é principalmente elaborada a partir das vivências dos funcionários e trabalhadores das fazendas de soja. As/os gaúchas/os fazem parte da realidade da agroindústria da soja e, por conseguinte, deste texto, como será analisado no primeiro capítulo, mas o foco principal é o trabalho e a vida dos funcionários da fazenda.

Luís Eduardo Magalhães é um município do extremo oeste da Bahia. Como será desenvolvido no segundo capítulo, este foi criado a partir do “desenvolvimento da agroindústria” no oeste baiano depois dos anos 1970. O primeiro nome da atual cidade era “Mimoso do Oeste”, então um distrito de Barreiras. O nome anterior foi originado do posto de gasolina “Mimoso”, localizado na BR-242, quando a estrada bifurca para o estado do Tocantins e para a capital nacional, Brasília. Em 1998, por meio de uma lei específica, tal distrito passou a ser denominado Luís Eduardo Magalhães e após um referendo, no ano 2000, separa-se do município de Barreiras e adquire a condição de município. Até hoje, grande parte das extensões de terras e de fazendas que se vinculam à cidade de LEM pertencem ao município de Barreiras. LEM desenvolveu-se como uma cidade que presta serviços para a agroindústria desenvolvida na região, porém se tornou o centro econômico, social e administrativo das pessoas que migraram para lá. Este município, como será apresentado no segundo capítulo, se formou com o único objetivo de prestar serviços à crescente migração que teve na região a partir dos anos 1970 com o fim de *desenvolver* a agroindústria. Nesta conjuntura, LEM teve um processo de crescimentos acelerado, primeiro com as/os migrantes do sul do Brasil e, logo depois, com a migração de nordestinas/os em procura de trabalho na região, fazendo com que este município passasse por uma grande mudança em poucos anos, o que produziu uma imagem contrastada entre os bairros de gaúchas/os e nordestinas/os as quais serão analisadas no capítulo dois. Embora isto seja analisado brevemente, cabe destacar que, não é o foco principal da etnografia. Considero o desenvolvimento da cidade como uma chave pelo seu papel em termos econômicos, políticos e administrativos, mas me centro principalmente nas fazendas como ponto principal de reflexão. Nesse sentido, cabe destacar os dados sobre a mudança desta região em termos gerais para começar compreender as suas peculiaridades.

Segundo o censo do IBGE de 2010, o município conta com 60.105 habitantes, mas estima-se que este número já tenha chegado a até 81.730 em 2016 (IBGE, 2016). Ainda de acordo com o censo 2010, somente 8,7% da população mora na área rural, em contraposição a 91,3% que ocupa a área urbana. Estes dados chocam-se com o tipo de trabalho e distribuição

social presentes na região. Segundo os dados coletados pelo Geografar, núcleo de pesquisa de Geografia da UFBA, considerando os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, tanto de LEM quanto de Barreiras, pois muitas fazendas que pertencem ao município de Barreiras utilizam LEM como eixo sociopolítico, econômico e administrativo, o Módulo Fiscal<sup>2</sup> que mostra a concentração de terras da região indica que, no caso de LEM, 21,34% das propriedades declaradas e enquadradas como grandes propriedades detêm aproximadamente 75,46% da área calculada. No caso de Barreiras, 4,94% dos estabelecimentos declarados e considerados grandes propriedades ocupam 74,22% da área calculada no município. Estes dados destacam a grande desigualdade de propriedade da terra nestes municípios.

Considerando que o município de LEM foi criado e funciona praticamente em torno do agronegócio, os dados aqui expostos acerca da concentração fundiária, assim como o número de habitantes por área rural e urbana, se tornam pouco esclarecedores em relação à forma de moradia “real” de muitos dos trabalhadores. Esta pesquisa se desenvolve nas fazendas de soja de LEM, especificamente em duas delas, as quais não especificarei por questões de privacidade. Nestas propriedades moram os trabalhadores que prestam serviços nelas: os funcionários. Na época da safra, como será detalhado ao longo do texto, concentra-se um maior número de pessoas em torno do desenvolvimento da vida da soja. Se considerarmos o censo que mostra a população de área urbana e rural em contraposição à forma de trabalho nas fazendas, encontra-se um grande número de pessoas que vivem e não vivem ao mesmo tempo na área rural. Esta é uma das questões que se tornaram um eixo fundamental desta pesquisa: a moradia e não o “habitar” ou “viver” dos funcionários nas fazendas. Isto é, pelo regime das próprias fazendas, os trabalhadores moram dentro delas, mas estes não são considerados dentro do censo rural porque o trabalho deles “pertence”<sup>3</sup> ao urbano, a fazenda é a vida dessas pessoas, mas não é a forma de vida delas como seria para um agricultor. Esta questão se tornará uma das chaves fundamentais para compreender as formas de vida que desenvolve a soja em torno dela. Tal questão será analisada no texto, mas

---

<sup>2</sup> Módulo Fiscal é uma unidade de medida de área expressa em hectares. Tal unidade é utilizada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para definir o tamanho das propriedades (minifúndio, pequena propriedade e grande propriedade).

<sup>3</sup> Ao longo deste estudo, empreende-se um esforço por repensar o trabalho destes funcionários na área industrial. Dentro da literatura sobre o campesinato há uma discussão sobre o rural/urbano como contraposição. Neste contexto é importante mencionar que se, por um lado, tento repensar esta dicotomia (principalmente neste caso ao falar do censo rural e urbano), por outro lado, dentro do âmbito valorativo e a nível simbólico, destaco a importância desta diferenciação. É significativo considerar que ao falar que o trabalho dos funcionários “pertence” ao urbano, não é só pelo tipo de trabalho que desenvolvem nas fazendas (como será visto ao longo do trabalho), senão pelo fato de eles estarem cadastrados como residentes na área urbana, diferente das/os camponesas/es.

cabe destacar nesta introdução estes dados, de forma que, por meio de uma imagem geral e abstrata da região, seja possível localizar as vidas específicas que se desenvolvem e às quais tive acesso ao longo do trabalho de campo.

Na região descrita acima, na fazenda de LEM, *Seu Jaime*, um caminhoneiro gaúcho de 64 anos, dirigia muito devagar ao ritmo da música sertaneja gaúcha que escutava constantemente. Não consigo lembrar de *Seu Jaime* sem escutar mentalmente aquela música que o acompanhava. Quando começava a estrada de terra para acessar a lavoura, desde a pista, sempre me perguntava se o caminho estava certo ou não. Eu olhava em pânico, incapaz de me localizar numa área onde o único que via era terra vermelha sem fim em todo o horizonte. Comecei a decorar a localização dos buracos da terra para saber o caminho certo. Depois de seguir por alguns quilômetros, começávamos a ver no horizonte manchas coloridas, supúnhamos que eram as máquinas e íamos naquela direção até conseguirmos encontrar o grupo.

A terra sobre a qual pisamos, sobre a qual o caminhão trafega, a terra sobre a qual a colheitadeira passa, amassando, cortando a soja pelo talo só alguns centímetros acima do chão, com uma raiz fraca, intencionalmente fraca para que a vida dela seja curta, quando na verdade já nasceu morta, se torna uma visão do que a terra é realmente: uma terra morta. Os blocos de terra vermelha viram areia nas mãos quando você os pega. A terra simplesmente se desfaz. A primeira sensação é abrumadora. Estando na lavoura as primeiras vezes, até se acostumar com a imagem, a sensação é de estar em um lugar fixo e delimitado que se reproduz e multiplica porque este não tem fim. Não tem fim e é tudo igual. Há poucas coisas que cortam a linha eterna do horizonte entre a terra e o céu. A terra do cultivo de soja não tem cheiro nenhum. Só lembro do cheiro dos agrotóxicos nas plantas logo após estes serem aplicados. Nem quando chovia a terra tinha cheiro, nem vida, nem formigas, nem nada. As poucas vezes que vi animais do cerrado foi enquanto acompanhava um funcionário operando uma máquina que passava por cima da moradia deles, o que fazia com que corressem desesperados na frente do veículo, procurando outro lugar para se proteger, sem compreenderem que ali onde há soja nunca estarão protegidos porque, logo depois, a soja será colhida, deixando só esse pedacinho de 10 cm de planta de soja morta. O que fazer nessa extensão de terra abrumadora sem fim? Um lugar onde a cor da paisagem só muda em função da época da safra, mas que continua sendo um deserto colorido?

Este trabalho se propõe a uma abordagem em várias dimensões que são



concretizadas a partir da produção de um grão, para discutir as formas de vida que este cria e produz: desde a cotidianidade do trabalho da fazenda até as mudanças econômicas globais. Neste sentido, o ponto de partida é um elemento: a unidade mercantil específica (a soja), sob estudo na pesquisa, mas essa unidade não está dissociada do todo que são as relações sociais e culturais do sistema capitalista.

A produção massiva/industrial de produtos e de alimentos possibilitou a mudança do padrão de consumo em diferentes escalas sociais. O acesso a determinados produtos, como analisa Mintz (1996), em *Dulzura y poder*, estabelece a relação entre classe social e o acesso a esses produtos. O autor destaca o processo pelo qual o açúcar passou ao longo da história, de um produto da classe alta a uma necessidade das classes trabalhadoras inglesas. Pode-se sentir este processo mais nitidamente ao longo do século XX, a partir do desenvolvimento da indústria alimentícia. O acesso a produtos que até antes da industrialização eram caros ou limitado foi se expandindo na medida em que o custo de produção foi diminuindo e a indústria capitalista foi ampliando seus mercados. Bertrand, Laurent e Leclercq (1987) destacam que

[a]s associações de produtores e de industriais americanos como A.S.A (Associação Americana da Soja), ou U.S. Feed Grain (Conselho Americano dos Cereais Forrageiros) não se contentam em agir apenas no território americano. Elas constituíram redes no exterior, cujo papel é promover os produtos e os métodos americanos. Por meio da edição de boletins especializados, da organização de seminários ou conferências, procuram difundir os resultados da pesquisa “traduzidos” conforme a defesa dos seus interesses.

A introdução do “porco magro” na Itália, ou do hambúrguer no Japão são amostras dos êxitos obtidos por uma promoção que não se contenta com os instrumentos simples da promoção de vendas clássica (feiras e exposições, observe-se, também organizadas), mas que procuram colocar a seu serviço os progressos mais recentes das diferentes disciplinas científicas (nutrição, genética, etc.). (BERTRAND, LAURENT, LECLERCQ, 1987, p. 73)

Como se pode perceber, este processo foi se acelerando a partir da Revolução Verde<sup>4</sup>, principalmente na produção da carne em grande escala. O acesso a produtos tão industrializados quanto a carne passou a ser possível a partir da industrialização da vida em todas as escalas. A partir da proletarização, a classe trabalhadora começou a produzir e adquirir os bens de consumo. Segundo o documentário “*O século do ego*” (CURTIS, 2002), por causa de uma necessidade do mercado de aumentar as vendas, novas necessidades de

---

<sup>4</sup> Revolução Verde diz respeito ao processo de revolução das forças produtivas e das relações de produção na agricultura a nível mundial e, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. A principal consequência foi a industrialização da agricultura nos setores da indústria de máquinas, equipamentos, alimentício e setores de insumos de produção.

consumo foram criando-se, mudando o padrão de consumo da classe operária. Dentro desta mudança foi que a soja começou se produzir como parte da cadeia que possibilita a produção industrializada de alimentos.

Assim como aconteceu a fabricação em massa dos produtos, a partir da Segunda Guerra Mundial, o processamento e produção de alimentos têm se inserido na lógica de produção, fazendo com que o acesso a determinados alimentos causasse mudanças de padrão e consumo. Este acesso a determinados produtos, baseado em categorias sociais, se transformou para marcar um novo processo histórico no qual os produtos alimentares consumidos estão cada vez mais inseridos na cadeia global de produção de produtos, fazendo com que o consumo de produtos esteja inserido na mesma lógica expressada no documentário (CURTIS, 2002), segundo o qual, o consumo contribuiria com a construção do *ego*. Este processo pode-se observar a partir da Segunda Guerra Mundial na Europa, a partir do governo Lula, com maior intensidade no Brasil e hoje, na China<sup>5</sup>.

Tanto Europa, quanto Brasil e China sofreram durante estas épocas o processo de “desenvolvimento” em termos capitalistas que fizeram com que o nível de poder aquisitivo aumentasse. Com o aumento do nível aquisitivo, assim como mediante a mecanização do trabalho agrícola que reduziu os custos de produção, foi possível às pessoas que até aquele momento tinham a cesta de alimentos reduzida à alimentação de subsistência, ampliar este consumo e inserir um aumento da carne no cardápio, tornando-a um símbolo de prestígio em relação a este aumento de nível aquisitivo. A carne integra parte da dieta de quase todas as sociedades, mas o consumo desta nunca foi tão frequente como hoje. A carne era considerada um elemento distintivo dos pratos comuns, os pratos das pessoas mais pobres sempre foram feitos a partir da carne considerada pobre do animal e não dos cortes nobres (SAHLINS, 1979).

A importância dessas mudanças reside no âmbito da produção e do próprio sentido que adquire o consumo de carne. A carne, hoje, é um prato essencial em qualquer destes lugares (Europa, Brasil e China). Nesse processo, a padronização e industrialização do alimento como método de reduzir os custos de produção de gado industrializado, assim como o alimento necessário para o gado, entrou no processo industrial, tornando-se uma forma rápida e barata de criação de alimentos. Nesse sentido Stédile (2013) reflete,

---

<sup>5</sup> Esta conclusão é a partir da observação dos dados de consumo de carne e do mercado da soja. O processo de crescimento do mercado consumidor de soja chinês será analisado com mais detalhes no segundo capítulo dessa dissertação.

Está em curso uma perigosa padronização dos alimentos humanos e animais em todo o mundo. A humanidade está sendo induzida a alimentar-se cada vez mais com verdadeiras “rações” padronizadas pelas empresas. A comida se transformou numa mera mercadoria, que precisa ser consumida de forma massiva e rapidamente. Isso traz consequências incalculáveis para a destruição dos hábitos alimentares locais, da cultura, e riscos para a saúde humana e dos animais. (2013 p. 25)

Mediante a Revolução Verde a soja se tornou uma resposta fácil para depreciar o preço da produção e do consumo de carne. O grão contém grande quantidade de proteína vegetal e é considerado de fácil produção, estas foram as razões principais para que se tornasse o componente básico da ração animal. Por causa disso, a produção de soja se tornou uma cultura fundamental na China, na Argentina, nos Estados Unidos e no Brasil. No Brasil, esta produção só vem aumentando desde a década de 1970 e a cada ano novas extensões de terras são direcionadas para produzir mais soja. Atualmente, Roraima é o estado brasileiro que mais tem sido pensado como “nova fronteira agrícola”.

A região do oeste baiano surgiu neste contexto como nova fronteira agrícola inserida em MAPITOBA<sup>6</sup>, fazendo referência à região cultivada por latifúndios de monocultivos das fronteiras entre estes quatro estados (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia). O cultivo de soja nesta região começou a partir da migração de pessoas do Sul do Brasil, acompanhado pelo investimento para a Revolução Verde, que fez com que estes migrantes comprassem grandes extensões de terra barata e de *baixa qualidade*, mas nas quais, com utilização de tecnologia química e mecânica, se tornou possível produzir algodão, milho e soja, sendo que hoje a soja é considerada a cultura principal que mantém a economia do lugar.

A construção destas fazendas possibilitou o surgimento da cidade de Luís Eduardo Magalhães, voltada ao suporte logístico delas. As propriedades adotaram um sistema de trabalho no qual os funcionários moram nelas, por causa das grandes distâncias entre áreas e a cidade. A maioria das/os gaúchas/os mora em Luís Eduardo Magalhães, enquanto os funcionários, a maioria de origem nordestina, moram nas fazendas. Os que são permanentes nas propriedades saem alguns dias, durante a folga, e os temporários trabalham de forma contínua durante os três meses de safra. Segundo *Thomas*, cozinheiro da fazenda, no início dos anos 1980, as famílias podiam morar dentro das fazendas, mas as mudanças na legislação quanto à caracterização de “trabalho análogo ao escravo” fizeram com que o custo de moradia aumentasse, *obrigando* as mulheres e filhas/os dos funcionários a morarem na cidade

---

<sup>6</sup> É o termo para denominar a fronteira agrícola que abarca Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

enquanto os homens trabalham nas fazendas. Ao mesmo tempo, a tecnificação do trabalho exige cada dia menos mão de obra por parte dos trabalhadores não especializados, que estão sujeitos ao trabalho com máquinas, produzindo menos volume de trabalho manual.

Esta configuração e formas de trabalho apresentadas se desenvolvem na região pesquisada e me levaram a considerar, a partir da pesquisa de campo, as dimensões do trabalho das fazendas, assim como a mudança pela qual os “trabalhadores” se consideram “funcionários”, apelando a um *sentir* do trabalhador distanciado da terra e se aproximando da produção industrial de um produto. As máquinas produtivas têm se tornado o solo sobre o qual se exerce um trabalho mecânico para obter lucro, desassociando a relação com a agricultura ou com o trabalho da terra, para se tornar funcionário de uma fábrica que produz *commodities*, voltados à produção de carne.

Esta etnografia foi pensada em quatro capítulos para abordar diferentes questões que se relacionam entre elas na medida em que o texto vai-se desenvolvendo.

No primeiro capítulo abordei as questões epistemológicas em relação à introdução em campo e ao duplo acesso que tive que realizar ao ter que me confrontar com o acesso mediante o mundo dos patrões e, depois de ter entrado na fazenda, o acesso na relação com os funcionários com os quais pretendia me aproximar. Mediante este capítulo pretendo abordar a perspectiva desde a qual escrevi esta etnografia para compreender a posição particular que tive de análise e de vivência em campo.

No segundo capítulo analiso, a partir da metáfora da “vida da soja”, como esta foi desenvolvida em termos de produção internacional dirigida para o comércio mundial, assim como qual foi o desenvolvimento dela na região aqui pesquisada, LEM. Também analiso qual é o processo de produção de soja que é feito nesta área, bem como o seu ciclo de vida enquanto *commodity*, apontando para a soja como uma criação-destruidora que se produz enquanto mercadoria, criando espaços nos quais a produção industrializada da vida (da soja) tem o único fim no processo industrial de produção da carne: a procura da morte.

No terceiro capítulo abordo como a partir da vida da soja são produzidas determinadas temporalidades nos espaços da agroindústria da soja. As diferentes categorias de tempo que surgem a partir deste contexto permitem pensar, assim como criar um paralelismo entre as formas de funcionamento destas categorias temporais na relação que existe entre o cargo de trabalho exercido dentro da fazenda e as categorias temporais utilizadas.

No quarto capítulo analiso, por um lado, as diferentes formas de resistência que os

funcionários utilizam para se expressar num meio de vida no qual são obrigados a morar dentro das fazendas, quando prefeririam viver com as famílias. Aponto também para o significado que tem o consumo de carne tanto a nível mundial quanto para os funcionários e a relação disto com a produção da soja. Também discuto as formas pelas quais os funcionários pensam a vida, fazendo com que realmente valha a pena esse *sacrifício*, para compreender desde a perspectiva deles o mundo que os rodeia e como reagem aos condicionantes adversos da vida.

*Oración de gracias para decirla en el supermercado*

*Ese Dios nuestro, el Gran Geómetra,  
Hace algo por nosotros aquí, donde ha puesto  
(Si así quieren plantearlo) las cosas en forma,  
Comprimiendo los corderitos en ordenador cubos,  
Convirtiendo el asado en un cilindro decente,  
Ensamblando la elipsoide de un jamón,  
Volviendo anónima la carne enlatada  
En cuadrados y rectángulos de bordes cincelados  
O redondeados (aerodinámicos, tal vez, para mayor velocidad).*

*Loado sea Él que confirió distancia estética  
A nuestros apetitos, y que al sangriento  
Revoltijo de nuestra primogénita obra, nuestra fea necesidad,  
Impuso una forma significativa. A través Suyo las bestias  
Entran al puro reino euclidiano del número,  
Libres de sus vidas abultadas, henchidas de sangre.  
Vienen a nosotros santificadas, en transparencias  
De celofán, en el cuerpo místico,*

*Para que podamos ver, imperturbables, la muerte  
Como el más grande bien, cual debe el filósofo.*

*Howard Nemerov (MINTZ, 2003, p.9)*



## **CAPÍTULO 1 - O DUPLO ACESSO: MEDIANDO ENTRE DOIS MUNDOS NO ACESSO AO TRABALHO DE CAMPO**

Este primeiro capítulo da dissertação foi inspirado nas reflexões feitas a partir da experiência de acesso ao campo que realizei em Luís Eduardo Magalhães (LEM) e em duas fazendas de soja do Oeste Baiano. Neste contexto, tive que me deparar com um duplo acesso: ao mundo do patrão<sup>7</sup> e ao dos funcionários<sup>8</sup>. Este acesso se tornaria uma tensão constante de jogos de confiança e política, nos quais estaria imiscuída constantemente e que se tornariam, com os acontecimentos, num parâmetro fundamental da pesquisa. As tensões do acesso, como a minha capacidade de me manter no campo, definiriam a pesquisa. Este jogo de acessos demarcaria a forma de me relacionar, condicionando a visão de determinados espaços e dos acontecimentos ao longo destas semanas. Scott (2013) define os níveis discursivos na relação de poder das/os subordinadas/os com aqueles que *têm* o poder. Nesta dinâmica, o autor destaca o discurso público que domina a teatralização da sociedade na qual cada grupo específico representa seu papel, e os dois níveis ocultos. Seria nesta intermediação entre o público e o acesso aos discursos ocultos dos dois grupos com o que teria que me confrontar e aprender a lidar em uma vivência na qual o manejo de todas estas formas de discursos tornaria-se uma base fundamental da pesquisa.

A proposta deste primeiro capítulo é colocar a escrita localizada desta dissertação para, a partir daí, refletir sobre os acontecimentos que experimentei no constante acesso como forma de debater as problemáticas da introdução ao campo e, assim, compreender desde onde confrontei estes três discursos. Estas problemáticas de acesso ao campo vão questionar o acesso não como um momento inicial da pesquisa, mas como uma constante relação tensa entre os diferentes agentes do campo, prestando especial atenção aos acontecimentos da índole sociopolítica que afetam *nossa* (das/os antropólogas/os) permanência em campo, fora

---

<sup>7</sup> Quando me refiro ao “patrão” enquanto sujeito social é para fazer referência ao grupo social que compõe os produtores das fazendas, os proprietários.

<sup>8</sup> Dentro de uma discussão feminista, dentro dos limites da academia, me proponho não utilizar o genérico masculino como forma de destacar que “o homem” não engloba todas as pessoas independentemente só de sexo/gênero. Sendo que escrever o gênero das palavras com “x”, como se aponta desde alguns feminismos, ainda está em disputa, no caso de serem mulheres como homens, procuro colocar os dois gêneros, colocando só em masculino nos espaços que só tinha homens, como no caso dos funcionários e os trabalhadores da fazenda. Em alguma ocasião me referirei aos patrões ou gaúchos em masculino, porque estes eram os que circulavam no trabalho das fazendas. As mulheres ficavam na área urbana; só cheguei a me relacionar com mulheres na área urbana ou com a patroa nas duas vezes em que ela foi à fazenda no tempo em que estive lá.

da *nossa* capacidade de ação. Como afirma Peirano (1995), precisamos problematizar e contextualizar *nosso* lugar em campo para compreender *nossa* trajetória nele, precisamos conhecer a cosmovisão das pessoas com as quais convivemos em campo para resolver as problemáticas com as quais *nos* deparamos.

A reflexão trazida por Carvalho (1993) apresenta a necessidade de debater todos os processos de trabalho de campo, não só o acesso, como também todas as possibilidades de existência deste. O trabalho de campo, enquanto experiência individual, não pode ser ensinada, mas a capacidade de percepção vai se afinando à medida que as problemáticas começam a ter voz.

### **1.1 Introdução**

O começo desta pesquisa foi formado por contratempos, incertezas, casualidades e erros de todo tipo, característicos do desconhecimento absoluto do mundo no qual pretendia me intrometer. Quando apresentei o projeto para a seleção de mestrado de 2015, pretendia estudar a racialização ligada à escravidão nos campos de soja na Bahia, sem saber a localização deles e sem ter achado documento nenhum que falasse sobre formas de trabalho na região, além de apenas dois artigos da WWF, nos quais se falava sobre “trabalho escravo” e “destruição do cerrado”. Desde que cheguei a Salvador, o foco do meu estudo mudou. Comecei a pensar em quais as formas de trabalho que existem para a produção da *commodity* nos campos de soja, considerando as problemáticas envolvidas neste trabalho e nestes campos e não os trabalhadores enquanto grupo social a pesquisar. Como encontraria ou localizaria a região a ser estudada foi algo mais marcado pela casualidade e incertezas da vida do que por um conhecimento real da Bahia. De conversas que ouvia e lembranças de ter lido sobre MAPITIBA, localizei no mapa do nordeste que tínhamos em casa os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, perto da fronteira com o Piauí, no extremo oeste da Bahia, a aproximadamente 962 km de Salvador, pela BR-242. Resolvi que, se queria realmente realizar essa pesquisa, precisava arrumar a mochila, entrar num ônibus e chegar até lá para ver o que havia na região. A dúvida de que realmente aquele lugar existisse ou cultivasse soja era grande, mas não tinha muito mais o que fazer.

“Estar em campo” não é uma discussão nova dentro da antropologia, embora a partir do desenvolvimento da antropologia tenha se tornado recorrente nos debates. Ao longo da realização de campo me confrontei diretamente com as dimensões de fazer campo que me levariam a considerar a experiência um eixo que determinaria minha pesquisa. Como



desenvolverei neste capítulo, “estar em campo” estaria intermediado em todas as percepções e estas percepções estariam intermediadas pelas categorias que atravessam tanto o oeste baiano, com todas as pessoas que transitam a região, quanto a mim mesma. Escrever o diário se torna, pois, o canal pelo qual expressar todas as situações que atravessam um segundo; isto é contextualização. O contexto se torna fundamental para entender como a pesquisadora se envolve e é envolvida em campo. Esta reflexão de estar em campo se torna fundamental na antropologia, em uma tentativa de constituir esta como uma ciência crítica com as formas de acesso ao conhecimento. Parto desta reflexão não com o propósito de fazer uma etnografia de mim mesma, mas de destacar a necessidade de pensar uma antropologia crítica onde os processos de conhecimentos sejam colocados como parte fundamental da elaboração de dados de campo.

A minha intenção, como já coloquei, é pensar a introdução ao campo como uma constante dentro da pesquisa, uma vez que a negociação da permanência é constante e totalmente submetida aos acontecimentos da imprevisibilidade, como mostrou Berreman (1975), no texto *“Controle de impressões no Himalaia”*. Este autor reflete sobre a importância que têm os fatores vinculantes ao campo que determinam a pesquisa, mas que estão fora da capacidade de controle da/o pesquisadora/o. O autor reflete a partir da experiência de sua etnografia no Himalaia e dos efeitos que enfrentou ao mudar de ajudante no campo – de um hindu que pertencia à casta alta para um muçulmano de mais idade. Como destaca na reflexão que ele traz, não tinha considerado como isto poderia afetar a pesquisa, mas foi totalmente condicionante ao acesso que teria em campo. Se o primeiro ajudante possibilitaria a entrada dele junto às castas superiores, o muçulmano, ao estar “fora” do sistema de castas, abriria a possibilidade de acessar as castas baixas, assim como os “segredos” da comunidade, pois estes não se veriam mais na necessidade de ter que manter uma postura na frente de uma pessoa pertencente à casta alta da planície que poderia julgá-los como “impuros” da casta. Esta dinâmica de lidar com grupos estratificados, que mostram vários tipos de discurso, se traduz também em uma chave e necessidade a partir da qual refletir como o “estar” em campo é um exercício de constante interação e controle das próprias expressões em função dos grupos para poder se manter dentro da dinâmica e do que se espera de uma, enquanto o que representa sua pessoa, no discurso público.

A importância de destacar os diários como parte fundamental para pensar a forma com a qual quero realizar a base do entendimento deste trabalho se dá porque através dos diários poderemos mostrar a forma de relação e quais são os marcadores que definem a estadia em campo, independentemente da/o antropóloga/o ou do campo. A publicação dos

diários, como colocamos, serviu para localizar esses antropólogos. Esta crítica se tornou fundamental a partir da crise da antropologia na sua transição à crítica colonial. Desde que começam a surgir fortes críticas à forma de criação do conhecimento, com o trabalho de E. Said, *e.g.*, assim como a crítica apontada por Sahlins sobre quem pode fazer crítica, foi a partir dos anos 1950 e 1960 que a crítica pós-colonial começou a se instaurar na antropologia como uma necessidade para pensar “na/o outra/o”. Se estes poderiam considerar-se parte dos antecessores de uma antropologia crítica, devemos destacar também as críticas surgidas desde os movimentos sociais antirracistas, imperialistas, feministas, marxistas, LGTB<sup>9</sup> como contribuições fundamentais ao pensamento crítico que estava se desenvolvendo dentro da academia. A partir destas discussões do pós-colonial, cabe destacar o debate mais recente nesta área em torno de decolonial (e não pós-colonial) para fazer uma crítica mais profunda às dimensões do imperialismo e como este age nos territórios que foram colonizados, precisamente para destacar que a colonização nunca morreu, esta se reformulou no que Quijano (2000) chamaria de *colonialidad*<sup>10</sup>. Dentro deste contexto, a partir da crítica que marcaria definitivamente a história da antropologia e a forma de fazer antropologia, gostaria de destacar a contribuição feita pela autora Smith (1999), quando esta reflete a partir da pesquisa feita em Nova Zelândia, no livro “*Decolonizing Methodologies*”, sobre a importância que se destaca de como a partir dos anos 60, do século XX, começam a proliferar os movimentos dos povos indígenas, junto com todos os outros movimentos que caracterizaram esta década (antirracista, direitos civis, os feminismos, guerra pela independência, etc.). A partir destes movimentos políticos, cada grupo começa a definir sua própria agenda. No caso dos povos indígenas, como a autora destaca, a partir deste ponto começam a ganhar território, direitos e a recuperar partes das culturas que tinham sido submetidas, como, por exemplo, suas línguas. Esse processo foi caracterizado pela tentativa de criar epistemologias que fugissem das ocidentais e realizar as discussões em termos próprios e não nos termos do Ocidente. Dessa forma, encontrando em si sua própria dinâmica, pela qual estavam lutando desde o começo da colonização, com o objetivo de falarem sobre direitos e seus próprios direitos indígenas, dentro do que cada povo indígena entende por direito. Este processo se destaca por ser marcado pela necessidade de se defender dentro da lógica hegemônica,

---

<sup>9</sup> Lésbicas, gays, trans (trans se referindo a todas as formas nas quais as pessoas queiram se expressar sem fechar o termo a um tipo de corpo ou performatividade) e bissexuais.

<sup>10</sup> *Colonialidad*, segundo Quijano (2000), assim como outras/os autoras/es decoloniais, diz respeito à permanência da ideologia colonial para além do fim da colônia. Como a ideologia e as formas de dominação coloniais transcenderam o político-jurídico para formar parte das próprias culturas, desta forma se expressando dentro dos territórios colonizados, assim como no imperialismo presente que reproduz o sistema colonial em uma nova forma de colonialidade.

marcada desde uma epistemologia ocidental, como destacará Smith (1999).

No caso que a autora estuda, relativo ao povo Maori, originário de Nova Zelândia, é desenvolvido como os Maoris se cansaram de ser objeto de estudo e vítimas. A sua preocupação é fazer a lei deles nos próprios termos, discutindo desde onde se fala (trajetória de epistemologia começada pelas feministas, onde a posição de poder se torna fundamental para legitimar uma fala, como discutiremos mais para a frente, com a autora feminista Donna Haraway, 1995, ao falar dos *Saberes localizados*).

Partindo desta lógica, devemos saber que o conhecimento ocidental é falso, pelo menos tanto como qualquer outro, porque o método deve ser discutido compartilhadamente para que tenha algum valor. O método e o conhecimento são criados e produzidos desde a sua particularidade, chegando ao ponto em que só um povo pode dar voz a si para não ser mal interpretado e silenciado. Não se tem que falar por eles, eles têm as ferramentas para falar por si. Por isso, os Maoris criaram uma técnica para medir e controlar as pesquisas feitas sobre eles, em que questionam à pessoa que faz a pesquisa sobre como a realiza e julgam essa pesquisa para confrontar a pessoa que pesquisa com sua própria cultura, lógica e forma de ver o mundo. Procurando, a partir daí, não só o controle como também a legitimidade do conhecimento como conhecimento coletivo. O conhecimento não poderia, da perspectiva Maori, ser assinado e não deveria ser assinado, pois isto corresponderia à lógica individual de acumulação. A forma de escrita exige estar involucrada, assim como ser sincera desde o lugar do qual se escreve. Fazendo da antropologia não a resposta dos problemas, mas pelo contrário, mostrando perspectivas dos problemas com os próprios significados e significantes destes em função de todas as questões que compõem as pessoas nas variáveis da vida: cultura, território, raça, sexo, gênero, geração, língua, idade, autoidentificação, etc. Ser uma pessoa eternamente alheia, mas ao mesmo tempo tentar se aproximar para entender, exige uma ruptura epistemológica por parte da pesquisadora, que vai ter que repensar todas as categorias sobre as quais se fala e levar essas categorias a debate consigo e com as pessoas com as quais trabalha para tentar entender qual é o entendimento dessas categorias. Assim, considerando o que diz Cardoso de Oliveira (1995), em a “*Vocação crítica da antropologia*”, a análise feita por Armstrong, junto com a crítica feita por Dalton, quanto ao clássico *Argonautas* de Malinowski, destaca o caráter colonial da interpretação segundo a qual as conchas utilizadas no intercâmbio do *Kula* poderiam ser traduzidas por dinheiro e poderiam ser criados equivalentes com as características das conchas como moedas. Esta crítica se fundamenta na mesma reflexão que Smith (1999), quando coloca o pensamento colonial no eixo da pesquisa. Por causa disso, a minha proposta é continuar por esta linha, refletindo como escrever uma

etnografia exige sempre problematizar o lugar desde o qual se está escrevendo. Consciente de não pertencer ao grupo que está sendo pesquisado, contradiz o que a autora fala, mas considerando os apontamentos que coloca sobre a necessidade de pensar os espaços de proibição, vem a tentativa que estou fazendo de colocar todos os agentes que estão envolvidos na transformação do campo em função da minha presença a partir das diferentes cosmovisões que há no campo, para considerar como estas agem em função das circunstâncias, como estas se ativam.

A autora feminista Donna Haraway (1995) propõe que podemos criar o objetivismo *sonhado* pela ciência de uma forma localizada, defendendo assim que a objetividade só pode existir mediante uma análise de posição de quem produz o discurso. Segundo a autora, partindo de que toda ciência é subjetiva e considerando que esta é produzida por pessoas inseridas em culturas e contextos sociais que as formam, todo conhecimento é mediado por interesses políticos, econômicos, ideológicos, assim como é feito desde uma ótica de quem o produz. Todo conhecimento científico é subjetivo, por consequência a objetividade pura, ontológica, não existiria. As posições objetivamente legítimas se sustentam sobre ideologias políticas, como autores pós-coloniais - como Said (2013) - têm apontado. O “conhecimento situado” seria o tipo de conhecimento construído a partir da localização da autora, colocando a procedência, os limites, as formas de construção desse conhecimento para poder falar por si e pelas pessoas pelas quais, de algum modo, se fala, colocando desde que posição as pessoas falam. Essa seria a chave do conhecimento objetivo. Partindo desta epistemologia, a permanência em campo me levou a considerar que o conhecimento situado se transforma à medida que a relação com as pessoas com as quais vivemos em campo mudam a percepção sobre *nós*. *Nós* não seríamos apenas produtos das nossas vivências, mas também da contínua dialética/dinâmica da vida e nos transformaríamos, de forma que nossas perspectivas mudariam. Como explicarei mais a frente, gostaria de destacar que a partir da mudança de percepção que os funcionários tinham sobre mim, minha forma de percepção se transformou, portanto, o conhecimento situado não seria “estático”, seria tão dinâmico quanto a percepção, desta forma oferecendo a possibilidade de criar objetividades dinâmicas afetadas pelas relações humanas. A partir das reflexões feitas desde o conhecimento situado, cabe destacar a importância que vai adquirir as apertações feitas por Sahlins (1997) ao apostar em criar e escrever uma antropologia que dê espaço para as pessoas serem o que são e não as tornar objetos. Para poder ir além numa tal epistemologia, devo colocar não só o processo de criação do conhecimento, mas também o lugar e a forma com a qual escreverei. Para poder realizar o percurso de junção destas, coloco o longo processo de introdução ao campo que, aliás,

considero que ainda não terminou.

O processo de entrada no campo se estende tanto que foi por todas as controvérsias sociais e políticas que esta demandou, para não cair no abstracionismo de achar que o nosso estudo é atemporal, afísico e apolítico. Só assim penso poder me aproximar ao meu lugar de fala, como lugar desde o qual posso dizer como as pessoas se comunicaram comigo, desde onde falaram ou o que falaram, e desde onde eu posso dizer que analiso e interpreto todo o acontecido, que me levou a refletir sobre a posição que os funcionários têm na ordem mundial. Também falar desde onde eles falam, pensam e sonham, dando nomes, apelidos e vivências pessoais a cada situação, nomeá-los.

A necessidade de nomeá-los<sup>11</sup> não só surgiu de uma decisão da escrita de campo, mas também quando percebi que nenhuma das pessoas com “poder”, patrões e pessoas com postos de trabalho altos, sabiam o nome e ainda menos o apelido dos funcionários e mostravam, por outro lado, uma grande admiração por eu saber nomes, apelidos, sobre as famílias, lugar de procedência e muitas outras informações pessoais que foram me narrando ao longo das semanas que passei morando com eles na fazenda. Numa noite de muito calor, abafada, pois tinha chovido, e na qual tínhamos voltado para jantar na sede, fiquei conversando do lado de fora com *Raimundo*, um dos funcionários que operava qualquer máquina que não estivesse atribuída a um funcionário específico. Fazia de tudo, mas nada em concreto. Estava me perguntando que dia eu iria embora, pois tinha interesse em se despedir de mim, mas seria enviado para a outra fazenda, sem saber quando. Surpresa, perguntei para ele como podia não saber que dia iria embora para a outra fazenda. Ele me explicou, com a sua habitual paciência para me dar respostas que pareciam óbvias, a futilidade da existência deles dentro da fazenda, onde simplesmente chegava uma manhã em que falavam para eles arrumarem a mochila e irem para outra fazenda. No final da minha estadia em campo, percebi que isso acontecia mais vezes do que eu imaginava. As pessoas surgiam e sumiam em minutos da fazenda. Entrevistas e falas tiveram que ser canceladas porque os funcionários simplesmente tinham sido enviados para a outra fazenda, a mais de 100 km de distância. *Raimundo* me contou que precisamente essa futilidade era o que fazia ele não levar sua moto para fazenda porque não teria como levá-la de uma fazenda para as outras. Ao mesmo tempo, a moto era o único meio que ele poderia utilizar para sair da fazenda depois do trabalho ou visitar a família dele nos dias de folga, já que os familiares moravam perto de Barrerias, a uns 200 km da sede. Este processo de invisibilização exercido através do não nomeá-los, nem considerá-los, tem a ver com a

---

<sup>11</sup> Todos os nomes foram mudados na escrita da dissertação. Chamar a todas as outras pessoas pelo cargo e não por nomes equivalentes é uma forma proposital de escrita.

capacidade de substituição que eles têm. São vistos pela classe dos patrões como uma mesma classe homogênea, onde a mudança de um por outro não faz a menor diferença, são simples fatores de produção. Da mesma forma, as formas empregatícias respondem a esse sistema de fácil acesso e eliminação. O que não é dito não existe, da mesma forma que ao não nomeá-los eles são, aos olhos dos que possuem o poder, meros seres úteis com conhecimentos mecânicos dispostos a exercerem as atividades necessárias para a produção da mais-valia, obtida da produção da soja.

O poder de nomear, de falar de pessoas que sentem e pensam, é um poder incalculável. Como vemos ao longo da história da antropologia, determinar sujeitos e não objetos é uma tentativa de tornar visíveis as pessoas que se tornam invisíveis na mão de quem exerce o poder. Little (2006), na proposta de uma etnografia que considere a ecologia política, se aproxima do tipo de entendimento que pretendo, considerando que o autor discute a afetação de problemas ecológicos e como fazer pesquisa nestes entornos, colocando, como eixo fundamental, a afetação dos estudos para as comunidades pesquisadas. Eu não posso falar de uma crise ecológica no oeste baiano, mas cabe destacar que as populações podem ser afetadas pela pesquisa e pela publicação da pesquisa do mesmo modo porque, embora não seja com um caráter de crise, o cenário do campo é muito crítico em termos de atuação política. Nesse sentido, considere interessantes os apontamentos trazidos por Little, ao querer uma etnografia feita com o cuidado das consequências do publicado para as populações. A vulnerabilidade deles em relação ao trabalho é algo que preciso ter em constante vigilância considerando o reflexo que poderia ter sobre eles. Ao me aproximar dos funcionários das fazendas que estão em uma relação laboral e de poder direta com os patrões, os funcionários, enquanto pessoas, são entendidos só dentro nos termos do “bom trabalhador” e talvez pelos conhecimentos específicos sobre uma máquina. Qual seria a diferença de um para o outro na mão de um patrão, se não pelo conhecimento específico de uma maquinaria ou por ser um “bom trabalhador”? O que é definido como um “bom trabalhador”? Para quem é definido um “bom trabalhador”?

## **1.2 O acesso**

A discussão sobre a autoridade etnográfica, o lugar de fala e o modo de construir uma etnografia, assim como a maneira pela qual as escritas se tornaram as formas de fala, é fundamental na hora de escrever uma etnografia. Como já coloquei, minha proposta neste trabalho para poder desenvolver ao longo da etnografia os modos interpretativos que

utilizarei, é, a partir das interpretações feitas da observação participante, partir do acompanhamento dos funcionários nas atividades cotidianas na fazenda e conversas surgidas a partir destas situações. A importância de colocar neste primeiro capítulo tanto a forma pela qual acedi ao campo, quanto o processo que foi minha presença na fazenda, são as chaves epistemológicas fundamentais, que tanto falarão sobre as interpretações, análises e inferências como da própria pesquisa, destacando que a entrada de campo que tive e que tenho que realizar é dupla.

Em primeiro lugar, a entrada em campo implicava na aprovação da *patroa* e do *patrão* para acessar ao campo e me manter nele. Uma vez dentro da fazenda, como faria para me aproximar dos funcionários? As duas questões geravam uma grande ansiedade porque, no primeiro caso, não tinha capacidade nenhuma de controle, este é instável e conflituoso pela situação política do Brasil, assim como pela desconfiança generalizada dos produtores rurais a qualquer pessoa alheia à ordem do trabalho de fazenda (fazendeiro, trabalhador, empresas de agrotóxicos). No segundo, seria preciso encontrar algum tipo de lugar de identificação entre os funcionários e eu que permitisse a comunicação.

Fiz a primeira ida para campo em setembro de 2015 e fiquei três semanas lá. Foi quando estabeleci os contatos que me permitiriam o acesso a campo. Na segunda viagem, em março de 2016, para LEM, a patroa já sabia que eu estava indo e tinha falado para mim pelo telefone que estava tudo certo. Achei que o primeiro acesso estaria resolvido, mas, morando na fazenda, seria quando começaria a perceber mais nitidamente que eu também tinha que responder à patroa, sobre o que fazia e como o fazia. A confiança que ela tinha depositado em mim implicava um “dom”, uma troca de responsabilidade, atenção e cuidado na qual não tinha pensado. A importância de manter a confiança dela afetaria a minha segurança em campo. Em uma visita casual que ela fez na fazenda, eu havia permanecido esperando por ela porque ela tinha me enviado uma mensagem anunciando que chegaria. Ao chegar, enquanto o patrão conversava com o gerente, fiquei acompanhando ela, enquanto tomávamos café, visitávamos *Thomas* (o cozinheiro) e olhávamos o estado das árvores e ela me contava as mudanças e perguntava do trabalho que estava realizando. Depois de termos visitado a fazenda vizinha, me deixaram de novo na fazenda e senti um grande alívio quando vi o carro sair, foi quando fiquei me perguntei por que aquela situação me gerava tanto *stress*. *Seu Jaime* (caminhoneiro), *Kiko* (técnico) e *Raimundo* (funcionário de máquinas) estavam encostados na caminhonete e me chamaram. Dando risadas de mim, perguntaram se sentia a pressão da patroa. Encostei junto deles, enquanto ficavam zombando, perguntando se também eu poderia ser mandada embora.

Minha permanência em campo está muito sujeita à concepção que a patroa tem de mim, à confiança que tem em mim, ao mesmo tempo que minha a capacidade de poder ter acesso aos funcionários depende de minha capacidade de me distanciar do mundo da patroa. O processo de distanciamento da patroa e do patrão seria mais complexo do que eu achava no começo. A vantagem de ser um trabalho de campo intensivo, no qual se dorme e acorda com as mesmas pessoas, fez com que o processo de relação fosse rápido de alguma forma. Mas a necessidade de me distanciar da patroa se fazia tangível quando em uma tarde de muito calor, enquanto nos encontrávamos no fundão das terras de *Colombo*, junto ao algodão no qual recém tinham aplicado agrotóxicos, embaixo da sombra do caminhão do *Seu Jaime*, conversando com *Chico*, o ajudante do *Russo* (trabalhador terceirizado, proprietário de uma colheitadeira que tinha sido contratada para a safra). Estava tentando arrumar o celular de *Seu Jaime* que não estava mais pegando sinal e conversávamos sobre uma mulher pela qual *Chico* estava apaixonado em São Paulo. Foi quando ele me confessou que me achava bonita, mas que não tinha tido coragem de me falar isso porque, quando cheguei, todo mundo achou que eu era a filha da patroa e *todo mundo sabe* que “não se pode *mexer* com a filha do patrão”, a filha do patrão é *outra classe de pessoa*. A revelação que *Chico* fez, ao me colocar explicitamente o lugar no qual fui considerada ao chegar, é fundamental para poder entender o que é o segundo acesso. Nunca conseguiria me dissociar do lugar de classe que todos me davam, mas consegui mitigar a percepção a partir do contanto com eles. Jamais seria parte deles, mas com o passar dos dias também se tornaria óbvio que tampouco pertencia ao mundo do patrão (já que, inclusive, não era gaúcha<sup>12</sup>). Qual seria então meu lugar? O significado de “*mexer*”, “*mexer comigo*”, ia muito além do fato de que em um primeiro momento fosse confundida com a filha do patrão. *Mexer comigo* também implicava me perceber enquanto mulher, dentro de um entendimento heterossexual do termo, em que me tornaria uma pessoa que poderia receber “investidas”.

Depois da segunda semana, embora todos os funcionários (com exceção dos terceirizados) ainda se dirigissem a mim com um extremo respeito, nunca envolvendo conversas sobre mulheres ou sexo (excluídas as conversas sobre o casamento deles ou sobre a minha falta de marido e filhas/os), as conversas passaram a ser mais familiares. Causava um

---

<sup>12</sup> O termo, utilizado ao longo de todo o trabalho, “gaúcho”, como explicita Almeida em sua tese, se refere ao termo local utilizado pelos sulistas para se referir a todos os migrantes vindos do sul do Brasil que configuram um grupo social diferenciado do resto das pessoas que vivem nestes locais de produção de commodities. O termo “gaúcho” já não se referiria só às pessoas do Rio Grande do Sul, mas é estendido às pessoas procedentes de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, sejam estas nativas ou descendentes destes migrantes. Considerando que este não é o meu foco de análise do trabalho, não me estenderei neste ponto, cabe destacar os trabalhos de Almeida (2013) e López (2014) para a compreensão deste grupo de “gaúchos” produtores nos/dos cerrados.



grande assombro que eu fosse uma mulher, estrangeira, solteira, sem filhas/os e *sem família*, no meio do oeste baiano, que tivesse se disposto a morar numa fazenda, cheia de homens, para realizar um trabalho que não tinha uma “funcionalidade prática” e eu, enquanto pessoa, realmente não tinha nenhum tipo de “conhecimento prático” que pudesse ser útil naquele lugar. Se minha permanência no campo, assim como todas as interações, foi medida pelos marcadores de gênero, raça e classe, o processo de reestruturação desta a partir do contato foi se modificando com o tempo.

Até certo ponto, minha presença era como uma *liminaridade*<sup>13</sup> entre os três discursos (SCOTT, 2003), entre o público e os dois ocultos. Qual era meu papel naquela peça social? Não tinha personagem para mim, mas se espera que eu reproduza o discurso público pelo menos. É nesse termo de *liminaridade* no qual teria que desenvolver-me lidando com os discursos e tentando achar um espaço desde o qual poder falar.

Considerando a análise de Berreman (1975), como já colocado, quando trata da introdução em campo em uma sociedade extremadamente fechada, cabe pensar que o acesso que eu tenho que fazer constantemente não poderia ser considerado extremadamente fechado como é o caso da aldeia do Himalaia em que este autor trabalhou, porque, nesse caso, a proteção que a comunidade está procurando seria de outra índole, mas se apresenta a mim nesses termos, pois se repensasse a situação a partir do texto dele, poderia partir das suas colocações, considerando não só a forma de escrita dele como reveladora, como também a importância de destacar a “confiança desenvolvida em campo”. Neste texto, o autor desenvolve a importância e mudança que teve na percepção das pessoas ele se apresentar em campo com um tradutor de casta alta e, após o adoecimento deste, com um muçulmano idoso que ficava fora da classificação de castas hindus, abrindo a possibilidade de outros espaços de relação dentro da própria aldeia.

A partir da minha primeira ida para campo, em setembro de 2015, conheci a patroa por conselho de uma trabalhadora de produtos de agrotóxicos, com a qual entrei em contato

---

<sup>13</sup> Utilizo o termo de *liminalidade* no sentido desenvolvido pelo autor Victor Turner (1993) quando sugere o termo para referir-se ao estado das pessoas quando se encontram em uma situação pela qual sairiam da sua categoria social, para transitar por um estado de “parêntesis” social como poderia ser o carnaval, momentos nos quais se permite transitar por espaços sociais proibidos e, mais tarde, (normalmente) há uma reintrodução na sociedade que reforçará os códigos morais hegemônicos, proibindo todo ato que foi feito durante a *liminaridade*. Turner (1993) desenvolve como o sentido de *liminaridade* pode ser entendido e analisado em outras áreas (para além da antropologia simbólica) como, por exemplo, poderia ser: as diferentes formas políticas, assim como o “estado” no qual se confronta a/o antropóloga/o em campo como um elemento alheio ao contexto social. Turner (1993) destaca precisamente que o controle dos estados liminares acontece pela perigosidade destes; como fronteira, como estados que só podem existir de determinadas formas, são estados perigosos da existência por serem contrários à moralidade hegemônica da sociedade, porém é um estado essencialmente perigoso para a ordem (moral) da sociedade.

quando entrei em uma loja para perguntar algum tipo de indicação para pensar como poderia começar a fazer campo. Foi assim que fiquei sabendo da existência do Sindicato dos Produtores Rurais, no qual conheci a patroa e com a qual tive vários encontros ao longo dos dias seguintes, que me permitiram apresentar meu projeto. As/Os gaúchas/os ou “colonos”, como se referem a si mesmas/os às vezes, começaram a migrar para o oeste baiano a partir dos anos 1970, por causa (segundo as narrativas contadas por diferentes gaúchas/os) da crise de “falta de terra no Sul” para continuar o sistema de herança, em que cada filho homem recebia uma terra para sobreviver e as mulheres recebiam dinheiro (em moeda ou em reses), o que os levou a explorar outras terras do Brasil e começar a comprar terras no oeste baiano, perto da estrada que se divide para Tocantins e para Brasília. Nesse ponto, onde se divide a estrada, tinha um posto que à medida que se foi povoando a região começou a vender água, gás e carne de caça. Com os anos, este posto foi ampliando os seus serviços até se tornar uma cidade.

Cabe destacar as características deste lugar em contraposição a outros lugares de monocultivo, pois, nesta região, antes das/os migrantes do sul do Brasil chegarem, não havia quase população, nem produção, devido ao fato de ser a terra “*pobre*”. O começo da produção de soja no oeste baiano, a diferença dos casos mais estendidos achados em bibliografia referente a outros cultivos ou outras localidades, não se deu pelo deslocamento de agricultura familiar, mas pelo “*desbravamento*”, como se referem ao processo de abrir terras localmente. Estes se tornaram no começo e fim da agricultura. Desde o começo da produção nesta região, o foco a ser cultivado foi evoluindo em função da demanda internacional. No começo da década do 1980, o algodão e o milho tinham tanta importância como a soja, mas esta, na medida em que o valor dela enquanto *commoditie* aumentou na bolsa de valores, foi deslocando os outros dois cultivos, deixando-os num plano secundário e os colocando na mesma franja de culturas de menor importância, quase no nível do sorgo e do milheto, considerados “*safrinhas*”<sup>14</sup>, plantados só para não deixar a terra “nua” entre uma safra de soja e a próxima.

A região de Luís Eduardo Magalhães, tanto a cidade como as plantações próximas, é dominada por uma elite gaúcha, chegada a partir dos anos 1970 e que é proprietária das plantações. Estes “colonos” empregam a mão de obra nordestina dentro das fazendas. O abismo existente entre gaúchas/os e nordestinas/os vai além da classe econômica. A relação é

---

<sup>14</sup> *Safrinhas* é o termo local para chamar as safras menores, normalmente de sorgo e milheto, mas quem só tem a soja como monocultivo principal também pode chamar assim a safra de milho. As *safrinhas* são o cultivo intersafra de soja que é utilizado para não deixar a terra “nua”, nutrir e evitar incêndios.

principalmente definida em termos de trabalho, mas esta tem outros marcadores como raça, nível de educação, lugar de procedência, lugar de moradia, etc. Enquanto os nordestinos moram principalmente nas fazendas e, às vezes, têm uma casa na periferia de LEM, onde vive a família deles, as/os gaúchas/os moram em LEM em condomínios fechados. López (2014), na sua dissertação chamada “*Gaúchos em Luís Eduardo Magalhães. Os modernizadores tradicionalista*”, reflete exatamente sobre a formação da *gauchada* nesta região. Meu propósito, ao investigar o trabalho e a cosmovisão dos funcionários, me obrigou a adentrar esse universo também das/os gaúchas/os e a ter que fazer os dois acessos mencionados.

O acesso ao campo é um jogo constante de medição de impressões, como destaca o já mencionado Berreman (1995). Ao chegar e tentar entrar na fazenda, precisaria entender e me legitimar dentro do mundo das/os gaúchas/os. Segundo López (2014) e também a minha percepção adquirida através do contato com este grupo, as/os gaúchas/os seguem o princípio da meritocracia, veem-se como desbravadores e desenvolvedores do oeste baiano, orgulhosas/os das suas origens europeias. Enquanto mulher, branca e europeia, embora pudesse ser uma pessoa estranha por não ter nenhuma relação empregatícia (principal forma de relação com pessoas não pertencentes ao grupo), minha presença era estranha, mas, ao mesmo tempo, recebida com certo respeito e era tratada como alguém digna do respeito delas/es, embora não pertencente ao grupo. Se neste primeiro momento, grande parte do acesso foi possível por estas características, que eu achava inquebrantáveis, a desconfiança e a confiança seriam questões mais laxas, em função de que, enquanto mulher, minha capacidade de interferir negativamente no mundo de homens, dentro da fazenda, era muito grande. Ao mesmo tempo em que ser branca e europeia me abriu determinados acessos, ser mulher me colocaria numa posição de periculosidade, não (exclusivamente) para mim, necessariamente, mas para a ordem das relações de dentro da fazenda. Considerando que as relações dentro da fazenda são marcadas pelo vínculo laboral, toda relação alheia é estranha. Se essa situação é comum a qualquer antropóloga em campo, as relações de poder existentes entre empregadores e empregados destaca a estranheza com relação à minha presença.

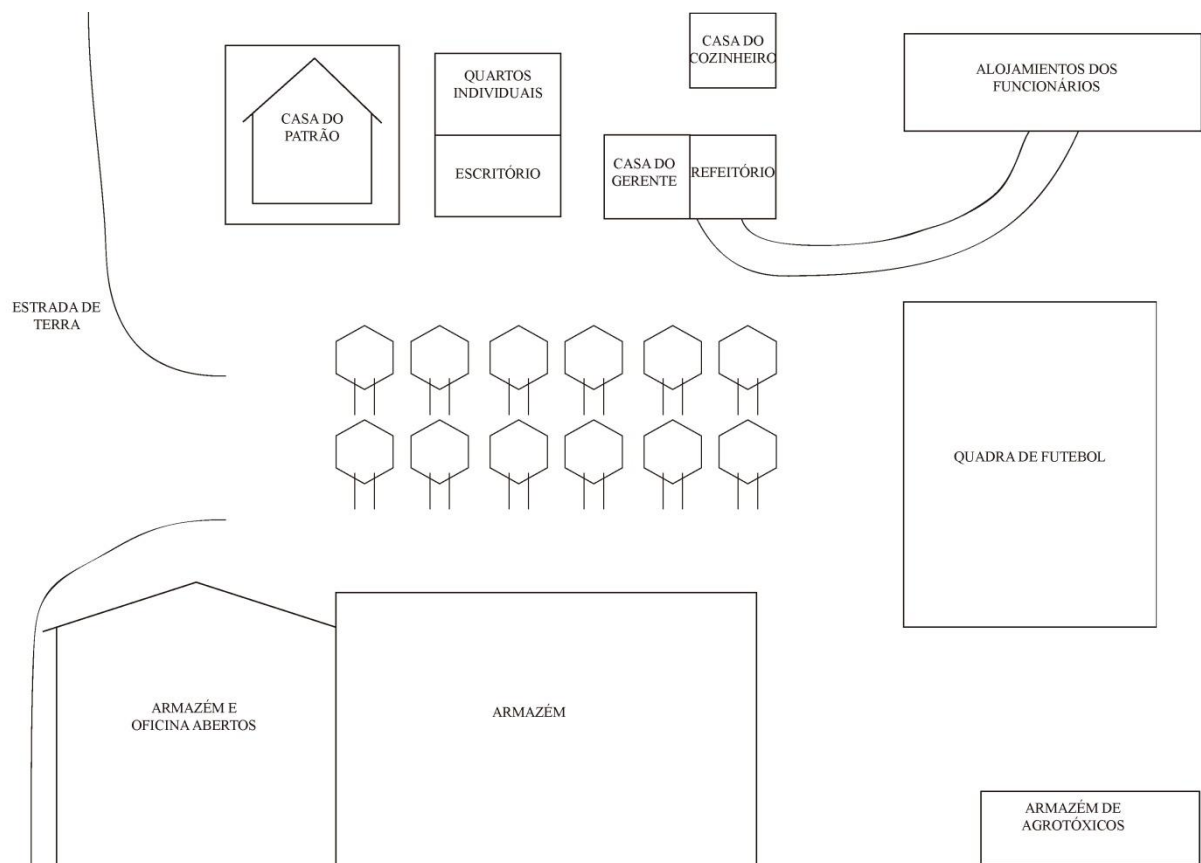
Se pretendia me aproximar dos funcionários, me depararia com o mesmo problema que Berreman (1995) teve ao querer se aproximar das castas mais baixas quando estava com o primeiro tradutor, pertencente à casta alta. Chegando ao lugar a partir de determinada posição, precisaria me desvincular da primeira associação de classe para poder me aproximar e me desvincular da percepção de filha ou classe dos patrões. Se por ordem da patroa eu tinha acesso a tudo o que eu quisesse, a forçada formalidade estaria destacada pelos acessos restritos enquanto mulher e pela relação laboral, em que os trabalhadores terceirizados, neste

caso os caminhoneiros, ao estarem numa relação alheia à de funcionários regulares da fazenda, moradores de lá, não iam se restringir. Eu me tornaria uma extensão da patroa na fazenda. De fato, algumas pessoas achavam que eu tinha sido enviada para vigiar a vida da fazenda e ser “os olhos da patroa” lá. Era óbvio que precisava elaborar uma forma de me desvincular. Da mesma forma que o autor narra como ao chegar na aldeia as pessoas têm diferentes teorias sobre ele ser missionário ou agente do governo, ao que ele reage mostrando interesse noutras coisas para demonstrar a inocência dele, precisava demonstrar minha inocência. Por inspiração neste texto, passei os primeiros dias me mantendo no lugar que me foi encomendado, fazendo pequenas incursões que me permitiam falar de mim, assim como minhas perguntas eram relativas às questões de safras e aquisição de conhecimento sobre o processo de trabalho.

O processo de acesso aos funcionários tinha diferenças do acesso à própria fazenda com as/os gaúchas/os, com quem, de certa maneira, tive conversas, troquei perspectivas, frequentei casas e os modos de vida de quem me recebeu em LEM. Não acessaria a vida pessoal dos trabalhadores, senão ao lugar de trabalho deles, que também era onde moravam, embora não considerassem que moravam na fazenda, mas na casa na qual as famílias deles vivem e que visitavam nos dias de folga.

Os funcionários moram nos alojamentos, uma estrutura de tijolos vermelhos. Ao entrar na fazenda desde a estrada de terra, há uma curva que leva até a “praça principal”. Na entrada está a primeira casa que é a do patrão, onde eu dormia. É a única estrutura que tem uma grade baixa com uma portinha de um metro, a qual eu costumava deixar aberta e *Seu Tião* (funcionário que cuida da fazenda) fechava nas horas que ficava na lavoura. A casa é recoberta de cimento e está pintada. Ao lado está o escritório pintado da mesma cor que a casa. Atrás do escritório há dois quartos, onde dormem o técnico e, às vezes, o chefe de máquinas, quando não volta para dormir em LEM. Do lado há uma estrutura, de tijolo vermelho, também dividida em dois. De um lado está a casa do gerente e do outro o refeitório. Atrás do refeitório há uma casa individual onde mora o cozinheiro, *Thomas*. Entre a cantina e o campo de futebol, logo atrás, há alguma distância dos outros prédios, onde ficam os alojamentos. Não dá para vê-los até que se esteja ao lado do refeitório. Nunca cheguei a ficar mais perto deles do que na parte de trás onde havia um mamoeiro em que pegava fruta, a uns 10 metros. Era um espaço não permitido. Do mesmo modo que eles, à exceção de *Seu Tião*, encarregado da limpeza e manutenção da casa do patrão, não se aproximavam de onde eu dormia. *Seu Tião* sempre insistia em fechar a portinha da grade para deixar explícita a mensagem do espaço restrito. Os espaços eram diferenciados e mantidos sob um código de

moral e ordem que em determinados casos transcendia a questão de classe. O código moral que separava os espaços e as pessoas era regido pelo fato de eu ser mulher e ter que me proteger, enquanto mulher solteira, dos homens. Semanas depois de morar na fazenda, fiquei sabendo que, antes de eu chegar, o agrônomo costumava dormir duas noites por semana na fazenda, na casa do patrão, único lugar livre que não fosse no alojamento, mas como eu estava ali, embora tivesse mais dois quartos na casa, ele dormia no quarto de *Kiko* e este dormia num colchão, para me respeitar. A concepção que demonstrava estas atitudes sobre mim entrava dentro da lógica diferenciada que foi se transformando ao longo das semanas. No caso do agrônomo, que pertencia à classe do patrão por ser branco, gaúcho, formado, sobrinho, não morar na fazenda e sim em LEM com a mulher e as filhas, ele me tratava como convidada da patroa. Como estudante, como uma mulher branca, estrangeira, da mesma classe dele.



Os funcionários, pelo contrário, não me mantiveram numa posição estanque: esta foi se transformando. A minha presença era totalmente estranha para eles, isso era óbvio, mas eu precisava me aproximar deles. Diferentes autores discutem precisamente a necessidade de ter algum ponto em comum, algum ponto de contato de conexão com as pessoas com as quais se pretende trabalhar, caso contrário encontraremos um discurso superficial, do que deve ser reproduzido e dito, do senso comum, que qualquer pessoa falaria. Tentar me adentrar em um mundo de homens – negros; oficialmente heterossexuais; normalmente casados e com filhas/os; em sua maioria baianos, sendo que aqueles que não são nordestinos migraram para aquela região; e a maioria não tem o ensino básico finalizado - fazia com que as minhas possibilidades de acesso fossem escassas ou, pelo menos, complicadas.

Para tentar começar a estabelecer este acesso, segui as seguintes estratégias: primeiro ia onde quem fosse estivesse indo, para, pelo menos, se acostumarem com minha presença e tentar estabelecer algum tipo de conversa. Na maior parte do tempo das primeiras duas semanas, fiquei esperando encher o caminhão de soja, junto com os caminhoneiros, o técnico, o ajudante e algum outro funcionário que estivesse por perto, do momento que saíam os caminhões da fazenda até quando voltavam para dormir. À medida em que comecei a conversar mais com os caminhoneiros e começaram a conhecer mais de mim e eu deles, passei a acompanhá-los para fazer as descargas de soja e comecei a acompanhar também os funcionários que ficavam na colheitadeira ou no trator. Se saía o carro para arrumar alguma coisa, procurava ir com eles. Também ficava por perto de *Kiko*, o técnico, pela relação mais próxima que estabelecemos e porque me pedia ajuda para fazer a supervisão dos controles da soja que ele realizava.

A partir deste primeiro contato, muitos dos funcionários começaram a me perguntar sobre minha vida pessoal: se era casada ou não, onde estavam meu marido e minhas/meus filhas/os, se estava sozinha no Brasil, onde trabalhavam minha mãe e meu pai, etc. A partir destas conversas, eu consegui me diferenciar ante eles da categoria de “gaúcho”. Uma noite que saímos para arrumar um silo<sup>15</sup> que os carcarás tinham aberto para comer a soja, no carro com *Kiko*, *Seu Tião* e *Seu Riachão* (funcionário manual), este último perguntou se minha família tinha tanto dinheiro como a família do patrão. Eu falei que não, que minha família nos dias de hoje tinha mais dinheiro, mas que tinha uma origem humilde, embora fosse diferente o que no Brasil e na Espanha se entendia por isso. Expliquei para eles que, embora minha mãe tivesse começado a trabalhar limpando e de babá, com 11 anos, eu havia tido acesso à

---

<sup>15</sup> Os silos são uns cilindros metálicos que servem para armazenar normalmente grãos, neste caso a soja.

universidade porque a geração dos meus pais, nascida depois da guerra civil espanhola, implicava que se nascendo dentro de uma família que tivesse perdido a guerra fossem condenadas/os à pobreza social com diferentes formas de manter esta dinâmica social durante a ditadura de Franco. Acho que nunca consegui dar uma explicação sustentável, em termos geopolíticos, sobre países colonizadores/exploradores e colonizados/explorados, assim como para a constituição das classes e a transformações destas. Mas consegui estabelecer algum tipo de conexão que me tirava da posição da classe do patrão, para entrar numa outra categoria, embora esta fosse indefinida. *Tonho*, um dos trabalhadores que trabalhava na colheitadeira, começou a falar comigo abertamente só a partir do momento em que ele me perguntou se eu tinha trabalhado alguma vez na vida e eu contei que havia trabalhado, principalmente como babá e, às vezes, dando aulas para crianças. A realização destes trabalhos, principalmente de babá, embora no contexto da Espanha não fosse estranha, dentro do universo do Brasil, causava estranheza. Nesse jogo no qual a minha posição mudava na percepção deles, houve um auge, ao descobrirem que o tipo de trabalho que eu tinha realizado estava na “mesma escala”, na mesma classe, a classe a que eles pertenciam. Saí dos parâmetros da sociedade brasileira. Depois de eu ter falado que tinha trabalhado de babá, *Tonho* começou me falar das suas irmãs que trabalhavam como diaristas em LEM, assim facilitando o acesso aos discursos ocultos que não tinham me mostrado até aquele momento, fazendo com que me deslocasse da classe do patrão a uma classe mais próxima a deles. Em seu imaginário, comecei a formar parte das mulheres que pertencem à classe deles. Tanto López (2014), como Almeida (2013), quando consideram as periferias das cidades agroindustriais, apresentam que as mulheres trabalham como trabalhadoras domésticas ou babás, marcando uma diferenciação que embora não pudesse entrar na classe deles por ser branca e estrangeira, me colocava fora da classe dos patrões.

Ao ter que lidar ao mesmo tempo com as classes de patrão e funcionários, me obrigava a ter que responder a atitudes radicalmente opostas ou, inclusive, embora muitas vezes minhas palavras fossem as mesmas, as interpretações se tornavam radicalmente diferentes. A educação, sendo que eu estava relacionada com a Universidade, era uma questão recorrente nas conversas tanto com os patrões como com os funcionários. Estes me perguntavam minha opinião sobre o Brasil e pediam para eu comparar e explicar o sistema educativo. Se o que eu falava era entendido pelos funcionários como uma necessidade de melhorar a educação como forma de ampliar o conhecimento, dar oportunidade de igualdade para as pessoas favorecendo e melhorando, os patrões aceitavam minha premissa defendendo que a educação tinha que ser melhorada, mas afirmavam que isso não daria muita melhoria

porque eram pessoas *sem perspectivas*. Ao contrário do que muitos das/os gaúchas/os achavam, no entanto, à medida que as conversas com os funcionários foram se aprofundando, estes foram me contando quais eram seus sonhos e perspectivas, geralmente descrevendo a mesma narrativa sobre um dia saírem do trabalho das fazendas e voltarem com a família para trabalhar para si mesmos, considerando tanto o trabalho que eles faziam, como a vida que tinham construído, como uma “boa vida”, cheia de *esforço* e *sacrifício*<sup>16</sup> pelo trabalho, que constrói a honra. Todos eles manifestaram que gostariam de concluir pelo menos o ensino primário, mas que no trabalho de fazenda não era possível. O *Sarará* chegou a me falar que quando tivesse dinheiro suficiente pretendia estudar engenharia agrônoma na Universidade. Só os funcionários mais idosos que não mostravam interesse em estudar. No caso de *Seu Tião*, que não sabia ler, nem escrever, os outros funcionários o incentivava, a aprender, mas ele sempre dizia estar velho demais para isso.

### 1.3 Os dois mundos

*Seu Tião* tinha 45 anos, era alagoano, chegou a LEM como catador e tinha conseguido aquele emprego havia uns anos. Tinha passado a vida inteira trabalhando nos campos de cana-de-açúcar de Alagoas. Embora ele não quisesse aprender a ler e escrever, me mostrava sempre com orgulho as fotos da/os filha/os dele e falava que ela/es estavam estudando e que estudar era o mais importante que tinham que fazer. *Seu Tião* é a pessoa que mais respeito me dava de toda a fazenda. Era um senhor calado, trabalhador e tranquilo, que na medida em que se passavam os dias se aproximava mais de mim. Sempre que me via pela fazenda se aproximava de mim e me perguntava coisas sobre a Espanha, sobre a minha vida e sobre o que estudava. Todos os funcionários da fazenda, sobretudo os mais novos, tinham um respeito muito grande por ele. Era o único dos funcionários a quem todas as pessoas, incluídos os patrões, se referiam por “Seu”, à exceção do gerente que o chamava de *Alagoinha*. O gerente tinha 23 anos, falava muito alto e gritava com todo mundo. Era muito arrogante e tratava todo mundo como se fosse o chefe de tudo e de todos. Quando chegava o patrão, ficava quieto como um animalzinho que baixa as orelhas. Eu dizia a *Seu Tião* que era para mandá-lo “calar a boca”, mas ele falava que não podia porque tinha conseguido aquele emprego por causa dele. O gerente sabia disso e se aproveitava o quanto podia daquela situação de subordinação. Em um dos primeiros dias da minha estadia na fazenda, estava no

---

<sup>16</sup> *Esforço* e *sacrifício* são termos que utilizarei ao longo do texto, os quais tomei como referência a partir das narrativas dos funcionários que os usam para descrever as questões negativas ou ruins das quais têm que dar conta em favor de um bem maior, como por exemplo: maior salário, segurança empregatícia, bens materiais etc.



escritório à noite ajudando *Kiko* a passar dados para o computador. Normalmente as pessoas entravam descalças no refeitório e no escritório para não mancharem de lama o impecável chão que *Seu Tião* limpava todo dia. *Seu Tião* entrou para fazer alguma coisa e na saída confundiu os chinelos dele com os meus. Três minutos depois, eu já estava na porta saindo e o gerente estava ao meu lado. Eu nem tinha reparado na confusão dos chinelos até que *Seu Tião* voltou e, rindo, falou que tinha confundido os chinelos, que eram parecidos, ri com ele e falei que não tinha problema, que era normal. Ele trocou os chinelos e se dispôs a sair de novo, mas o gerente o interrompeu e, em tom de brincadeira, mandou ele se desculpar comigo. [G: “*Te falei para você pedir perdão para ela*”; A: “*Ele não precisa pedir perdão não, Danilo*”; G: “*Eu falei que é para pedir perdão*”; S.T: “*Desculpa, moça*”, virou-se para sair; A: “*Não, Seu Tião, não peça desculpa*”; G: “*Como assim moça? Você acha que ela é o que?*”; A: “*Ele não tem que se desculpar por nada*”; G: “*Você não sabe o nome dela? Fale aí, desculpe Ane*”; A: “*Seu Tião não se desculpe, por favor, é só besteira*”; S.T: “*Desculpe, Ane*”], saindo apressadamente. Eu não sabia se dava um murro na cara do gerente ou o denunciava. O gerente humilhava os funcionários e eles sabiam disso, mas diziam que era um “bom trabalhador”. Todas as pessoas que eram funcionárias da fazenda (inclusive o gerente), só à exceção do chefe de máquinas e do agrônomo, eram nordestinas. Embora todos fossem nordestinos, faziam piadas e brincadeiras dos estereótipos nordestinos enquanto preguiçosos que se contrapunham à moral do “bom trabalhador”. “Bom trabalhador” era se distanciar desses comentários para se tornar o contrário, o trabalho era obrigação, mas era uma obrigação *boa*. O gerente fazia um esforço muito grande para se distanciar ainda mais de toda a classe de “nordestinos”, tentando marcar, mediante a humilhação, a distinção para tentar acessar a classe dos patrões. Ser branco ajudava nessa distinção, mas ele precisava se destacar na forma meritocrática de acesso ao poder para mostrar sua superioridade e tentar acessar ao espaço “proibido”, o espaço dos gaúchos, dos que triunfaram e fizeram a si mesmos enquanto homens desbravando o oeste baiano. Isto será mais extensamente analisado no último capítulo.

A moral do trabalho estava marcada pela diferenciação do que chamavam de “malandros”, dos quais se diferenciavam por ser um “bom trabalhador”, alguém que trabalha pelo interesse do patrão e seu próprio interesse. A relação estabelecida, além da empregatícia, é uma relação de confiança medida e controlada. Ao mesmo tempo que existe uma preocupação pelos benefícios que o patrão vai obter do trabalho deles, motivo pelo qual procuram realizar o trabalho de forma correta, são plenamente cientes da exploração que sofrem, da mais-valia extraída do trabalho por eles realizado. Existe uma ordem moral do

trabalho que se constrói a partir do *esforço* e o *sacrifício* como acesso ao fazer a si mesmo. Trabalhar para o interesse do patrão é trabalhar pelo seu interesse porque isso os torna dignos. Ao serem “iguais” aos olhos dos patrões, o trabalho é o que os diferencia. Por isso, também existe uma diferenciação entre os que trabalham nas máquinas e os que têm trabalhos braçais, essa diferenciação é de *status*, mas que não se manifesta entre eles em uma relação de poder porque todos pertencem à mesma classe enquanto funcionários. Cabe destacar que os funcionários com os quais conversei têm um estrito código de ética, moral e orgulho. Este orgulho se exprime na frase muitas vezes repetida “*quando não tá bom para mim, 'vô-me bora*’”. As histórias sobre exploração em trabalhos anteriores são repetidas, assim como de patrões *ruins*. Ao perguntar sobre a opinião do *nosso* patrão (ciente de que nunca me iam falar com sinceridade sobre a opinião deles), assim como ao tentar entender o que significava a terra e *ser agricultor* para eles, me deparei com diferenciações que os funcionários estabelecem quanto aos gaúchos em função da honra pelo trabalho. “*O patrão é como a gente, ele sujou as mãos de terra para levantar este lugar*”. A honra e o respeito são construídos baseados em ser um *bom trabalhador*, o que explica a diferença atribuída aos filhos dos patrões, os quais normalmente realizam trabalhos de escritório da cidade, que são respeitados enquanto chefes, mas nunca enquanto trabalhadores. Essa diferenciação também a realizam quanto aos “*malandros*”. Os “*malandros*” que moram em LEM normalmente são os que fazem os trabalhos estacionários nas fazendas, por um período inferior a três meses<sup>17</sup> na época da safra. Dentre as pessoas que trabalham na fazenda há duas variáveis que se encontram: a procedência e o tipo de trabalho. Dentro dos nordestinos estariam os “bons trabalhadores” e os “malandros” e, ao mesmo tempo, os “trabalhadores de máquinas” e “braçais”, mas estes não são opostos entre si. No caso dos gaúchos, os patrões são considerados “bons trabalhadores” pelo esforço que (nessas narrativas) realizaram ao chegarem para desbravar o cerrado, mas os filhos destes, que são normalmente administradores, não são considerados trabalhadores como eles, porque nunca trabalharam na lavoura. Os terceirizados são o grupo mais amplo e diferente entre si, pois estes trabalham para si mesmos, então têm sempre certo grau de “malandragem” aceito, porque é claro que trabalham pelo próprio interesse.

Nesse universo, mulheres são tidas, como em tantos outros, como *putas* ou *virgens*. A moral tanto dos patrões como dos funcionários é estrita na ordem da honra do trabalho e também o é quanto às mulheres. A perspectiva desde a qual teria que me manter em campo,

---

<sup>17</sup> O contrato inferior a três meses é uma estratégia para não pagar os direitos trabalhistas.

seria dentro dessa moral em que como mulher solteira tinha que justificar a falta de marido através dos estudos. Ao mesmo tempo, enquanto mulher solteira era um perigo minha presença ali, onde os gaúchos mantinham a forte moral católica de virgindade e assexualidade, enquanto, dentro da fazenda, a percepção sobre mim como mulher foi mudando, sempre nesse parâmetro estranho que me salvava minhas peculiaridades sociais de ser estrangeira. Outras das estratégias analisadas por Berreman (1975), referem-se à discussão sobre a subjetividade e até que ponto devemos mentir para ser mais parte do mundo pesquisado. Pude sentir as mudanças nestas concepções que tinham sobre mim a partir de um maior nível de conversas, em que principalmente o discurso sobre honra e trabalho era o mais destacado, mas o mesmo não era óbvio quanto à minha condição de mulher. Nesse sentido, sempre menti sobre o fato de ser lésbica, inclusive menti ao afirmar que namorava um homem em Salvador e tinha ido morar na cidade por causa dele. Achei muito arriscado falar sobre isso, achando que ficaria em uma posição muito vulnerável.

Num dia de lavoura, perguntei a eles sobre como eles se definiam enquanto a raça. Todos, à exceção dos caminhoneiros, que eram gaúchos, falaram que eram *morenos*. Perguntei sobre a cor do *Sarará* (um dos funcionários do trator que não estava conosco) e houve um pequeno desacordo entre se ele era branco ou amarelo. Quando um deles tentou me explicar que ele não era amarelo, mas branco, houve uma pequena pausa em que se diferenciou a brancura dele, se referindo à minha brancura como uma brancura *verdadeira*, uma brancura como a do patrão – foi quando um dos homens presentes apontou que sim, eu era claramente mais branca do que o *Sarará*, mas que minha brancura era diferente da do patrão, minha brancura era mais parecida à de “cigana”. Não pensei naquela conversa, até tempos depois, quando me depararia com as conotações de diferença entre três tipos de brancura. Do que estavam falando eles ao diferenciar esses tipos de brancura, se não de uma posição de classe e de origem? Até que ponto é uma diferenciação física a que eles faziam? Eu era branca e estrangeira, estava num outro parâmetro, mas me tornei uma pessoa menos distanciada do que o patrão. No final da minha estadia, quando perguntava e me perguntavam pela saída do lugar de procedência, sendo que eles eram migrantes de diferentes lugares do nordeste, eles apontavam que eu também tinha saído, de muito mais longe que eles, só mudando sutilmente a percepção que tinham de mim porque em nenhum dos casos eu poderia me considerar migrante. Eu sempre insisti em que “minha saída” era muito mais privilegiada pelo lugar da onde eu vinha e pelas condições em que vim. Mas sempre marcavam o fato de eu estar muito, muito longe da minha família e de não ter marido. Quase todos os funcionários em diferentes momentos tinham me perguntado onde ficava a Espanha e quantas horas eram

de ônibus. Muitos deles achavam que eu era da América do Norte, o que resultava em discussões entre eles, já que eu não podia ser dos EUA, pois não falava inglês. Os funcionários dos quais mais me aproximei adoravam me perguntar coisas da Espanha, da comida, da lavoura, da cultura, etc. Falavam que era a primeira vez que falavam com alguém de fora do Brasil porque estrangeira/o é “*metido*” e normalmente só vai às grandes cidades. Minha posição como lugar de fala foi mudando a partir das percepções que os trabalhadores tinham de mim. Jamais poderia chegar a entrar num nível maior, porque nunca seria homem, nem funcionária, nem brasileira, nem negra.

Como em muitas obras, como a que acompanha “*ex-bandidos*”, de Teixeira (2009), assim como em qualquer pesquisa em campos totalmente alheios, com os quais não se tem nenhum tipo de acesso prévio e identificação, criando um conflito de acesso (como no caso desse autor, ao tentar estudar determinada igreja evangélica e ter o acesso denegado, tendo de abandonar a ideia de fazer trabalho de campo por entrevistas), da mesma forma que o autor teve que repensar a estratégia, talvez, a meta que estabeleci de querer me introduzir fosse desnecessária aos olhos de muitos profissionais. Da mesma forma que eu não tinha nada a ver com os trabalhadores, a mesma coisa falaria uma pesquisadora numa aldeia indígena. O eterno conflito do acesso acaba passando pelas nossas capacidades como pessoas. Como foi discutido, a partir da publicação do diário de Malinowski (1997), em comparação à sua etnografia das Trobriand, perspectivas radicalmente diferentes sobre o fazer antropológico distinguem o que ensina do que ele fez, mostrando a realidade dos conflitos que se desenvolvem em campo, principalmente aqueles que dizem da comunicação. Malinowski destaca a necessidade de falar a língua dos nativos, mas deveremos considerar que não só é preciso compreender a língua, como também compreender a linguagem simbólica que está dentro das discussões das pessoas com as quais trabalhamos. Esse é o acesso que devemos trabalhar e para isso é indispensável a confiança.

A confiança, no meu caso de pesquisa, se relaciona com a honra e o trabalho, as categorias que criam o respeito de uns para com os outros. Como, por exemplo, Geertz (1993), no clássico texto sobre a briga de galos em Bali, coloca a forma com a qual conseguiu o acesso dele se dissociando dos eixos de poder ao correr na chegada da polícia ou, também, por exemplo, Bourgois (2010), ao pesquisar no bairro portoriquenho a venda do crack, precisou de um *portero* para se tornar uma pessoa de confiança. Se tornar uma pessoa de confiança é indispensável. Se até certo ponto eu tinha conseguido o respeito deles ao explicar o que era meu trabalho e por ter ido morar muito longe da minha família, o evento decisivo para começarem a confiar em mim foi uma tentativa de estupro por parte do gerente.

#### 1.4 A abertura do oculo

Para os funcionários quem não os respeita não deve ser respeitado. O gerente da fazenda era uma pessoa sobre a qual começaram a chegar algumas fofocas muito sutis, de quem não gostavam muito da atitude, mas era o chefe. Esta situação se fez mais tangível a partir do que seria a última semana que permaneci em campo. Quero destacar esta última parte do que seria minha estadia em campo: é confusa e até certo ponto inconexa porque nela se concentra toda a trama de inseguranças, suspeitas, intrigas, dúvidas, desconfianças e segredos, embora, enquanto tudo isso acontecia, eu não estivesse conseguindo processá-lo.

Em uma tarde do fim de lavoura, quando a soja de *Colombo* já tinha sido colhida e só havia dois ou três tratores abrindo terra e plantando milho, fui com o gerente e com *Seu Malagueta* (funcionário manual) pegar um milho “sujo” (misturado com palha) que tinham trazido da outra fazenda para colocar, para que a terra não ficasse “nua”. Ao colher a soja, a colheitadeira espalha tudo o que não é grão. Na maioria dos casos é colocado um produto para secar a soja e esta vira palha. O clima é quente e ensolarado, sendo muito fácil que tudo pegue fogo e a forma que eles têm de “nutrir” o solo e evitar que tudo queime é plantando o que se chamam “*safrinhas*”. Estas costumam ser de sorgo e milho, barato, fácil de plantar e vendível como parte da ração animal para engrossar a soja. Enquanto passavam o milho de uma máquina para a outra, o gerente me pediu para lhe acompanhar porque antes que *Justino* (funcionário de máquina) passasse com o trator abrindo a terra, precisava medir as áreas que o *Russo* tinha colhido. O *Russo* era um trabalhador com colheitadeira própria terceirizado, pago por hectares colhidos. As máquinas modernas dentro de “agricultura de precisão” fazem o cálculo por si, mas com a máquina antiga dele, o gerente precisava medir com um GPS satélite, a partir das bandeiras colocadas por *Chico* ou pela marca que a máquina fazia na terra. Acompanhei o gerente que falou que precisava que eu ficasse num ponto enquanto ele ia até o outro extremo da área para voltar. Muitas vezes já tinha acompanhado ele nessa medida de terra colhida. Nos distanciamos de *Seu Malagueta* e do *Sarará* uns quilômetros e o gerente parou o carro para encontrar o sinal de GPS. Prontamente *mexeu* comigo. Falei repetidas vezes para ele parar de me tocar e de tentar me beijar, tentei sair do carro, mas fiquei com medo que ele se colocasse em uma situação mais violenta e estava longe demais de *Seu Malagueta* e do *Sarará*, também não tinha como me defender pela força. Consegui que ele parasse alegando o lugar de trabalho, a noiva dele e Deus. Tentou várias vezes mais, até ir ao outro extremo da área, se masturbar e na volta só ficar me fazendo perguntas sobre minha

vida sexual, às quais não respondi. Quando chegamos onde estavam as máquinas, desci do carro e fiquei junto ao *Sarará* quieta, sem saber o que fazer, ou se contar para ele. Pouco depois voltamos para a fazenda e fiquei pensando sobre o que teria que fazer. Tinha medo dos trabalhadores se posicionarem a favor dele, sabia que se falasse sobre o acontecido seria o fim do meu campo e que possivelmente seria tirada da fazenda.

Na manhã seguinte fiquei chorando e muitos dos trabalhadores me viram. Um dos caminhoneiros falou que, com certeza, estava menstruada. Resolvi contar para *Kiko*. Ele ficou apavorado, falou que tinha que contar logo o que tinha acontecido, que era para eu contar para o agrônomo. Fiquei em dúvida, mas acabei contando. Ele contou para o patrão, o patrão para a patroa e, naquela tarde, o agrônomo me levou para LEM, onde me reuni com a patroa, o patrão, a filha e o chefe do escritório da fazenda, encarregado de contratar o pessoal, que me interrogou várias vezes sobre o acontecido. Resolveram que não tinha como voltar e que não sabiam o que fazer num caso como aquele. Depois disso, decidiu-se que eu iria para a fazenda vizinha, onde havia uma casa em que moravam mulheres e, ali, estaria protegida. Eu estava quase voltando para Salvador e não teria tempo de estabelecer novas relações com os funcionários da nova fazenda, além do que esta segunda fazenda era muito maior que aquela na qual eu estava. Os poucos dias que fiquei lá acabei indo à fábrica, acompanhando o agrônomo, ao laboratório e quando podia ia para a outra fazenda para encontrar os funcionários. Quando encontrei os funcionários da primeira fazenda me perguntavam onde estava e por que tinha ido embora de um dia para outro e por que naquele dia chorava. Fiz questão de contar para quem me perguntou. Todos ficaram indignados e começaram a circular rumores sobre o gerente. Um dia depois disso, enquanto estudava, a filha da patroa apareceu falando que eu tinha que ir para LEM, pois as pessoas do escritório estavam nervosas com minha presença ali, ninguém estava entendendo o que eu fazia e tinha mudado muito a dinâmica com a minha presença, além de que havia “fofocas” sobre o que tinha acontecido com o gerente e estavam muito preocupados.

Naquela noite, escrevi uma carta explicando todo o acontecido e explicando minha atitude tanto com o gerente, como com a pesquisa. Primeiro me reuni com a patroa que pareceu ficar mais calma e confiar de novo na minha palavra após ter lido a carta. Me contou que as fazendas vizinhas estavam sendo ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que havia uma grande preocupação até com que eu pudesse ser uma infiltrada do MST. Eu fingi não saber que existia conflito agrário no Brasil. Quando a reunião foi ampliada e vieram o agrônomo e o chefe de departamento, falei que tinha sido eu quem falou para os trabalhadores o acontecido com o gerente porque não tinha motivo para ficar

calada e perguntei pelas “fofocas”. Depois de uma longa conversa, entendi o que estava acontecendo: o incômodo real com o caso de tentativa de estupro derivava de, ao transgredir o segredo do privado, ao contar que tinha sido “desrespeitada” como eles me diziam, tinha feito com que os funcionários começassem a desrespeitar o gerente e colocar em questão a eficiência da gerência junto ao escritório. Isso mexia com a estrutura piramidal.

Os mundos, os espaços e as classes diferenciadas e bem estabelecidas tinham se desfigurado porque de alguma forma que nunca soube, o escritório dizia que os funcionários estavam desrespeitando o gerente. Nunca vi isso acontecer e não sei de que forma isso aconteceu realmente. Ao me encontrar nessa situação ambivalente, em que, até certo ponto, os funcionários tinham se acostumado à minha presença e começávamos a estabelecer conversas, tinha começado a fazer algumas entrevistas e todos eles já sabiam o trabalho que desenvolvia e o que estava pesquisando (ao ponto de brincarem comigo sobre as coisas que tinha que observar ou me dar longas explicações sobre cultivos e como se trabalham determinados cultivos), ao mesmo tempo, eu tinha transgredido para os gaúchos a parte interna, o privado, eu tinha “falado”, atravessado o limite do que pode ser dito. O segredo sobre as mulheres, que está dentro do mundo particular, do doméstico, a relação do desejo, do poder, dos impulsos e do domínio tinha sido verbalizado. Ao mesmo tempo, como me colocaram no escritório, eles já tinham tido aquela preocupação de que alguém pudesse me “*desrespeitar*”, por isso estava só na casa e tinha sido encomendado ao gerente vigiar os funcionários para que ninguém *mexesse* comigo, porque consideravam que os funcionários fariam “*baxaria*” dada “*a falta de cultura deles*” (pelo menos era o que pensavam os patrões).

As pessoas do escritório estavam indignadas porque confiavam nele, um jovem branco, que lutou a vida inteira para se superar, como eles tinham feito ao chegar à Bahia. O discurso da luta, do macho gaúcho que lutou para ter o que tem, a meritocracia de trabalhar por tudo o que se tem, é um dos fundamentos para entender a ordem do respeito. Se queremos entender essa concepção do bem e do mal e de como se constrói o respeito devemos partir da noção do que se entende por trabalho e *sacrifício*. Como colocamos anteriormente, não só temos que falar a língua, precisamos compreender a linguagem do falado para ver como os conceitos e os atos acontecem. Além disso, a ocupação de terras por parte do MST na região, junto com as movimentações em torno ao iminente Impeachment da então presidenta Dilma Roussef, faziam com que a situação de tensão na região fosse extrema. Foi erro meu não ter tido toda a noção sobre a afetação que isso teria. Ao mesmo tempo, desde o escritório foi colocado um medo, que até aquele momento não tinha aparecido, de mim como pessoa de fora, que não se encaixa em nenhuma função prática dentro da fazenda. A partir do medo, da

insegurança e do desconhecimento surgiu uma grande pergunta – qual era meu interesse em estar ali? Estaria planejando alguma coisa malvada? Longe de ser o caso, era uma pessoa alheia àquele universo. Embora eu tivesse explicado o que fazia, era uma coisa estranha e pouco comum para pessoas que têm muito a perder e que recorrentemente falam sobre o Ministério do Trabalho e como o mesmo “*fica atrás deles*”, vigiando os direitos dos trabalhadores.

Em Antropologia sempre se diz que, quando se estuda lugares pobres e marginalizados, as pessoas têm coisas a perder, mas não tantas coisas materiais e econômicas. Os estudos sobre a classe alta são escassos, principalmente pela dificuldade de acesso. Nunca foi minha intenção pesquisar os patrões, mas necessariamente me vi obrigada a considerá-los como elemento-chave. Apresentar a dimensão deles foi necessária precisamente porque são quem permite minha introdução ao campo, sujeita a mim como pessoa de confiança, assim como está ligada à conjuntura política brasileira. No texto de Little (2006), ao falar da pesquisa de campo na ecologia política, coloca-se em consideração uma questão com a qual me deparei e se torna precisa para discutir o quão sinceras/os devemos ser com o que envolve a pesquisa, porque a informação pode ter uma repercussão violenta no campo. Voltando para o texto de Berreman (1975), anteriormente mencionado, o autor discute precisamente o mundo interno e externo, qual é o limite do quanto devemos nos introduzir e do quanto as pessoas se introduzem nas nossas vidas. O controle que se procura é fundamental para se entender a dimensão e analisar o acontecido. A Antropologia como disciplina da suspeita, se torna, por vezes, enredada em uma forma de pesquisa incompreensível. Durante a reunião em LEM me pediram dados e um plano definido do que faria e a patroa explicou, a partir das nossas conversas, que a Antropologia não funcionava assim. Os conflitos, longe de terem terminado, se tornaram um constante de brigas. O controle de impressões, como temos colocado ao longo deste texto, é o eixo que move os conflitos com os quais me deparei, em que um acontecimento fora do extremo controle de impressões desarticulou os dois acessos em que estava trabalhando para poder me manter em campo. As características que me definem para com o mundo e como se relacionar com elas foram uma parte fundamental do estar em campo, do acesso e, portanto, de como entender a pesquisa e a obtenção de dados.

Depois da tentativa de estupro, todas essas questões, que tinham sido medidas e controladas até o momento de uma forma rígida e tensa, explodiram, mostrando toda a complexidade da minha presença enquanto pesquisadora. Se minha preocupação principal era me colocar enquanto pessoa, demarcada dentro da pesquisa para poder colocar meu lugar de fala, o lugar de fala se tornou parte fundamental da pesquisa. A partir de tentativa de estupro,



quando os funcionários começaram a *desrespeitar* o gerente, *mexendo* (como ele havia *mexido* comigo) com a ordem piramidal de poder, subvertendo as formas estabelecidas, demarcando-me, dentro do grupo dos funcionários, enquanto mulher, eles me defenderem na frente do poder seguindo a lógica de “*quando não tá bom para mim, 'vô-me bora'*”, esse limite do orgulho e da honra que não deve ser transgredido.

Os acessos ao campo obrigam a pensar as complexidades da vida social. Não se coloca como uma questão anedótica do começo de campo, vão muito mais paralelamente ao texto mencionado de Berreman (1975), em que sua presença sempre é incômoda na aldeia e os acessos medidos pelas características do tradutor afetam o campo diretamente. A diferença do trabalho dele é que o acesso sempre seria restrito, mas inevitável, ao reconhecer as pessoas da aldeia numa fala com pessoas de fora, que ele mora na aldeia – o que significa que é reconhecido, da mesma forma que eu o fui, embora significasse o afastamento imediato do campo principal, dando outra perspectiva à minha pesquisa. O acesso é constantemente negociado. Nunca se podem prever os acontecimentos em campo nem como estes afetarão nossa pesquisa, mas estes devem ser bem resolvidos para deles conseguirmos informação sobre a qual consigamos fazê-los falar. Cabe destacar a importância da flexibilidade que faz possível a pesquisa. Se afinidades, acontecimentos e desejos constroem o campo de qualquer antropóloga, como podemos ver e sentir nos diários, é importante colocar estes fatos como parte intrínseca de nosso trabalho desde onde falamos. Ao contrário de Ruth Landes, cujo diário pessoal nos aproxima à percepção, mas não mostra o significado dela mesma no campo, tentei fazer uma aproximação da complexidade do campo e do duplo acesso, assim como a necessária explicitação do refletir sobre os acessos ao campo, num sentido amplo dos termos. Consideraria, finalmente, que a etnografia deve ser um percurso que se compõe ao longo de toda a pesquisa, desde a pesquisa bibliográfica até o ponto final, que realmente não é um ponto real, mas uma decisão consciente do limite do falado. Não podemos escrever sem caminhar, sem pensar, sem observar e ver. Tanto modificamos o campo como o campo nos modifica. Como Cardoso de Oliveira (1993) coloca, olhar, ouvir e escrever é o método complexo de elaboração, que não fica no empenho dos detalhes, mas na reflexão na escrita sempre constante e na construção desta para pensar, a partir das particularidades e das limitações, podendo começar a considerar as limitações como vantagens reveladoras e fazer destas úteis. Como diz Silva (2009), ninguém pode ensinar a “fazer campo”, no máximo fornecer dicas e estas formam parte da nossa capacidade humana de interagir, mas para isso precisamos conhecer a partir de onde falamos, sendo nosso lugar de pesquisa necessariamente alheio mediante a ruptura epistemológica.

## CAPÍTULO 2 - A CIDADE DA SOJA

*Todos os seres vivos  
nascem,  
crescem,  
se reproduzem  
e morrem.*

Na fazenda havia uma dúzia de vacas sem nada para fazer e sem propósito algum porque delas não se subtraía nem carne, nem leite. Elas ficavam por perto passeando e comendo. Serviam mais como objeto de aposta ou anedota, como certa vez em que um bezerro ficou órfão, foi adotado e o colocavam para jogar futebol até que morreu por causa de uma cobra ou como na época em que fiz campo e havia uma aposta acontecendo sobre o dia em que uma vaca específica iria parir. Fora isso, as vacas simplesmente observavam a vida da fazenda e se refugiavam embaixo do abacateiro nas horas mais quentes do dia. Desse grupo de vacas, havia duas consideradas rebeldes porque sempre fugiam do grupo e entravam no armazém para comer soja. O gerente ficava enfurecido e expulsar as vacas do armazém se tornou um espetáculo recorrente, sobre o qual se comentava enquanto acontecia como ato social fundamental dentro da fazenda. *Seu Tião*, embora fosse o responsável principal pelo cuidado das vacas, sempre se assustava porque as vacas se alteravam, então costumava a se esconder atrás de uma árvore.

Um dia de manhã, com a safra quase terminada, eu estava junto ao gerente acompanhando a reparação de uma máquina que espalha sementes de milho e sorgo e que seria utilizada à tarde para a plantação. De longe eu vi as duas vacas rebeldes, sigilosamente, se aproximando do armazém. Rapidamente o gerente se alterou e começou a esbravejar com as vacas. Em seguida, eu falei para ele deixar as vacas tranquilas, pois para mim elas não tinham capacidade de comer tanta soja ao ponto de ser tão significativo. Ele olhou para mim e falou: *“Tu é maluca mulher? As vacas não podem comer o dinheiro do meu patrão, depois ele fica chateado comigo, não com as vacas!”* Depois disso saiu para o armazém para expulsar as vacas de lá. O apontamento que ele me fez tem informação fundamental para a compreensão do tipo de exploração de soja desenvolvida nesta região. Se considerarmos a utilidade para a qual a soja é produzida (a alimentação do gado), as vacas, *per se*, não estariam erradas

exercendo o direito delas de comerem a soja do armazém. Só que as vacas não consideraram o fato de que a soja, enquanto *commoditie*, não é comida delas se não passar primeiro pelo processo para o qual a soja foi produzida. As vacas estavam erradas a respeito do momento de consumo da soja. Nesse momento, a soja não era soja, era dinheiro, capital. Só após esta ser vendida, processada, misturada, ensacada, colocada à venda, comprada e distribuída que seria comida para elas. A confusão das vacas enquanto o que é valor de troca e valor de uso era óbvia, pois não foi explicado para elas a diferença, assim as vacas rebeldes tiveram a ousadia de confundir a soja, que naquele momento era valor de troca, com valor de uso, ou sua qualidade enquanto comida.

## 2.1 A soja constrói/nasce

*Quien, con su producto, satisface su propia necesidad, indudablemente crea valor de uso, pero no una mercancía. Para producir una mercancía, no sólo debe producir valor de uso, sino valores de uso para otros, valores de uso sociales.*  
(MARX, 1978, p.50)

O que é um deserto? O que vem à memória das pessoas ao escutarem a palavra deserto? O deserto é uma extensão de terra morta? O que seria então terra morta? E o que seria viva? Olhando para o infinito e vendo só duas linhas contínuas “céu-terra”, só diferenciadas pela cor monótona, estas se tornam perguntas recorrentes e começa a se considerar que o deserto pode ter muitas formas e a própria palavra pode estar mal aplicada em determinados casos. O sentido que tem a vida e morte dos espaços é definido com o propósito destas concepções. Um deserto natural está vivo, é um ecossistema próprio, que tem vidas que nascem, crescem, se reproduzem e morrem naquele entorno. Mas este deserto com vida é considerado morto aos olhos do capital querendo se reproduzir e tornar a vida em parte do sistema produtivo e reprodutivo deste, fazendo da vida a morte. A vida que nasceu destinada à morte é destinada ao capital, mas, ao mesmo tempo, essa vida está morta. Neste capítulo, tentarei fazer uma aproximação do processo da morte da terra e das pessoas nela implicadas se tornando operários ou funcionários rurais, à medida que são absorvidos pelo ciclo da morte da soja enquanto *commoditie*. Esta morte é uma morte em vida, o que se reproduz não é a vida, mas a morte. Esta entra em uma circulação no espaço no qual só o trabalho sobre o deserto desenvolvido cria o fantasma da vida.

Por que falar da “soja-*commoditie*” enquanto criação destruidora? As pesquisas desenvolvidas em torno da monocultura do açúcar tanto no Brasil, quanto em outros países

latino-americanos, como apontam Mintz (1992), Taussig (2010), Schepher-Hugues (1997), etc., destacam uma narrativa comum segundo a qual, o açúcar, *e.g.*, ou qualquer outro monocultivo, tem a capacidade de comer tudo. Comer a vida, comer a terra, comer as pessoas, comer a saúde. Esse comer é a capacidade de apropriação, espalhamento e dominação de todas as partes das vidas por parte do monocultivo. Temos que considerar e ver todas as formas de resistência, tanto das pessoas quanto da vida vegetal, a essa dominação que se manifesta com a vida contra o imperialismo. A soja-*commoditie* é a vida na morte. Enquanto sua qualidade como criação destruidora é o elemento que dinamiza o ciclo de morte que através do trabalho cria o fantasma do desenvolvimento. Mas esta só seria uma circulação das fases da morte na qual não está se produzindo nada, nem se reproduz vida nem produz as vidas de quem trabalha. Tudo o que ocorre é circulação, em um eterno deserto que se abre ante nossos olhos em um circuito que se repete a cada poucos meses, mostrando uma falta de mudança sobre a mesma terra, que não muda e que não respira.

Ao longo deste capítulo, a modo de ilustração, irei introduzir fotos que produzi durante a minha estadia em campo para mostrar uma dimensão visual a partir de como se desenvolve o processo produtivo. As fotos acompanharam este processo mostrando de uma forma paralela uma própria história da produção.

### **Série fotográfica: Imensidade da terra**







Bataille (2013), no livro *A parte maldita*, desenvolve categorias de análises interessantes para pensar sobre o espaço da terra como espaço produtivo. Segundo o autor, é necessário fazer outra análise da economia para compreender as dinâmicas estabelecidas na economia capitalista à luz de uma outra perspectiva. O planeta terra, como espaço limitado de exploração dos recursos naturais, é uma barreira para a exploração do mesmo. Bataille (2013) faz duas análises que nos interessam, a primeira que se refere à terra de monocultivo como improdutiva e a segunda sobre a questão do dispêndio inerente às sociedades.

Se levarmos estas considerações à área da terra que aqui nos interessa, Bataille (2013) vai considerar a acumulação de terra no capitalismo como um dispêndio desnecessário, um dispêndio baseado na vaidade, embora terra seja “produtiva”. A concentração de terra, assim como a produção de monocultivo, seria desperdício vaidoso porque a produção de mercadoria não contribuiria nem na distribuição, nem na acumulação com o propósito de dádiva. A produtividade de um deserto está na reprodução da vida deste, enquanto espaço que permite o desenvolvimento de determinadas formas de vida. O problema ao confrontar isto com o sentido do capitalismo é a necessidade deste de produzir mercadorias. Nesse sentido, a terra que não produz mercadorias é uma terra não produtiva, uma terra inútil, uma terra morta. Existe, portanto, uma dicotomia do sentido do deserto para o capitalismo. O deserto vivo seria, aos olhos do capitalismo, um deserto morto, enquanto o deserto vivo produzido no sistema capitalista seria um deserto que permite a circulação do capital. Entretanto, aos olhos do capitalismo, o deserto por ele produzido seria uma criação, mas ao ser um deserto morto seria uma criação-destruidora. Assim, quando falamos do território do oeste baiano, devemos considerar este enquanto espaço ecológico. Em sua forma natural, componente do bioma do cerrado<sup>18</sup>, este foi considerado nos termos produtivos da lógica do capital como terra infértil. A vida que se desenvolve na área do cerrado é uma vida seca, de árvores baixas e animais que se refugiam na terra. Uma vida ecológica plena, mas que não produz de acordo com o modo capitalista. Antes de começarmos a abordar como o oeste baiano foi integrado na pauta de desenvolvimento explicitada aqui, cabe destacar que esta vivência de “desenvolver” um

---

<sup>18</sup> Segundo o site oficial do Ministério do Meio Ambiente do Brasil: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>  
“O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km<sup>2</sup>, cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.” Além disso, é destacada no site a grande importância que tem como uma das maiores savanas do mundo e a importância que tem para os animais e vegetais que moram no cerrado.

território é uma narrativa comum por parte das/os gaúchas/os que foram colonizar o oeste baiano, como apontou a autora López (2014), assim como corroborei durante o campo. Estas narrativas, que podem ser bem analisadas na dissertação de López, oferecem uma perspectiva da ideologia que permeia o desenvolvimento do oeste baiano como incorporação desta concepção de desenvolvimento na visão local dessas pessoas. Nesse sentido, as pessoas se transformam em agentes que procuram destruir uma vida que consideram improdutiva, por uma morte produtiva, que consome toda a energia que está a serviço da vida (terra, minerais, água, solo, etc.), com o único fim de criar mercadoria a ser vendida, mas que não cria alimento e não mantém nem a vida.

A segunda análise feita por Bataille (2013) que nos interessa parte do que começamos a discutir sobre a manutenção e o sentido que a vida tem nos espaços em função do objetivo da produção. Para manter a vida de todos os seres vivos que habitam o planeta, há mais recursos energéticos do que seria necessário para a sobrevivência dos seres vivos. O autor parte do pressuposto de que todas as sociedades geram dispêndio, este pode ser funcional ou vaidoso. Toda a produção a mais se torna dispêndio que pode ser utilizado de uma forma proveitosa ou não. O dispêndio como forma de reprodução da vida é o que o autor vai apontar como fundamental. As formas econômicas em todas as culturas serão feitas para produzir mais do que o necessário. O desperdício estaria na base da economia das coisas como forma de produção. O dispêndio produtivo não teria só o fim de produzir, nem tampouco o “sentido social” que tem a produção no capitalismo, orientada essencialmente pela lógica do valor, senão que seria uma relação de forças produtivas que estariam no eixo da produção material das sociedades, que não só procurariam a sobrevivência material do grupo. O dispêndio estaria no centro dessa produção material para, mediante isso, poder se produzir e reproduzir socialmente, no sentido de criar laços para além da sobrevivência material.

Poderíamos considerar os exemplos clássicos do *Ensaio sobre a Dádiva* de Mauss ou o analisado por Malinowski (1986), sobre o *Kula*, da ótica destacada por Cardoso de Oliveira (1993), no trabalho “*Vocação crítica da Antropologia*”, ao apresentar a crítica feita por Dalton a Armstrong sobre a análise feita em torno do intercâmbio de conchas, que seria semelhante à análise de Malinowski sobre o *Kula*. No *Kula*, como explica Malinowski, o intercâmbio de conchas teria um sentido mais profundo do que uma simples transação econômica, esta troca revelaria um campo social mais profundo de dádivas, no qual as correspondências não seriam entre dinheiro e mercadoria. Na troca de dádiva estaria intrínseco o campo simbólico da produção e reprodução social, no qual a reciprocidade é feita mediante o *Kula*. O intercâmbio de presentes estaria voltado para a criação de alianças, aquisição de *status*, etc. Nesse sentido,



se tratamos do exemplo do *Kula*, nos deparamos com a situação na qual o excesso de produção em forma de desperdício (“destruição”) entra em circulação dentro da vida social como elemento que transcende à própria utilidade material da produção acumulada, sendo ela dirigida a um *ethos*/relação social que permite produzir e reproduzir o sistema de trocas estabelecido entre os círculos sociais. Dessa forma, o dispêndio seria necessário como forma de reprodução das relações sociais, com, às vezes, o único objetivo da destruição de tudo o que foi gerado em uma festa.

Bataille (2013) chama a atenção para a necessidade de entender este dispêndio funcional não só como a simples destruição de tudo, mas olhar para o sentido sociocultural inerente ao dispêndio que envolve trocas, favores, relações, casamentos, etc. Nesse sentido, abordando a produção capitalista, esse dispêndio seria reconfigurado e entendido de uma outra forma. Toda produção está dirigida a se tornar mercadoria, ou seja, enquanto a produção é social, a apropriação é privada. A forma para a qual o dispêndio se produz tem outros sentidos. A circulação das mercadorias que faz com que o valor delas enquanto valor de troca seja efetuado para que no fim o valor de uso seja realizado. Se consideramos o que afirma Bataille (2013) como dispêndio (“destruição”), qualquer consumo para além das necessidades de sobrevivência, encontramos por um lado: a forma de desperdício da dádiva a qual é dirigida à reprodução social da sociedade; e o dispêndio dentro do capitalismo, segundo o qual as mercadorias são produzidas para entrarem em circulação enquanto valor de troca até elas serem utilizadas como valor de uso. Dentro desta discussão, torna-se interessante colocar uma crítica importante que foi feita a Armstrong sobre o intercâmbio de conchas como forma econômica social do dispêndio, apontada por Dante e analisada por Cardoso de Oliveira (1993). Se como temos colocado até agora em relação ao que argumenta Bataille, o dispêndio do que foi acumulado teria um sentido de reprodução social no qual as trocas econômicas, materiais e sociais estariam no eixo da importância da dádiva, devemos considerar o sentido adquirido pelas conchas nesse intercâmbio de bens. Mas estes bens se diferenciariam considerando que ao não terem sido produzidos no sistema capitalista não estariam extraindo a mais-valia do trabalho. Armstrong defende que as conchas seriam um equivalente de troca pelos bens como seria no mundo capitalista o dinheiro, colocando determinado valor de troca relativamente a cada concha. Nesta perspectiva, as conchas seriam entendidas enquanto dinheiro, elas estabeleceriam em cada produto a ser trocado um valor equivalente em conchas. Como foi destacado pelo autor Danton, apontado por Cardoso de Oliveira, as conchas não seriam equivalentes ao dinheiro, muito embora estas pudessem ser trocadas por bens. As conchas adquirem um papel importante nas dádivas, provocando a circulação delas, sendo

assim as conchas teriam um papel fundamental nas trocas sociais, que movimentariam questões fundamentais como poder, posição social, casamentos, dentre outras questões que extrapolam o universo da reprodução material de vida. Desta forma, cabe destacar que o sentido que adquire o dinheiro no capitalismo difere-se do sentido das conchas trobianesas. Segundo Marx (1978), o dinheiro tem três características: reserva de valor, unidade de conta e meio de circulação. As três devem estar presentes naquilo que é considerado dinheiro, de forma que as conchas não poderiam ser consideradas dinheiro.

Ao definir o valor de uma mercadoria como valor de troca, a mercadoria está perpassada por elementos da sociedade capitalista, em contraposição ao exemplo do *Kula* nos quais os bens, tanto como forma de troca como de dádiva, têm um valor específico em relação aos valores simbólicos estabelecidos em cada cultura. Isto se diferenciaria das trocas mercadoria-dinheiro das sociedades capitalistas. Como Marx (1978) aponta o sentido que o dinheiro tem ao expressar o valor das mercadorias não seria numa base de equivalência “a-histórica”, mas numa base sócio-histórica determinada, na qual a mercadoria se torna “veículo” de valor em função de um *ethos* que estabelece as coisas enquanto valores-de-troca. Quando Marx (1978) analisa o papel do dinheiro na reprodução capitalista, ele destaca que este tem o sentido de equivalente geral de trocas, ou seja, o dinheiro é um símbolo que expressa o *ethos* da sociedade capitalista (o valor das coisas). Marx (1978) destaca que era mais adequado buscar entender em quais condições históricas as mercadorias adquirem valor, essa observação situava o valor das mercadorias numa dimensão histórica e social específica.

Como apresentamos no começo deste capítulo, a confusão das *vacas rebeldes* estaria precisamente em que elas estariam consumindo a soja-mercadoria no momento anterior à sua entrada na circulação de acumulação do capital, consumindo a soja como valor de uso antes de passar pela circulação de acumulação de valor, enquanto a soja ainda era valor de troca para o proprietário. Ao falar de soja, como coloquei até agora, temos que transcender o conceito de soja a um plano mais abstrato do que do próprio grão. A soja como mercadoria precisa ser colocada na dinâmica na qual transita da forma capital-mercadoria, para a forma capital-dinheiro, ou seja, é o percurso de destruição da soja intermediado por um sentido social da sociedade capitalista, no processo de produção da ração animal, principal objetivo da produção do grão. A soja-*commoditie*, com o objetivo de se tornar a base principal da ração animal, entraria na lógica do capital para se assumir como dinheiro. Devemos considerar que, nesse processo, o grão não seria o componente da ração animal e sim, o farelo de soja após este ser processado para a produção de óleo de soja. Mais adiante este processo será melhor analisado.

Se, como tem sido discutido, a soja é produzida como mercadoria com o único objetivo de ser valor e permitir acumulação, podemos destacar ainda que, no contexto do oeste baiano onde realizei a pesquisa de campo, pude perceber que a soja é utilizada como referência comercial em determinadas transações como aluguel de terra para plantio. Outro exemplo seria a utilização da saca de soja como medida para controle da destreza do trabalho. Considerando que a soja é o fim último, esta deve ser cuidada e mimada ao extremo. *O Sarará*, um dos funcionários já mencionados, que trabalhava principalmente dirigindo o trator, me explicou enquanto conduzia a máquina plantando milheto<sup>19</sup> que plantar *daquele jeito*, sem muita atenção, sem muita preocupação, era só porque era a *safrinha*, pois quando a plantação é de soja tem que ser feita com muito cuidado, para fazer tudo *certinho*, não pode ter nenhuma perda. A preocupação com as perdas é absoluta. Qualquer grão significava um grão a menos que poderia encher a saca.

### Série fotográfica: O simples grão



A saca (60 quilos/soja) é o referencial de valor, segundo o qual se fazem transações de grande importância e, ao mesmo tempo, é a medida utilizada dentro da lavoura para calcular as perdas, não sendo as perdas contabilizadas em quilos, mas sim em sacas. Em primeiro lugar, a soja como valor de transação se refere, por exemplo, ao caso (comum) de

---

<sup>19</sup> Uma semente minúscula, menor do que meio grão de arroz, que obrigava ele a parar o trator sempre por conta dessas sementes obstruírem a máquina.

que uma terra seja alugada para se produzir soja. Se for uma terra sem *desbravar*, será alugada sem nenhum valor por até 3-4 anos. Após esse tempo, a terra já estará *pronta* para ter uma boa produção. Se considera, como expliquei mais no começo, que a terra é tão *pobre* que não conseguirá produzir o suficiente para não ter perdas (econômicas). Os primeiros anos são só para *nutrir* e *educar* a terra para a produção. A partir disso se considera que depois de ter colocado os *nutrientes necessários*, a terra começa a ser *produtiva*. A partir do momento que a terra se torna *produtiva*, o locador terá que pagar ao locatário tomando como referência as sacas de soja. No primeiro ano (a partir do momento que ela se torna *produtiva*), o locador paga só uma saca por hectare e, na medida em que o solo está mais *nutrido* e é mais produtivo, o número de saca por hectare aumenta.

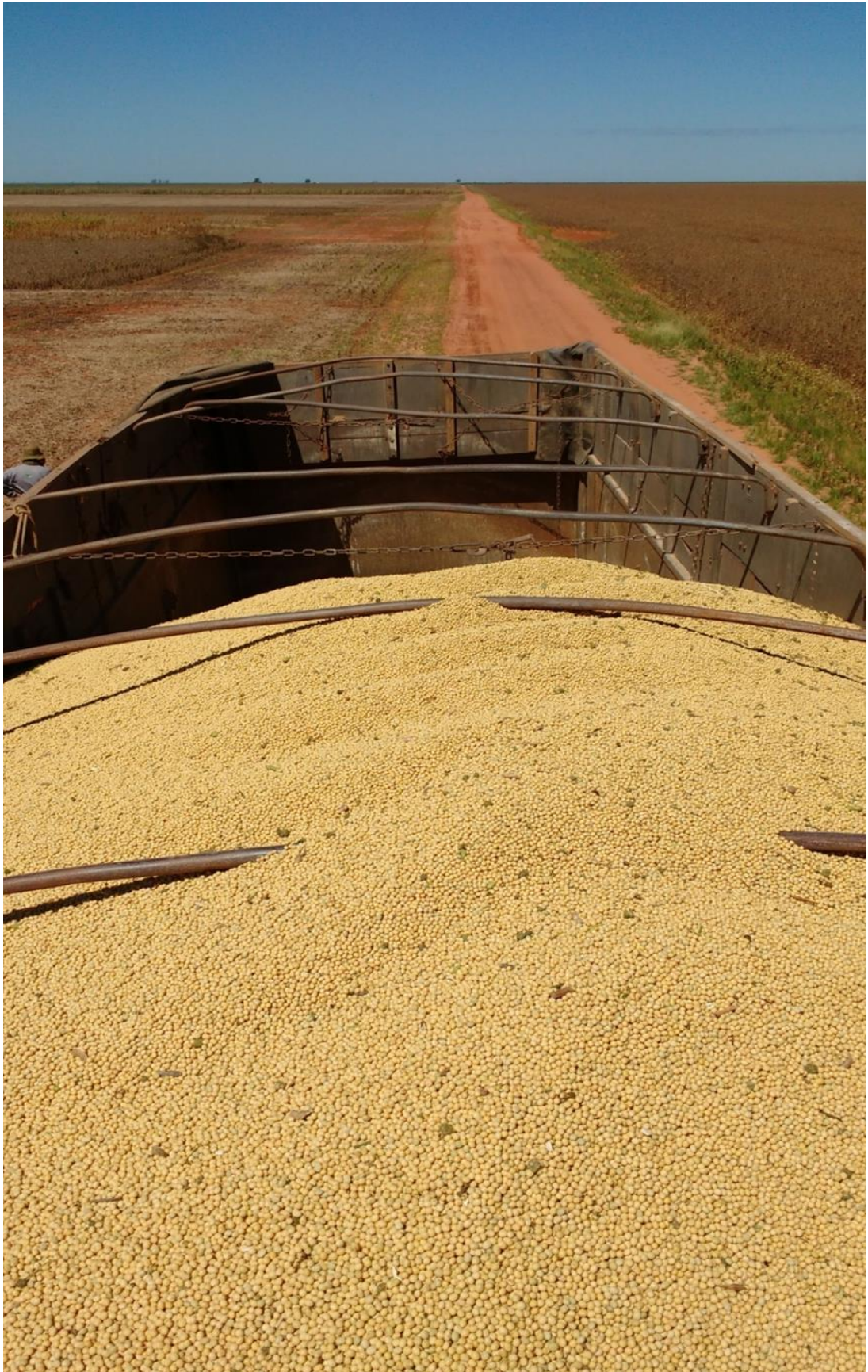
Desta forma, a saca de soja pode ser pensada como referencial comercial utilizado para simplificação, considerando a instabilidade da bolsa de valores na qual o valor da saca de soja é especificado. Entre março e abril de 2016, quando estava em campo, falavam que a saca estava a R\$ 60,00 (sessenta reais). Segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, R\$ 63,00 ou U\$ 8,92 e, no caso da semente de soja, R\$ 80,00 a saca. Esse valor é variável ao longo do tempo, como acontece frequentemente com as *commodities* no mercado internacional. Em 20 de outubro de 2016, por exemplo, a saca de soja estava cotada a R\$ 67,00 ou U\$ 9,77; há um ano atrás, 20 de outubro de 2015, custava R\$ 77,00 a saca e há dois anos, em 20 de outubro de 2014, a saca de soja estava a R\$ 55,00. Estes dados correspondem ao mercado internacional regido pela Bolsa de Chicago. Se atentarmos aos dados por município da Bahia, este se mantém constante ao longo dos meses e as mudanças são mais lentas. É por causa disso que a saca de soja se torna unidade de referência econômica mais importante do que o “dinheiro em si”, pois sendo aquela região muito especializada na produção de soja e sendo esta uma *commoditie*, totalmente sujeita à dinâmica do comércio internacional as pessoas da região tendem a estabelecer e pensar as relações comerciais a partir da saca de soja.

O armazenamento da soja ajuda também nesse controle mediante os silos, mas essa parte do processo produtivo será desenvolvida mais a frente. A saca de soja dentro da dinâmica de trabalho da soja adquire também outro sentido além do papel que tem enquanto referencial comercial. Durante a época da safra na lavoura, na dinâmica da colheita, do descarregar no caminhão até encher, ir até o silo, etc., são feitos controles de perdas que as máquinas/trabalhadores fazem, porque é a máquina que faz, mas o trabalhador é quem não a dirige com precisão. Cada saca é vital, cada grão que compõe a saca é vital, muito embora seja comum nas bordas dos caminhos grande quantidade de soja, o que poderia dar uma saca

ou meia desperdiçada. Há um controle muito grande sobre determinados processos, mas sobre outros não tanto. A soja das bordas da lavoura é considerada soja “suja”, porque esta contém mais traços de terra por estar nas margens do caminho. Quando os caminhões levam a soja para descarregar, a soja que está *suja* pelas *impurezas* é descontada do valor total da carga que o caminhão transporta, a perda (de dinheiro) é menor deixando a soja *impura* na lavoura.

Em determinado dia o céu amanheceu chuvoso. Ficamos esperando até a umidade passar para poder colher. Naquele dia, *Russo* estava estressado porque estava perdendo tempo e dinheiro. Quando a colheita começou, trabalhou rapidamente tentando adiantar todo o tempo perdido. Quando a colheitadeira chega, estende o braço e devagar começa a retirar a soja de dentro, normalmente tentando distribuí-la no caminhão, mexendo-a até terminar. O *Russo* procurava começar a jogar a soja enquanto estava chegando com a colheitadeira e quando via que estava acabando começava a caminhar de novo para a colheita. Naquele dia ele estava trabalhando inclusive mais rápido que o normal, assim foi enquanto descarregava: não calculou bem e umas cinco sacas de soja foram ao chão. Estávamos dois caminhoneiros, *Chico e Kiko*, e eu. *Kiko* ficou desesperado. Procurei com *Chico* na caminhonete alguma sacola com a qual pudéssemos pegar a soja que tinha caído. Achamos na parte traseira da caminhonete umas sacolas de agrotóxico e as levamos. Começamos a encher as sacolas. Enquanto *Chico* jogava as sacolas de 20 kg no ar para que os caminhoneiros as pegassem. Depois de encher quase dez sacas, ainda havia mais 20 kg (pelo menos) no solo, mas *Kiko* mandou parar, alegando que seria mais perda que benefício porque o grão estava misturado demais com a terra.

**Série fotográfica: Umas horas de safra**



Ao mesmo tempo, a preocupação é o controle das perdas. Estas são rigorosamente vigiadas e como pude observar durante o trabalho de campo este sistema de controle era especialmente exercido sobre o *Russo*. O *Russo* era um trabalhador terceirizado que tinha sua própria máquina e era contratado pelas fazendas para colher soja durante a safra, ele ganhava por hectare colhido, independentemente da quantidade de sacas por hectare que tivesse colhido. O tanto de sacas por hectare é o que define uma boa safra ou não. Há dez anos, no oeste baiano, 40-50 sacas por hectare era uma boa safra, hoje, fazem comparação com Mato Grosso, terra mais produtiva e que colhe até 80-90 sacas por hectare. Isso é uma safra muito boa no oeste baiano, onde a terra é considerada pobre para esta produção. Quando eu fiz campo não havia chovido e tinha fazenda colhendo apenas oito sacas por hectare, o que não dava nem para cobrir os custos da safra e implicaria ficar endividado com o banco. Para que uma safra seja rentável no oeste baiano, diziam que era preciso colher pelo menos 30 sacas por hectare. *Kiko*, o técnico agrícola, era o principal responsável por vigiar esta contabilidade, além disso, ele fazia outros controles da lavoura. Enquanto o gerente, principal chefe que morava na fazenda, controlava todos os trabalhadores em diferentes terras/lavouras, *Kiko* ficava onde estivesse sendo feita a colheita principal de soja. Assim que ele desenvolveu confiança, começou a delegar parte do trabalho rotineiro que tinha para mim, para ele poder adiantar outras coisas que fossem precisas. Nunca colocou nenhum impedimento, caso eu quisesse ir para outro lugar, mas normalmente eu o ajudava a fazer os testes de quebra do grão e de perda do grão. A quebra do grão só era realizada quando se colhia para semente. O grão que é para ser semente é vendido mais caro, pois exige uma qualidade maior, isso implica uma colheita mais lenta para que a máquina não provoque tantos danos nos grãos. Já a colheita de grãos pode ser mais rápida, uma vez que toda a soja será processada para dividir o óleo do farelo que será vendido para a produção de ração para o gado. A quebra dele é menos importante, mas a perda desse grão no solo deve ser evitada. O *Russo* era criticado porque colhia rápido para fazer mais hectares, mas ao não ter carteira assinada como trabalhador regular da fazenda, e sim como trabalhador terceirizado, os trabalhadores reconheciam que na verdade era lógico o que ele fazia para ganhar mais dinheiro. Por metro quadrado se estima que abaixo de 20-30 graus<sup>20</sup> é normal a perda. Se for mais, pode-se chegar a perder mais de duas sacas por hectare. Atentar, portanto, a estes processos se torna fundamental para poder compreender o sentido de valor que adquire a soja enquanto mercadoria no oeste baiano.

Para compreendermos o processo pelo qual determinado produto adquire estas

---

<sup>20</sup> Calcula-se 20-30 mais ou menos porque de cada hectare se fazem várias amostras, então se faz um cálculo em função das amostras colhidas.

características se torna imprescindível atentar ao processo sócio-histórico de criação deste espaço de monocultura no oeste baiano, conforme colocado. Esse processo está inserido na história da economia mundial, assim como na história brasileira e no espaço da cidade de LEM, uma cidade agroindustrial igual a muitas outras cidades do Brasil, como analisa a autora Almeida (2013), na tese sobre as relações de poder dos gaúchos, na qual ela analisa as formas de criação das cidades agroindustriais também no norte de Mato Grosso.

A epistemologia desenvolvida por Marx trouxe para o estudo das ciências sociais, especialmente para o estudo da economia política, um elemento central: a ideia de totalidade. A totalidade preserva as relações sociais enquanto caminho teórico para compreender a dinâmica da sociedade, em lugar de transitar teoricamente com base no indivíduo isolado do contexto histórico-social. Osório (2004) destaca,

*[...] no es que el marxismo no hable o no pueda considerar a los individuos en su análisis. El problema reside si asumirlos aislados del campo social en que se desenvuelven, desde una naturaleza abstracta y atemporal, y desde allí definir sus acciones, motivaciones, intereses, necesidades y racionalidades, como lo consideran la economía neoclásica, la ciencia política del rational choice o la sociología de la acción social, o bien considerar que sus motivaciones, intereses, necesidades y racionalidades están enmarcadas por el campo de relaciones sociales en donde esos individuos se ubican. (OSÓRIO, 2004, p.14)*

No caso do oeste baiano, entender os determinantes históricos e sociais que marcam o seu desenvolvimento capitalista é imprescindível para perceber os processos – que vão do global ao local – e que interligam este espaço geoterritorial e os sujeitos que habitam tal espaço. A região do oeste baiano, conhecida pela ampla produção de soja, é resultado do projeto de modernização conservadora<sup>21</sup> da agricultura brasileira, que começou a partir de 1964 com a ditadura militar. No plano internacional desde o final do século XIX, em virtude dos avanços das forças produtivas (máquinas, genética vegetal e agrotóxicos), estava em curso uma profunda mudança na agricultura dos países centrais, que ficou conhecida como “Revolução Verde”, tal revolução construiu paulatinamente uma base industrial e capitalista sobre este setor.

---

<sup>21</sup> A modernização conservadora foi a industrialização da agricultura brasileira ao longo dos anos da ditadura militar, como será explicado adiante no texto.



### Série fotográfica: Colheitadeira



Romeiro (1991) destaca que um dos principais vetores técnico-produtivos da Revolução Verde foi o Modelo Euro-Americano de Modernização Agrícola do final do século XIX. Esse modelo de produção se difundiu internacionalmente e hegemonizou a configuração de determinados espaços a partir da generalização da prática da monocultura. Combinando inovações mecânicas, genética vegetal e agrotóxicos para sustentar a monocultura, este modelo se desenvolveu com base no uso intensivo de fertilizantes químicos, sementes selecionadas capazes de responder aos fertilizantes, utilização de tecnologias de reestruturação e condicionamento de solos degradados pela monocultura e no controle de pragas com base nos agrotóxicos (ROMEIRO, 1991, p.175).

Goodman, Sorj e Winkinson (1990) salientam que a Revolução Verde marca uma expressiva homogeneização do processo produtivo agrícola a partir de um conjunto compartilhado de práticas agrônômicas e de insumos industriais genéricos aplicados em escala mundial. Para esses autores, dois elementos constituem a inovação central da “Revolução Verde”, quais sejam: os altos rendimentos e as variedades de culturas que respondiam bem aos fertilizantes químicos.

Nos EUA, o desenvolvimento das novas técnicas representou para as grandes explorações capitalistas a possibilidade de ampliar a monocultura do milho e também da soja. Dados revelam que nos EUA “de 1924 a 1926, a soja ocupava cerca de 770.000 hectares; perto de 80% da produção era usada como pasto, colhida para forragem ou enterrada como

adubo verde. De 1938 a 1940, a soja ocupava 4,2 milhões de hectares, 39% dos quais eram colhidos como grão [...]” (BERTRAND et al, 1987: p.59)

Essa evolução no quadro de produção e consumo da soja tem relação com a conjuntura favorável que a soja experimentou nos EUA na crise entre as guerras. Bertrand et all (1987) chamam atenção para o fato de que a soja começa a se destacar na economia americana diante da crise de superprodução, especialmente do milho e do algodão, que atingiu os EUA a partir da segunda década de 1920. Além disso, a soja se apresentou como cultura alternativa para combater a profunda degradação do solo deixada pela monocultura do milho. Assim, a soja passa a atrair cada vez mais a atenção dos produtores interessados em “fazer dinheiro” e aos poucos se constitui o complexo americano da soja, integrando produtores, comerciantes, cientistas e Estado.

A partir do Pós-Guerra houve um profundo e rápido processo de concentração e centralização de capitais, o que consolidou o império das multinacionais para além das fronteiras dos países centrais. A partir desse período, os países da periferia capitalista passaram a experimentar entradas massivas de capitais estrangeiros. No momento seguinte, a ditadura militar atuou no sentido de preparar o Brasil para absorver, a partir dos anos 1970, mais uma nova rodada de capitais estrangeiros e de oferta de crédito, dessa vez na forma de empréstimos externos. Esses dois elementos são importantes para entendermos o contexto de consolidação dos complexos agroindustriais no Brasil. Para Müller (1982), a expressão “industrialização do campo” diz respeito a um processo histórico no qual a lógica industrial de produzir é estendida ao mundo rural, transformando este espaço em espaço de acumulação do capital. Neste espaço de acumulação do capital se formaria um espaço só de circulação, como apontamos no começo.

No caso do Brasil, especialmente a partir da transformação capitalista da agricultura nos anos da ditadura militar, a lógica da monocultura, orientada exclusivamente para a produção das culturas consideradas mais rentáveis, se desenvolveu com base numa estrutura fundiária herdada da época da colonização. Delgado (1985) afirma que o processo de transformação da base técnica e das relações de produção na agricultura brasileira a partir da segunda metade dos anos 1960, que ficou conhecido como “modernização conservadora”, preservou a estrutura fundiária caracterizada por latifúndios e fomentou, por meio de políticas econômicas, a assimilação técnico-científica nessas unidades econômico-territoriais. Como Germani (2006) observa, a história do Brasil é elemento indispensável para a compreensão das relações sociais e do arcabouço jurídico-institucional que foram definindo a apropriação

privada e, concomitantemente, a organização do espaço agrário brasileiro ao longo dos distintos períodos.

O modelo de estímulo à agricultura capitalista e à monocultura implementado na ditadura seguiu se afirmando ao longo das décadas seguintes. Nos últimos anos, diante da expansão da China como principal país comprador de soja, essa especialização foi ainda mais reforçada, como é possível observar na tabela abaixo, que mostra o complexo exportador da soja como o principal do Brasil nos últimos anos.

Tabela 1: Exportações do agronegócio entre 2006 e 2012 (em U\$\$ milhões)

| <b>Produtos</b>                            | <b>Ano 2006</b> | <b>Ano 2012</b> | <b>Incremento no período (%)</b> |
|--|-----------------|-----------------|----------------------------------|
| <b>1° Complexo da soja</b>                 | 9.308           | 26.114          | 180,6                            |
| <b>2° Carnes</b>                           | 8.642           | 15.736          | 82,1                             |
| <b>3° Complexo sucroalcooleiro</b>         | 7.788           | 15.045          | 93,2                             |
| <b>4° Cereais, farinhas e preparações.</b> | 723             | 6.674           | 823,5                            |
| <b>5° Café</b>                             | 3.364           | 6.463           | 92,1                             |

Fonte: Elaboração própria, 2014, com dados do MAPA, 2012.

O processo de incorporação das áreas agrícolas do oeste baiano obedeceu a este modelo de produção capitalista da agricultura. Enquanto as regiões Sul e Sudeste passaram pela construção deste modelo de produção já nos primeiros governos da ditadura militar. No oeste baiano isso começou a ser delineado a partir do começo dos anos 1980 e se concentrou em torno da cultura da soja. Essa região é tida como a maior do estado da Bahia, ocupando 114.873 Km<sup>2</sup> de extensão territorial, área que envolve aproximadamente 20% de toda área do estado que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem 564.732,642 Km<sup>2</sup>.

Toda essa orientação econômica voltada para a monocultura conduziu a uma concentração da produção da soja em algumas regiões brasileiras e a região do oeste baiano seguiu esta tendência concentrando a produção em soja. Desde então, a exploração agroindustrial no oeste baiano, baseado no modelo da monocultura e do uso intensivo de tecnologia é reconhecidamente o principal atrativo econômico da região. A base da agricultura na região de LEM foi desenvolvida na necessidade de aplicar tecnologia para possibilitar a produção. Esta necessidade criou um fetichismo pela mercadoria que se expressa na forma de controle da plantação mediante o uso continuado em todas as fases da produção. Medir,

pensar, calcular, controlar, anotar são as bases do controle exercido sobre o solo com propósito de diminuir as perdas, como, por exemplo, no controle de perdas do grão no chão que se realiza procurando grãos de soja por metro quadrado ou, como comentei, nas perdas voluntárias de grãos de soja para diminuir a perda total do lote de soja transportado.

Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM-IBGE) do ano de 2012, o Estado da Bahia atingiu a 6ª posição na representação nacional dentre os estados produtores de soja. Toda a produção de soja da Bahia está concentrada no oeste baiano, mais especificamente em seis municípios: Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina e Riachão das Neves. Além disso, essa região passou a ser destino de trabalhadores da região Nordeste e pequenos e médios produtores das regiões Sul e Sudeste. Para Santos (2015),

Os espaços de cerrados baianos, quando incorporados à nova dinâmica agrícola, passaram a ser o destino de fluxos migratórios originários tanto das áreas agrícolas regionalmente menos atingidas pelo avanço do moderno capitalismo, como de municípios da região Nordeste e das regiões Sul e do Sudeste do país, que passaram por um processo de modernização da base técnica agrícola na década de 1970. Os territórios dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Angical, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina (principais produtores de grãos do Estado) foram transformados em uma das poucas áreas de grande interesse de reprodução do capital no Estado, rompeu resistências ao crescimento econômico do seu setor agrícola e passou a ser tratado como importante centro para o processo de acumulação dos setores avançados do capital nacional e internacional. (SANTOS, 2015, p.239)

A cidade de Luis Eduardo Magalhães (LEM), espaço geoterritorial específico deste trabalho de pesquisa, funciona como eixo econômico-administrativo das fazendas que se estendem ao longo de quilômetros em todas as direções, principalmente no chamado “anel da soja”. Este município não existia até o ano 2000, pois fazia parte de Barreiras na condição de distrito e recebia o nome de Mimoso do Oeste. De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) da Bahia, em 2013, após 13 anos na condição de município a cidade de Luís Eduardo Magalhães apresentou um PIB de R\$ 3.365.000,00, destacando-se na Bahia como a 8ª cidade mais importante em termos dessa variável econômica. A partir da emancipação de LEM, em 2000, esta continuou crescendo e se desenvolvendo em termos capitalistas como eixo econômico de produção da soja na região.

## Série fotográfica: Caminhão pronto para sair



### 2.2. A soja desenvolve/cresce

*Kiko sempre falava que as pessoas iam trabalhar em Luís Eduardo Magalhães por algum motivo. Ninguém chega gratuitamente em LEM, seja nordestino ou gaúcho, sem refletir os condicionantes sociais, econômicos e históricos que os chamaram, porque naquela terra maldita, de solo vermelho, só se pode trabalhar e fazer mais nada. Quem moraria em algum lugar só para trabalhar?*

*Seu Tião* nasceu no interior de Alagoas, numa região de cana, em 1973 mais ou menos. É um homem baixo, com as rugas aprofundadas no rosto e com corpo forte. *Seu Tião* tinha uns olhos muito expressivos, meio-claros, e a pele acabada pelo sol. Nunca conversava muito com ninguém, mas todos os outros trabalhadores sentiam um grande respeito por ele. *Kiko* dizia que tratava *Seu Tião* com o mesmo respeito que dava ao seu pai. Trabalhava cuidando da fazenda: limpando, fazendo serviços gerais, ajudando no que fosse necessário, cuidando das vacas, etc. *Seu Tião*, como muitos outros alagoanos, chegou em LEM nos

caminhões que vinham de lá com catadores para *desbravar* as terras. Ele nasceu numa pequena roça onde morava com a família. Quando tinha 10 anos, o pai abandonou a mãe e ele teve que começar a trabalhar. *Seu Tião* nunca tinha ido à escola. Dentro da fazenda, as pessoas insistiam para que ele aprendesse a ler e a escrever, mas ele sempre respondia que era muito velho para aquilo. Aos 20 anos se casou pela primeira vez e atualmente é casado com outra mulher, viúva e que recebe pensão. Trabalhou como cortador de cana-de-açúcar a maior parte da vida. Segundo o cálculo dele, para uma família morar bem (ter casa, comida, roupa, educação, saúde etc.) precisava de algo entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00 por mês. Cortando cana 6 meses no ano, ele ganhava algo entre R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 por mês, em função da área cortada. Considerando este valor, teria de R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00 ao mês para viver o ano todo. Embora na fazenda houvesse um grande silêncio sobre o que estava acontecendo na política brasileira, a única manifestação que ouvi por parte dos funcionários foi em relação à Bolsa Família<sup>22</sup>, principalmente por parte de *Seu Tião*, que dizia que o programa havia ajudado muito nos meses em que não tinha *nada*. Quando *Seu Tião* falava de Alagoas e da família sempre ficava triste e melancólico. Ele demorava mais de um dia para chegar até Alagoas e só ia durante 15 dias no ano em visita à família. Ele sempre falava que valia a pena trabalhar na fazenda, embora morasse longe da família, pela segurança econômica e porque já não tinha mais corpo para cortar cana, nem para catar. Ele ligava todos os dias para a família. Tinha três filha/os, o mais novo ainda na adolescência. Sempre contava com orgulho que ela/es estavam estudando ainda e que a filha mais velha estava fazendo um curso para trabalhar em lojas comerciais. Ao mesmo tempo, que reclamava que as pessoas novas não se interessam mais pela roça e que só querem ir para a cidade para ganhar dinheiro, esperava que os sua/eus filha/os fizessem isso porque a cana tinha *comido* tudo.

A vida de *Seu Tião* é uma entre tantas outras histórias da região de LEM, daqueles que migraram procurando emprego e novas possibilidades, mas que dificilmente construiriam uma vida na região de LEM. Como explorarei no próximo capítulo, a configuração de vida, do *habitar* e de sociedade que tem produzido a região de LEM é baseada na ideia de “região de trabalho”, como num polo industrial, que produz um tipo de sociedade que parece que as

---

<sup>22</sup> O Bolsa Família é um programa federal do Governo do Brasil que, segundo o site oficial da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>, “é o maior e mais ambicioso programa história do Brasil. O Bolsa Família nasce para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza no país” e “o Bolsa Família é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 154 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Através do Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas.

peças moram, mas não habitam, porque a vida – num sentido amplo – vai para além do trabalho e se desenvolve fora deste. Ou talvez tenhamos que começar a pensar no trabalho como forma de vida, desde outra perspectiva. Nesse sentido, o trabalho se tornaria vida que habita no deserto do capital, trabalhando para o fantasma da criação-destruidora, em uma peça de teatro contínua, que reproduz os mesmos papéis em movimentos mecânicos do trabalho simulando o desenvolvimento. Como foi abordado no subcapítulo anterior, cabe destacar que, desde o surgimento do Município de Luís Eduardo Magalhães até os últimos 6 anos, o IBGE estima que a população da cidade ascendeu de 60.105 habitantes em 2010 para 81.730 em 2016. (IBGE, 2016). Embora seja um crescimento significativo, devemos destacar que, por causa da Revolução Verde, este espaço agrário tem uma predominância de grande capital e de pouco trabalho, que responde ao tipo de trabalho mecanizado realizado na região, em que, à medida que a tecnologia se aperfeiçoa, o número de postos de emprego cai. *Tonho*, o trabalhador que dirigia a colheitadeira mais moderna da fazenda (pode-se dizer que tinha uma relação quase de intimidade com ela), dizia que a máquina era a família dele. Um dia em que eu estava acompanhando *Tonho* na colheitadeira, ele estava me explicando como dirigir a máquina, dizendo que era muito fácil, que as máquinas de agora fazem tudo sozinhas que, na verdade, nem precisaria ele estar ali e que um computador poderia fazer o trabalho dele, só que computador não pode arrumar a máquina quando quebra e ele sim, porque ele conhece a máquina. Este discurso de *Tonho* revela esse processo que se destaca na Revolução Verde junto com a lembrança que ele tinha de oito anos atrás, quando ele já trabalhava na fazenda e tinha mais empregados para o algodão, que era predominante naquela época, segundo ele. O número de contratações foi diminuindo à medida que a tecnologia foi avançando, como destacam Gervais, Jollivet & Tavernier:

A evolução recente do progresso técnico acabou por eliminar completamente, para estes grandes produtores, a necessidade de engajar trabalhadores assalariados. Deste modo, estes grandes produtores "capitalistas" se transformaram em grandes produtores familiares. O progresso técnico não eliminou apenas a necessidade de recrutamento de mão-de-obra assalariada; o tempo de trabalho necessário se reduziu e se concentrou em alguns pontos do calendário agrícola. A introdução de fertilizantes químicos havia liberado estes agricultores da "escravidão" da criação animal; as inovações mais recentes vieram completar este processo de "urbanização" do trabalho agrícola, permitindo-lhes a prática do sistema de "rotação" de culturas sonhado por todos os agricultores: "trigo - Costa Azul/milho - esportes de inverno" (GERVAIS, JOLLIVET, TAVERNIER, 1976, p. 251).

Em comparação a outras cidades que sofreram um acelerado crescimento por causa da industrialização, a população de LEM foi até certo ponto controlada pelos agentes

tecnológicos, embora o número de pessoas continue crescendo em busca de emprego. Parte destes trabalhadores que pensavam em trabalhar nas fazendas, permanecem como trabalhadores estacionários, só trabalhando nos meses de safra, ou são parcialmente incorporados pelas indústrias criadas em torno da cidade. As teses de Almeida (2013) e de Carvalho (2011), que trabalham na mesma cidade do Mato Grosso, analisam o mesmo processo que sofreu a cidade de Sorriso.

Nesse esquema foi que *Justino*, um trabalhador de 31 anos, chegou em LEM. Ele é de uma cidade do interior da Bahia localizada a aproximadamente 5 horas de Salvador. Quando criança, ajudava o pai a catar ouro para fazer a feira da semana. Trabalhou desde muito cedo e aos 20 anos era contratado por um mau patrão. Quando era pastor de ovelhas direcionadas a concurso estético<sup>23</sup>, o patrão vendeu a ovelha que ele tinha criado após a morte da mãe da ovelha no parto. Triste, deixou o emprego, embora o patrão pedisse para ele voltar (inclusive se desculpou por ter vendido a ovelha), mas um dia, enquanto assistia TV em casa, viu no canal Globo uma reportagem que mostrava Barreiras e as opções de emprego ali existentes.

Dias depois, comprou uma passagem de ônibus e viajou para a cidade onde encontrou um amigo de infância que falou que deveriam ir para LEM. Assim que chegou em LEM, *Justino* falou que na periferia tinha uma grande fila. Pensou que seria para alguma coisa e permaneceu nesta fila. Foi assim que conseguiu o primeiro trabalho como catador. Depois disso, começou a trabalhar nos empregos que foram surgindo: como catador e em diferentes fazendas onde aprendeu a dirigir a maquinaria. *Justino* era casado com uma mulher que trabalhava como cozinheira em outra fazenda. Ele estava muito apaixonado por ela. Ele trabalhava dirigindo um trator na maior fazenda da região de LEM, um trabalho muito entediante, porque diferentemente da fazenda onde estávamos, na fazenda anterior onde trabalhou só podia fazer o trabalho mecânico ao longo de 8h, sem conversar com ninguém. Ele estava dirigindo quando viu que a máquina que estava mais perto dele teve algum problema e resolveu se aproximar para ajudar: foi quando viu um cabelo comprido, se aproximou e descobriu que se tratava de uma mulher. “*Nunca tinha visto uma mulher num trabalho desses, não, fiquei fascinado, mas ela não me dava bola, não, só me agradeceu e foi embora na máquina dela. Mas posso te dizer, oh, eu fiquei apaixonado por aquela mulher. Aí comecei a encontrar ela no ônibus que nos levava para a lavoura, no refeitório, até que um dia falei, e fomos conversando. E foi assim aos poucos*”. Na revelação feita por *Justino* é

---

<sup>23</sup> Ovelhas de concurso estético se refere exatamente a ovelhas criadas para participarem em concursos estéticos, nos quais são escolhidas as mais bonitas.



interessante notar, em primeiro lugar, a existência de mulheres nestas ocupações. Dias mais tarde, contando para o *Sarará* minha empolgação, este falou para mim de quando foi colher cana-de-açúcar em São Paulo (que colhe com máquina) e lá há muitas mulheres que operam máquinas. A segunda questão que pode ser destacada neste aspecto é sobre a própria existência de mulheres nas fazendas.

Se, como coloquei no capítulo introdutório, minha presença destoava do mundo fechado da fazenda, como se encaixariam essas mulheres que trabalhavam nas fazendas? Depois do que aconteceu com a tentativa de estupro, sentei com *Thomas*, o cozinheiro, para conversar. Ele ficou me contando de outras fazendas onde havia mulheres e de uma, em específico, onde uma funcionária foi estuprada por um colega de trabalho. Estas fazendas das quais falava sempre eram grandes fazendas. Nestas existem várias categorias nas quais as mulheres podem existir: cozinheiras, limpando, nos laboratórios, casadas ou dirigindo máquinas. Nas noites que passei na outra fazenda, dormia com as moças que trabalhavam no laboratório de sementes e com a única cozinheira. As fazendas que são suficientemente grandes contratam mulheres para diferentes serviços, mas estas estão na lógica do trabalho. No caso de que elas trabalhem nas máquinas, formam parte dessa grande maquinaria; as que cozinham, limpam ou são casadas estão inseridas no seu papel social enquanto mulher. De fato, *Thomas* morava com a sua mulher até que se separaram. O gerente estava noivo e queria que a mulher fosse morar na fazenda com ele. A moral que se tem em torno das mulheres é estreitamente fechada. Ou elas são casadas, ou têm papéis de cuidados atribuídos culturalmente às mulheres, ou trabalham em atividades mais especializados, em que é preciso uma formação ou são funcionárias normais. Embora não tenha como fazer pesquisa sobre isso, cabe destacar que estas só se dão nas maiores fazendas que podem ter uma estrutura onde homens e mulheres estejam separados. Segundo *Thomas*, isto era fundamental, assim como, no caso das fazendas com grande número de funcionárias/os não é possível manter relacionamentos. Embora se esteja casada/o, os alojamentos são divididos. *Thomas* falava que é como a proibição de qualquer tipo de droga dentro da fazenda (inclusive o álcool): são medidas de controle. No meu caso, que não tinha nenhum tipo de vínculo empregatício, estava totalmente alheia àquela lógica na qual as mulheres poderiam ser inseridas dentro da fazenda, o que seria uma fuga do sistema – por isso, segundo os patrões, não deu certo e fui rapidamente enviada ao laboratório da fazenda vizinha, assim como à casa das mulheres.

Neste processo de construção do espaço agrícola da região de LEM foi principalmente utilizada a força de trabalho nordestina que migrou para a região. A constituição da cidade de LEM é uma fotografia da desigualdade social produzida por este

desenvolvimento desigual da agroindústria. Vindo de Barreiras pela BR242, ao chegar às proximidades de LEM, além de muitas empresas voltadas para a agroindústria, pode-se verificar uma distinção física da arquitetura da cidade. Do lado direito da BR estão as edificações planejadas, com casas de tijolos e cimento, os principais comércios, a igreja católica e a praça da cidade e, embora muitas das ruas não estejam ainda asfaltadas, é considerada a parte rica da cidade. Do lado esquerdo, antes inclusive de começar o perímetro metropolitano de LEM, estão os condomínios fechados onde mora a maioria das/os gaúchas/os. Só cheguei a conhecer essa parte da cidade em alguma ocasião que fui convidada na casa de alguém. Além desse conjunto de condomínios, no lado esquerdo da BR, no entorno da rodoviária está a periferia de LEM, que se estende desde a rodoviária por toda a estrada em direção à Brasília. Nas vezes em que frequentei a periferia, sempre foi durante o dia, sozinha, caminhando. São longas ruas de terra vermelha, com casas baixinhas de tijolo vermelho, com encanamento e esgoto aberto. Há uma rua principal asfaltada com comércio na qual se concentra a atividade econômica principal. Caminhando por essa rua durante aproximadamente uma hora acaba o asfalto e continua o caminho de terra vermelha como nas outras ruas. O calor de LEM é intenso sobre a terra, quase não existe sombra e se caminha sob o sol, sem nenhuma vegetação, pelas ruas quase vazias. À diferença da lavoura, na cidade não há um mínimo de vento que amenize o calor. No final da rua que se estende até o fim do bairro, há uma rua horizontal que corta o caminho e se estende uma planície onde há uma ocupação de lona das/os novas/os integrantes do bairro. Virando nessa rua, à esquerda, se chega em outra rua que leva direto à saída do bairro, depois de quilômetros. A partir desta rua, às margens das casas do bairro, há uma linha de lixo ao longo de todo o caminho e do lado o projeto de habitação social “Minha casa, Minha vida”.

Estas narrativas se contrapõem às narrativas analisadas por López (2014). A autora desenvolve ao longo da dissertação as histórias e o processo de chegada e de permanência da *gauchada* em LEM, destacando a questão da identidade e etnicidade. López (2014) coloca na análise sobre as/os gaúchas/os de LEM, como parte destas/es migrantes dos anos 1970, que empreendeu projetos de fazendas, não teve sucesso e foi absorvida por fazendas maiores, que obtiveram sucesso. Estas/es gaúchas/os que venderam suas terras para fazendas que conseguiram se estabelecer (muitas/os delas/es) ficaram em LEM, tornando-se profissionais das empresas que estavam se estabelecendo, para então prestar serviço às fazendas. Estas narrativas, tanto as descritas pela autora, quanto as que eu pude tomar conhecimento durante o meu campo são narrativas marcadas pela ideologia de desenvolvimento propugnada pela Revolução Verde. Como temos destacado ao longo deste trabalho, a ideologia do

desenvolvimento é muito presente no discurso das/os gaúchas/os do cerrado baiano, de modo semelhante ao que Almeida (2013) nota, na análise que faz sobre os gaúchos do norte do Mato Grosso, enfatizando a ideologia presente no imaginário das/os gaúchas/os que *desenvolveram* o cerrado da parte Centro-Oeste do Brasil.

Cabe destacar que, diferentemente das narrativas das/os gaúchas/os, as narrativas que apresento são dos trabalhadores que conheci na fazenda, que são todos nordestinos. Ao comparar as narrativas das/os gaúchas/os com as dos nordestinos se torna fundamental considerar a história colonial e a história recente do Brasil para compreender que, embora as narrativas tenham um mesmo eixo comum de pessoas que migram procurando condições de vida melhores, esta migração entre gaúchas/os e nordestinos é estruturalmente desigual, o que tem relação com a história colonial e racial do Brasil. Partindo da história colonial do Brasil, esta se destaca como uma história de acesso restrito às terras para a maior parte da população. Ao longo dos séculos, como analisa a autora Germani (2006) no seu estudo sobre as formas de acesso às terras brasileiras desde o começo da colonização, o acesso à terra sempre foi desigual, assim como o acesso ao mercado de trabalho. Como destaca Seyferth (2002), após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, essa força de trabalho não foi diretamente assumida, muito pelo contrário, o Governo brasileiro procurou fomentar uma migração com a ideia de introduzir no Brasil pessoas com conhecimento de agricultura, embora muitos das/os migrantes (principalmente da Itália e da Alemanha) não tivessem esses conhecimentos. Por outro lado, isso representou uma tentativa de embranquecer a população brasileira. Estas/es migrantes recebiam até o ano de 1916 no máximo 10 hectares e a partir de 1946 até 25 hectares (GERMANI, 2006, p. 138). Como Seyferth (2002) desenvolve, ao analisar o processo migratório destas/es colonas/os, estas/es migrantes que se estabeleceram principalmente no Sul do Brasil, começaram a passar por crises de herança pela falta de terra e começaram a explorar novos lugares com o intuito de *desbravar*. López (2014) destaca ao longo de toda sua análise a importância que tem a narrativa do *desenvolvimento* por parte das/os gaúchas/os em Luís Eduardo Magalhães, como figuras que representam e personalizam o *desenvolvimento* econômico e humano na região de LEM. Cabe destacar que as/os gaúchas/os chegaram na região com o capital necessário e com leis favoráveis a este processo, em contraposição às/aos migrantes nordestinas/os. As/os migrantes nordestinas/os são descendentes de outra história brasileira. Estas/es se destacam por serem as/os grandes migrantes brasileiras/os que se tornaram a força de trabalho barata de industrialização do Brasil, assim como, depois dos grandes engenhos açucareiros, como desenvolve Schepers-Hugues (1997), estes se tornaram a força de trabalho barata e braçal das usinas, muitas delas

convertidas em empresas que abarcam a maior parte da paisagem alagoana e pernambucana.

Nesse processo migratório, o posto de gasolina “Mimoso”, a uns 962 km de Salvador aproximadamente, pela BR242, se tornou um ponto de referência das/os gaúchas/os que começaram a *desbravar* a região de LEM. Este posto daria o primeiro nome à cidade “Mimoso do Oeste”, até o momento da divisão de Barreiras, quando o nome foi substituído por Luís Eduardo Magalhães. O posto começou a se tornar ponto de referência nos anos 1970-80 para as/os migrantes do sul do Brasil que estavam chegando. Além de conseguir combustível, começou a vender gás, carne de caça, etc, se tornando um posto de referência estratégico, principalmente porque se encontra na bifurcação entre a BR242 e a BR020, a primeira em direção ao Tocantins e a segunda em direção à Brasília.

Esta região antes de se tornar uma grande extensão de terra plana de monocultura tinha uma terra viva do cerrado. O processo de expansão do *desenvolvimento* levou ao que hoje é LEM. Quero destacar nesta altura que, por causa dessa história conjunta de Barreiras e LEM, se torna complexo fazer uma diferenciação nítida entre as duas cidades, por isso me refiro à região de LEM. Considerando que LEM se separou de Barreiras no ano 2000, a quantidade de terra que foi cedida ao município não corresponde à utilização real a nível socioeconômico e administrativo. A cidade de LEM funciona como eixo econômico-administrativo das fazendas que se estendem ao longo de quilômetros em todas as direções, principalmente no chamado “anel da soja”. Por isso, cabe destacar a falta de dados sobre LEM por ser uma cidade com apenas 17 anos de história. Quando falo de região de LEM, estou me referindo não ao município e sim à toda a estrutura econômica, territorial, agrária, administrativa que gira em torno da cidade. Por isso, utilizo o termo de *região de LEM* para falar do que seria o município de LEM e as fazendas que pertencem ao município de Barreiras, mas que utilizam a cidade de LEM como lugar de apoio e referência.

Delimitado o espaço territorial ao qual se refere e se localiza é possível compreender melhor esse processo de crescimento que teve a agroindústria na região de Luís Eduardo Magalhães. Cabe destacar diferenças fundamentais com respeito a outros espaços de produção agroindustrial. Pesquisadores como Carneiro e Vieira (2009) começaram a analisar as mudanças acontecidas no Maranhão, mas a diferença fundamental, com o foco de pesquisa, tanto deste estudo quanto de grande parte da bibliografia revisada até agora, é que tais autores trabalham a partir das mudanças acontecidas nas comunidades ditas rurais e/ou tradicionais considerando as mudanças acontecidas após a instauração da agroindústria, enquanto a minha proposta está baseada no estudo do surgimento de um novo lugar, LEM e a região de LEM.

Nesse sentido, o desenvolvimento territorial em si não é o foco deste trabalho, estudos que tratam desta temática auxiliam, entretanto, cabe destacar que este trabalho não abordará questões que dizem respeito às mudanças das formas “tradicionais do rural”, como sugere Almeida (2007), que discute o neorrural como novo paradigma, o qual seria um novo tipo de sociedade rural. Nesta mesma linha, Carneiro (2008) sugere a necessidade de desfazer a diferenciação entre urbano e rural, já que hoje o rural tem se urbanizado criando um “neocampesinato”. Estes autores, junto com o estudo de Marín, Ortiz e González (2015), se destacam por colocar as contradições e formas de resistência a esse processo de modernização, como é o caso dos últimos autores citados, quando colocam o choque geracional entre as pessoas mais novas (que representariam esse neorrural), que buscam se inserir na lógica de trabalho capitalista mediante o trabalho nas fábricas surgidas a partir da implementação da indústria açucareira, em contraposição às pessoas idosas que lutam por manter as lavouras tradicionais. Nesse sentido, o caso aqui apresentado se difere desses trabalhos porque trata de uma região agroindustrial que há 50 anos não existia em termos administrativos (enquanto município). As referências devem ser outras.

O trabalho de Almeida (2013) é revelador ao abordar o sistema social das/os gaúchas/os numa cidade do norte do Mato Grosso com características muito parecidas com as de LEM. A diferença fundamental seria o foco de estudo que se pretende abordar, pois a autora centra a análise nas/os gaúchas/os e na vida na cidade, em contraposição a este trabalho que centra a análise na vida nas fazendas e nas pessoas que nelas moram. A discussão tratando-se de classes tão diferentes estaria precisamente neste divisor que existe entre “produtores” e “funcionários”, que também é colocado no trabalho de Almeida. Mas, se pensarmos nesse neorrural como paradigma, cabe destacar nestes lugares surgidos a partir da agroindústria, novas formas do *habitar*, considerando que as pessoas que trabalham nas fazendas, vivem nas fazendas. Ainda assim, considerando que o debate colocado pelas/os autoras/es se encontra presente neste âmbito, resgatando a fala de *Seu Tião*, apontaria o mesmo processo pelo qual ele fala que as pessoas jovens “já não se interessam pela roça”. A luta pela sobrevivência das formas tradicionais nas regiões *comidas* pela agroindústria forma um marco teórico fundamental para compreender as transformações do campo e das pessoas que vivem nestas regiões, destacando uma diferença geracional que é marcada pelo surgimento do acesso ao consumo de mercadorias manufaturadas e a consolidação do neoliberalismo nas economias periféricas latino-americanas.

*Tonho*, o trabalhador da colheitadeira moderna, de uns 30 anos, guardava dinheiro para comprar uma terra. Ele tinha me falado que quando era criança morava na roça, quando

perguntei se ele queria a terra para fazer uma roça, ele riu e falou que comprar comida é barato e que pretendia plantar soja e milho, que dá dinheiro. Esta mudança de lógica de pensamento geracional pode se notar também no texto de Taussig (2010) que fala da expansão do açúcar no Valle de Cauca, na Colômbia, quando narra a preferência das mulheres mais idosas em manter o que dá pouco, mas dá, àquilo que não promete nada mais do que dinheiro. A mudança de lógica de pensamento se entende dentro desse processo “neorrural”, em que a modernidade, a partir da introdução da lógica de consumo capitalista, se desenvolve nas pessoas e sobre a utilização da terra. LEM poderia se encaixar certamente nesse sentido de ocupação neorrural, que considerando a base da tecnologia (mecânica, genética e química) está no eixo da produção. Mas seria dificultosa uma referência dos trabalhadores como “neocampesinato”, considerando que eles não desenvolvem uma relação com a terra produtiva, não produzem alimentos, nem vida: a produção deles procura a morte ao longo de todo o processo da vida. A soja é plantada com a intenção de depois matá-la. São colocados nutrientes na terra porque ela não tem mais nada a oferecer. A soja é geneticamente modificada para que os bichos que as mordam morram. A soja é fumigada com agrotóxicos para matar a vida que tenha sobrevivido à modificação genética. Finalmente, ela é fumigada procurando a própria morte dela. E o fim último da produção dela é alimentar gado, destinado à morte, que será alimento. A soja é uma cadeia da morte que expande a sua morte e não reproduz vida alguma, nem do proprietário, nem de quem a trabalha, nem de quem a compra, nem a come.

O campesinato, como se destaca na obra de Wolf (1976), implica um *habitar* a terra, uma vida na terra. O trabalho agroindustrial é composto por força de trabalho, por operários que produzem mercadorias. Além disso, não pode considerar um pertencimento à terra, porque nem os gaúchos se sentem parte dela, como coloca López (2014), nem os trabalhadores se sentem parte. Por exigência do tipo de trabalho nas fazendas, estas se tornaram outra forma de *habitar*, sendo que a maioria dos homens mora quase todo o ano (em função do tipo de contrato laboral estabelecido) dentro das fazendas, assim traçando uma outra diferença com os textos discutidos por Carvalho (2009), nos quais a autora analisa as mudanças acontecidas com a tecnologização no plantio de cana-de-açúcar no Sul do Brasil e a nova configuração social, em que se mantém a forma tradicional de moradia nas vilas próximas às plantações. LEM se diferencia também da forma de habitar destacada por autoras como Pizarro e Tarpin (2010) no trabalho delas, acerca da agroindústria da Argentina e de Corrêa (2012), no México, pesquisa sobre a agroindústria do limão que analisa precisamente essas novas formas do “neorrural”. A cidade de LEM ficaria mais próxima da discussão que

estas autoras trazem por serem cidades ou vilas em torno da agroindústria e das fábricas da agroindústria. No espaço de habitar as fazendas, considero necessário destacar uma diferença fundamental, considerando o campesinato discutido por Wolf (1976), quando ele apresenta o campesinato como moradores da terra. Essa terra adquire um sentido, a terra é um lugar que se habita. Nas terras das fazendas de LEM vivem pessoas; mas ninguém as *habita*. Não é um lugar de moradia e sim um lugar de trânsito e de trabalho. A terra é vista só como um elemento a mais da produção necessária. Um elemento a mais que precisa ser utilizado na produção de mercadoria. Morar na fazenda é uma questão de economizar dinheiro e tempo porque as distâncias são muito grandes, não de habitar, no sentido de fazer dela propriedade material e simbólica.

LEM não foi pensada para desenvolver agricultura tradicional. Desde o começo, mediante os investimentos já mencionados, próprios à Revolução Verde, foi planejada para a produção de algodão, milho e soja em grande escala. A produção destes produtos tinha o objetivo de ser vendida enquanto *commoditie* no comércio internacional. A mudança de perspectiva sobre a produção marca uma mudança de lógica importante sobre o tipo de agricultura. A agricultura que se desenvolveu nesta região foi baseada na necessidade de aplicação de tecnologias químicas e mecânicas para o sucesso da produção e para a rentabilidade desta. Esta já nasceu numa relação de dependência com a tecnologia que viria a se desenvolver ainda mais ao longo das próximas décadas. Essa dependência tecnológica é a pauta de preocupação principal dos produtores rurais, onde o cultivo está submetido a esta. Os autores Goodman, Sorj e Wilkinson destacam que,

Talvez a indicação mais marcante da diferença entre as atividades rurais e industriais é o desenvolvimento contrastante de sua base energética no século XIX. Enquanto a máquina a vapor fornecia a força motriz no setor manufatureiro, a mecanização da agricultura continuava a utilizar a energia do cavalo ou da mula. Na manufatura, a “natureza” é decomposta por processamento e introduzida na máquina como um insumo de matéria-prima que pode, então, ser adaptada à velocidade de produção agrícola, não pode ser reduzida a um insumo; na verdade ela é a própria “fábrica”. Conseqüentemente, em vez de reestruturar o processo de produção, a mecanização efetivamente representou um implemento adaptado às características espaciais e temporais da agricultura. Ao contrário da revolução copernicana do setor manufatureiro, onde a natureza é forçada a circular em torno da máquina, na agricultura a natureza mantém sua predominância e é máquina que deve circular. (1990, p.16)

Neste parágrafo, no qual os autores analisam as mudanças tecnológicas sobre a agricultura, considerando as quase três décadas que se passaram desde a publicação do livro, a tecnologia da agroindústria tem se expandido para além dos limites do controle da produção,

algo difícil de ser imaginado há alguns anos. Se a tecnologia vai muito além do que foi colocado pelos autores, cabe destacar uma afirmação fundamental que serve como base para as argumentações que continuarão ao longo do desenvolvimento deste trabalho, qual seja: considerar que a terra tem se tornado uma parte produtiva da agroindústria não mais importante que outros elementos. Mais para a frente será discutido o *trabalho morto*, desde uma perspectiva marxista a qual não considera a terra como parte do trabalho morto porque a terra não é produto direto do trabalho no sentido de ser fabricada. Mas a proposta deste trabalho parte da consideração de que os caminhos da tecnologização vão em busca do controle de todos os elementos vinculados à terra, embora ainda não tenha conseguido submeter plenamente os processos naturais da terra para assim formar a “*fábrica a céu aberto*”. A utilização da terra como lugar de produção se limita somente a uma questão de necessidade. A terra já não é mais constituída como um elemento da vida. Taussig (2010) coloca que o fetichismo da mercadoria tem absorvido a vida e a terra na busca por dinheiro, a terra produzida como mercadoria seria uma terra que não produz vida. Segundo o autor, o pacto com o diabo mediante magia é utilizado para aumentar a renda do trabalho assalariado rural na cana, o dinheiro a mais obtido mediante o pacto com o diabo não poderia ser utilizado no investimento de reprodução e produção da vida porque o dinheiro obtido pelo pacto com o diabo seria dinheiro enfeitiçado. O dinheiro obtido por tal pacto deve ser gasto no excesso, no desperdício. Se este dinheiro for utilizado na compra de terra ou gado, a terra será infértil e o gado morrerá porque o dinheiro maldito não pode produzir, nem reproduzir a vida. Nesse caso, como as mulheres são as responsáveis pela produção e reprodução da vida, estas estariam isentas do pacto com o diabo, pois elas, na condição de mulheres, *têm* que cuidar da vida. A análise de Taussig revela o sentido de que a agroindústria tem a capacidade de *esterilizar* a terra, a mercadoria tem esse poder de esterilidade. O mesmo aconteceria com a terra onde a soja é plantada, onde ela não produz vida, nem alimento, como temos colocado sobre a cadeia da morte. A terra estaria já na fase posterior à análise de Taussig, na qual não há mais nada que não seja produção de mercadoria. A tecnologia nesse sentido se tornaria o centro da produção.

Em segundo lugar, cabe destacar o apontado por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), ao mostrarem que a tecnologia se adéqua às condições produtivas da natureza. A partir da Revolução Verde, os condicionantes naturais perderam importância progressivamente na medida em que a tecnologia mecânica, química e genética foi se aperfeiçoando. Na produção de qualquer tipo de cultivo na região de LEM, se torna necessário um grande investimento tecnológico, biológico e químico num primeiro momento. A terra por ser tão *pobre* precisa ser



*alimentada* para que consiga produzir. O investimento nestes insumos, incluindo as sementes geneticamente modificadas para possibilitar a produção, torna estes cultivos muito caros. Esta foi uma das razões principais destacadas pelos produtores pelas quais o cultivo de algodão diminuiu até praticamente a extinção da produção na região. Cabe destacar que para uma melhor análise teria que se considerar o algodão enquanto *commoditie* no mercado internacional para se ter uma compreensão aprofundada, algo que não cabe discutir aqui. A soja, pelo contrário, tem se tornado o cultivo principal pelo custo mais baixo de produção e pela importância que tem ganhado como insumo fundamental para produzir a ração para o “gado industrializado” na produção da carne.

Romeiro (1991) trata sobre as mudanças no modelo euro-americano depois da introdução da Revolução Verde, destacando, precisamente, um modelo segundo o qual a prioridade é a primazia sobre a exploração da terra para a obtenção de capital. Segundo o autor, este modelo marcaria uma diferença nos Estados Unidos, quando os migrantes da Europa param de reproduzir as formas de agricultura desenvolvidas nos países de origens, abandonando as práticas agrônômicas anteriores por um modelo de agricultura extrativista a partir da colonização dos Estados Unidos. O espírito de produção já não seria orientado por uma perspectiva de preservação da terra, pois, segundo o autor, esses migrantes não teriam o vínculo com a terra, ou seja, não buscavam deixá-la como herança para os descendentes, não existiria mais um cuidado pela terra. Esta reflexão que Romeiro faz sobre o modelo de desenvolvimento extrativista dos solos ajuda a compreender o modelo construído na região de LEM, onde a nutrição dos solos é dirigida à produção e não à saúde deste, ou seja, os solos não são vistos como elementos que têm vida e produzem vida ao longo dos anos. Muito pelo contrário, como aborda este trabalho, seria só uma forma de produção para a obtenção de mercadorias. Isso se destaca com a reflexão que foi feita sobre o neocampesinato de modo a colocar os produtores como produtores e não camponeses a partir do vínculo desenvolvido com a terra, pois a relação seria puramente comercial, se diferenciando também do padrão do “campesinato”.

A necessidade de mais e melhores investimentos em tecnologia tem se tornado o eixo fundamental da dinâmica dos gaúchos produtores. A tecnologia é a base fundamental do desenvolvimento da região e a natureza é permanentemente dominada e submetida a essa tecnologia. A tecnologia é dirigida ao maior controle possível sobre a produção para diminuir todos os erros possíveis como seria numa fábrica. Essa tecnologia é vigiada, patentada, vendida, comercializada, pensada, desenhada, é uma tecnologia que abarca todas as fases da produção. O produtor pode escolher por catálogo a semente de soja que utilizará, em quantos

dias ela vai ficar pronta para colher, se é imune à mosca branca, à lagarta ou imune às ervas invasoras. Ainda não existe semente que consiga ter todos os componentes, mas normalmente se tenta colocar uma variedade de cada uma para que as pragas não se façam resistentes. Em todo cultivo se coloca um “refúgio” com plantas “comuns<sup>24</sup>” para evitar a modificação e adaptação das pragas que *comem* o dinheiro que está crescendo. Estes produtos são o que tornam a produção muito cara e ao mesmo tempo possível. Desde os nutrientes para a terra até a última fumigação que permite a colheita da soja, todos os ingredientes da produção do grão são custosos. Não tem nenhum processo do crescimento da soja livre de tecnologia, isto torna o fetichismo da tecnologia uma necessidade da criação de dinheiro. Torna-se um ciclo do qual é impossível sair, quanto mais tecnologia aplicada, maior é a necessidade porque os solos se degradam, as pragas e as ervas se tornam mais resistentes. A tecnologia mecânica, assim como a genética é a mais valorizada pelos trabalhadores, tanto *Tonho* quanto *Raimundo*, os únicos trabalhadores que são originários do oeste baiano, destacaram o quanto tinha melhorado a vida no trabalho desde a tecnologização da agricultura nos grandes monocultivos. *Ceará*, um senhor de 43 anos que tinha migrado para o oeste baiano com a família há mais de 20 anos, uma tarde, enquanto arrumava uma colheitadeira e conversávamos, me disse: “*Você foi na colheitadeira aí com Tonho, né? Sabe toda essa poeira que não dá quase nem pra ver nada? Isso que jogava contra nós, isso que nós respirávamos. Agora? Agora você tá aí, com o ar condicionado, a musiquinha e tudo fechado. Oh filha, não sabe como melhorou*”. Conversas parecidas foram recorrentes tanto com os caminhoneiros, quanto com outros funcionários da fazenda, nas quais sempre destacavam que a partir da modificação genética a saúde deles tinha melhorado muito porque antes eram eles que depositavam aqueles agrotóxicos sobre as plantas, agora as plantas são seus próprios venenos. A perspectiva dos funcionários torna-se extremamente interessante ao considerarmos as discussões em torno dos agrotóxicos como prejudiciais à saúde em contraposição à apresentação de um elemento positivo à saúde (dos funcionários), por um processo pelo qual, agora, a contaminação é democratizada entre as pessoas que consomem e não se centra nas pessoas que trabalham para a produção.

*Raimundo* era um funcionário que tinha uns 30 anos, proveniente de uma cidade perto de Barreiras, da área rural. Dos trabalhadores da fazenda foi o único que me falou que tinha terras, uma moto e um trator, mas que estava trabalhando de “*peão*” porque tinha perdido o dinheiro de alguma forma que nunca me contou. Tinha umas terras onde a mãe dele

---

<sup>24</sup> Sementes não modificadas geneticamente.

morava e onde produzia mandioca e frutas da região, sempre foi extremadamente cuidadoso comigo e procurava me ensinar as coisas que fazia. Eu passava dias inteiros com ele colocando o silo ou agrotóxicos com o trator. Ele tinha começado a trabalhar com 8 anos de idade nas fazendas de melancia acompanhando o pai. Com 11 anos, começou a trabalhar como “ajudante” numa fazenda de soja. Ele sempre falava que o desenvolvimento tecnológico e as novas leis trabalhistas tinham melhorado muito as condições de vida porque quando ele era mais novo, eles (os funcionários das fazendas) mesmos cozinhavam e levavam lonas para dormirem na lavoura. Falava que os tratavam como animais. Agora estava tudo “*certinho*”, tinha alojamentos e um cozinheiro. *Raimundo* tinha trabalhado na soja, nas frutas, como gerente, ido para Alagoas para captar catadores, cortado eucalipto e tinha conseguido dinheiro para ter sua própria terra. Falava que trabalhar de novo na fazenda era temporário para conseguir somente algum dinheiro. Nas narrativas dele, a tecnologia era sempre um dos focos principais. O contrato deles é medido em função do conhecimento específico que têm sobre as máquinas. São considerados em função do conhecimento específico até o ponto em que os funcionários se diferenciavam entre quem “dirige” as máquinas e quem faz o trabalho “braçal”. Trabalho braçal é qualquer coisa que não seja feita com máquinas: seja cozinhar, varrer o chão ou ajudar na distribuição de sementes, agrotóxicos, etc. Não consideraria que eles eram menos respeitados, apenas que tinham um *status* menor e tinham menos acesso ao aumento salarial. Trabalhadores braçais não tinham essa opção, mas ao permanecem a maior parte dos dias na fazenda a vida deles era mais tranquila. Dentro dos trabalhos braçais, embora não fosse o mais comum, o catador é o pior visto. Colocando estas categorias à luz da discussão anterior sobre as diferenças geracionais de preferência do emprego, cabe destacar como o “trabalho de roça”, “trabalho braçal” (catador, cortador de cana), estaria desprestigiado em comparação ao trabalho nas máquinas. A tecnologia agrária se introduz entre os trabalhadores como um elemento distintivo da modernidade e de determinados acessos. Colocando os trabalhos braçais como “antigos” ou de “pobres”, criando uma distinção de *status* entre os funcionários, embora estes não exerçam uma relação de poder. Cabe destacar esta suposição a partir das narrativas colocadas pelos funcionários nas histórias de vida deles.

Pensar a *soja* não só como uma planta que cresce, mas também como algo que revela a história de LEM, assim como as histórias particulares que giram em torno da soja. Nesse sentido, é possível analisá-la numa perspectiva social que envolve todos os processos e as pessoas que estão em torno da criação da vida dirigida à morte, principalmente a morte da terra como tem sido discutido ao longo desta reflexão.

### 2.3 A soja produz/se reproduz

Marx volta-se contra esse paradoxo em suas análises sobre a mercadoria –, a partir das quais deriva o conceito de fetichismo da mercadoria como uma crítica à cultura capitalista. A aparência animada das mercadorias evidencia a aparência coisificada das pessoas, e ambas dissolvem-se quando a inspiração mercantil das definições de homem e sociedade é ressaltada. (TAUSSIG, 2010, p.30)

Uma vida não vive isolada do resto das vidas que a rodeiam. As vidas coabitam nos espaços e nos tempos criando relações. Essas relações podem fazer com que a vida se reproduza de forma natural, mas o que acontece quando uma vida é controlada pela tecnologia? O que acontece quando milhares de vidas que foram produzidas na cadeia da morte se repetem numa extensão de terra? Se no subcapítulo anterior analisamos a capacidade de crescimento da soja, para assim pensar na sua capacidade de se *desenvolver* em torno de si mesma, neste subcapítulo se tentará abordar a faculdade da soja de *produzir* no seu entorno, ou seja, como as pessoas que dominam a soja a dominam de forma que conseguem produzir determinados espaços e realidades vinculados à vida-soja-*commoditie*. Mas cabe destacar o paradoxo no qual se considera dominar a soja, enquanto vida natural, mediante o trabalho. Se a vida da soja-*commoditie* é uma vida morta, ela não é controlada mediante o trabalho, ela é produzida, mas é a soja que domina a vida que gira em torno dela. Submetendo mediante o trabalho a circulação da morte. Se, como se colocou anteriormente, a soja-*commoditie* criaria só em torno dela uma cadeia da morte, é preciso compreender o que é produzido em torno dela como extensões feitas para ver como é produzida a cadeia da morte.

Série fotográfica: O braço da colheitadeira



Até agora foi apresentada a soja, enquanto *commoditie*, na sua capacidade de desenvolver tipos de dinâmicas sociais específicas a partir da tecnologia. Neste caso, ao colocar a soja enquanto produtora, é possível pensar nos tipos de experiências que produz. A terra, como insumo indispensável, se torna um elemento interessante para analisar como ela se configura dentro da “*fábrica a céu aberto*” produtora de soja. Esta “*fábrica a céu aberto*” deve ser compreendida dentro de uma cadeia de produção de alimentos em grande escala que abarca empresas internacionais assim como produção multilocal a partir da soja. Esta parte da produção será abordada mais extensamente no seguinte subcapítulo, mas cabe destacar este processo para argumentar como a soja-*commoditie* tem produzido um tipo de fábrica que poderia ser aplicada a muitos outros monocultivos da agroindústria, destacando a análise de que estas “*fábricas a céu aberto*” empregam, no caso da soja, operários/funcionários/peões rurais e não agricultores, nem trabalhadores da terra.

#### **Série fotográfica: Abrindo a terra**





A partir da análise feita até agora no contexto do oeste baiano, devemos começar a considerar tudo o que abarca a produção de soja, destacando, também, a importância desta como componente do consumo de comida industrializada. Como foi colocado, esta discussão será apresentada no próximo subcapítulo, mas cabe destacar a importância desse processo, pois deve-se considerar a produção de “alimento” dentro de uma grande maquinaria, já que a soja está presente em maior ou menor medida na maior parte dos alimentos industrializados, principalmente na carne. A partir desta breve colocação, devemos pensar na soja num nível mais amplo para compreender como a produção se materializa nos espaços concretos. A este respeito – a industrialização da alimentação – cabe destacar que o farelo de soja se tornou a base principal da ração animal, isto está vinculado a um aumento do consumo de carne e ao aumento de consumo de comida processada. Neste aspecto, considerando que este não é o eixo principal da pesquisa, será analisada de forma menos extensa, servindo como base fundamental para compreender porque a soja se tornou uma *commoditie* tão importante. Nesse sentido, desenvolvo a ideia de que este processo de industrialização do consumo de carne afetou os processos de produção da soja, tornando a produção desta um elemento indispensável da maquinaria necessária para a produção da carne. Desta forma, mediante a tecnologização da terra, os trabalhadores das fazendas de soja se tornariam funcionários de uma fábrica a céu aberto que trabalha para a maquinaria da indústria de comida processada, considerando a carne como parte da comida processada, pois a produção da carne (na sua maioria) é industrializada e de grande escala.

Para continuar esta discussão, cabe colocar de novo a importância do fetichismo da tecnologia a partir do conceito de “fetichismo” desenvolvido por Taussig, em “*O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do sul*”. Taussig (2010) analisa em dois contextos a relação da figura adquirida pelo diabo em relação ao fetichismo da mercadoria, o que é útil para tentar entender as formas que há em LEM sobre o fetichismo da tecnologia. O autor reflete a partir dos contextos etnográficos da Colômbia onde se produz açúcar e da Bolívia na extração de minério, pensando sobre como a mercadoria e o trabalho exigido para desenvolver estas atividades se misturam, significam e simbolizam na figura do diabo como *o mal* que veio com a colonização e se equipara ao mal da mercadoria, igualmente trazida desde o colonialismo para impor uma forma de vida, de trabalho e de consumo. No primeiro contexto etnográfico, o autor analisa os campos de açúcar na Colômbia, considerando que o trabalho que produz essa mercadoria não é um trabalho “limpo”, é um trabalho de consumo, mas não de continuidade. As coisas compradas e obtidas com o dinheiro do trabalho para a mercadoria estão enfeitadas e vão morrer, a exemplo do gado, ou vão ser inférteis, no caso



da terra. A analogia mágica estabelecida no trabalho de Taussig permite-nos pensar na implicação que tem a vinculação de uma figura do mal, trazida desde o colonialismo, aos contextos onde se produz mercadoria para o sistema capitalista, que, como denotam estes casos, se percebe como intrinsecamente *podre*.

A terra que foi trabalhada para construir a região como produtora da soja adquire o significado da terra como um espaço a ser explorado, a terra enquanto mercadoria da qual obter mais-valia. A terra é só um espaço, um lugar que há de ser explorado e *desenvolvido* para obter riqueza. A terra se torna só um espaço produtivo a partir da tecnologia para se desenvolver. A terra se torna o espaço físico onde essa tecnologia funciona para criar um produto a ser vendido, a tecnologia se torna mais importante do que a terra. As pessoas não trabalham mais a terra, trabalham a tecnologia, tornando a terra só um espaço onde a tecnologia funciona, criando uma “fábrica a céu aberto”, a terra como parte do processo produtivo da fábrica.

Os trabalhadores, funcionários rurais, em sua maioria nordestinos, *habitam* o espaço de outra forma que não lhes pertence, a força de trabalho exercida sobre as máquinas para a produção é a única coisa que lhes pertence. A relação do pertencimento da terra é puramente simbólica e não material, mas também não existe na fala deles nenhum tipo de reivindicação de pertencimento a uma terra, em contraste com a “gauchada”. A reivindicação de outros lugares nos exemplos etnográficos de uma comunidade tradicional que entra em choque com o sistema capitalista, como se destaca no artigo de Calderón et al (2013) “*Territorios rurales y neoliberalismo en Chile. Conflictos económicos y sus expresiones políticas en zonas de vitivinícolas, forestales e industrias salmoneras*” e essas comunidades tradicionais colocam em xeque o sistema capitalista mediante protestos populares tentando se apropriar dos sistemas de produção. Na região de LEM, na qual os funcionários rurais não têm vinculação alguma com a terra antes de migrarem para lá, estas lutas e resistências não se dão num nível visível à princípio.

Os funcionários não se definem como agricultores e sim como funcionários da fazenda. O conhecimento deles é medido (por eles mesmos e pelos gaúchos) em função das máquinas que sabem operar e da sua capacidade de aprender a utilizar nova maquinaria de última tecnologia. A capacitação que recebem é dirigida às máquinas concretas que eles precisam utilizar. Os conhecimentos desenvolvidos ao longo de anos trabalhando é relevante numa contratação, mas, ao mesmo tempo, considerando o limitado número de trabalhos diferentes que são realizados dentro de todo o processo da lavoura, quase todos que conduzem

uma máquina, rapidamente aprendem a operar as outras. Sempre que perguntava como tinham aprendido a fazer alguma coisa, a resposta invariavelmente era “trabalhando”. O nível de escolaridade médio dos funcionários era abaixo do ensino primário, só havia um caso de um funcionário da lavoura que tinha ensino médio, além do cozinheiro e os caminhoneiros que tinham o ensino primário concluído. A relação estabelecida com a terra era mais como um meio de vida em relação ao emprego, não como forma de vida, algo semelhante ao que é discutido no texto de Romeiro (1991) “*O modelo euro-americano de modernização agrícola*”.

Cabe destacar que nas narrativas dos funcionários de LEM anteriormente analisadas, nas histórias de vida, as formas de acesso ao conhecimento do trabalho se dão a partir do próprio trabalho. Esse conhecimento também é especializado, restrito às máquinas. Nesse sentido, a colocação já feita se enquadra nesse parâmetro onde os trabalhadores com conhecimentos acerca da operação das máquinas são mais valorizados do que aqueles que só fazem trabalhos “braçais”, esses últimos serão ao mesmo tempo os mais subordinados a nível simbólico. Lopes (2011), no livro *El vapor del diablo*, analisa as diferentes categorias e *status* desenvolvidas dentro de uma usina em Pernambuco na metade dos anos 1970. Sua pesquisa se torna especialmente revelante para a discussão aqui colocada porque, ao tratar de trabalhadores ligados à indústria agrária, traz para o debate questões também tocadas nesta pesquisa sobre os trabalhadores de LEM. Segundo o autor, dentro das classificações feitas pelos trabalhadores da usina, eles se diferenciam pelo trabalho que realizam, valorizando aquele trabalho no qual são menos explorados e tem menor carga de trabalho, além disso, fazem questão de se diferenciar dos trabalhadores do campo da cana. Ao mesmo tempo, Lopes (2011) analisa como o fetichismo pelo salário faz com que estes trabalhadores se submetam a extensas jornadas de trabalho, mas o que importa para a discussão, principalmente nesta análise, é que ao trabalharem com as máquinas os trabalhadores da usina se diferenciam dos cortadores de cana, considerando-se os trabalhadores da usina enquanto *obreiros*<sup>25</sup>. Lopes (2011) destaca a importância que tem para estes “operários” se diferenciarem dos trabalhadores da cana, ressaltando uma diferença fundamental que é a seguinte: ao contrário dos trabalhadores da cana, os trabalhadores da usina não teriam como “ideal de libertação” do sistema que absorve a força de trabalho deles o campesinato. O “camponês” já não seria mais uma forma de vida idealizada de independência, muito pelo contrário – os valores adquiridos teriam relação com um trabalho de modernidade que se

---

<sup>25</sup> Obreiros é o termo pelo autor utilizado para se referir a estes trabalhadores.

relaciona com o trabalho dos operários nas máquinas. Nesse sentido, como já foi colocado para destacar entre os funcionários da fazenda esta mesma distinção, cabe lembrar a fala de *Tonho*, trabalhador da colheitadeira, que afirma querer comprar uma terra, mas essa terra não seria para que ele pudesse se tornar agricultor, senão para torná-lo *produtor*<sup>26</sup> de soja e milho, o que marca a hegemonia da forma de vida das/os gaúchas/os no imaginário da região de LEM.

A análise proposta por Lopes (2011) é interessante para agregar, junto à discussão desenvolvida por Taussig (2010), na reflexão sobre os trabalhadores das fazendas da região de LEM enquanto funcionários rurais. Segundo Taussig, haveria duas formas de trabalho no Valle de Cauca, na Colômbia: os agricultores que produzem para si mesmos e os trabalhadores da terra que trabalham em troca de um salário. O trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da terra é um trabalho não mecanizado, mas sim braçal na terra. A não propriedade da terra, nem dos meios de produção, significaria a diferença entre eles e os agricultores. Nesse sentido, considerando o que Taussig (2010) coloca em relação a isto, caberia destacar que os trabalhadores das fazendas da região de LEM não poderiam considerar-se nem agricultores, nem trabalhadores rurais, já que não trabalham a terra e sim sobre a terra. Também considerando que os trabalhadores da terra descritos por Taussig, em seu estudo sobre a Colômbia, ainda consideravam o campesinato como uma forma de vida a alcançar, isso marca uma diferença em relação aos funcionários rurais de LEM que teriam como perspectiva de “boa vida” a mesma que a dos operários descritos por Lopes: um trabalho mais especializado dentro da indústria.

Se, como temos descrito, na fazenda existem dois grandes grupos de trabalhadores, os que trabalham nas máquinas e os braçais, todos eles se definem como funcionários<sup>27</sup> da fazenda. Os primeiros só desenvolvem trabalhos vinculados à máquina e o outro grupo, à exceção dos catadores, realizam trabalhos fundamentalmente dentro da fazenda, mas que não tem nada a ver com a agricultura. O trabalho de ambos os grupos é mais parecido ao dos *peões* das cidades. Considerar eles funcionários rurais, diferenciados dos trabalhadores rurais (nos termos de TAUSSIG, 2010), tem uma essência que dá outro matiz da vinculação com a terra enquanto mercadoria e a influência que tem o trabalho nas máquinas na composição da

---

<sup>26</sup> O termo *produtor* neste caso tem o sentido que adquire no contexto da região de LEM que é utilizado pelas/os gaúchas/os para se referirem a si mesmas/os, pois nunca se identificam como agricultores e sim como produtoras/es.

<sup>27</sup> Ao longo do texto tenho colocado tanto o termo operário, funcionário, quanto peão para fazer referência à forma industrializada de trabalho, mas tenho escolhido uma preferência pelo termo “funcionário” porque é o termo que eles mesmo utilizam, como também é colocado na tese de Almeida com uma área de estudo muito similar à minha.

definição e distinção do tipo de trabalhador, e, embora os trabalhadores braçais não trabalhem propriamente com as máquinas, eles realizam os trabalhos para as máquinas. Como Lopes (2011) diria, eles trabalham para que o “*trabajo muerto*”<sup>28</sup> possa viver. O “*trabajo muerto*” seria as máquinas com todas as suas necessidades, os insumos que lhes dariam a vida. Os trabalhadores braçais são a mão de obra que *alimenta* os “trabalhadores mortos”. Os trabalhadores rurais também trabalhariam na terra feito mercadoria-máquina (trabalhador morto<sup>29</sup>), mas a diferença principal que há seria em relação aos meios de produção e relação laboral por eles estabelecida. Um dia, tentando entender precisamente o sentido do que significa ser funcionário, percebi o utilizarem como sinônimo de peão. *Peão* que trabalha sobre a terra com as máquinas. O que cabe destacar é que se o operário de uma fábrica é essencialmente um trabalhador da fábrica, um gerente *per se*, também é um trabalhador de uma fábrica, mas a diferença entre o operariado/trabalhadores e entre o gerente enquanto trabalhador é clara e pode se perceber desde o começo da industrialização. O termo funcionário se diferenciaria socialmente do termo do operário, considerando que este último termo é mais facilmente encontrado nas organizações de classe, na sua forma mais tradicional do trabalho em fábricas de montagens. Funcionário é um termo utilizado comumente para designar qualquer trabalhador de *baixa* categoria. Observando o trabalho cotidiano deles, foi que comecei a me perguntar qual seria realmente a diferença entre o trabalho por eles realizado e o trabalho realizado por um operário de fábrica. A monotonia, o passar das horas, a repetição contínua, a paisagem monótona faz parecer que cada dia é o mesmo dia. Ao colocar esta mesma pergunta relacionada ao fim e à alienação que existe entre o produzido e o fim último da produção, pode-se considerar os funcionários rurais como trabalhadores de uma fábrica internacional que produz um componente necessário para a produção de outro bem, alimentos industrializados. Da mesma forma que numa fábrica concreta se produz a chapinha do carro que será transportada ao longo de milhares de quilômetros para a produção de um carro, a produção de soja cumpriria o mesmo papel que aquele processo de produção do automóvel. Por conseguinte, cabe pensar nestes funcionários como trabalhadores de fábricas multilocais que produzem mercadorias.

Em uma das noites, um dos silos colocados na lavoura por superlotação dos silos das

---

<sup>28</sup>*Trabajo muerto* remete ao conceito de “trabalho morto” de Marx. Para Marx, trabalho morto é trabalho passado, aquilo que é produzido socialmente (por exemplo máquinas, construções, equipamentos, etc). Lopes (2011) utilizará este conceito para se referir ao trabalho das máquinas e como os *obreros* trabalham sobre e para as máquinas.

<sup>29</sup>Esse sentido de *trabalhador morto* se refere precisamente à importância e centralidade que têm as máquinas neste contexto e o utilizo como ironia da autonomia outorgada às máquinas.

fazendas havia sido aberto por carcarás querendo comer a soja. Fomos tampar o silo para evitar perdas caso chovesse. Naquele dia de manhã, eu havia ido para outra fazenda para ver a fábrica e os silos. *Seu Riachão*, um funcionário que acabava de chegar da outra fazenda, estava me perguntando sobre como era a fábrica e os silos da fazenda maior onde faziam a descarga, porque ele nunca tinha ido lá. Como eu ia às vezes com os caminhoneiros fazer a descarga, tinha ido várias vezes, mas só tinha tido uma perspectiva superficial, contei para ele que quando a soja é descarregada ela é colocada numa máquina que é uma peneira gigante e passa por diferentes fases para tirar a palha, os grãos verdes e o farelo produzido pela própria colheitadeira no processo que a máquina faz para descascar a soja e armazenar na máquina durante a colheita. Contei para ele que o farelo que sai desse processo, naquela fazenda, era aproveitado para alimentar as vacas e engordá-las, porque era a carne consumida dentro daquela fazenda. *Kiko*, *Seu Tião* e *Seu Riachão* riam muito porque acharam um absurdo alimentarem as vacas com a soja. Eu fiquei incrédula, olhando para eles, indignada, falando que era para isso que produziam a soja. Falaram que *não era possível* isso, que eu *lia demais* e *estava inventando*. Quando chegamos, a noite estava escura, depois de termos nos perdido durante uma hora na lavoura, quando só dava para ver as luzes do nosso farol e a lua, enquanto iluminava o trabalho deles com o celular tentando ajudar em alguma coisa, fiquei pensando no nível de desassociação que existe entre as pessoas que cultivam “alimentos” que não alimentam e que são parte só de um processo produtivo da carne. Sobre a alienação que existe entre o produto que sai da terra e que fica finalmente desassociado do sentido da terra e do próprio trabalho, tornando este o claro exemplo das consequências da mercantilização da terra e do “alimento”. Não se produz mais comida, se produz mercadoria dirigida para a indústria, na qual os funcionários não se apropriam nem parcialmente do produzido, muito pelo contrário, nem sabem o objeto da própria produção. Mas essa inconsciência não é totalmente real, é só inserida dentro da lógica capitalista de produção.

Série fotográfica: Silo da lavoura



O autor Lopes (2011) desenvolveu, no trabalho anteriormente mencionado, uma análise interessante sobre o processo de alienação dos trabalhadores da usina que reflete sobre o processo similar ao aqui exposto, nesse sentido ele disse,

*Efectivamente, los obreros del azúcar –esa personificación del “trabajo vivo”– son absorbidos constantemente por el “trabajo muerto”, por los medios de producción; ellos están en la usina justamente para conservar y aumentar ese “trabajo muerto”, componiendo así el cuadro de esa inversión entre el hombre y la cosa (característico del modo de producción específicamente capitalista, dominado por la gran industria; cf. Marx, 1967: t. iii, cap. 48, p. 205 y Marx, 1971:164 y sig.; 246 y sig.). Resultante no sólo por el hecho de que los medios de producción son independientes, extraños e impuestos a los obreros, sino también porque las combinaciones sociales entre los trabajadores en el proceso productivo y sus formas de cooperación son realizadas independientemente de los obreros individuales, tal inversión permite que las condiciones objetivas de su trabajo parezcan dotadas de una voluntad propia, y que las fuerzas productivas sociales del trabajo parezcan entonces transferidas desde el trabajo de los obreros hasta el capital corporizado en los fierros de la usina, siendo entendidas por lo tanto como provenientes del capital, y no del trabajo. (2011, p.292)*

Ao longo deste texto, o autor destaca o processo similar ao que apontávamos, no qual os funcionários são só considerados pelo conhecimento específico que têm no processo produtivo. O autor destaca o “desaparecimento” dos operários dentro do processo produtivo da usina: as pessoas começam a existir só em função da máquina, como um apêndice da máquina, e a existência deles é vinculada às necessidades da máquina. Na realização do trabalho mecânico de operar as máquinas, o que marca o tempo do trabalho é medido pelos acontecimentos extraordinários da vida cotidiana. O tempo da soja, enquanto dinamizadora de vida (será analisado no próximo capítulo), produz um trabalho monótono, onde se dirige uma máquina, como falava Tonho, “*que poderia ser dirigida por um computador*”. As horas dos dias são lentas, todos os dias são o mesmo dia, têm a mesma rotina. Os acontecimentos pontuais de cada dia que marcam a diferença, quando uma máquina quebra, estoura um pneu, etc. Tanto como colocou Sarará, quanto Justino, um dos benefícios de trabalhar numa fazenda menor é poder atender essas anedotas de cada dia, já que o trabalho fica mais diversificado que nas grandes fazendas onde o trabalho é tão especializado, que, como eles me contavam, quando uma máquina quebrava só ficavam esperando até que os mecânicos encarregados do conserto da máquina terminassem, para que assim continuassem operando. Ao trabalharem numa fazenda menor, eles podiam interferir. É importante dizer que sempre que alguma máquina quebrava se tornava o centro de atenção. Só esses acontecimentos, afortunadamente cotidianos, que mudavam a dinâmica de ficar o dia inteiro dentro de uma máquina passando por cima de uma terra contínua, só olhando para a terra infinita, terra vermelha na qual só

muda a posição das nuvens (quando as há) e a posição do incansável sol.

Se o trabalho é feito pelos funcionários, os fazendeiros não têm um trabalho com a terra da qual são proprietários. O trabalho da fazenda é desassociado do trabalho da terra e do trabalho agrícola, como se entende em termos mais “tradicionais” o trabalho da terra, por este ser mecanizado. É o que temos destacado até agora na mudança do paradigma sobre o rural. Isto desvincula definitivamente os conceitos de trabalho agrícola, porque o que unia, o que criava essa relação com o trabalho agrícola, com a agricultura, fica totalmente desconectado. Se pensarmos nos termos que propõe Taussig (2010), quando estabelece uma divisão entre agricultores e trabalhadores rurais – sendo que estes primeiros se referem às pessoas que trabalham a terra para si e os trabalhadores rurais como aquelas pessoas que trabalham a terra em troca de dinheiro – percebemos que os fazendeiros não entram em nenhuma dessas duas definições porque o trabalho deles é gerenciar e administrar, procurar tecnologias mais eficazes e se preocupar com a produtividade. Esta característica implica que, se como temos desenvolvido até agora, a terra só é um elemento a mais da fábrica, os operários dessa fábrica tampouco seriam trabalhadores da terra e ainda menos agricultores. Os operários/funcionários trabalham com máquinas no sentido mais fordista do termo, desenvolvendo uma operação mecânica sobre aquela terra, a qual não produz nada que vai ser utilizado diretamente nem por eles, nem pelos fazendeiros, ou seja, nada dessa produção será utilizada por eles antes de passar pelo ciclo de venda enquanto mercadoria. Esse processo mecânico fica mais semelhante ao processo descrito nas grandes indústrias da Inglaterra do século XVIII do que ao trabalho agrícola. A tecnificação do trabalho, isto é, formar parte dessa maquinaria e da fábrica de *commodities*, exige um grau de conhecimento dos funcionários que trabalham com a tecnologia que é o motor dessa fábrica.

A mudança de paradigma, de território, de terra e da forma de explorar a terra para a produção de *commoditie* é fundamental para entender a influência que tem a produção da soja no mundo. Atentar à forma como esta se produz ressalta as relações empregatícias à mercê do mercado mundial, como analisa a autora Corrêa (2012), quando elabora um estudo sobre os trabalhos envolvidos na produção do limão para venda internacional no México. Considerando que a produção de limões é dirigida ao mercado internacional, esta é vulnerável às leis internacionais, mais ainda para a situação específica dos que trabalham em torno desta indústria do limão, criando, assim, um novo paradigma não só sobre o rural, como também sobre o trabalho do rural, onde o urbano-rural se funde na fábrica-terra, com funcionários rurais que desenvolvem o trabalho nesses espaços, juntando definitivamente o complexo marxista que separa o urbano e o rural. Transformando o trabalho rural num trabalho dirigido



ao urbano, estabelecendo o urbano-rural que trabalha para a globalização, que é mercantilizado no processo de mercantilização de alimentos utilizados para a ascensão de classe mediante a alimentação, fazendo os funcionários rurais consumidores de alimentos produzidos no âmbito urbano-rural/fábrica-terra. Ao longo deste trabalho tentei estabelecer precisamente a inexistência desta dicotomia, mas esta é útil na desconstrução e junção destes elementos que não se apresentam mais como dicotômicos.

O geógrafo Milton Santos (2015), nas primeiras páginas do livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, traz uma reflexão imprescindível para este conceito da fábrica a céu aberto que atinge diretamente a conceitualização da terra como produtora e não como pertencimento, para a partir da ideia de que a agroindústria funciona como uma fábrica a céu aberto poderemos refletir sobre a hipótese de pensar os trabalhadores das fazendas como funcionários rurais. Santos (2015) destaca a importância da disputa que têm as mudanças tecnológicas, num sentido amplo, num mundo globalizado onde os territórios entram em competição, assim como se veem na obrigação de se adaptar a essa tecnologia para serem “desenvolvidos”.

A ideia de “desenvolvimento”, dentro do entendimento e da leitura de “economicamente rentável”, como foi estipulado pelo Banco Mundial e o FMI, tem outras implicações neste sentido da tecnologia. Como o autor aponta, esta exigência tecnológica traz a modernização precisa que no caso aqui estudado pode se ver nessa modernização do trabalho agrícola que se torna (quase) totalmente mecanizado. As mudanças acontecidas na concepção do trabalho rural com esta tecnologização do trabalho são fundamentais. Esta institucionalização da tecnologia dentro da ideologia do desenvolvimento afetou fortemente a monocultura da soja, especialmente nesta região por causas geológicas. Se não fosse pela tecnologia, tanto biotécnica, quanto mecânica, seria impossível plantar soja no oeste da Bahia. O fetichismo da tecnologia envolvido nesta região se encontra no eixo da necessidade da localidade, onde sem esse estímulo à tecnologização não poderia existir a produção.

Os conceitos de “desenvolvimento” e “progresso” utilizados tanto no caso das proprietárias, quanto dos que trabalham nas empresas que prestam serviços às fazendas são conceitos diretamente utilizados em relação à rentabilidade econômica como temos explorado no começo deste capítulo. A relação direta que se estabelece entre o desenvolvimento da tecnologia, da terra e do dinheiro, nos lembra o apontamento que faz Santos quando diz que a globalização é um novo império das tecnologias. As tecnologias mudam ao longo da história e as sociedades e as culturas sofrem mudanças tecnológicas e produzem mudanças tecnológicas

que as afetam.

A terra é o espaço no qual a tecnologia se coloca em prática. O orgulho que demonstram os produtores ao falarem que todos os processos da produção da soja são mecanizados, destacando que produzem desde a tecnologia da semente que deve ser plantada para poder produzir o grão, até a máquina que vai descascar esse grão, afasta e rompe com o próprio conceito de agricultura, de terra, de agricultores e até dos trabalhadores da terra. Nesse sentido, a terra já não é mais terra, é um elemento a mais da tecnologia que há de ser modificado, porque, como foi dito no começo do texto, a terra desta região não seria produtiva em termos capitalistas se não fosse pela tecnologia. A terra já não é mais terra, é um recurso territorial de espaço necessário para produção de um produto a ser vendido e que ninguém consome diretamente, tornando a terra parte da grande fábrica de produção de grão para vender.

### **Série fotográfica: Empresa de compra de grãos**



A soja, enquanto planta, se reproduz naturalmente dentro do ciclo da vida dela, mas dentro da agroindústria ela não só se reproduz, ela produz também. Ela se produz a si mesma como mercadoria-grão e como mercadoria-semente. Os produtores da agroindústria da soja não guardam os grãos da colheita deles para virarem sementes da próxima safra, há fazendas

específicas que compram a tecnologia genética da Monsanto<sup>30</sup> e pagam à empresa pela inteligência tecnológica para poder reproduzir a semente de propriedade da Monsanto. Desta forma, a própria reprodução da soja se torna mercadoria dos produtores de grãos ao comprarem dos produtores de sementes. Nesse sentido, podemos compreender a produção/reprodução da soja de duas formas diferentes. Por um lado, podemos considerar ela no ciclo de vida tecnologizado dela na qual a reprodução dela é mercadoria. Por outro, a vida da soja tem criado em torno dela uma vida social e econômica que tem possibilitado a criação de novos espaços agrários, segundo a lógica do desenvolvimento. Esse desenvolvimento que se materializa numa terra concreta ajuda a compreender a terra como um elemento a mais de uma fábrica mundial e como parte da fábrica a céu aberto. Isto permite pensar nas novas formas que surgem a partir de novas formas do “rural” e se descobre esta como produtora de novas formas de entendimento do trabalho dito “rural”. O “rural” fica definitivamente submetido à ordem da produção capitalista, assim como à ordem da tecnologia como forma de dominação da produção. A cadeia da morte criada pela soja seria um circuito que se expande e afeta à vida das pessoas produzindo novas formas de vida e de trabalho na medida em que esta é cada vez mais produzida e reproduzida com o fim de virar mercadoria.

#### **2.4. A soja mata/morre**

A primeira coisa que fiz na primeira vez que fui para a lavoura foi pegar um grão de soja do bagaço do caminho. A soja seca é amarelinha, menor que o feijão preto, com a unha pode-se tirar a pele e tem um sabor amargo. O grão de soja é minúsculo, olhando a infinidade de terra sabendo que toda ela está numa viagem que se estende ao longo de quilômetros é até assustador. A soja sempre tinha me atemorizado pelo poder que ela tem no mundo, mas, quando peguei ela na mão, a achei inofensiva. Me lembrou de quando eu estava na escolinha e colocava feijão no algodão para ele crescer. Mas a soja não é aquele feijão fofinho que após uns dias sai uma raiz bonitinha e que com certeza nas próximas semanas vai morrer. A soja está em tudo. A soja se apropria de tudo, mas ao mesmo tempo a soja não é nada. A soja é mercadoria. Se pensarmos na soja enquanto planta que ela é, uma vida que está desligada da “vida natural”. A vida da soja é artificial, nada que tem nela se vincula à natureza. A terra onde ela cresce, o DNA, os nutrientes que come, a reprodução, como morre, tudo é planejado e realizado de forma química e mecânica. Ela não produz nada além de valor de troca. Mas é o valor de troca para o qual ela se produz.

(Diário de campo, reflexão após a primeira semana)

---

<sup>30</sup> Monsanto é uma empresa multinacional dirigida à produção de biotecnologia e agricultura, sediada nos Estados Unidos e estendida por todo o mundo.

### Série fotográfica: Grãos



Chega a hora na qual a planta da soja que mede menos de um metro precisa morrer. A soja naturalmente, quando chega na maturidade, seca, abre a vagem e os grãos caem no solo. Ao longo desta etapa da vida a soja vai tornando a cor verde intensa numa cor amarela ficando, aos poucos, com uma cor mais apagada e chegando ao marrom claro, à medida que ela se seca de forma natural. Todas as plantas de soja, mesmo que pertençam ao mesmo tipo de semente, não amadurecem no mesmo dia, à mesma hora, embora tenham um processo mais ou menos sincronizado. Atravessando os campos de soja durante horas, indo de um lugar para outro, pode-se perceber o estado da soja, quando está boa para colher e quando não. Estando numa lavoura perto da fazenda na qual havíamos ido colher soja, após os primeiros caminhões irem ao silo, mandaram interromper a colheita porque estava descontando muito devido à grande quantidade de soja verde que tinha na carga. Quando mandaram fechar a colheita, o caminhão de *Seu Jaime* ainda estava enchendo e mandaram descarregar o que tivesse no silo. Acompanhei ele e enquanto preenchia os papéis, fiquei esperando do lado de fora junto ao caminhão e cheguei a escutar uma conversa entre alguns trabalhadores dizendo que havia muita perda porque haviam tentado economizar dinheiro não pulverizando o produto que mata a soja antes de colher. Já tinha ouvido falar que colocavam um produto para matar a soja, mas realmente a importância de decidir a hora da morte da soja era fundamental para não ter perda alguma. Após fumigar a soja, ninguém pode se aproximar dessa lavoura por uma semana. Seca-se a soja no estado que está, mata-se a planta, evitando que vagem se abra e, assim, a soja fica toda uniforme. É o momento de colher. O momento ideal para colher o produto é quando a soja começa a secar naturalmente, começa a ficar amarelinha.

A morte da soja é um componente essencial do processo dela enquanto *commoditie*. No processo descrito ao longo deste capítulo tem-se elaborado as diferentes formas que alcança a soja até chegar à morte dela. A morte dela significa, na verdade, o fechamento e reinício da criação-destruidora para a qual foi produzida. O objetivo para o qual foi pensada, que é ser valor. Porém, a morte seria o processo no qual se tornaria dinheiro e reverteria todo o investimento aplicado para a produção e reprodução da soja. A mobilização de todos os agentes de produção chegaria ao máximo esplendor da circulação do capital no deserto. A companhia proprietária da tecnologia do agrotóxico encarregado de matar a planta, quando está no ponto máximo da vida natural dela, pronta para se reproduzir, a Monsanto comercializa a morte da soja. A apropriação da morte da soja mediante o trabalho como base da sua reprodução é o fim último para a qual este circuito da vida da soja foi desenhado, para o qual a Revolução Verde foi pensada.

Tinha dias em que eu ficava junto aos caminhoneiros esperando os caminhões encherem de soja para ir até o silo. A colheitadeira ia raspando a terra e ela ia ficando pelada. Todo mundo embaixo da sombra do caminhão, seguíamos com o olhar as formas que a colheitadeira moldava no solo no horizonte. Quando a máquina está o depósito de soja quase cheio, avisa com um alarme, e o funcionário começa a dirigir em direção ao caminhão enquanto colhe no trajeto para terminar de encher o tanque. Quando o caminhão está cheio tem que ser levado para o silo. Normalmente, eu acompanhava *Seu Jaime* no caminhão. Tinha tanto costume de ir com ele, que, além dele, eu era a única que sabia como abrir a porta do caminhão que estava quebrada. *Seu Jaime* sempre que dava carona para alguém falava com bastante orgulho que eu tinha pegado o jeito. Dirigia devagar pelos caminhos de terra, o que poderia demorar mais de uma hora na maioria das vezes ao longo dos caminhos. Sempre me perguntei como nunca havia atolado. Chegando na rodovia era preciso aguardar mais algumas horas até o silo. Acompanhando os quatro caminhoneiros, somente fui às vezes aos silos mais comuns e que eram “perto” (porque voltaríamos para dormir na fazenda). Nas empresas que compram o grão é necessário virar a noite esperando descarregar a soja. Quando era alguma empresa que sabiam que demorava muito, não deixavam eu acompanhar ou ia com alguém e pegava carona com quem havia ido há várias horas e que já estivesse saindo para poder retornar.

Ao chegar no silo, tem que descer e utilizar capacete. *Seu Jaime* sempre me emprestava um para poder descer junto com ele. O caminhão era pesado numa balança na entrada e depois continuava até uma plataforma. Na plataforma trabalhava um moço que pegava 10 amostras para o laboratório. O funcionário ficava todas as horas de trabalho

esperando os caminhões chegarem, para subir na plataforma, pegar a amostra, deixar num balde, descer e levar o balde a cinco metros de distância onde estava a porta do laboratório. Depois que o funcionário pegava a amostra ia até o lugar para a descarga. Chega numa plataforma que é semelhante a uma fenda gigante, então tem que descer de novo do caminhão. *Seu Jaime* ativava para que o caminhão basculante levantasse com um braço mecânico a carga. Naquele local trabalhavam quatro funcionários responsáveis por isso. Quando terminava de subir, *Seu Jaime* pegava o martelo metálico que tinha e batia muito fortemente para abrir a porta de trás do caminhão. Normalmente eram três golpes. Quando abria tinha que se afastar rápido porque os quilos de soja caem em menos de um minuto. A poeira sobe e tem que colocar máscara para não entupir os pulmões, a poeira da soja tem um cheiro muito forte que me deixava com dor de cabeça. Sempre que a colheitadeira descarregava no caminhão era a mesma poeira, mas menos intensa. No começo, eu colocava a blusa por cima do rosto, depois acostumei, mas no descarregamento do caminhão o ar ficava nublado por causa da poeira. Quando os grãos param de cair, os trabalhadores passam com vassouras para terminar de esvaziar. O caminhão volta ao normal e vai passar pela balança de novo antes de voltar para a lavoura.

A soja cai pelo chão/fenda num cômodo que há embaixo e começa a ser puxada para cima por uma máquina que irá peneirá-la. Para se definir o que será grão ou semente há um processamento e seleção diferentes. A seleção da semente é mais estrita. Tudo o que não é semente vira grão, pois este será, posteriormente, vendido para as empresas esmagadoras ou para as empresas exportadoras. As empresas esmagadoras presentes na região, a Bunge e a Cargill, firmam contratos anuais com as fazendas, pelos quais vendem uma quantidade de soja antes desta ser coletada. A soja normalmente não fica nos silos mais de 6 meses, pois esta pode começar apodrecer, embora esteja em condições ótimas (com um pouco menos de umidade que quando ela é colhida). Esse processo – permanecer no silo – é para poder ter um pouco de poder sobre a bolsa internacional de valores de venda de *commoditie*, já que o preço da soja é muito variável, dessa forma pode-se esperar a que a economia esteja num momento melhor para vender o grão no mercado internacional.

### Série fotográfica: Descarga de grãos no silo/fábrica



Nos últimos 13 anos, o Brasil encontrou um comércio internacional favorável à exportação de *commodities*, especialmente da soja. Adicionalmente, a China foi se estabelecendo neste comércio internacional como o principal mercado consumidor dessa produção, ao mesmo tempo em que expandia e diversificava internamente a sua atividade

industrial.

Os dados abaixo trazem informações relevantes sobre as exportações de soja do Brasil. Na produção de soja temos três tipos de produtos derivados da soja, que são: grão, farelo e óleo. Desses três, o produto em forma de grão é o que tem menos conteúdo tecnológico e, portanto, é mais desvalorizado em termos de preço. O óleo de soja, por outro lado, é o produto que tem mais conteúdo tecnológico envolvido na produção e por isso é mais valorizado em termos de preço. Na tabela abaixo, é possível verificar a evolução das exportações de soja do Brasil, de 2000 a 2013. Os valores mostram que as exportações cresceram significativamente ao longo de cada ano.

**Tabela 1: Exportação de soja em grãos - Fonte: ANEC, 2016**

| ANO  | QTD. EXPORTADA (MIL TONELADAS) |
|------|--------------------------------|
| 2000 | 11.513                         |
| 2001 | 15.675                         |
| 2002 | 15.970                         |
| 2003 | 19.890                         |
| 2004 | 19.247                         |
| 2005 | 22.435                         |
| 2006 | 24.956                         |
| 2007 | 23.734                         |
| 2008 | 24.499                         |
| 2009 | 28.563                         |
| 2010 | 29.073                         |
| 2011 | 32.986                         |
| 2012 | 32.916                         |
| 2013 | 42.796                         |

Fonte: ANEC, 2016



Ainda de acordo com dados da Associação Nacional de Exportadores de Cereais (ANEC), o Brasil exportou em média, de 2000 a 2013, cerca de 14,2 milhões de toneladas de farelo de soja. Cabe ressaltar que o Brasil se destaca muito mais na exportação da soja em grãos, o que significa dizer que exporta o produto que é mais barato no mercado internacional. Segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior, dentre os principais produtos de exportação do Brasil em junho de 2016, a soja ficou em 1º lugar, seguido de minério de ferro e açúcar e, em mais um ano, a China ficou em 1º lugar como principal destino dessas mercadorias. Nos anos mais recentes, seguindo o padrão comercial nacional diante da expansão da China como principal país comprador de soja, essa especialização produtiva se expressa também nas exportações do estado da Bahia, como sinalizam os dados disponíveis na tabela abaixo, que mostra que o principal destino das exportações da soja da Bahia em 2014 foi a China.

| RKG | Países Destino          | Jan-Dez          |                    |              |
|-----|-------------------------|------------------|--------------------|--------------|
|     |                         | Qtde. (t)        | Milhões - US\$     | %            |
| 1º  | China                   | 1.050.797        | 543.700.635        | 61,0         |
| 2º  | Alemanha                | 263.436          | 133.942.559        | 15,0         |
| 3º  | Japão                   | 136.978          | 74.627.452         | 8,4          |
| 4º  | Estados Unidos          | 89.322           | 45.516.319         | 5,1          |
| 5º  | Países Baixos (Holanda) | 40.174           | 19.528.190         | 2,2          |
| 6º  | Egito                   | 30.652           | 15.577.737         | 1,7          |
| 7º  | Taiwan (Formosa)        | 25.141           | 13.100.716         | 1,5          |
| 8º  | Noruega                 | 24.835           | 12.436.141         | 1,4          |
| 9º  | Espanha                 | 14.785           | 7.618.453          | 0,9          |
| 10º | México                  | 14.573           | 7.682.602          | 0,9          |
|     | Outros países           | 34.460           | 17.552.048         | 2,0          |
|     | <b>Total</b>            | <b>1.725.153</b> | <b>891.282.852</b> | <b>100,0</b> |

Cabe destacar que este modelo de estímulo à produção de *commodities* agrícolas e minerais no Brasil é explorado basicamente por grandes multinacionais que conseguem imprimir um modelo de controle nas diversas regiões onde atuam, alterando as relações de produção dos pequenos e médios produtores da região, que vão sendo cada vez mais absorvidos pelo modelo capitalista dessas multinacionais. Neste sentido, na região dos cerrados baianos é importante dizer que as duas principais agroindústrias do complexo da soja são a Bunge, que se localiza no município de Luís Eduardo Magalhães, e a Cargill, que fica no município de Barreiras. Tanto a Bunge quanto a Cargill são os destaques do complexo da soja do Brasil e da região desde a égide do neoliberalismo e da abertura econômica brasileira ao capital estrangeiro na década de 1990. Outro dado importante que mostra como a exploração da soja se destaca cada vez mais no país é o dado sobre exportação brasileira por

faixa de valor exportado. Como é possível verificar abaixo, das 10 principais empresas exportadoras em termos de valor exportado, a Bunge e a Cargill ocupam logo as primeiras posições. Além disso, a JBS S/A (popularmente conhecida como Friboi) e a BRF S.A, ambas multinacionais brasileiras que comercializam carnes, estão entre as principais exportadoras do país em termos de valor exportado.

| EMPRESA                              | FAIXA DE VALOR EXPORTADO  |
|--------------------------------------|---------------------------|
| VALE S.A                             | Acima de US\$ 100 milhões |
| PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS    | Acima de US\$ 100 milhões |
| BUNGE ALIMENTOS S/A                  | Acima de US\$ 100 milhões |
| CARGILL AGRICOLA S A                 | Acima de US\$ 100 milhões |
| EMBRAER S.A                          | Acima de US\$ 100 milhões |
| JBS S/A                              | Acima de US\$ 100 milhões |
| ADM DO BRASIL LTDA                   | Acima de US\$ 100 milhões |
| BRF S.A                              | Acima de US\$ 100 milhões |
| BRASKEM S/A                          | Acima de US\$ 100 milhões |
| LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A | Acima de US\$ 100 milhões |

Exportação brasileira em 2015 – faixa de valor exportado (US\$ FOB)

### Série fotográfica: Armazém de soja







Nesse contexto, pode-se entender como um grão carrega em si tanta contradição social e capacidade de articular o mundo em si. A soja entendida enquanto mercadoria é muito mais do que um simples grão, é unidade que no capitalismo carrega em si duas dimensões, trata-se de valor de uso e valor de troca. Entender a centralidade da soja no mercado internacional é situar socialmente essa mercadoria, conseguindo, dessa maneira, captar a historicidade e a especificidade do capitalismo, sistema econômico onde a parte (a mercadoria soja) é indissociável do todo.

A partir dos dados aqui apresentados em conjunto com o que foi discutido ao longo do capítulo, gostaria de encerrar analisando a relação que o grão da soja nos permite estabelecer com o sistema de consumo de comida processada e principalmente de carne. Como apontei anteriormente no texto, o aumento de consumo de carne é a principal razão do aumento de produção de soja. No caso da soja enquanto *commoditie*, esta deve ser pensada também na importância que adquire no comércio internacional. Para compreender e aprofundar nesta dimensão, gostaria de começar a discussão pelos aportes feitos por Sidney Mintz no livro *Dulzura y poder* (1996), quando analisa como o gosto pelo açúcar mudou a conjuntura do mundo e marcou a história de vários territórios. O gosto pelo açúcar e os poderes coloniais em diálogo possibilitaram a expansão do açúcar com consequências

fundamentais na história dos países produtores, assim como para os países controladores. O domínio colonial vinculado ao açúcar se faz muito presente no Brasil, como um dos principais produtores de açúcar até os dias de hoje. Quando Mintz reflete sobre como o açúcar mudou de um produto de luxo para uma necessidade das classes pobres inglesas, nessa reflexão está inscrita toda a história que influencia desde a escravidão até a revolução industrial acontecida na Inglaterra. O gosto pelo doce, longe de ter acabado, tem se instaurado e arraigado. A relação entre a produção de determinadas *commodities*, o consumo delas e a comercialização são transações que colocam em relação todo o mundo já há muitos séculos, fazendo com que as mudanças acontecidas num território estejam estreitamente ligadas, mediante o comércio internacional e os poderes que o dominam, com lugares muito distantes e que podem estar subordinados a um poder colonial, imperialmente e/ou neoliberal. As transformações alimentares acontecidas depois da segunda guerra mundial tanto na Europa como no Brasil são significativas, estão ligadas a mudanças mundiais fundamentais que as acompanham e são a chave para entender as causas e consequências destas em relação a cada território. A globalização como ordem do discurso neoliberal e a aceleração do comércio está no centro deste debate num sentido amplo.

Esta discussão é devida ao paralelismo estabelecido entre a produção do açúcar e as transformações alimentares na Inglaterra, com a soja e as mudanças acontecidas na alimentação depois da segunda metade do século XX. Estas mudanças afetaram diretamente a produção de determinadas *commodities*, especificamente da soja. A produção deste grão, principalmente para exportação com o fim de torná-lo ração para o gado, se aproxima da dinâmica que teve o açúcar na narrativa deste autor. A linha de pensamento do autor nos permite comparar o percurso de duas commodities distanciadas no tempo, cuja forma e o ciclo de comercialização se assemelham. O recurso de pensar o comércio da soja a partir do que Mintz (1996) desenvolve sobre a história do comércio do açúcar, analisando as causas e consequências dele, pode ser uma via epistemológica para entender a implicação que tem a produção e a comercialização da soja para o Brasil e a nível mundial em relação às dinâmicas econômicas globais. Principalmente quando estabelecemos estas mudanças alimentares ocorridas no período histórico no qual estas se desenvolveram, no momento em que os três territórios (em momentos diferentes da história) experimentaram um processo de mudança no padrão de consumo, que foi possível através da produção massiva de produtos e de alimentos. O consumo de comidas processadas se estabeleceu nas sociedades como parte da modernidade. Mas da mesma forma que no começo do século XX, com a industrialização da manufatura que colocou bens a serviço das classes trabalhadoras que as produziam a um

preço acessível, o processo industrial se tornou o motor da produção massiva de bens e da produção de comida industrializada e então popularizou alimentos que eram restritos em um processo histórico que se assemelha ao do açúcar.

Em todo o globo, o aumento do poder aquisitivo, assim como a mecanização do trabalho agrícola viabilizaram a diminuição dos custos de produção, fazendo com que o acesso das pessoas que até aquele momento tinham a cesta de alimentos reduzida à alimentação de subsistência se ampliasse, tornando a carne um símbolo de prestígio deste aumento de poder aquisitivo. A carne forma parte da dieta da quase todas as sociedades, mas o seu consumo nunca foi tão frequente como hoje. A carne era considerada um elemento distintivo dos pratos comuns, os pratos das pessoas mais pobres eram feitos a partir da carne “pobre” do animal e não dos cortes “nobres”. Quando começou a se ter acesso à carne de forma cotidiana, ela se tornou fundamental, acompanhando-se do *status* e do prestígio que significa comer carne diariamente.

A industrialização da carne permite o barateamento dos custos, conseqüentemente, a queda dos preços da carne, e a possibilidade de acesso pelas classes mais baixas da sociedade. Vemos essa mudança progressiva em diferentes pontos do mundo, onde o ato de se alimentar adquire categorias para além do consumo e da tradição, evocando os termos de saúde e bem-estar.

A importância dessas mudanças reside no âmbito da produção e do próprio sentido que *comer carne* adquire. A cotidianidade do consumo de carne tem a tornado um elemento indispensável que repercute no próprio conceito de estar “bem alimentado”, radicação do próprio conceito de “ter força”. A carne, hoje, é um prato essencial de qualquer destes lugares e para poder produzir a quantidade de carne necessária a baixo custo, nos níveis exigidos, obriga-se que a produção do gado, assim como do alimento para o gado, seja rápida e barata, ou seja, industrializada.

A soja é a resposta fácil para depreciar o consumo de carne pela grande quantidade de proteína vegetal que possui e pela facilidade de produção, se tornando o componente básico da ração animal. Isto fez com que a produção de soja tenha se tornado uma cultura fundamental na China, na Argentina, nos Estados Unidos e no Brasil. O aumento de produção de soja no Brasil só vem crescendo desde os anos 1970, e a cada ano novas extensões de terras são abertas para produzir soja. Atualmente em Roraima se está abrindo uma nova fronteira agrícola de produção de soja. A região do oeste baiano surgiu neste contexto como nova fronteira agrícola, inserida na fronteira agrícola de MAPITOBA, fazendo referência à

região cultivada por latifúndios de monocultivos das fronteiras entre estes quatro estados.

Tanto os dados aqui apresentados, quanto a forma de produção analisada, ao longo de todo o capítulo, tentam apontar para a compreensão da soja-*commoditie* em um sentido amplo que abarca muitas vidas e que transforma muitas vidas. Alimentos, matérias e pessoas estão interligados ao longo do mundo. As relações e o comércio têm-se acelerado. A soja-*commoditie* começou a existir e se produzir em grande escala num contexto sócio-histórico limitado.

O que seria então um deserto? Por que falar de um deserto? O deserto se tornaria, pois, o espaço, o lugar, a terra, sem vida, morta, solo de terra vermelha sem vida, o cenário da grande peça do desenvolvimento. O diretor-capital da peça dispõe todos os agentes a representar a obra final do capitalismo, onde simulará a própria vida no circuito fechado da morte mediante a apropriação desta no trabalho. A cadeia da morte como criação-destruidora se representará sob o nome do desenvolvimento para a circulação do capital da mais-valia, enquanto as vacas rebeldes, alheias à peça, enquanto transitam pelo deserto, perderam a nota introdutória do sistema capitalista em ação enquanto assistem, sem compreender a circulação do deserto pelas cores que simulam a mudança de cena: azul-verde; azul-amarelo; azul-marrom.

## **CAPÍTULO 3 - O TEMPO DA SOJA: DE COMO O TEMPO E O ESPAÇO SE ENCONTRARAM NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL.**

### **3.1. A construção do tempo-espaço**

Perto das onze da manhã, uma quinta-feira, encontrávamo-nos *Kiko*, *Adão*, *Chico* e eu, uma vez mais, em um calor intenso, sentados embaixo da sombra do caminhão de *Adão*, “matando” o tempo enquanto esperávamos o caminhão ser carregado e conversando aguardando a chegada do almoço.

*Kiko* tinha uma moto a qual utilizava para ir para Luís Eduardo Magalhães em alguns dias que tivesse menos trabalho e assim poder dormir na casa da namorada. A moto era um objeto desejado por quase todos os funcionários e a forma, características e anedotas sobre esta, conversas recorrentes. A maioria das vezes não participava das conversas mais por falta de conhecimento que por falta de interesse. Nesse dia, a conversa era sobre a grande sorte e fortuna de *Kiko* ter aquela moto, a qual possibilitava o deslocamento veloz dele até a cidade para poder ver a namorada. *Kiko* destacava, principalmente, a vantagem de ser um meio de transporte mais veloz do que o carro embora fosse mais perigoso, particularmente na estrada esburacada entre a fazenda e LEM. Como aquela conversa sobre o tempo de trajeto se tornou uma discussão séria foi algo que ainda não me explico.

Newton demonstrou a qual se conhece como a segunda lei Newton que: se dois objetos fazem um transcurso do ponto A ao ponto B, à mesma velocidade e essa velocidade não varia, os dois objetos chegarão ao mesmo tempo. Aplicada à discussão destes três homens, passaram a discutir se uma moto, um carro e - mais tarde - um caminhão saíssem no mesmo horário da fazenda, à mesma velocidade e esta velocidade se mantivesse constante, a moto, o carro (e o caminhão) chegariam ao mesmo tempo em LEM. *Chico* falava que não, que isso era impossível, e que tudo mundo *sabe* que uma moto é mais rápida do que um carro (e um carro que um caminhão). *Kiko* e *Adão* concordavam com ele,



mas insistiam que, segundo o que eles sabiam e tinham estudado nas leis da física, dois objetos em uma velocidade constante chegam ao mesmo tempo. Em termos físicos/matemáticos eu *sabia* que eles estavam certos, mas também sabia que *Chico* estava certo ao afirmar que a moto chegaria primeiro. Finalmente, ninguém convenceu ninguém, e *Chico* saiu indignado da conversa e não quis falar mais.

O plano da lógica científica que tentavam explicar *Adão* e *Kiko* para *Chico* fugia do conhecimento tácito que ele tinha da realidade e do senso comum, no qual ele estava certo. A minha intervenção não ajudou a melhorar a situação quando tentei explicar que, na verdade, tudo mundo estava certo só que *Kiko* e *Adão* estavam falando de uma lei que pode se aplicar dentro de uma prova física isolada, mas que dificilmente será aplicada à realidade porque, na vida real, há buracos, há vento, há outros veículos, há intencionalidade humana que dirige os veículos, etc. e estes não são constantes. Todas essas questões fazem com que a velocidade não seja constante e que, de fato, nenhum dos três veículos da discussão chegue ao mesmo momento.

O que quero destacar com esta passagem é a contradição de lógicas que se expõem neste exemplo na qual a lógica científica se contradisse ao senso “comum” de *Chico*. O conhecimento empírico aprendido a partir da experiência, de ver e sentir, pode contradizer-se com as leis da física que são parte constitutiva da lógica científica. Neste capítulo para falar do “tempo” será necessário colocar todos os elementos que formam parte de próprio “tempo”. O tempo que a moto em velocidade constante ou real levaria para fazer o percurso entre a fazenda e LEM nos ajuda a pensar na noção de “tempo” que é utilizada nesta região, na qual, o “tempo” se torna absolutamente essencial. O controle do “tempo” é fundamental para a produção, seja o tempo ecológico, o tempo a ser contado, o tempo de demora de um trabalho, ou o tempo que demora em crescer a soja (o teórico e o real). Muitas formas diferentes de “tempo” se encontram neste espaço de cultivo de soja e elas se relacionam e interatuam para produzir umas próprias noções do que “o tempo” é. Em termos gerais, pode se referir desde uma chuva até uma hora. Essas noções de “tempo” atravessam uma sociedade que vive e cria o tempo dela, em função de um produto, a soja. A dinâmica do “tempo da soja” se encontra, por um lado, enquanto verdade “científica” feita e patenteada, a qual controla todo o processo produtivo da soja (veja o capítulo dois). Por outro lado, se confronta com “o tempo real”, seja este ecológico ou da cotidianidade da vida, da imprevisibilidade, isto é, dos buracos, do vento e dos outros veículos que aparecem na programação do tempo da vida da soja.

Tempo e espaço são palavras as quais ficam conectadas de muitas formas,

significados e símbolos, as quais se discutem em função do sentido atribuído em diferentes áreas de estudo. O tempo serve para nos referir às condições climatológicas, ao transcurso dos acontecimentos ou para falar da física. A concepção dos tipos de “tempo” em cada cultura é diferente, em algumas culturas esta pode “não existir”, ser circular, ser linear, ou poder ser contado, comprado, restado, pensado, negociado, acelerado ou detido. Da mesma forma, o “espaço” também é uma palavra que adquire muitas formas em função do momento e o lugar (tempo/espaço) no qual ela é utilizada, desde uma demarcação geográfica, um território imaginário (como pode ser uma fronteira nacional) ou o mundo para fora do planeta, entre muitas outras coisas.

A relação existente entre os conceitos “tempo” e “espaço” é do mesmo modo elástica, como se cada conceito fosse uma ponta de uma goma elástica e estes pudessem separar-se muito e aproximar-se muito também e, ao mesmo, tempo fossem igualmente dependentes o um do outro. Quando Einstein formulou a teoria da relatividade, ele postulou que o tempo é relativo, que a distorção local do tempo-espaço em um local concreto determina a velocidade do transcurso do tempo. Existiriam velocidades de transcurso do tempo em função do nível gravitacional de um espaço em função da distorção espaço-temporal. Ao aceitar a premissa de que o tempo é relativo ao nível gravitacional, o transcurso do tempo se torna relativo para além das diferentes cosmovisões *emic* que possam existir nas culturas, mas considerando a teoria de Einstein, dentro de um contexto sociocultural concreto, devemos considerar a afirmação de que o tempo é relativo em um espaço específico. Se nesta cultura predominasse a lógica científica, o senso comum ensinaria que o tempo é linear.

Johannes Fabian (2013), antropólogo Holandês, na obra “*O tempo e o Outro*”, destaca a crítica de como ao longo da história da antropologia trabalhou-se e definiu-se “o tempo” e o “espaço”. Estes dois conceitos, o de tempo e espaço, foram misturados e ao mesmo tempo confundidos, fazendo com que a ideia evolucionista da história linear tenha sido disfarçada, mas não superada pela antropologia moderna. O autor defende que, após a teórica superação da ideologia evolucionista, esta se manteve em outra premissa que seria a de distância espacial e não temporal. Assim, o autor destaca que a distinção dos tempos é uma preocupação política e moral, a separação das culturas em escalas seria uma diferenciação primeiro histórica (dentro de uma história linear) e mais tarde uma distinção do espaço, mas as duas responderiam ao mesmo princípio de classificação evolucionista das culturas, o qual seria o erro principal da antropologia na observação “do outro”, como destaca no título do livro.

Considerando estes argumentos, Fabian (2013) mostra-nos, uma vez mais, que os conceitos de tempo e espaço, longe de serem simples ou estarem desassociados, estão estreitamente ligados e são conceitos os quais se tornam fundamentais dentro da antropologia para a elaboração de uma pesquisa sobre “o outro”. A sucessão do tempo relativo, em função do local, não interessa neste caso na concepção da teoria da física, mas o destaquei como elemento introdutório deste capítulo sobre o “tempo da soja” para pensar no tempo da soja, um tempo feito e construído, não em função do seu transcurso em relação a uma gravidade concreta, e sim em relação ao tempo específico de noção de temporalidade criado em determinados espaços no quais se produz soja. Isto torna tempo da soja um elemento indispensável da organização do tempo social e central na dinamização dos ritmos em uma mistura com as noções de tempo preexistentes à sua produção. A relação da construção do tempo e espaço analisada por Fabian (2013), como uma relação a qual envolve os processos de conceições da história e do tempo linear na relação de “uns” com “outros”, se inscreve marcando as diferenças temporais e espaciais na estrutura do pensamento colonial, ocidental e, também, antropológico. Porém, é a partir desta crítica e da relatividade do tempo que tentarei fazer uma aproximação de como o tempo é construído no espaço no qual a soja “vive” para explicar um tempo, de temporalidade concreta, que surge a partir das dinâmicas nas quais se relacionam o tempo ecológico, o tempo estrutural e o tempo de trabalho.

### **3.2 Tempo ecológico**

Evans-Pritchard (1992), no capítulo “*El tiempo y el espacio*” da obra *Los Nuer*, define o tempo ecológico como o tempo físico e natural. Neste capítulo, me referirei ao tempo ecológico da mesma forma que Evans-Pritchard (1992) ao tempo natural, tanto dos ciclos naturais do ambiente, como as precipitações e ambientes como chuva, sol, seca, vento, frio, calor, etc. O tempo ecológico ao qual se refere, porém, é aquele que, de forma “natural”, marca os ritmos da vida social onde se produz o cultivo da soja. Se no capítulo anterior mostra-se o ambiente espacial do desenvolvimento da soja, neste analisarei os tempos produzidos pela soja. Cabe destacar que, o tempo ecológico não quer dizer necessariamente um tempo “naturalmente puro”, um tempo sem “alterações” pela mão humana, que não pode interferir se há sol ou chuva em um dia de janeiro, mas não se pode obviar e tomar este como alheio às relações humanas considerando a constante transformação sobre o espaço para o cultivo da soja a fim de modificar o ambiente para uma maior produção.

A modificação da “natureza” para a obtenção e produção de um produto não entra no

campo de debate desta dissertação, pois a modificação do ambiente seria a premissa da interação com este. Irei apenas destacar a importância do tipo de modificação ambiental analisada neste contexto que ajuda a pensar o tempo ecológico produzido neste local, no qual considero: (1) o tempo cíclico da vida da soja; assim como (2) o tempo ambiental em função da precipitação, etc.; além dos (3) mecanismos de controle do crescimento ecológico da soja. Para este último, utilizando as técnicas de modificação genética, tentativa de controle ambiental mediante o planejamento, cálculo e estimativa do tempo ambiental (2) que devenida no próximo dia, semana, mês ou ano. Para realizar esse cálculo são utilizadas as mais diferentes técnicas: desde olhar para o céu e sentir na pele o vento até complexas previsões por reconhecimento de satélite do ambiente para prever o clima.

O tempo ecológico é uma preocupação constante que afeta este espaço, como coloca Evans-Pritchard: *“las necesidades del ganado y las variaciones en las provisiones de víveres son las que traducen principalmente el ritmo ecológico al ritmo social del año, y el contraste entre las formas de vida en plena estación de las lluvias y en plena estación seca es lo que proporciona los polos conceptuales para el computo temporal”* (1992, p.115). Como colocamos no capítulo anterior, a região de LEM foi criada para a produção de um produto, porém assim como o ritmo das estações entre os Nuer funcionam para marcar os tempos sociais a partir dos ecológicos, a vida da soja marca no seu tempo ecológico os tempos sociais. Mas a vida da soja é ao mesmo tempo marcada e delimitada pelo tempo ecológico/ambiental para estabelecer a época de plantio e colheita independentemente do tempo social.

São contrapostas aqui duas sociedades diferentes com duas temporalidades distintas. Nas duas encontramos que há um elemento que dinamiza o tempo social e sobre o qual se fundamenta o eixo social sendo o ponto de referência em torno do qual se organiza a vida. No caso “dos Nuer”, como é analisado, a vida do gado (as necessidades deste) dinamiza a vida. No eixo da “sociedade Nuer”, encontramos o gado como fonte, não apenas material como simbólica e religiosa. O gado não é só um grupo de animais, é uma interação social, um canal de comunicação cultural e simbólico que serve como forma de computar e de organização do tempo social e cultural, tanto na vida cotidiana como nas necessidades e mudanças anuais que devem ser estabelecidas. A soja não é como o gado para “os Nuer” na perspectiva de que a vida social funciona em relação às necessidades do gado (o da soja neste caso).

A soja, pelo contrário, enquanto produto comercial, responde a uma dinâmica muito diferente. A produção da soja não é desenvolvida como eixo único de uma sociedade e a

existência desta produção só pode ser compreendida como parte de uma sociedade capitalista concreta com sua própria história. A produção da soja é possível e reproduz a forma de vida capitalista, é uma relação dinâmica que guardam. A vida da soja, como é analisada nesta dissertação, vale-se da ideologia aqui colocada em um contexto concreto (no Brasil, no oeste baiano, com a sua história própria, em uma sociedade capitalista) que permite a compreensão de como um produto se tornou dinamizador dos espaços nos quais a cultura agrícola da soja existe, produzindo uma temporalidade própria nestes espaços, tornando-se eixo temporal nestes casos das pessoas que habitam/moram/vivem em torno desta. Ao ser parte de uma dinâmica da sociedade capitalista há determinados “eventos” ou “festividades” sociais maiores que são reconhecidas como marcadores do tempo social como no caso dos feriados. Os feriados, como dias que se reconhecem de festividades do trabalho, marcam os tempos sociais cíclicos de algumas sociedades como parte das festas. Como Evans-Pritchard (1992) apresentou, quando “os Nuer” voltam do acampamento no começo da época de chuvas se estabelece o tempo social reservado para fazer a maioria das festas (casamentos, iniciações, etc.). A cultura da soja desenvolve-se dentro de um contexto no qual esses tempos já foram marcados comumente tanto para patroas/es como para funcionários e estes são principalmente feriados católicos como natal, páscoa ou o carnaval. Estes tempos são reconhecidos dentro da fazenda, mas não necessariamente “respeitados” em função das necessidades da soja.

A segunda vez que estive em campo foi umas semanas antes da páscoa. Uns dias antes da data, ainda estavam trabalhando muito colhendo soja, mas os funcionários começaram a conversar sobre a páscoa, principalmente *Ceará*, pois familiares dele viriam do interior para a casa dele em LEM, na qual morava a esposa dele. Perguntaram várias vezes (os funcionários) se teriam “folga” no dia de páscoa, mas o gerente e o agrônomo sempre respondiam que não sabiam, que seria em função do “estado da colheita”. Um dia antes do dia de páscoa, perto do horário do almoço, cheguei do silo com *Seu Jaime* e, para minha surpresa, encontrei a maioria dos funcionários na fazenda. Estavam em um círculo, sentados na frente do carro do agrônomo e este, de cocoras, estava conversando com eles, lhes informando que graças ao bom trabalho feito durante a safra, poderiam ir para suas casas no dia seguinte para passar a páscoa com a família e pediu para irmos à igreja. Muitos (aqueles que tinham a família em LEM ou Barreiras) ficaram muito felizes e perguntaram se poderiam sair naquele mesmo dia depois do trabalho. O agrônomo falou que sim e rapidamente o grupo se dispersou. Eu já tinha resolvido visitar uma amiga em Barreiras no final de semana e quando voltei domingo à noite, me aproximei de *Kiko*, que olhava pesadamente os últimos raios de sol do dia enquanto terminavam de colher um pequeno pedaço de terra junto da estrada. Ao

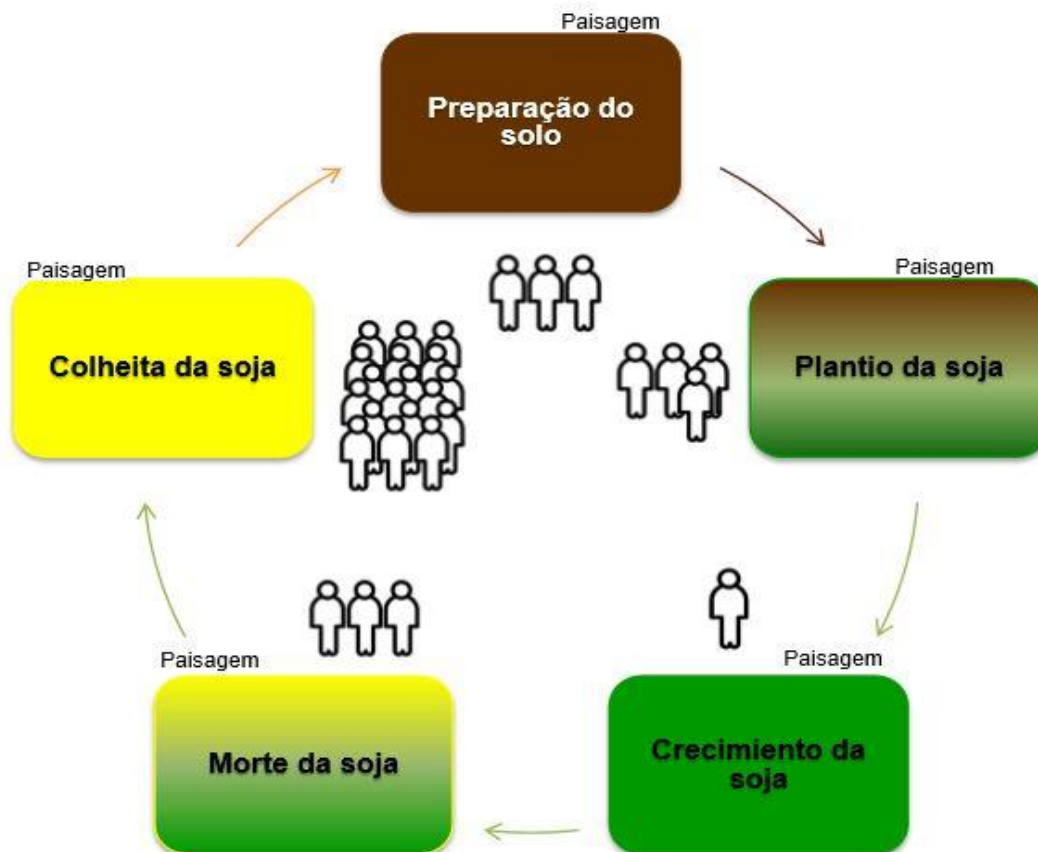
me ver falou: “*oh mulher, você que pode aproveitá, fica lá até segunda, tanto gosta assim da gente?*”. Mas também precisava trabalhar e já tinha ficado mais um dia em Barreiras.

A soja, porém, tem uma importância fundamental na organização do tempo neste espaço, mas sempre considerando que esta pode se desenvolver por uma ideologia capitalista prévia e da forma de organização do trabalho. O trabalho se torna o eixo dinamizador do tempo social nas sociedades capitalistas, a soja, neste espaço, cumpre essa função porque ela é o eixo do trabalho. A sua importância não é religiosa nem simbólica, é comercial. O *fetichismo da mercadoria* existe na produção do tempo local.

A importância que adquire o tempo ecológico é transversal à própria noção de linearidade da vida que *vivem* em torno de uma rotação cíclica do tempo ecológico. O tempo transcorrido entre fatos da vida social e individual dos trabalhadores eram contados em safras, principalmente o tempo transcorrido em relação a um período determinado. Dessa forma, ao perguntar a qualquer dos funcionários durante quanto tempo trabalhou em algum lugar especificamente, o cálculo era feito a partir das safras que tinha recolhido daquele produto concreto. Mas se como no caso do plantio do pivô, possibilitam duas safras de soja no ano, planteava a questão de como seria calculado o tempo nesse caso. Considerando que a implementação dos pivôs de duas safras anuais não é o mais comum, podia-se calcular o tempo de duração dos trabalhos anteriores partindo da base safra/ano, tendo presente esta variável. Dessa forma, o tempo cíclico da demanda da produção agrícola da soja, marca os ritmos em relação ao próprio movimento dos corpos.

O tempo ecológico fazia-se sentir muito fortemente na fazenda. Se como coloquei nos capítulos anteriores a entrada e saída dos funcionários da fazenda era imprevisível, simplesmente eram avisados, pegavam a mochila e iam de uma fazenda para outra em função da demanda de trabalho, esse fluxo correspondia às necessidades ecológicas da vida da soja. Imagine uma câmera que grave um ponto fixo da fazenda e da lavoura. Nela ficaria registrada a transição deste modo: a transição de terra/preparação do solo (marrom) → plantio (marrom/verde) → crescer a soja (verde) → matar a soja (verde/amarelo) → colher a soja/safra (amarelo) → preparar o chão (marrom).

**VIDA DA SOJA**  
tempo ecológico/ período 6 meses mais ou menos



Além disto, poderíamos observar o trânsito de pessoas que acompanham este ciclo. Nas grandes fazendas, nas quais o aumento de trabalhadores é, às vezes, até de 50%, esse fluxo se faria mais evidente. Pude observar este fluxo de forma muito reduzida. Se, por sua vez, as mudanças na terra poderiam se perceber mediante a observação direta do estado da soja, o acompanhamento das pessoas neste ciclo podia ser sentido no movimento do trabalho. Um dia muito cedo de manhã, quando ainda estavam limpando as colheitadeiras em *Colombo*, antes de começar a colheita do dia, o agrônomo apareceu para conversar com os funcionários. Eu só conhecia ele há poucos minutos, mas comentou que ia ver as outras terras e lhe perguntei se poderia acompanhá-lo. Rapidamente aceitou e aproveitei a ida para perguntar sobre os cultivos. Ao longo do dia, em que passamos a maior parte do tempo no carro indo de um lugar para o outro, o agrônomo me explicou como reconhecer o momento de vida da soja e o trabalho que precisava ser feito em cada momento do ciclo para saber qual técnica seria necessária. Assim, foi desenhando como seriam as próximas semanas de trabalho para

acompassar o ciclo de cada área com soja na formação do trabalho ininterrompido da colheita. Nas seguintes semanas, mais ou menos a partir do planejamento feito pelo agrônomo, foram abandonadas as terras de *Colombo* e se trasladou a maior parte dos funcionários para outro espaço, deixando só os funcionários encarregados de “abrir a terra” em *Colombo*. Esta mesma dinâmica sentia-se mais fortemente na fazenda maior, na qual eram contratados mais da metade dos funcionários da fazenda só durante os três meses de safra. Perguntei aos funcionários com os quais tinha mais confiança sobre esta dinâmica do fluxo de pessoas, eles me falaram que quem trabalha só três meses é malandro e que só quer o dinheiro para cachaça. Como na fazenda menor eram todos (a exceção dos terceirizados) funcionários com contratos indefinidos, sentia-se só na dinâmica da terra este fluxo de pessoas que Rumstain (2011) documenta na sua tese. A autora precisamente acompanha o fluxo e trânsito destas pessoas que vão de umas áreas de cultivo de soja para outras mostrando mais claramente como o ciclo da vida da soja forma esta corrente de trabalho rotativo e continuado que corresponde à cultura da soja. Em função do mês que se visite estas terras pode-se observar as diferentes paisagens rotativas, como me aconteceu nas diferentes visitas a campo em diferentes meses que faziam com que a cor da paisagem mudasse, assim como a quantidade de pessoas trabalhando as terras.

Em comparação com a obra clássica já mencionada de *Los Nuer* (EVANS-PRITCHARD, 1992), o ciclo anual entre a época seca e a época úmida, marcado pelas necessidades do gado e do campo, corresponde à mesma lógica ecológica de fluxo de vida em torno de uma necessidade material, no caso “dos *Nuer*” as vacas, e no caso dos funcionários, o dinheiro. Enquanto que as *safrinhas* são auxiliadas com o pessoal permanente, mas só supõem umas safras auxiliares da soja que marca os tempos ecológicos.

Como dizia, cabe destacar nesta dinâmica do fluxo ecológico a tese de Rumstain (2011), na qual analisa o fluxo migratório dos “*maranhenses*” ao pólo industrial *sojil*, no Mato Grosso, destacando na sua narrativa, principalmente, o fluxo contínuo de idas e vindas que a autora acompanhou como parte da sua pesquisa e que permite mostrar como os fluxos estacionais do trabalho tornam-se parte intrínseca de uma ecologia local dinamizada por um produto. Este fluxo migratório que Rumstain (2011) analisa pode-se encontrar nas narrativas de qualquer produto agrícola estacionário.

O tempo ecológico marca o ritmo do fluxo de trabalho que determinará a ciclicidade dos acontecimentos em torno dos quais as pessoas organizam o trabalho vinculado à soja. A preocupação sobre o tempo tanto ambiental, quanto da sucessão de acontecimentos, é



vinculada aos processos produtivos e tudo é organizado em torno desta temporalidade produtiva. Em função do clima, o trabalho será mais intenso ou será pausado até as condições melhorarem, mas a ânsia pela chuva é uma constante (como em muitas culturas agrícolas nas quais se espera como sinal de uma boa safra). Estas safras (considerando que normalmente há uma safra de soja anual), intercaladas com as *safrinhas*, não correspondem exatamente a uns meses do ano. Evans-Pritchard (1992) coloca que no tempo “dos *Nuer*” o ano é dividido em estação seca e estação úmida, que é a época de aldeia e a época do acampamento. Na época seca, ao mesmo tempo vinculado com diferentes fases da vida social, a seca de recolhimento, e na úmida quando acontecem a maior parte dos eventos de festas e rituais. Segundo o autor, existem duas épocas intermediárias e pouco definidas que fazem a transição de uma época para a outra. “Os *Nuer*” não reconheceriam as atividades pela estação e sim a estação pelas atividades. No caso aqui analisado, na produção da soja também existiram eventos transicionais e as épocas importantes, mas funcionariam com outra lógica. A safra seria como o grande evento esperado. A época de safra é em função de quando tenham ocorrido as chuvas assim, de fato, a época do ano que acontecem determinadas atividades seria definida ecologicamente, mas a época do ano estará definida pelas atividades necessárias na produção e os meses seriam apenas orientativos de um ano para o outro.

A maioria dos produtores coloca diferentes tipos de soja, com crescimentos diferentes para o caso de as chuvas forem escassas ou em épocas não programadas. É uma estratégia para não ficar “sem nada para colher”, como me explicaram dois agrônomos durante o tempo da pesquisa de campo. As sojas que há disponíveis (no mercado) podem ter ciclos de crescimento de 90 a 150 dias. As mais desejadas são as de ciclos longos porque têm mais capacidade de recuperação se o clima estiver *ruim* para o crescimento, mas as de ciclo curto podem “salvar” uma safra ruim. De qualquer forma a safra de todas as sojas é programada em função do seu ciclo de vida assim como a colheita é organizada tentando programar uma forma lógica na qual o trabalho de colher-abrir da terra seja contínuo. O sucesso desta programação não é tão matematicamente exato como os agrônomos que eu conheci gostariam. Como coloquei no começo do capítulo, eles preparam uma equação para chegar do objetivo A ao objetivo B sem considerar o vento, a chuva, as máquinas quebradas, pneus estourados, etc. A imprevisibilidade tanto natural quanto humana não está dentro dos cálculos, por isso o sistema é inexato.

O *Sarará* que trabalhou várias safras na *Rorita*, uma das maiores empresas do oeste-baiano, me explicou que “lá” isso não acontecia (ou pelo menos acontecia em menos ocasiões) porque utilizavam a agricultura de “precisão”. O *Sarará* explicava que a agricultura

de precisão é uma forma de programação e controle que procura a diminuição de risco, assim como o aproveitamento máximo do tempo de trabalho. É tudo planejado, calculado e principalmente controlado. Nestas fazendas nas quais se trabalha com a “agricultura de precisão” os trabalhos são especializados de forma que cada pessoa só cumpre a função para a qual foi contratado. O controle tanto nas fazendas de soja de agricultura “convencional” (as que não são de precisão se chamam de “convencionais”) como de “precisão”, procura, de diferentes formas, o máximo rendimento a menor custo para maior lucro. A safra é o grande evento esperado de todo o ano. As *safrinhas* são feitas para ajudar a próxima produção de soja a nascer porque estas nutrem o solo e reduzem riscos de fogo na lavoura. Durante a época da safra há um maior número de pessoas e as máquinas devem ter sido arrumadas e limpas para a ocasião. Tudo mundo se prepara para uns três meses de intensidade que ninguém sabe quando começarão. O começo e fim dos ciclos não são exatos e definidos e dependerão de como estará o céu, da previsão do tempo, do estado das primeiras plantas de soja que devem ser colhidas e de como estarão organizados para uma otimização do tempo da colheita. À medida que a colheita avança, começarão a ser abertas as terras para as *safrinhas* e se começa a plantar, mas os funcionários que fazem este trabalho ficam praticamente sós na lavoura.

Quando foi terminada a colheita das terras de *Colombo*, toda a equipe que nela trabalhou foi enviada para as terras da *Laguna*. Depois de tomar o café, todo mundo se organizava em diferentes meios de transporte para ir até as lavouras. Quem tinha ficado “abrindo terra” em *Colombo*, simplesmente sumia na primeira hora da manhã e não voltava até a noite. Um dos dias em que acompanhei o gerente na rota, fui com ele entregar o almoço dos funcionários e ao ver de novo aquela imensidade de terra me pareceu *vazia* dessa vez. O horizonte era uma simples extensão de terra vermelha, sem atividade. Só três tratores trafegando sobre a terra em forma de “S” continuamente. *O Sarará* me perguntou se não queria ficar com ele à tarde, fiquei em dúvida um minuto. O medo da incapacidade de sair dali me angustiava. Na época de colheita há atividade, os caminhões entram, saem, há um grupo sempre conversando, risadas, trânsito, etc. Fiquei com o *Sará* à tarde no trator, embora a conversa tornasse o ambiente menos vazio a sensação de angústia permaneceu. Interroguei a ele se sentia a mesma angústia que eu sentia ante o oceano de terra, ele deu risada de mim e falou que ele poderia fugir no trator se o esquecessem lá.

A época de colheita é um momento “tenso” porque para poder colher precisa-se do clima seco, sem chuva, mas como se abre a terra para as *safrinhas* ao mesmo tempo, se espera uma *chuvinha* que faça as novas plantas crescerem. Essa *chuvinha*, no entanto, é necessária logo após o fim da colheita. O tempo ecológico é um elemento fundamental que marca

mediante suas incertezas e ciclicidade os ritmos que se tenta controlar mediante previsões e tecnologia para o maior rendimento da produção de soja. Como as pessoas se organizam para o que Evans-Pritchard (1992) chama de tempo estrutural em função da ciclicidade da produção será analisado no próximo subcapítulo.

### 3.3 Tempo estrutural

Como destacado, as necessidades da produção da soja no seu tempo ecológico são traduzidas no tempo da dinâmica social em torno desta. A diferenciação destes dois tempos não é exata, as duas coexistem e se relacionam considerando que não se pode separar a vida material e a social: *“ambos se refieren a sucesiones de acontecimientos que son de suficiente interés para la comunidad como para que se los tenga en cuenta y se los relacione desde el punto de vista conceptual”* (EVANS-PRITCHARD, 1992, p.111).

As “safras” funcionam, pois, como ponto de referência na vida das pessoas que trabalham em torno dela, principalmente dos funcionários, tanto braçais como de máquinas. Os caminhoneiros, por sua vez, não utilizam as safras e, sim, os anos para se referir ao tempo passado na vida deles. Tanto os funcionários como os caminhoneiros utilizam os trabalhos feitos ao longo da vida para se referirem ao tempo passado. O lugar de trabalho e o emprego são as formas mais recorrentes de se referirem aos acontecimentos transcorridos. Ao perguntar, no entanto, quantos anos tinham transcorrido desde determinado trabalho, tanto os funcionários como os caminhoneiros não conseguem fornecer datas muito exatas e, muitas vezes, se contradizem em diferentes conversas. A importância adquirida para o momento da safra assim como para os trabalhos se destaca como ponto de referência no tempo que lhes permite se referir às situações do passado a partir de suas próprias noções de tempo. No começo eu perguntava muito sobre “há quantos anos” havia acontecido alguma coisa, ou tinha chegado determinada tecnologia, ou que eles trabalhavam em determinado lugar, ou se tinham piores condições de trabalho, etc. Mas logo no começo percebi que não era a melhor técnica, normalmente a resposta era vinculada ao local de trabalho onde as condições eram piores ou então falavam que trabalhavam com o pai, a atividade concreta que faziam (colher melância, maracujá, milho, cana, café, ouro, etc). As atividades e os espaços de trabalho como pontos de referência temporal denotam um sentido no qual o tempo é entendido, principalmente pelos funcionários, de forma que “o trabalho”, o tempo de trabalho, se torna o tempo estrutural que determina e organiza a memória passada e a vida deles.

Este tempo estrutural é diferente do tempo estrutural do qual fala Evans-Pritchard

“os *Nuer*” (1992), é um tempo social (no caso da soja). O autor relaciona o tempo estrutural com a distância estrutural, na qual se entende o tempo não como uma sucessão de acontecimentos, mas como uma relação constante entre grupos de pessoas. O cálculo do tempo, porém, é feito a partir de grupos de idade ou acontecimentos importantes do grupo. A organização do tempo neste caso difere, evidentemente, do tempo estrutural “dos *Nuer*”, o tempo estrutural da soja é atravessado pela cultura na qual ela se desenvolve, que não tem só o tempo da soja, mas há um tempo socialmente marcado, classificado e ensinado com anos, meses, semanas, dias e horas. Este é utilizado de forma geral e entendido, mas os pontos de referência mais comuns ainda são aqueles que têm uma forma imediata como, por exemplo: horário do almoço, horário da janta, etc. Durante o tempo que permaneci na fazenda só vi os caminhoneiros, o técnico, o gerente e o agrônomo olharem o relógio e só os dois últimos preocupados com horário. O tempo de todos os trabalhadores, do gerente e do agrônomo é diferente. Se por um lado os trabalhadores realizam ao longo do dia as atividades a eles atribuídas em uma sucessão de obrigações que têm que fazer intercaladas com as horas de se alimentar, o gerente e o agrônomo correm de um lado para o outro, fazendo muitas coisas e se deslocando de um lugar a outro muito rápido. Foram as únicas pessoas que reclamaram comigo que “*tinham pouco tempo*” para todo o trabalho que tinham para fazer, que *corriam* atrás do tempo, controlavam o tempo e tentavam não desperdiçá-lo. O tempo era essencial na programação deles e no controle que eles precisavam ter do tempo deles e do tempo dos trabalhadores na sua força de trabalho. O tempo do trabalho é o tempo estrutural essencialmente de organizar a vida das pessoas que moram na fazenda. Tanto dos trabalhadores que entendem a própria vida deles a partir do tempo do trabalho, como do gerente e do agrônomo que, na ânsia de controle do tempo, procuram maior eficiência e otimização do tempo de trabalho para o bom sucesso da produção. Um erro de tempo pode fazer perder uma safra, o planejamento e o cálculo desta é essencial. Mas, ao mesmo tempo, estas pessoas não estão inscritas na mesma lógica de contagem do tempo sobre a vida passada delas. Elas falam de anos e meses nos quais aconteceram determinados eventos, se desvinculando e colocando em outros elementos da vida a ênfase do tempo.

Dessa forma, encontramos dois tipos de tempo em função do trabalho desenvolvido na fazenda, mas simultaneamente estes dois tempos são submetidos ao tempo ecológico, que também domina o tempo estrutural. A utilização dos meses para se referir ao tempo de produção da soja é mais uma referência do que uma exatidão. Respeitam-se os tempos socialmente marcados como natal e páscoa, por exemplo, mas em nada interferem no trabalho. Não se trabalhará nessas datas apenas se não tiver o que fazer com a soja. Sempre

foi destacado por todas as pessoas que moravam na fazenda que o tempo da “terra” é outro e que as pessoas trabalham no tempo da “terra”, em função das necessidades desta, sem importar o tempo social. Isto implica que se pode trabalhar em feriados ou folgar nesses dias caso não haja trabalho posteriormente. A vida é organizada em função destes tempos marcados pelo tempo ecológico, principalmente pela época de chuva e de plantio. A partir da época de plantio que poderá calcular-se os outros tempos. Porém, o tempo é uma relação de atividade em função de um produto que determina os outros tempos e pela chuva que determinará tanto o processo ao longo dos meses como o cotidiano. É a chuva que permitirá definir o trabalho a realizar cada dia.

Cabe destacar sobre a diferenciação dos tempos dos trabalhadores e do gerente/agrônomo/patrão que implica em distintas noções de responsabilidade para/com a produção da soja. Se para os trabalhadores o trabalho determina o tempo deles, tanto cotidianamente como estruturalmente, como uma sucessão de atividades a realizar, para o outro grupo (gerente/agrônomo/patrão), o tempo é uma questão essencial que se deve controlar de todas as formas possíveis. Tenta controlar-se de forma que se maximizem os recursos da produção mediante a intensificação da tecnologia para este fim. São as pessoas mais preocupadas com todos os tipos de tempo. Os silos, por exemplo, são controladores do tempo. Eles permitem ampliar o tempo de vida da soja, conseguindo armazenar ela até 6 meses nos quais pode-se esperar o melhor momento para vendê-la no mercado internacional, principalmente fora de safra, para assim aumentar o rendimento desta. Estas estratégias junto com a de produção de soja geneticamente modificada que se desenvolve em diferentes tempos, servem de controle. Estas concepções de tempo determinam a cotidianidade dos acontecimentos e os acessos a determinados “privilégios” temporais. Estes tempos “privilegiados” são a capacidade de eleição do “tempo pessoal”. O acesso à vida pessoal fora do tempo do trabalho. O tempo pessoal é determinante em relação ao trabalho desenvolvido. Os funcionários têm direito a sair da fazenda depois do fim do trabalho, só não *têm* tempo para cobrir a distância que há até a cidade mais próxima para dormir em sua casa, por exemplo. Também, na maioria das vezes, não têm meios de transporte que possibilitem este traslado. Porém, o tempo “livre” dos funcionários é limitado às atividades dentro da fazenda, ao espaço e à posição que têm no processo produtivo. Pelo contrário, para o gerente/agrônomo/patrão, lhes *“pertence”* o tempo “livre”, lhes *“pertence”* porque têm opção de escolher como viver o seu tempo “livre”, tornando em “tempo de transporte” parte do tempo de “trabalho”, morando na cidade com as famílias, à exceção do gerente que mora na fazenda, mas que pode levar a família para morar junto dele.

O tempo da fazenda se estrutura a partir do tempo ecológico da vida da soja, definindo em função do trabalho dentro da fazenda as próprias concepções de tempo tanto cotidianamente quanto ao longo da vida. O tempo do trabalho se torna o tempo estrutural que dinamiza e é a forma de conceituar os tempos da vida, tanto da sucessão de atividades como a vida passada e futura. Estas noções de tempo devem entender-se dentro de uma forma industrial de produção de um produto. A diferença de noções temporais camponesas nas quais a vida se dá em função das necessidades do produzido, percebemos que, embora seja dependente da via ecológica, esta não é pensada nos mesmo processos cíclicos de sobrevivência e a memória é estruturada a partir dos trabalhos realizados e não por acontecimentos da vida social em comum. Podemos supor que o tempo de trabalho se torna um tempo que dinamiza e determina as formas de pensar o tempo das pessoas que trabalham em este tipo de plantação de soja, embora, como coloquei, estes tempos possam ser diferentes em função do trabalho feito no processo produtivo.

### **3.4 Tempo trabalho**

Na discussão sobre o tempo estrutural mostrei como, a partir do tipo de trabalho desenvolvido pelos funcionários, o tempo do trabalho tornou-se o tempo estrutural deles. O trabalho como medida do tempo é um eixo a partir do qual pensar a vida e os acontecimentos nela acontecida. Uma vida para o trabalho (alienado), uma vida feita de trabalho (alienado) é uma característica recorrente nas sociedades capitalistas. Luiz Felipe de Farias (2014) no livro *Agronegócio e luta de classes*, escreve em torno à pergunta: por que não há união de classe trabalhadora dentro da indústria citrícola de São Paulo? Para o autor, todas as pessoas implicadas no processo produtivo pertencem à mesma classe trabalhadora, desde as/os colhedoras/es de laranjas, as/os transportistas até as/os trabalhadoras/es das fábricas do suco de laranja. Todas estas pessoas são submetidas a uma mesma estacionalidade da produção da laranja, só se mantendo umas poucas pessoas para o manutenção das fábricas fora de época de safras, assim descreve uma rota de trabalho similar à acontecida na agroindústria da soja. Segundo o autor, a razão principal da falta de unificação da luta de classes é pela percepção que estas pessoas têm do seu próprio trabalho, no qual não se reconhecem como trabalhadoras/es iguais entre elas/es. As pessoas que trabalham nas fábricas seriam de uma categoria diferente às pessoas que transportam ou que colhem laranjas, tendo categorias diferenciadas socialmente e sendo, na fábrica, uma expectativa de “avanço”, ou de conseguir um trabalho fixo e não estacional. Este mesmo argumento foi elaborado já na década dos

1970 pelo autor Leite Lopes (2011), no livro *El Vapor del Diablo*, no qual argumenta que a partir das divisões de trabalho e morais se diferenciam e se classificam entre eles mesmos os obreiros da usina. Estes se classificam criando categorias que os afasta entre obreiros e os confrontando em uma alinação do estado *real* do que eles são: obreiros. As classificações dos funcionários da fazenda que os fazem não se reconhecerem enquanto “classe” foram discutidas no capítulo anterior, mas cabe destacar a este respeito o que é a *alinação* que existe nestes três casos em relação ao tempo do trabalho. Nas descrições etnográficas destes dois autores (LOPES, 2011; FARIAS, 2014), encontramos como a alinação do reconhecimento enquanto obreiros funciona como uma forma de não se reconhecer enquanto “classe trabalhadora” no sentido mais clássico descrito por Marx (1978, 1979).

A narrativa comum da extensão da jornada laboral como essencial da dinâmica do trabalho se encontra nas descrições de Marx (1978), Lopes (2011) e Farias (2014). Lopes (2011) destaca como durante a época de safra há jornadas laborais de até 12h, as pessoas são obrigadas a manter o nível de trabalho da máquina, o trabalhador morto, que deve ser constantemente “alimentado” e controlado. Este trabalho faz com que o tempo das máquinas, da necessidade de serviço se torne o tempo de trabalho e o tempo estrutural das pessoas que trabalham nesse serviço. Como destaca Marx (1978), a “jornada laboral” foi se ampliando em função das necessidades das máquinas e da produção. Se antes da revolução industrial o tempo de trabalho era o tempo do sol, a tecnologia possibilitou uma revolução do sol e do tempo de trabalho, ampliando as jornadas laborais às horas que forem precisas para a produção. Assim encontramos que na safra as horas de trabalho podem se ampliar mediante a iluminação das colheitadeiras, o que permite levar a jornada laboral até depois do pôr-do-sol em uma área na qual a iluminação elétrica só se encontra dentro das fazendas que se estendem nas lavouras. Depois das 18h só as máquinas iluminam o horizonte da lavoura junto das estrelas e os caminhões. “Ao reduzir em escala crescente a lavoura a um momento da produção industrial, o capital tornou-se capaz de impor novos desenhos e novas dinâmicas aos territórios agrícolas e de submeter os trabalhadores rurais a novos ritmos e novos disciplinamentos que têm por parâmetro a dinâmica fabril.” (FARIAS, 2014, p. 52-53).

O sentido do que é a jornada laboral se transforma com a época da vida da soja. A ampliação e diminuição deste tempo e do tempo do trabalho aconteceu em função das necessidades concretas da soja. Durante a safra, existia um aumento “voluntário” da jornada laboral que permitia um aumento do salário, fazendo com que as categorias de funcionários (mecânico e braçal) sofram a divisão e classificação que os autores acima mostravam em outros casos etnográficos. Esta adaptação aos novos tempos de trabalhos desenhados desde a

maquinaria não só condiciona o trabalho físico dos funcionários, como também desenvolve uma adaptação dos ritmos de vida ao longo do dia, com horários fixos, assim como no ano, considerando que a vida deles é submetida à vida da soja, porém ao tempo do trabalho. No caso de *Seu Tião*, por exemplo, ele tinha 15 dias de folga para visitar a família (mulher e filhas/os) que moravam em outro estado. Ele não escolhia o momento de visita como poderia ser: casamento, aniversário, férias, etc. *Seu Tião* tinha que viajar no mês de junho, como muitos outros funcionários. No momento que para a fazenda era interessante. Da mesma forma, o *Sarará* me contou que ele mudava de emprego muitas vezes para poder ir um mês visitar a namorada. A estratégia do *Sarará* para poder visitar a namorada e a mãe formava parte de uma apropriação do tempo dele para desfrutar da forma que ele quisesse, mas para poder fazer isso, aceitava a parte do “*jogo*” no qual trabalhava horas para além da jornada laboral, tendo, assim, aumento no salário dele. O tempo de trabalho é marcado pelo tempo das máquinas e o tempo ecológico que determina os ritmos da safra. Mas nesta mesma dinâmica do tempo de trabalho se incluem necessidades vitais que são adaptadas ao tempo do trabalho. Considerando as horas de trabalho por parte dos funcionários de máquinas que passam mais de 10h diárias na lavoura em função do dia, a disciplina dos horários de almoço, de tomar banho, de ir ao banheiro, de conversar, etc. se veem submetidos a esta temporalidade. É no controle do tempo de trabalho, na extenuação do trabalho, que tanto funcionários como patrões encontram “*o pico*” necessário para além dos ganhos fixos (salário no caso dos funcionários).

A modificação do tempo do trabalho não só se encontra nesta capacidade de controle da luz, como na produção mediante pivôs - um sistema de irrigação - que permite controlar a produção da soja quando não há chuvas. Desse modo, na época na qual não há chuvas, os funcionários são trasladados à fazenda na qual se cultiva mediante pivôs para que a produção não seja detida ao longo do ano. Uma tarde na qual fazia os testes de quebras nas sementes com *Kiko*, ele me explicou que, na verdade, a fazenda de pivôs não dava dinheiro mais que de “reserva”, a fonte principal de dinheiro eram as terras por chuva, muito maiores. As colheitas feitas com pivôs (as quais são mais caras) permitiam conseguir “*o pico*”, das safras, principalmente porque estas têm um grau de segurança maior mediante o controle da irrigação. Acontece que a dificuldade de irrigação com o preço maior desta plantação faz menos interessante este cultivo em grande escala, tornando-se ainda dependentes do tempo ecológico como fonte principal de ingressos nas fazendas. A extenuação do trabalho sobre a terra, mediante a tecnologia que permite ampliar os tempos de trabalho, criando outra safra, é “*o pico*” que permite benefícios maiores para a fazenda a partir da extenuação de um esforço



que pode ser a força de trabalho ou, neste caso, de recursos necessários para a safra de pivôs.

O tempo de trabalho é o tempo das pessoas, este se torna o eixo de como as pessoas dispõem o tempo delas em função do trabalho. Lopes (2011), quando analisa o caso das jornadas laborais de 12h rotativas de manhã e de noite a cada semana, coloca as experiências destes operários que veem sua vida consumida pelo trabalho. As horas de sono são consumidas, a vida com a família é consumida, a saúde física e mental é consumida. O trabalho se personifica na pessoa e se apropria dela. Um das primeiras noites em que estive na fazenda acompanhei pela primeira vez o gerente que estava indo conversar com Ceará. A máquina dele tinha quebrado e estava na antiga sede de Colombo. Enquanto estava no carro com o gerente, falava da sua vida, do trabalho, da “*correria*” e do estresse que sofria. Brincando, ele me perguntou quantos anos achava que ele tinha, eu falei que ele aparentava ter uns 30 anos mais ou menos, ele deu risada de mim e falou que tinha 23. Eu fiquei chocada. Chegando onde Ceará estava, perguntou brincando para mim de novo quantos anos achava que tinha Ceará, falei que uns 45-50, mais ou menos. De novo havia errado por muitos anos de diferença. Ceará me explicou que é o trabalho de campo que os consome. O trabalho cansativo embaixo do sol que lhes faz parecer mais velhos e que os torna mais velhos. Enquanto ficamos ajudando a arrumar a máquina, Ceará me contou como antes que os direitos laborais fossem mais “rígidos”, eles trabalhavam e dormiam na lavoura sem condição nenhuma, não tinham proteção e nem recebiam comida. Eles mesmos cozinhavam à noite, depois do trabalho, em um fogo que faziam na lavoura e em torno do qual dormiam. Também me contou como a exposição aos agrotóxicos, sem nenhum tipo de proteção, tinha degradado a saúde de muitos, mas que, “*graças a deus*”, ele estava bem e agora tinham um bom lugar para dormir, comida boa, proteção para os agrotóxicos e um horário de trabalho respeitável. Os dias nos quais eram tratados como “*bichos*” tinham acabado.

Por outro lado, Marx afirma: “*reducir el tiempo de trabajo necesario para la producción de una mercancía, en cuanto agentes del capital en las industrias de las que primero se apoderan, se convierten en el medio más poderoso de prolongar la jornada de trabajo más allá de todo límite natural.*” (MARX, 1979, p.490-491), destacando assim outra forma de apropriação de trabalho na qual o aperfeiçoamento das máquinas permite uma maior extensão do trabalho, tornando-o maior ao se apropriar da força de trabalho que produz mais mais-valia. O patrão contrata a força de trabalho por horas que exerce em uma máquina a sua disposição. Se o rendimento da máquina é maior nas mesmas horas de trabalho o benefício obtido aumentará enquanto o salário do funcionário se mantém. Na fazenda havia duas colheitadeiras, mais a colheitadeira terceirizada do Russo. Uma das máquinas era muito

moderna e colhia ao mesmo tempo a mesma quantidade de soja que as outras duas mais velhas porque a cabeça desta era dupla. A preocupação principal era que esta máquina nunca estivesse sem ser utilizada. Como afirma Marx (1979):

*En general, el método de producción del plusvalor relativo consiste en poner al obrero, mediante el aumento de la fuerza productiva del trabajo, en condiciones de producir más con el mismo gasto de trabajo y en el mismo tiempo. El mismo tiempo de trabajo agrega al producto global el mismo valor que siempre, a pesar de que este valor de cambio inalterado se representa ahora en más valores de uso, y por lo tanto se abate el valor de cada mercancía singular. (MARX, 1979, p. 499).*

Em um dos dias, *Tonho*, condutor principal desta máquina moderna, teve que levar o filho no médico. Ensinou o *Sarará* a utilizar a máquina para que não ela ficasse parada na tarde que ele estaria fora. A extensão do tempo de trabalho das máquinas e a produção destas é fundamental para uma produção mais acelerada. Como já foi comentado, em função de uma maior tecnificação da fazenda, as formas de controle do tempo aumentam para que este não “jogue” contra a produção, como descrevia o *Sarará* e como dá para ver nas lavouras nas quais existem maquinarias atrás das colheitadeiras para que estas não tenham que parar para descarregar a soja no caminhão. Na segunda fazenda que conheci, que era maior, embora não trabalhassem com “agricultura de precisão”, tinham este serviço na lavoura que ia atrás das colheitadeiras de forma que o trabalho de colheita era continuado. Estas formas são como se apresentam para levar o trabalho para além do limite natural, tanto da força de trabalho dos funcionários, como do tempo ecológico. A transformação técnica permite uma extensão de apropriação do tempo de trabalho que se torna estruturante na vida dos funcionários.

*Tonho* poucas vezes parava para almoçar mais de 10 ou 15 minutos, às vezes simplesmente silvava e fazia uma senha para que aproximasse o almoço dele na colheitadeira. Um dia, que eu já tinha almoçado e levei o almoço para ele, fiquei na colheitadeira junto com ele. Almoçou enquanto dirigia, perguntei para ele por que não parava para almoçar e me respondeu que tinha muito trabalho e que estavam falando que nos próximos dias poderia chover e precisava colher o máximo possível enquanto a soja estivesse seca. Ainda assim insisti em perguntar por que não parar meia hora para almoçar tranquilamente. Ele afirmava que comer de marmitta não era almoçar, era só encher o “*bucho*” para não sentir fome, mas que esse não era “jeito de comer”. Ele gostava de almoçar na cantina, não desse jeito, desse jeito não importava. Não seria o único dos funcionários em fazer esta afirmação. A busca pela maximização do próprio tempo de trabalho estaria ligada à relação que se tinha com o sucesso da produção do patrão e a ligação com ele e com os conceitos de “bom trabalhador”. Para

além da retribuição econômica que poderiam perceber por uma maior produção e colheita da safra, estes estariam em competição (consigo mesmos) para estender a produção nas mesmas horas de trabalho. Considerando que não há forma de controle formal das horas de trabalho, que não são obrigados a almoçarem em 15min e que podem ficar até uma ou duas almoçando e descansando, que motivos poderiam ter para fazer isso?

*Si ser un contador de horas constituye la ilusión del obrero (según la auto-ironía del profesionalista respecto a su condición), es porque en algún punto del espacio se desvaneció esa trayectoria social ascendente que esperaba recorrecuando ingresó a la usina, apagada por una acumulación de horas dentro de un tiempo repetitivo y monótono que contrasta fuertemente con su finalidad: la subsistencia del trabajador. (LOPES, 2011, p.131).*

Ao não poderem dispor do tempo de vida deles como eles gostariam (comendo na cantina ou estando com a família), investem essas horas em horas de trabalho de forma que tenham uma melhor percepção em sua forma salarial que lhes permitirá desfrutar, mais tarde, com o acúmulo de dinheiro e de horas trabalhadas. Lopes (2011) continua a reflexão:

*Pero ese número de horas también les señala el esfuerzo realizado en la utilización de su fuerza de trabajo: justamente en los períodos donde la mayor cantidad de tiempo trabajado se traduce en un salario más alto, asegurando una subsistencia más relajada, las largas jornadas de trabajo agotan de manera rápida y violenta los músculos y nervios de los obreros. (LOPES, 2011, p.135).*

Os funcionários de máquinas, à diferença dos braçais, têm esta preocupação porque eles poderão conseguir um aumento de salário pelas horas extras ou por uma maior produção. Os braçais utilizam as horas de almoço e as de descanso ao meio-dia ao não terem nenhuma diferença considerando que ficam na fazenda e a vida deles é mais calma. O “fetichismo do salario”<sup>31</sup> (LOPES, 2011, p.180, 181) se destaca também entre os trabalhadores da usina que durante os meses de safra fazem vários turnos tentando aumentar o máximo de horas

<sup>31</sup> O autor Lopes (2011) refere-se ao “fetichismo do salario” à forma de trabalho exercida dentro da usina mediante a qual os trabalhadores ao terem os meses de trabalho restritos à safra na sua maioria, durante a época da safra, procuram trabalhar o máximo de horas possíveis para a obtenção de um maior salário durante esses meses. Dentro da sua etnografia precisamente utiliza o termo de “contadores de horas” para se referir às pessoas que mediante a contagem de horas trabalhadas procuram uma maximização do salário: *Así es como los profesionalistas piensan el vínculo –para ellos indisociable–entre el salario y las horas de trabajo. Todo el discurso sobre la dureza de sus condiciones laborales parece enmudecer frente al vínculo que privilegia el salario: los profesionalistas parecen no colocarlo en la balanza por oposición al esfuerzo invertido durante la jornada de trabajo. Cualquier esfuerzo marginal es compensatorio. Por otro lado, hay una disociación entre el discurso del profesionalista sobre la insalubridad, la peligrosidad y la duración excesiva de su trabajo y su discurso sobre el salario. Ambos relatos aparecen en contextos diversos. Y sobre tal diversidad contextual podría pensarse que el discurso del profesionalista puede ser contradictorio, sin que él se dé cuenta de ello: si la larga duración de su jornada es una de las causas de su sufrimiento, ¿por qué entonces engañarse frente a un salario por hora marginal que vuelve cada vez más desproporcional el esfuerzo marginal requerido? Entre los profesionalistas, ese desequilibrio entre el salario marginal y el esfuerzo marginal configuraría un cierto fetichismo del salario por hora. Y en ese sentido, en la práctica de los contadores de horas existiría una tendencia a que la hora deje de ser una medida de tiempo –tiempo en que un determinado esfuerzo es realizado– para significar simplemente una medida del salario. (LOPES, 2011, p. 181).*

possíveis para aumentar o salário deles principalmente porque é a única época do ano que permite o aumento salarial. A maximização do tempo de trabalho é o que permite o aumento de salário durante o tempo da safra e faz com que o interesse daqueles trabalhadores os faça subir de categoria, como para trabalhadores em máquinas, do mesmo modo como foi colocado no começo deste subcapítulo na diferenciação que fazem Lopes (2011) e Farias (2014) nas suas etnografias. Se entendendo como funcionários com uma série de atividades de trabalho para desenvolver e não enquanto classe, com próprias classificações de trabalhadores.

Assim, o tempo de trabalho se entende de muitas formas diferentes para a percepção dos funcionários da fazenda em função do tipo de trabalho desenvolvido no processo do tempo de vida da soja/tempo produtivo da soja. O trabalho deles muda em função do estado ecológico da vida da soja, sendo enviados de uma fazenda para a outra e mudando o trabalho a ser realizado. A época mais importante para aqueles que colhem soja é a safra e para aqueles que a plantam é o plantio. O *Sarará* me explicou como o plantio de soja é muito mais lento do que os outros plantios porque não se pode desperdiçar uma semente de soja só. Deve estar bem calculado e disposto. De cada semente de soja devem nascer mais 60-90 grãos ou sementes novas e o desperdício de uma delas seria uma perda em grande escala, por isso é melhor investir no tempo de trabalho bem feito do que em trabalhar rápido e perder no crescimento da soja. Se plantarem errado, serão as pessoas encarregadas do plantio responsáveis pelas perdas e que poderiam ser consideradas “maus trabalhadores”, podendo perder o privilégio de operar uma máquina ou o emprego.

O tempo de trabalho está submetido por um lado ao tempo ecológico da vida da soja por outro ao tempo das máquinas que são utilizadas. Os dois formam o tempo do trabalho que se torna por sua vez o tempo estrutural dos funcionários da fazenda. Marx (1979) destaca que:

*La máquina produce plusvalor relativo, no sólo al desvalorizar directamente la fuerza de trabajo y abaratar indirectamente la misma mediante el abaratamiento de las mercancías que entran en su reproducción, sino también porque en su primera introducción esporádica transforma el trabajo empleado por el poseedor de máquinas en trabajo potenciado, eleva el valor social del producto de la máquina por encima de su valor individual y permite al capitalista, de esta suerte, sustituir con una parte menor de valor del producto diario el valor diario de la fuerza de trabajo. De ahí que las ganancias sean extraordinarias durante este periodo de transición en que la industria fundada en la maquinaria sigue siendo una especie de monopolio y el capitalista procura explotar de la manera más concienzuda ese “tiempo primero del amor juvenil” mediante la mayor prolongación posible de la jornada laboral. (MARX, 1979, bp.495)*

A partir das descrições feitas por Marx, durante a revolução industrial, é possível

observar como forma de vida do trabalho o trabalho da vida. A modificação da matéria para a sobrevivência sempre foi necessária, as ferramentas eram utensílios para as pessoas utilizarem nessa função (MARX, 1979). Marx (1979) desenvolve esta discussão ao comparar e diferenciar as “ferramentas” das “máquinas” dentro dos processos produtivos de modificação das matérias, atendendo à relação estabelecida com estas. As pessoas determinam o tempo da ferramenta e não as ferramentas de produção o tempo das pessoas. A submissão do tempo das pessoas ao tempo das máquinas implica uma nova temporalidade de viver. Tanto pela modificação das horas de trabalho, como no tempo entregue às máquinas que marcam os tempos. No caso da agroindústria este processo não se vê tão “óbvio” como seria em uma fábrica de movimentos monótomos porque, de fato, há uma pessoa conduzindo a máquina. Este trabalhador/funcionário é submetido à temporalidade calculada pelo patrão em relação ao controle de tempo que demora em fazer um trabalho/espaço de terra com essa máquina.

Também cabe destacar como a forma de trabalho na qual o trabalho como produção industrial se torna o eixo da vida que faz os trabalhadores dependentes do salário, submete o tempo deles ao salário, mas também transforma o trabalho no eixo que marca os tempos vitais dos funcionários da agroindústria, marcando a história de vida deles em função da plantação para a qual trabalharam por períodos de safras.

Estes elementos analisados até agora são o conteúdo do que chamo “tempo da soja”. São as temporalidades produzidas por um monocultivo específico que marca a dinâmica de cada dia, do trabalho e das pessoas envolvidas nelas. O tempo é cíclico, lento, rápido, estressante ou entediante. O tempo da soja produz toda uma série de sentimentos e percepções em função da relação produtiva que se tem com a soja, na posição da força de trabalho. Todas as preocupações em torno do tempo, da forma que este se mostra ante as pessoas, formam parte da cosmovisão desta agroindústria que se estende ao longo do Brasil, se apropriando a cada dia de mais espaço.

### **3.5 Tempo da soja**

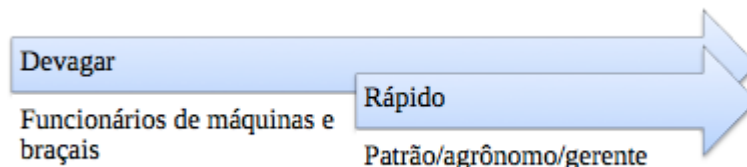
No começo deste capítulo, foi colocada a relatividade do tempo assim como as concepções deste a partir da antropologia. Pensar no tempo da soja como um tempo próprio de um espaço concreto implica pensar na conexão tempo/espaço em relação ao “outro” (FABIAN, 2013). Entender o tempo da soja como uma temporalidade concreta produzida pelas vidas das pessoas que vivem neste espaço implica na necessidade de um olhar particular das diferentes noções de tempo que se expressam neste espaço, a partir da singularidade de

cada percepção das pessoas que transitam neste espaço. O espaço de produção da soja, enquanto lugar de produção de uma mercadoria cujo fim é a reprodução do capital, como foi analisado no capítulo dois, é um espaço no qual se coloca em prática uma dinâmica específica com fins fixos e determinados. A vida social desenvolvida em torno deste produto e do tempo da soja é uma consequência, mas também uma causa que produz formas específicas do “viver” neste entorno, o qual é observável. Seria errado afirmar, como já colocou Evans-Pritchard (1992), que as pessoas são totalmente submetidas ao tempo ecológico. Este condiciona, mas não é determinante. O controle e a tecnologia mediam dentro das temporalidades, assim como a agência humana. Não seria possível, porém, apresentar escalas das temporalidades se não considerar todas elas em uma relação continuada que se expressa em um contexto concreto.

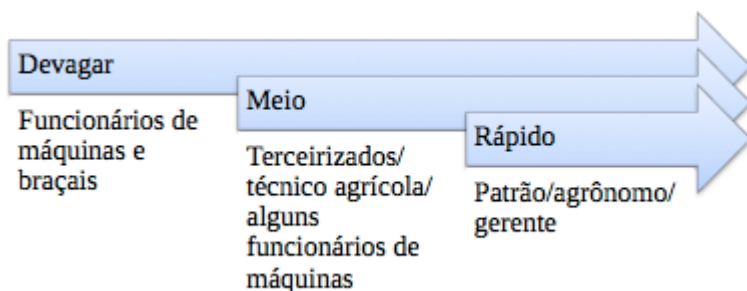
Se entendermos em relação aos textos de Fabian (2013) e Evans-Pritchard (1992), pode-se discutir uma questão interessante do resultado do tempo da soja descrito ao longo deste capítulo. Evans-Pritchard (1992), na sua obra clássica aqui colocada, explica a temporalidade de *Los Nuer* a partir da distância estrutural destes. A distância estrutural é o que determinará também as noções de tempo estrutural desta sociedade. Assim, tempo/espaço se encontram na determinação da temporalidade *Nuer* para explicar a distância estrutural em função dos clãs e da proximidade/distância destes. Um grupo local a uma distância geográfica mais próxima de outro grupo local de outro clã é estruturalmente mais distante do que um grupo local do mesmo clã que esteja a maior distância geográfica. Da mesma forma, todas as pessoas que vivem na fazenda estão na mesma distância geográfica de Luís Eduardo Magalhães, mas, em função da “distância” de classe determinada pela função laboral que todos os trabalhadores têm no processo produtivo da vida da soja, terão uma distância estrutural maior/menor da cidade ou o que esta simboliza: a vida fora da fazenda. Sendo assim, se torna imprescindível compreender os argumentos de Fabian (2013) para analisar estes tempos/distâncias em relação à colonialidade.

Fabian (2013) apresenta a ideia principal de que no pensamento antropológico/científico teve uma mudança, mas não uma transformação em relação à temporalidade “dos outros”. O autor defende que a partir da “quebra” teórica com as teorias evolucionistas, tentou-se começar a compreender “o outro” a partir das próprias particularidades no seu tempo e começou a se pensar nas diferenças culturais a partir da distância geográfica, a qual justificaria as diferenças antes colocadas na linearidade do tempo evolutivos das sociedades. As distâncias entendidas nas diferenças temporais dizem respeito às diferenças de percepção que podem se encontrar também em função da posição estrutural

dentro das sociedades capitalistas. Se colocarmos as diferentes categorias de trabalhadores que há dentro da fazenda poderia ser feito o seguinte esquema:



Como se observa neste quadro, em função do cargo dentro da fazenda a mobilidade e o sentido de tempo muda para cada grupo. Se fizéssemos só três distinções: terceirizados, funcionários e pessoas com cargos, existe um contraste entre estes grupos, considerando que *Tonho*, como responsável da máquina mais importante de toda a safra, fica em um plano intermediário porque, ao ter carro, tem a opção de sair da fazenda, mas além da casa dele ser em Barreiras não tem dinheiro suficiente para ir todos os dias, se limitando a ir só quando tem mais de um dia de folga. Diferente dos outros funcionários, no entanto, tem a opção de ir até o posto no qual também há outros serviços como cafeteria, restaurante, bar, borracharia, igreja, escola e prostituição.

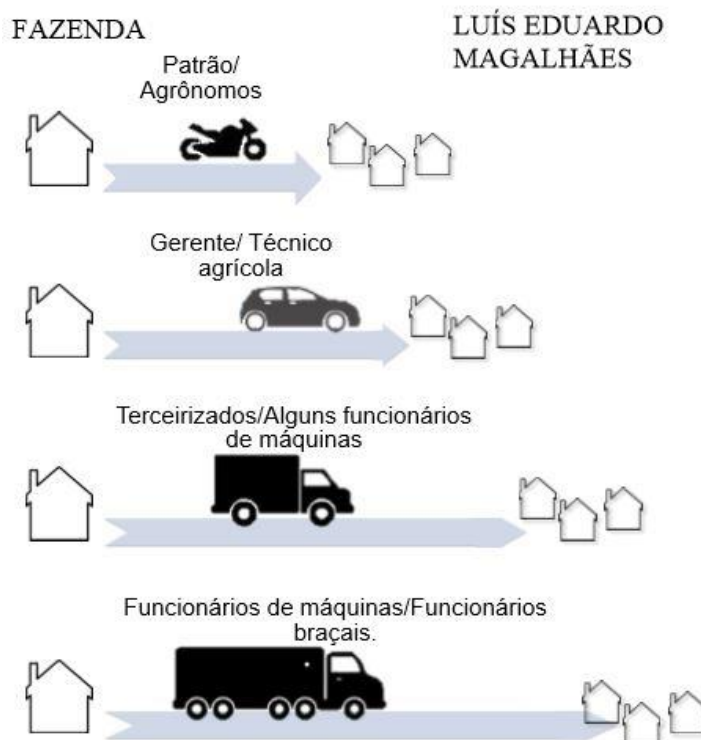


A distinção entre estes grupos em relação ao acesso à cidade e o sentido das distâncias, pode ser considerada dentro da classificação que foi feita no quadro anterior em relação ao tempo. O tempo em um sentido evolutivo e linear se confronta dentro do âmbito da agroindústria encontrando no mesmo espaço duas distinções que foram separadas pela distinção tempo/espaço feita por Fabian (2013). Na agroindústria encontramos uma alta tecnologia, moderna, genética, calculada, exata e científica que poderia ser utilizada e controlada até a sua última expressão, como a velocidade constante, mas toda esta

modernidade se contrapõe ao “simples” tempo ecológico, chove ou não chove. Neste espaço, encontra-se uma distinção de temporalidade que foi mencionada na distinção entre gerações no capítulo anterior, esta distinção representa a modernidade configurada pelas mudanças tecnológicas e o rural “tradicional” que segundo dizia *Seu Tião* “já ninguém tem mais interesse”. Os tempos se encontram e se classificam neste espaço, na distância estrutural que aproxima, mediante o aumento de salário, as pessoas da modernidade e o tempo para si mesmos, tempo deles, em contraposição àqueles trabalhos que não têm a ver com a tecnologia, que mais se distanciam deste “tempo moderno” que seria o trabalho braçal, mais diretamente relacionado com o trabalho do âmbito rural antes da tecnologia e da agroindústria.

Esta distinção entre o “tempo tradicional” e o “tempo moderno” representa não só a distinção entre gerações que foi mencionada, como um aumento salarial em relação ao tipo de trabalho desenvolvido na fazenda. À medida que se tem maior formação, mais específica e desenvolvida, muda o tipo de “tempo” das pessoas que têm esses conhecimentos e o acesso ao “tempo próprio”, surgindo a possibilidade de uma velocidade maior, que torna a distância estruturalmente menor da cidade, maior entre todas as pessoas implicadas na fazenda. Isso demonstra que a afirmação de *Chico* esteja certa, de fato, a moto (simbólica) que representaria a educação, o lugar de procedência, a classe, a raça, etc., chegaria antes em LEM que um carro (simbólico), o qual demoraria mais tempo ao ter que superar mais obstáculos.





Mediante este quadro simbólico do tempo que demoraria cada grupo em cada meio de transporte em fazer a distância “igual”, geograficamente falando, entre o ponto A (fazenda) e o ponto B (Luís Eduardo Magalhães), podemos traçar as distinções dentre todas as pessoas que trabalham na fazenda. Este, na verdade, é uma representação da classificação interna dentro da fazenda. Os tempos mais lentos ou mais rápidos da própria percepção de todas as pessoas que trabalham na fazenda são igualmente representados por este quadro (o qual não quer dizer que sejam os meios de transporte reais destas pessoas, só uma abstração simbólica). Assim, o tempo mais lento, mais devagar, é daqueles da espera, que esperam o caminhão encher, que esperam uma atividade para começar outra e que, ao mesmo tempo, pensam na vida passada em função das safras. É um tempo feito a partir das ações realizadas no trabalho deles. Por outro lado, estariam as pessoas que tem um tempo intermediário, tem pressa, por medo de a chuva começar, como no caso de *Tonho*, que têm um ritmo mais acelerado de trabalho, mas que ainda pensam na vida passada a partir das safras trabalhadas. Por último, estariam as pessoas que têm pressa, que correm atrás do tempo, que correm pelo controle, que correm para ir de um lugar ao outro, que fazem testes para ver o estado da soja e dos outros plantios e que esperam e calculam os resultados, controlam e medem o tempo para este não fugir. Se movimentam de um lugar para o outro para conseguirem cumprir com todas as obrigações, tanto no trabalho quanto no tempo de vida pessoal deles (a família). Este grupo já

não pensa a vida passada em safras e sim em anos. Ao mesmo tempo estes graças à velocidade têm a possibilidade do tempo que “lhes pertence”.

Poderíamos considerar estes mais envolvidos com a modernidade enquanto o outro grupo mais envolvido com a vida “rural tradicional”, com um tempo “passado”, que se encontra em um mesmo espaço. Onde ficaria o distanciamento com “o outro”? No tempo? No espaço? Poderia se considerar que estes se encontram em um tempo e um espaço social estrutural dinamizado por um produto: a soja (neste caso). Este produto gera uma temporalidade social concreta que produz e reproduz um distanciamento social de classe que se relaciona em forma de tempo, em seus diferentes tempos. O tempo da soja produz um tempo social concreto que se manifesta na dinâmica concreta em relação do espaço da fazenda, da lavoura e da cidade. Diante disso, compreender todas as formas e sentidos que tem “as temporalidades” se torna fundamental para analisar o ponto de vista, neste caso dos funcionários, para assim olhar o sentido que dão à sua realidade. No próximo capítulo analisarei o ponto de vista dos funcionários na configuração por eles elaborada da realidade e da temporalidade própria.

## CAPÍTULO 4 - UM PEDAÇO DE CARNE E AS SOMBRAS DA RESISTÊNCIA POR TRÁS DO *FUNCIONÁRIO RURAL*

*Veamos, camaradas: ¿Cuál es la realidad de esta vida nuestra? Encarémonos con ella: nuestras vidas son tristes, fatigosas y cortas. Nacemos, nos suministran la comida necesaria para mantenernos y a aquellos de nosotros capaces de trabajar nos obligan a hacerlo hasta el último átomo de nuestras fuerzas; y en el preciso instante en que ya no servimos, nos matan con una crueldad espantosa. Ningún animal en Inglaterra conoce el significado de la felicidad o la holganza después de haber cumplido un año de edad. No hay animal libre en Inglaterra. La vida de un animal es sólo miseria y esclavitud; ésta es la pura verdad.*

*Pero, ¿forma esto parte realmente, del orden de la naturaleza? ¿Es acaso porque esta tierra nuestra es tan pobre que no puede proporcionar una vida decorosa a todos sus habitantes? No, camaradas; mil veces no. El suelo de Inglaterra es fértil, su clima es bueno, es capaz de dar comida en abundancia a una cantidad mucho mayor de animales que la que actualmente lo habita. Solamente nuestra granja puede mantener una docena de caballos, veinte vacas, centenares de ovejas; y todos ellos viviendo con una comodidad y una dignidad que en estos momentos está casi fuera del alcance de nuestra imaginación. ¿Por qué, entonces, continuamos en esta mísera condición? Porque los seres humanos nos arrebatan casi todo el fruto de nuestro trabajo. Ahí está, camaradas, la respuesta a todos nuestros problemas. Todo está explicado en una sola palabra: el Hombre. El hombre es el único enemigo real que tenemos. Haced desaparecer al hombre de la escena y la causa motivadora de nuestra hambre y exceso de trabajo será abolida para siempre. (ORWELL, 2000, p. 52,53,54).*

### 4.1 Deus é quem castiga

Estando de férias no sul da Bahia, região historicamente conhecida pelo cultivo de cacau e que sofreu uma grande crise da qual nunca se recuperou, resultando no fim dos grandes monocultivos de cacau, nos encontrávamos em um pequeno vilarejo na *Lagoa Encantada*, o qual tinha poucos anos de história. Atravessamos a lagoa junto de um senhor morador e trabalhador da vila, após termos terminado a visita, que nos acompanhou tomando uma cerveja. Além da destacada visita da *Rede Globo*, para a filmagem de uma novela na década dos 1990, o vilarejo não tinha tido maior importância econômica para além de se constituir na região do cacau. Assim, o senhor que nos acompanhava contou-nos a história do vilarejo que nasceu da reivindicação de algumas famílias para poderem se estabelecer fora das fazendas do cacau. As fazendas de cacau, até a aparição da *vassoura de bruxa* (fazendo com

que as árvores secassem eficassem parecidas com a vassoura de uma bruxa), que acabou com quase todos os cultivos da região eram o cultivo mais importante. As narrativas do lugar encontram-se impregnadas de exploração laboral dentro das fazendas assim como inumeráveis mortes que são narradas até hoje. O valor do cacau era tão grande que até pequenos proprietários se sentiam donos do mundo pela produção e alta valorização do produto. Minhas colegas, procedentes da Bahia, uma delas da região do cacau, começaram a discutir as diferentes teorias de como a *vassoura de bruxa* chegou ao estado e acabou com toda a plantação. Uma delas, marxista de coração, apontou como causa *o capital* e as formas nas quais este se expressa como a causa da *vassoura de bruxa*, denotando que a doença surgiu como uma planificação por parte de alguma empresa capitalista querendo levar a produção do cacau para algum outro lugar do mundo. A outra companheira, antropóloga e nascida na região do cacau, concordava com as capacidades do capital, mas apontava para explicações mais locais da aparição da doença que arrasou com tudo, destacando a história particular do desenvolvimento que sofreu na sua região. O senhor, cético com as duas explicações, afirmou que as duas teorias eram falsas, considerando o poder de *deus*. Conforme ele, *deus* atuou desse modo, enviando a doença, por causa da grande soberbia dos fazendeiros do cacau, para castigá-los por todos os males que tinham trazido pela avareza deles. Embora eu achasse a explicação dele a mais racional de todas, a colega marxista ficou profundamente indignada e tentou entrar em uma discussão que dificilmente iria ter fim sobre porque o capital, e não *deus*, eram responsáveis pela *vassoura de bruxa*.

Os cultivos, as formas de produção material das comunidades, servem como referência para poder começar a pensar e compreender as formas nas quais se expressam e manifestam localmente os acontecimentos históricos. Que *deus* tenha enviado uma *punição* sobre os produtores de cacau permite pensar a explicação moral dos atos de reprodução material para personificar e nomear o que realmente resulta mais abstrato ao pensamento: a funcionalidade do sistema capitalista. Este dinamiza as formas de vida, o tempo e o espaço e, além disso, o controle pelo tempo e o espaço se torna uma prioridade para a reprodução em determinados contextos produtivos, como é no caso de soja, assim criando um círculo (vicioso) no qual tempo/espaço é produzido e reproduzido, tornando-se uma forma de vida de quem trabalha na soja. Se uma das possíveis explicações de como o principal produto que mantinha a região foi destruído por causas morais e não ecológicas, nem econômicas e políticas, é uma forma de percepção da realidade segundo a qual se atribui a um ser superior a

capacidade de julgar e punir atos morais castigados pelos *subordinados* (SCOTT, 2003). As interpretações locais são parte das histórias não reconhecidas das regiões às quais devemos atentar para compreender a lógica que racionaliza as vivências e como nestas narrativas se pode ver as formas de punição, justiça e resistência de alguns grupos sociais *sem história* (SCOTT, 2003).

#### 4.2 Um pedaço de carne na marmitta

Existem outras sociedades, no entanto, em que a revolução industrial criou um vasto complexo de máquinas que produzem bem quase independentemente dos camponeses. Se há algum camponês em tais sociedades, eles ocupam uma posição secundária na criação de riquezas. Além disso, o vasto e crescente número de trabalhadores industriais que manejam as máquinas criadoras de riqueza precisa ser também alimentado. Na maior parte das vezes, a provisão de alimentos para a esses trabalhadores não depende mais dos camponeses que trabalham em pequenas unidades de terra com técnicas tradicionais. As de novas “fábricas de campo”, que aplicam a tecnologia da revolução industrial no cultivo de alimentos em grandes fazendas, fortemente capitalizadas e planificadas cientificamente. Essas fazendas não são mantidas por camponeses, mas por trabalhadores agrícolas, que recebem salários pelo seu trabalho da mesma forma que um trabalhador industrial é pago para manter em funcionamento um alto-forno ou uma máquina de fiar. Os dois tipos de sociedade ameaçam o camponês, representadas por exigências de excedentes ou pela competição, que podem torná-lo economicamente inútil. (WOLF, 1976, p.27)

Wolf (1989), no texto *Facing Power-Old Insights, New Questions*, distingue quatro tipos de poder dos quais diferencia o último como central para a discussão. Este poder é apresentado como ao que se referiria Marx ao tentar compreender a subordinação da classe trabalhadora. Este poder é chamado de “poder estrutural”, aquele não percebido diretamente e reproduzido mediante a dinâmica social de reprodução da vida. O capitalismo não é só uma forma de consumo de bens, mas uma forma de reprodução social e material, é uma forma de existir socialmente, é uma relação social. Nas relações sociais de produção se desenvolveria este poder estrutural, não exercido só como uma forma de ato ou de mandato, mas como um poder relacional reprodutivo que se expressa mediante as relações sociais (de produção). James Scott (2003) se pergunta como as/os subordinadas/os aceitam esse papel, o reproduzem e contestam. O autor não só se refere às classes sociais senão a todas/os as/os *subordinadas/os* em todas as sociedades, sem fazer especificações. Destacarei, para o que interessa neste capítulo concretamente, as formas de subordinação e de resistência dentro do sistema de reprodução social do capitalismo na área de produção da soja assim como, como funciona o

poder estrutural (WOLF, 1989) como uma dinâmica interna que permite o desenvolvimento concreto neste espaço agrícola.

Se pode-se considerar “precipitado”, começarei este capítulo me referindo aos fatos concretos de uma vivência prática e concreta da fazenda e terminarei pelas formas nas quais, a partir da alienação aqui exposta, se expressam as formas de resistência concretas por parte dos funcionários rurais, em um contexto, no qual são “obrigados” (de forma estrutural do poder) (WOLF 1989) a morarem em uma condição adversa, não desejada, que ao mesmo tempo é vista com certa vantagem para economizar o salário.

Quatro dias depois de chegar na fazenda, o cozinheiro se aproximou de mim e me perguntou “*você não come carne, né?*”. Eu empalideci, achava que ninguém iria perceber que era vegetariana e, de fato, não queria que ninguém percebesse porque achei que seria um conflito. Até pensei em comer carne durante o tempo que estivesse em campo, mas não consegui. Depois disso, na verdade, consegui várias coisas positivas para mim, ganhei o direito a entrar na cozinha para pegar vegetais, o cozinheiro começou a fazer algum tipo de comida que não tivesse carne e se tinha muita sorte e estava na hora certa na fazenda podia fazer a minha própria marmita, embora isso tenha acontecido poucas vezes. Uns dias depois, a patroa veio de visita e me perguntou por que não tinha falado que eu não comia carne, falei que não queria incomodar ninguém, ela disse que não era incômodo, mas não queria que ficasse com fome ou que estivesse comendo mal. Afirmei que não era para se preocupar porque tinha me resolvido com o cozinheiro que era muito “gente boa”. Ela sabia do incidente porque o cozinheiro tinha ligado para ela preocupado com a minha alimentação.

Estávamos passeando pela fazenda quando me mostrou um pedaço de terra cercado e me explicou que ela tinha feito uma horta para que os funcionários a trabalhassem e tivessem legumes “frescos”, mas que embora tentasse que tivessem uma alimentação mais “variada” e com mais legumes, tinha percebido que o que eles “realmente gostam” é da carne e do açúcar, da rapadura (sempre disponível no refeitório, mas que nunca vi ninguém comê-la). Não seria nem a primeira, nem a última vez que escutaria algum/a gaúcho/a afirmar a forte relação dos nordestinos com a força de trabalho e o consumo de rapadura. Um empresário chegou a me afirmar que para que os nordestinos trabalhassem como gaúchos precisavam de muita rapadura porque era assim que o corpo deles funcionava. A patroa também me explicou que teve que ensinar às trabalhadoras domésticas a fazerem o café e o suco sem açúcar ou com pouco açúcar. Assim, o consumo de carne estava na mesma categoria que o de o açúcar em

relação à presença da cotidianidade e quantidade, embora as/os gaúchas/os sejam conhecidas/os no âmbito nacional pelo consumo de churrasco, mas este se refere às “categorias” de carne. Sahlins (1979) destaca a relação entre classe e partes da carne consumida, colocando como a carne “pobre” as vísceras ou os “cortes” que não seriam considerados “nobres”. Neste caso, pode-se observar uma relação similar em relação ao tipo de carne que é consumida e como esta simbolicamente se refere à escala estrutural na relação que existe neste contexto entre gaúchas/os e nordestinas/os na relação patroa/pratão e trabalhadora/r.

Todos os alimentos servidos, à exceção do arroz, tinham alguma parte de carne, embora na linguagem cotidiana não seja considerado carne, como o presunto, por exemplo. A cotidianidade do consumo de carne como um elemento presente em todos os pratos é uma questão bastante nova no Brasil (veia-se capítulo dois). Mas não é qualquer tipo de carne a ser consumida no Brasil, a carne de vaca/boi tem preferência e importância máxima. Normalmente o termo “carne” se refere só à carne de vaca/boi e não a frango, porco ou outras variantes, como o presunto.

Um funcionário, no meio da lavoura de soja, abre a marmita e encontra uma base de arroz que ocupa mais ou menos a metade da marmita, feijão (feito com alguma variante da carne), um tipo de carne de vaca/boi principal e algum outro prato feito com algum tipo de carne como macarrão, cuscus, farofa, etc. Qual é a ironia, o paradoxo, entre o funcionário sentado no meio de uma extensão de terra, rodeado de soja, comendo de uma forma que não considera “alimentar-se” (como foi colocado no capítulo três por *Tonho*) um pedaço de carne que, por sua vez, é indispensável na sua concepção de “comida”?

Sahlins, no capítulo “*La pensée bougeoise*” (1979), adverte do risco de naturalizar a produção ignorando a troca cultural de uma transação comercial, seja objeto-dinheiro, trabalho-dinheiro, etc. O sentido de maximização de recursos e utilitarista é igualmente determinado culturalmente assim, o que é *produzido*, não é decidido/produzido pela rentabilidade nem pelo aproveitamento calórico. O valor de uso não é menos simbólico ou arbitrário do que o valor de mercado. A utilidade não é uma qualidade do objeto e sim uma significação das qualidades objetivas. Não é pela natureza do objeto e sim pela natureza social pela qual foi produzido (SAHLINS, 1979). Sahlins (1979) também destaca que a exploração do entorno para a produção da carne é por causa de umas concepções culturais, pelo simbolismo e significado do consumo da carne. Este não é casual. Existe, uma estreita relação

entre a marmita de carne no meio da lavoura, o funcionário que a consome sentado na colheitadeira, a vaca e a extensão de soja ao longo do horizonte. Se Wolf (1989) está certo sobre as pessoas ignorarem toda a rede de significados se unem dois fatos isolados: a extensão de soja e o funcionário sentado na colheitadeira com a marmita com um pedaço de carne na mão, mas que se encontram no espaço tempo. A carne e a colheita/plantio (ou qual for o momento do processo produtivo) é a junção, é uma “historicidade” do processo da vida da soja, que se encontram em um mesmo momento (veia-se capítulo dois para ver todo o processo aqui referido). Se, como estava apresentando, Wolf (1989) está certo em relação à ignorância entre o pedaço de carne da marmita e o trabalho do funcionário na produção da soja, os funcionários, de fato, estariam alheios às causas da sua própria dominação estrutural na qual é o pedaço de carne da marmita a que faz com que eles estejam almoçando na lavoura.

Consideremos que os funcionários da fazenda vivem “alheios” à dominação na condição de trabalho exigida que os relaciona com a vaca (ou o boi que produz carne). Sahlins (1979) aponta que, de fato, a produção é determinada culturalmente para responder às necessidades materiais e simbólicas de uma sociedade. Portanto, é para a sociedade que deveremos olhar para pensar a relação entre a indústria da carne e o funcionário com a marmita contemplando o pedaço de carne. O distanciamento epistêmico que experimenta o funcionário ao não reconhecer o seu próprio trabalho no pedaço de carne se torna no símbolo da dominação do seu trabalho e a apropriação do processo produtivo. Consideremos que ao invés de o funcionário/trabalhador/obreiro se apropriar dos meios de produção, este consome o fim último daquilo que ele está produzindo: carne-soja.

A produção de carne (o processo completo da produção) é um processo em grande escala, mundial, no qual a produção de soja é só o começo dessa produção. A produção da carne vai para além das necessidades fisiológicas das pessoas, a produção responde a sociedades que demandam, dentro do mercado, esse produto para satisfazer necessidade materiais e simbólicas (SAHLINS, 1979). Se os funcionários aceitavam o fato de eu não comer carne como uma questão relacionada ao fato de eu ser estrangeira, não por isso quer dizer que não reparassem nessa “estranheza” e me perguntassem se não “passava fome” por não consumir carne ou se, de onde eu era, as pessoas nunca comiam carne. Sempre falei que era eu a esquisita, da onde eu sou as pessoas consomem carne também todos os dias e várias vezes ao dia. Mas, de fato, há poucas produções que sejam tão constantes na dieta de tantas pessoas de uma forma tão indireta porque não é o consumo de soja o que se discute, é o



consumo de carne diário o que faz com que os funcionários trabalhem na fazenda de soja. Obviamente não é o fato de os funcionários consumirem carne o motor da produção de soja mundial, mas sim a estandardização do consumo de carne que tem aumentado a produção da soja para poder cobrir a demanda de ração para o gado, destinado à de carne (veja-se o capítulo dois). Não se considera os custos de produção na hierarquia de consumo, não importa o “preço” no sentido dos custos humanos e naturais da produção, mas a relação que produzira o consumo. Como Sahlins (1979) destaca:

As consequências funcionais estendem-se desde a “adaptação” da agricultura até o comércio internacional e as relações políticas mundiais. A exploração do meio ambiente americano, a forma de relação com a terra dependem do modelo de uma refeição que inclui a carne como elemento central com o apoio periférico de carboidratos e legumes – enquanto que a centralidade da carne, que é também a indicação de sua “força”, evoca o pólo masculino de um código sexual da comida a qual deve originar-se na identificação indo-europeia do boi ou da riqueza crescente com a virilidade. A indispensabilidade da carne como “força”, e do filé como a síntese das carnes viris, permanece condição básica da dieta americana (observem-se as refeições das equipes de futebol americano). Daí também uma estrutura correspondente para a produção agrícola de ração, e em consequência uma articulação específica com o mercado mundial, que se modificaria da noite para o dia se comêssemos cachorros. Em comparação com esse cálculo significativo da preferência de comida, a oferta, a demanda e o preço justificam o interesse dos meios institucionais de um sistema que não inclui os custos de produção em seus próprios princípios de hierarquia. Os “custos de oportunidade” da nossa racionalidade econômica são uma formação secundária, uma expressão de relacionamentos já estabelecidos por outro tipo de pensamento, calculados a posteriori dentro dos limites de uma lógica de ordem significativa. (SAHLINS, 1979, p.171)

É perigoso falar da alienação dos funcionários pelo consumo da carne despojando-os de autonomia crítica e os colocando como “simples alienados”, pois, não é o mundo essencialmente contraditório aos seus hábitos de consumo? O consumo, enquanto relação (SAHLINS, 1979), é uma forma de expressar um status e uma forma de vida e sem consumo não há processo. O aumento do consumo de carne, neste caso no Brasil, surge a partir de um aumento do nível de salário e também a partir do menor custo de produção, que permite abaixar os preços, como já foi colocado ao longo da dissertação. Por isso, é “*indiscutível*” a “*necessidade*”<sup>32</sup> da presença de carne na marmita e na preparação dos alimentos e é indiscutível a necessidade do trabalho desses funcionários. Talvez o que mais diferencie os funcionários rurais da soja daqueles que trabalham como cortadores de cana, seja a relação direta cana-açúcar, da relação soja-carne. É mais óbvia a relação entre soja-óleo para cozinhar,

---

<sup>32</sup> Necessário não fisiologicamente, mas social e simbolicamente.

embora esta seja mais uma consequência que uma causa da produção da carne<sup>33</sup>.

Sidney Mintz (2003), no livro “*Sabor a comida, sabor a libertad*”, faz uma análise que se assemelha a estas últimas afirmações feitas. O bem sugerido título do livro dá uma ideia central do argumento apresentado nele para mostrar como a comida foi uma parte fundamental do sentido de “liberdade” de muitas pessoas subalternizadas (SCOTT, 2003). O gosto pela comida, como as comidas nacionais, “típicas”, a culinária e o consumo de determinados produtos é fruto da história de cada região do mundo e de todas as influências que receberam. Da mesma forma que Sahlins (1979) defende, que o consumo capitalista é uma rede de significados, Mintz (2003) destaca que a alimentação é também uma extensa rede de significados e símbolos. Sentir fome é natural, a forma como se resolve a problemática fisiológica é cultural. Esta forma de resolver o conflito, como destaca Mintz: “*hoy la antropología se ocupa de un mundo en el cual la gente, cada vez más, no consume lo que produce y no produce lo que consume, ni siquiera buena parte de lo que come.*” (2003, p. 31). Wolf em 1966 (1976) já destacou esta relação citada no começo deste capítulo no qual adivinhou o que se tornari algumas sociedades, das quais previu “a morte do campesinato” pelas máquinas agrícolas.

O gosto pela comida estará fortemente marcado pela enculturação recebida. Desde a percepção dos níveis de doce, até preferências culinárias. O consumo de determinados alimentos estará intrinsecamente relacionado com o significado do consumo daquele produto (MINTZ, 2003). A comida exerce poder sobre as pessoas, a partir do que a comida significa para as pessoas. O poder estrutural (WOLF, 1989) (que foi colocado no começo) atravessa esta rede de significados da comida:

*Por ejemplo, en el día a día las oportunidades de empleo le dices a la gente cuándo puede comer y cuánto tiempo puede tomarse para hacerlo; en buena medida, por lo tanto, también le dicen qué comer, dónde y con quién. De estar forma, a los individuos se les presenta una serie de situaciones dentro de las cuales pueden empezar a crear construcciones significativas para ellos mismos, siempre que estas no violen los límites externos de la situación que se han establecido. Pero las oportunidades de empleo están determinadas por las fuerzas que trascienden los medios y la voluntad de quienes se convierten en empleados... como lo sabrá cualquiera que haya perdido recientemente su trabajo. (MINTZ, 2003, p.44)*

No capítulo três, ao falar do tempo, coloquei as experiências em relação ao tempo de comida (almoço, janta) e diferenciação que os funcionários faziam entre almoçar e comer

---

<sup>33</sup> Como foi apresentado no capítulo dois, a produção de óleo de soja se tornou parte necessária do processo de produção de ração para o gado.

como determinante para diferenciar o que era considerado dentro da forma de comer marmita ou comer no refeitório. O sentido que adquire a forma de alimentar-se se refere ao tipo de vivência e experiência por parte dos funcionários enquanto o sentido de “ser funcionário rural”. Como destacado no parágrafo anterior, Mintz (2003) coloca a relevância determinante que o trabalho tem nas concepções de comida porque esta determina os horários, as opções, as preferências, etc. Considerando isso, quando os funcionários afirmam preferirem almoçar na cantina é pela possibilidade de, até certo ponto, escolher o que comer e quanto comer, dentro das possibilidades do cozinheiro, sempre baseado no mesmo padrão alimentar. Uma mesa servida tem um conteúdo simbólico e cultural muito forte que expressa uma grande informação cultural do que é considerado “comida”. Sahlins (1979), no texto anteriormente mencionado, discute esta questão em relação aos diferentes tipos de carne tratando sobre quais são “aptos” para o consumo na sociedade dos Estados Unidos. Assim, o autor elabora uma classificação na qual as vacas têm uma preferência indiscutível nas predileções de ordem alimentícia em contraposição ao cachorro, que é relacionado com o canibalismo. As escolhas, como já destacado, não têm a ver com uma lógica utilitarista nem dietética, possivelmente nem do próprio sabor da comida. As escolhas do que consumir são baseadas em códigos morais de um mundo extenso de opções disponíveis do que consumir. Como destaca Leach (1983), na maioria dos casos não se consome todo o que poderia se consumir enquanto alimento, nem é reconhecido enquanto alimento grande parte do mundo comestível disponível.

Considerando que existe uma escala de preferências culturalmente marcadas do que é “alimentar-se”, podemos destacar que estas mudam de um contexto ao outro assim como dentro de uma mesma sociedade em função da “classe social”. Na conversa que tive aquele dia com a patroa ela me perguntou se eu comia à noite. Eu falei para ela que as jantas para mim eram pesadas demais porque era o mesmo que o almoço só que mudava o tipo de carne. A patroa falava que podia pedir para cozinhereis alguma outra coisa para mim, mas nunca fiz uma coisa assim, normalmente só procurava tomates e pão ou comia macarrão. Rapidamente, os funcionários começaram me perguntar se eu não ficava com fome porque, para eles, se não comessem arroz, feijão e carne à noite ficariam com fome. *O Sarará*, quando perguntei o que ele achava da comida da fazenda, reclamava que ficava com fome de manhã porque a farinha de trigo “não alimenta”. Não era o único a “desgostar” dos cafés da manhã. *Thomas* cozinhou o pão que se consumia e normalmente fazia algum bolo para o café, às vezes

também cuscus, mas era menos comum. Antes de começar a perguntar sobre as “comidas” para os funcionários não tinha reparado que não gostavam do café de manhã e esperavam o almoço para “se encher”. Porém, pode-se destacar destas narrativas sobre “estar alimentado” as noções que se sobressaem. Não é só encher a barriga no sentido de estar cheia ou vazia, é uma questão do que enche em relação às ideias do que enche ou não. Nesse sentido, a centralidade que tem o consumo de carne junto com o de arroz e feijão é fundamental.

A carne, como o arroz e feijão, precisa estar presente em todas as refeições para serem consideradas refeições dentro deste contexto sociocultural local ao qual se refere esta análise. Não pretendo fazer generalizações e sim caracterizar este espaço social concreto em relação ao consumo de carne. Neste contexto, destaca-se como o consumo de carne aumentou nas últimas décadas até se tornar fundamental nas refeições. Esta questão é a principal a destacar neste caso. Não pretendo fazer só vagas inferências sobre as formas alimentares e as concepções destas por parte dos funcionários, mas destacar o paralelismo que existe na trajetória dos fatos entre o aumento do consumo de carne pela classe trabalhadora (não só do Brasil, como também de outras regiões do mundo, veja-se o capítulo dois) com o fato da extensão de terras de plantio de soja. Em um sistema de oferta/demanda-demanda/oferta, o consumo de bens enquanto linguagem (SAHLINS, 1979) é fundamental no sentido que representa para as pessoas. O consumo de carne e de determinadas carnes vem acompanhado do sentido simbólico do consumo destas carnes. Para poder ser produzida a quantidade de carne necessária para cobrir a demanda (tanto de vaca como de frango e de porco) é necessário que os custos de produção sejam menores para uma maior produção e máximo rendimento econômico. A participação destes funcionários no processo da cadeia de produção de carne permite-lhes ao mesmo tempo o consumo cotidiano desta, porque a torna acessível pelo abarateamento dos preços. O fato de desgostarem ou considerarem que é “*comer*” e não “*almoçar*” comer na marmita é indispensável para possibilitar o consumo da mesma (carne da marmita). Simbolicamente, “a marmita” representa aquilo que é necessário para obter um “bem maior” (um maior salário). É um “*sacrifício*” necessário. Não podem escolher nem como, quando, com quem ou o que comer, mas estão possibilitando o acesso material ao bem simbólico ao qual têm acesso: a carne.

Em uma relação laboral como a descrita neste contexto na qual os funcionários trabalham “a terra” em troca de um salário, o salário (e não o cultivo) possibilita os diferentes tipos de consumo e a eleição de tipos de consumo. No começo da dissertação, destacava como

*Tonho* afirmava que, no caso de poder cultivar a sua própria terra, plantaria soja e milho “*porque dá dinheiro*” e comprar “comida” é barato. Embora o consumo de milho no Brasil seja comum, este é tirado da categoria de “alimento” no processo produtivo descrito por *Tonho*. Este não procura a produção de alimentos e sim a produção de capital. Este trecho foi destacado em relação ao distanciamento definitivo do “campeinato”, mas também pode-se relacionar à questão aqui discutida de como ideias concretas de alimentação modificaram e trasladaram à outras dimensões sociais. Na obra de Lopes (2011), é descrito como existia uma grande vigilância dentro da usina para que os trabalhadores não roubassem açúcar. Estes obteriam uma quantidade (de açúcar) ou teriam que comprar o açúcar para o consumo próprio. A ironia de não poderem consumir o açúcar produzido por eles mesmos, é o mesmo processo de desapropriação dos meios de produção e desapropriação simbólica do produzido, que é ao mesmo tempo a forma evidente do processo sofrido pelos funcionários da soja quando compram carne, conforme como é destacado por Lopes (2011)<sup>34</sup>. Ao mesmo tempo, o salário, e não o produzido, é o que permite diferentes tipos de consumo, possibilitando com que “o comprado” e “o consumido” se tornem uma linguagem social, transmitindo o sentido desse consumo.

Dentro da fazenda os funcionários não têm opção de escolha, mas estão dentro dos cânones de consumo. A comparativa (nas narrativas dos funcionários) é mais clara quando narram as diferenças alimentares de agora com o trabalho realizado há uns anos atrás quando as condições de trabalho eram piores, como é destacado por eles mesmos ao longo deste trabalho. Ao serem funcionários, ao trabalharem em troca de um salário que lhes proporciona dinheiro para poderem gastar nos elementos, objeto e matérias que eles escolhem, tornam-se consumidores de mercadorias (sejam estas comidas, objetos, etc.) que têm um elemento essencial simbólico do “*poder de consumo*”. Ao falar que dentro da fazenda não há opção de escolha *do que* consumir, mas o consumo está dentro dos cânones de consumo é em relação ao que é servido na fazenda corresponde aos padrões desejáveis de consumo pelo menos de aqueles considerados indispensáveis na dieta. Mintz (2003) aponta em relação a mudanças parecidas acontecidas nos obreiros ingleses que, segundo o autor, passariam de “produtores” a “consumidores”:

*No pretendo decir que los obreros ingleses comunes y corrientes de finales del siglo XVIII se convirtieran en seres humanos totalmente distintos por el solo hecho*

---

<sup>34</sup> O autor destaca como a apropriação não é só da força de trabalho como uma apropriação ideológica e mental mediante as máquinas, na qual se estabelece uma relação direta e de intimidade com elas.

*de volverse consumidores de esas sustancias. Sin embargo, el uso de productos exóticos adquiridos con su propio trabajo –lo que les permitía verse como si fuesen diferentes porque podían consumir de manera diferente– contribuyó sin duda a hacerlos diferentes. Eso de que “uno es lo que come” adquirió un nuevo significado una vez que gran parte de lo que se consumía se hizo diferente, empezó a venir desde muy lejos y fue posible adquirirlo si se tenía el dinero. No había leyes suntuarias contra el consumo de azúcar, tabaco o té; su uso no era cuestión de la lesa majestad sino que volvía cada vez más rico y poderoso al rey, y permitía que los usuarios consumiesen “como reyes”.*

*En esa nueva situación, lo que se consumía se convirtió en la fluctuante medida de lo que (o quien) se era. El estatus no definía tanto lo que se consumía; más bien lo que se consumía contribuía a definir el estatus. El individuo –un productor– llegó a ser definido como consumidor; sus deseos se remodelaban sin cesar. Las necesidades colectivas (sociales) adoptaron una nueva forma, transformadas por la expansión de las necesidades individuales, a medida que estas se volvían más inmediatas, más aparentes y más ampliamente justificadas por la prensa, por los órganos políticos del estado y hasta por la iglesia. (MINTZ, 2003, p. 111)*

O autor apresenta como realmente a mudança no padrão do consumo não é uma mudança total, mas como houve a transformação da forma de consumo e da alimentação, como está sendo destacado ao longo deste texto, a partir da transformação de determinados hábitos alimentares e de consumo que foram se sucedendo, para uma maior capacidade de consumo, como no caso de Mintz (2003), aqui analisado, é ao mesmo tempo causa e consequência à medida que é tão importante a produção e a proletarização de determinados trabalhos em troca de um salário quanto a possibilidade de consumo de determinadas mercadorias, como no caso aqui analisado, a carne.

Nesta relação paradoxal deve-se destacar como discussão inicial a verdadeira intenção deste capítulo. A fragmentação dos processos produtivos dos bens de consumo corresponde à trajetória descrita no segundo capítulo, a qual nos permite compreender parte da alienação, da não percepção do papel no processo produtivo. Mas essa “inconsciência” não é tão real. Não quer dizer que não exista noção da apropriação, nem que não existam formas de resistência a um sistema que coloca os funcionários em uma posição de trabalho na qual grande parte das possibilidades de escolha são submetidas às temporalidades do trabalho (veja-se capítulo três). As formas de vida e trabalho narradas até agora são uma análise e descrição das formas de vida produzidas pela soja. Como se sente, vive, pensa, trabalha, relaciona, come e sonha. Os funcionários estão dentro de uma dinâmica social de trabalho que os obriga a permanecerem e trabalharem em determinados horários e de determinadas formas, a se alimentarem e relacionarem de determinadas formas. O controle sobre a vida deles é indireto

e não explícito, controlando os agentes que limitam a vida deles. Por isso, para vislumbrar as formas de resistência a este sistema devemos aplicar um olhar pensado e dedicado. Como, no caso, olhar para o “pedaço de carne” consumido em uma marmita no meio de lavoura, o olhar deste ato deve ser aprofundado para podermos compreender as dimensões da significação de cada ato. Os funcionários contribuem com a obrigação de estarem “comendo” e não “almoçando”, mediante a existência do pedaço de carne na marmita, mas estes, como funcionários de máquinas, receberam as contribuições descritas no capítulo três que justificam esse sacrifício. Pelo contrário, os funcionários manuais que normalmente ficam na fazenda têm a possibilidade de almoçarem (não apenas comerem) no refeitório, mas perdendo outras vantagens, principalmente salariais, já analisadas.

Essa distinção e o próprio sentido do que significa esta distinção tornam-se fundamentais para compreender o ponto de vista dos funcionários sobre as preferências e eleições em relação à alimentação e as formas de trabalho. O pedaço de carne se torna um direito conquistado por eles, pelos direitos trabalhistas e por uma classe. Não os “alinea” senão que é um símbolo de conquista sobre o próprio trabalho feito, colocando de novo cada categoria de funcionário – de máquinas ou braçais – no seu lugar. Alguns “privilégios”, como almoçar no refeitório, se relativizam em relação a outros, como o incentivo no salário ou outros benefícios. Sempre que puderem escolher, escolherão almoçar no refeitório e se servindo da comida de acordo com os gostos e necessidades, mas isso não será colocado como uma prioridade. Comer marmita é entendido como “um mal necessário”, principalmente durante a época de safra.

Esta breve análise sobre os sentidos de comer, almoçar, alimentar e da carne em relação aos funcionários, responsáveis por parte da produção da própria carne, serve-nos como introdução para compreender as dimensões que as concepções do sentido do “comer carne” adquiriu como parte de um direito conquistado. O acesso ao consumo de um campo simbólico torna as escolhas, embora estejam demarcadas dentro da lógica produtivista e do sentido estabelecido culturalmente, sobre prioridades, utilitarismos e maximização de recursos, em escolhas “individual-sociais”, sobre direito a consumo (MINTZ, 2003). Como já foi discutido no capítulo anterior, o “fetichismo pelo salário”, assim como as prioridades estabelecidas em função das categorias de trabalho, está dentro da lógica do que deve ser consumido e como deve ser consumido.

### 4.3. As máquinas nos funcionários e os funcionários nas máquinas

Ao longo da dissertação fui elaborando as formas mediante as quais as pessoas que trabalham neste âmbito se transformaram no que chamei de “funcionários rurais”, assim como as justificativas *peçoais* de agirem de determinadas formas. Considerando que estamos chegando ao final deste trabalho, gostaria de colocar algumas últimas reflexões em relação à questão das justificativas *peçoais* de agir, já que não foi muito aprofundada quando foi narrada nos capítulos anteriores. A intencionalidade disto é atingir precisamente as diferentes concepções e justificativas com relação ao trabalho estabelecidas por estes “funcionários rurais”. Para pensar nisto, primeiro gostaria de destacar a passagem do texto de Farias (2014), na qual apresenta uma chave fundamental para compreender que não me refiro a trabalhadores, obreiros ou funcionários abstratos, mas a pessoas concretas, com vivências e justificativas próprias e específicas para viverem de determinada forma, para além dos mecanismos sociais de controle utilizados, que serão trabalhados neste subcapítulo. Este desenvolvimento tem, também, a intencionalidade de ser uma introdução ao que será a última parte desta etnografia: as formas de vida e resistência por parte destes homens.

As classes não se caracterizam apenas pela lógica do capital. Elas criam e são criadas pelas relações sociais de um determinado modo de produção que se constitui como matriz das formações sociais. São proletários, camponeses, mas existem também como individualidades, como mulheres e homens, como Joana, Pedro e José, como Gramsci amava afirmar. Precisamos, mais que nunca, tematizar os subalternos e as periferias, vale dizer, a história vivida, desafio que poucas vezes foi trabalhado corretamente. Na imensa bibliografia já produzida aparece um fosso aparentemente intransponível entre a classe e os seres que a constituem. [...] Iremos trabalhar a ideia de que é através do modo de vida que se passa das macro-determinações do modo de produção às micro-relações entre os indivíduos: se não realizarmos essa análise, a um tempo micro e macro, sob o pretexto de uma análise “científica”, o que desaparece é a história como laboratório da luta e da teoria. Quando falamos de modo de vida estamos nos referindo às formas de produzir e de consumir (bens, valores, formas de pensar). Em todas as esferas do real as classes trabalhadoras são educadas pelo capital e por tradições que são apropriadas e reinscritas pelo capital. Da família ao trabalho, passando pela escola, o trabalhador explorado e oprimido é formado como elemento da ordem do capital (DIAS, 2012, p.13, *apud* FARIAS, 2014, p. 17-18).

O processo de enculturação em um trabalho que poderia ser considerado como o processo mediante o qual os trabalhadores se apropriam das formas de trabalho para levar esta prática a formar parte do seu próprio “ser”. Marx, no primeiro livro do *Capital* (1978), afirma que o valor do trabalho é medido pelo tempo que foi necessário para produzir a mercadoria, porém na mercadoria estará inscrito, assim como estará valorizada em função do trabalho



(tempo) que foi preciso para produzi-la. Esta questão foi destacada no capítulo anterior, mas o que nos interessa em relação a isto é a junção e as dimensões desta questão em relação ao trabalho com as máquinas e como os funcionários têm se apropriado dos tempos da máquina, fazendo com que a máquina tenha se apropriado ao mesmo tempo em uma relação simbiótica do funcionário. Para isso, cabe destacar que estarei me referindo principalmente aos funcionários de máquinas e não aos funcionários braçais da fazenda.

O trabalho, como foi discutido até agora, é a função social da supervivência básica nas sociedades capitalistas. As formas de trabalho expressadas são formas que adquiriram esta função social em dimensões concretas geográficas e temporais que são feitas e interpretadas localmente com suas próprias expressões. Farias (2014) expressa essa concreção mediante as formas de trabalho desenvolvidas na indústria citrícola de São Paulo e que, neste caso, se expressam nas formas adquiridas na agroindústria da soja no oeste baiano. Não pela concretude desta pesquisa devemos obviar determinadas forças que funcionam como eixo da dinâmica aqui destacada, como o salário ou a relação com as máquinas, pois os contextos agroindustriais, assim como fabris têm determinadas categorias comuns que permitem uma análise crítica e comparativa.

A máquina funciona como forma de aumentar o plusvalor do trabalho porque possibilita aumentar o valor do tempo trabalhado dos funcionários, assim a mercadoria se apropria desse plusvalor que a máquina permite gerar a partir da intensificação da produção no tempo de trabalho do funcionário (MARX, 1978). Como colocamos no capítulo anterior, as colheitadeiras modernas colhem ao mesmo tempo a dupla quantidade de soja que as colheitadeiras antigas, fazendo com que estas não possam “nunca” estar paradas, uma vez que equivaleria a uma perda dupla. Uma máquina quieta é perda de dinheiro ou a não produção deste. Para isso, não só a máquina deve estar funcionando, mas precisa estar subministrada de matéria prima a transformar (neste caso soja pronta para ser colhida). Se pensarmos na maquinaria agrícola, a transformação desta está dentro do processo produtivo (da vida da soja) que permitirá a criação da mercadoria: a soja. A partir das reflexões feitas sobre a máquina no processo da “vida da soja” (veja-se capítulo dois), é possível estabelecer uma cadeia maior que abarque o processo de produção completa da carne. Pensar a produção da carne enquanto uma grande maquinaria, uma mesma fábrica *multilocalizada*, a qual trabalha sincronicamente para a produção de uma mercadoria: a carne. A partir disto, nos permite pensar em uma forma de máquina e de fábrica que fuje da concepção mais clássica de fábrica

que descreve Marx. O autor destaca que, à medida em que os telares aceleraram o processo produtivo do tecido, foram necessárias máquinas agrícolas que aceleraram o processo produtivo do algodão (MARX, 1979). A soja se encaixa nesta descrição, uma vez que, como foi desenvolvido ao longo da dissertação, tudo é desenhado e pensado para este serviço e a aceleração do mesmo.

Pensarmos nessa fábrica de carne *multilocalizada* da qual participam diferentes empresas de diferentes serviços, nos proporciona a ideia de um produto, uma mercadoria, multidimensional, conectada com muitas partes do mundo. Para produzir uma mercadoria só, é necessária uma engrenagem mundial na qual a participação particular é apenas uma pequena parte da logística necessária para a produção. A especialização de cada processo desvincula definitivamente todas/os as/os trabalhadoras/es que em algum momento do processo produtivo participaram mediante a sua força de trabalho na elaboração.

Se imaginarmos todas essas engrenagens em um espaço só, no chão de uma fábrica descrita por Marx, por exemplo, cada funcionária/o estaria fazendo o mesmo movimento que alimentaria mediante a sua força de trabalho um mecanismo, uma força morta que permitirá a continuidade do processo mediante a ação “mecânica” deste, de forma que:

*Cada máquina parcial suministra a la que le sigue inmediatamente su materia prima, y como todas operan a la vez, el producto se encuentra continuamente en la diversas fases de su proceso formativo, y asimismo en el transito de una fase de producción a otra. Así como en la manufactura de la cooperación inmediata de los obreros parciales generaba determinados proporciones numéricas entre los grupos especiales de obreros, en el sistema de máquinas organizado la ocupación constante de unas maquinas parciales por otras establece una proporción determinada entre su numero, su tamaño y su velocidad. La máquina combinada de trabajo, que ahora es un sistema organizado compuesto por diversas clases de maquinas de trabajo individuales y de grupos de las mismas, es tanto más perfecta cuanto mas continuo sea su proceso total, es decir, cuanto menos se interrumpa el transito de la materia prima desde su primera fase hasta la última y, por tanto, cuanto más completa sea la sustitución de la mano humana por el mecanismo en el pasaje de la materia prima desde una fase de producción a otra. Si en la manufactura el aislamiento de los procesos particulares es un principio establecido por la división del trabajo misma, en la fabrica desarrollada, por el contrario, domina la continuidad de esos procesos particulares. (MARX, 1979, p.462-463)*

Nesta grande maquinaria, as máquinas permitem a aceleração da força de trabalho, as/os trabalhadoras/es são submetidos ao trabalho social como única forma de subsistência, sendo dependentes da grande maquinaria representada no seu salário. Para a utilização da máquina - que para funcionar precisa do caráter cooperativo do processo de trabalho (na

fábrica *multilocal*) - cada trabalhadora/r que desenvolve uma função concreta precisa estar socializada/o sobre qual é sua tarefa no processo. As/os trabalhadoras/es, operárias/os, obreiras/os ou funcionárias/os *precisam* saber qual é seu trabalho em cada momento. A rede de “informação” do trabalho necessário a cada momento está muito longe de ser estipulada. Como milhares de pessoas que se tornaram obreiras/os da indústria de Inglaterra do século XVIII *sabiam* qual seria seu trabalho? As forças que dinamizam as mudanças do mundo se transmitem por muitos e diferentes canais. Cabe lembrar uma das narrativas que já foi analisada desde outra perspectiva: o caso de *Justino* que chegou a ser funcionário de uma fazenda de soja depois de colher ouro, ser pastor de ovelhas, etc. e chegou até o oeste baiano através da *Rede Globo* anunciando onde teria um trabalho que para ele era possível, com a promessa de um salário maior, de uma opção melhor, de outra vida. Os canais de formação da mão de obra são condicionados a cada época e geografia. Dentre todas as pessoas no Brasil que assistiriam àquele programa televisivo, o que fez *Justino* (como muitos outros homens possivelmente) se sentisse aludidos para exercer esse trabalho e quais eram as condições sociais pelas quais decidiu arrumar a mala e viajar, como na maioria dos casos, mais de mil quilômetros?

Os mecanismos mediante os quais a seleção do grosso de “trabalhadoras/es” aptos para determinadas funções dentro do trabalho não é um determinismo social e sim a reprodução de um sistema no qual as restrições para conseguirem mudar de categoria social são complicadas. Como já foi destacado no caso de *Seu Tião*, que trabalhou como cortador de cana, catador e agora na fazenda como funcionário braçal, embora alguns tentassem convencê-lo a ser funcionário de máquinas para obter benefícios, ele resistia e preferia se manter como funcionário braçal, alegando que o analfabetismo dele, assim como a falta de “conhecimento”, não lhe permitia exercer os outros trabalhos, além de acreditar que estava “velho demais” para aprender qualquer coisa.

No primeiro capítulo, foi discutida a classificação observada em campo baseada em esteriótipos sociais, raciais e étnicos do Brasil, no qual, o gerente para tentar fugir da sua procedência (baiano) e ao ser de pele clara o fazia mediante imperativos sociais da sua categoria “baiano”. A importância destes esteriótipos se caracteriza por terem uma dinâmica fundamental no funcionamento da coesão da reprodução das classes neste entorno, como já foi discutido considerando López (2014). Dentre as etnografias produzidas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro por meio do grupo de pesquisa formado para ir ao Mato Grosso

pesquisar as fazendas de soja aparecem trabalhos como os de Almeida (2013), Prestes (2010), Rumstain (2012), etc., e todos convergem sobre uma mesma forma social, na qual, em geral, “as/os nordestinas/os” são a mão de obra fundamental dentro das fazendas e têm os trabalhos mais subalternizados e que necessitam de escassa formação. O livro de Farias (2014) discorre sobre uma situação parecida na indústria citrícola, na qual, como nos trabalhos anteriormente mencionados, os trabalhadores mudam de certas localidades para outras, principalmente as/os trabalhadoras/es sazonais (veja-se o capítulo três).

Os esteriótipos regionais eram facilmente observáveis e extensamente comentados por todas as pessoas que trabalhavam dentro da fazenda. No tempo em que estive lá presenciei varias “piadas” com o esteriótipo baiano de “preguiçoso” e “malandro” que os próprios funcionários baianos reproduziam e contavam. Teve uma “piada”, transmitida pelo *WhatsApp*, que foi especialmente difundida: era a imagem de um ventilador ao qual havia amarrada algumas colheres em cada asa. Nessa época estavam ocorrendo os “panelaços” contra Dilma Rousseff, presidenta do Brasil. A “piada” era que essa era a forma de participar das/os baianas/os, com o menor esforço possível, só ligando o ventilador para poderem participar do “panelaço”<sup>35</sup>. Nesta anedota, há varias questões que ajudam a entender o funcionamento destes esteriótipos dentro de um contexto que, por sua vez, também ajudam compreender a relação entre os funcionários, as máquinas e a empresa para a qual trabalham.

Não se pode especular sobre se os funcionários estariam de acordo com o que se reivindicava mediante os “panelaços”, mas se destaca uma imagem bastante fundamental que é a visão que se tem “das/os baianas/os” e a própria autoimagem que se expressa delas/es. Scott (2003) poderia dizer que a imagem de “colocar em automático” uma “reivindicação” mediante o ventilador poderia ser uma forma das/os subordinadas/os de “ridicularizar” as exigências das classes altas mediante o “panelaço”, utilizando o discurso hegemônico do

---

<sup>35</sup> Nos primeiros meses do 2º mandato presidencial de Dilma Rousseff, surgiu no Brasil o “panelaço”, que se destacou no país principalmente pelas classes médias e altas, como uma forma de manifestação política contra a presidenta. Conforme destaca o cientista político Boito Jr (2015), havia um forte conteúdo de classe nesta “revolta”, que surge inicialmente em bairros burgueses e de alta classe média do Sudeste e depois se alastra para algumas capitais do país. Muito embora o panelaço não tenha ficado restrito às classes médias e altas, é importante destacar que não teve tanto destaque entre os setores populares da sociedade brasileira, pois o “ódio” ao Partido dos Trabalhadores (PT) não é tão intenso como entre as classes mais altas. Dentro da fazenda nunca se falava de política, embora o Brasil estivesse passando por um golpe de Estado jurídico-parlamentar. Ali na fazenda havia uma mistura de silêncio escandaloso com falta de informação crônica. Se é possível considerar a televisão como um meio de comunicação informativo, vale dizer que a única televisão na fazenda estava dentro da casa em que eu dormia, na qual só entrava *Seu Tião* para limpar uma vez na semana. O objetivo deste “panelaço” era reivindicar o apoio ao Governo que se impôs mediante o Impeachment da presidenta e que levou o país a um Governo não democrático, situação política atual do Brasil.

discurso público (SCOTT, 2003) de que baiana/o é preguiçosa/o. Assim, “obedecem” ao discurso hegemônico contra a presidenta, mas utilizando também os esteriótipos negativos sobre si para não fazer uma reivindicação ativa, podendo dispersar de alguma forma terem que tomar uma posição ativa politicamente, uma vez que caso se expressassem a favor da presidenta poderiam ter problemas com o patrão.

A “piada”, a qual falavam os funcionários baianos, de que “*é assim mesmo que baiano é*” (preguiçoso), é uma desculpa que, segundo Scott (2003), poderiam utilizar em outros contextos para justificar a sua própria conduta para trabalhar menos, como, por exemplo, evitando parte da exploração. No caso dos trabalhadores braçais, essa questão se tornava mais evidente porque embora recebessem um salário menor, tinham um trabalho considerado mais tranquilo, com horários definidos e sem estresse. Podiam dormir e descansar depois do almoço, por exemplo, o que estaria mais de acordo com esse esteriótipo. Esta atitude (relaxada no trabalho) era incompressível para as/os gaúchas/os, que afirmavam que não tinham como “progredir” na vida “desse jeito”, acrescentando que elas/es (as/os gaúchas/os) tinham chegado até “lá” (posição socioeconômica) trabalhando muito. Este discurso do “bom trabalhador” até a extenuação, era encontrado, como comecei a sugerir, no caso do gerente que, embora fosse baiano, se esforçava muito por se distanciar o máximo possível do esteriótipo *baiano* e tentar se aproximar “das/os gaúchas/os”.

O gerente acordava cedo e trabalhava até tarde, assumia para si muitas tarefas da fazenda que não necessariamente eram responsabilidade suas, falava muitas vezes de todas as responsabilidades que tinha, controlava tudo o que acontecia em cada processo, sempre que precisava fazer alguma coisa urgentemente ele estava lá, pegava qualquer máquina e começava a fazê-lo. Corria de um lugar para o outro e repetia sempre que podia o discurso da meritocracia e da grande oportunidade que ele tinha tido ao começar a trabalhar cedo naquela fazenda. Soube, pelos funcionários, que antes que o chefe de máquinas adoecesse o gerente atuava na função de *Kiko*. Ele (o gerente) me contou, indignado, que o chefe de máquinas havia pedido ao patrão que ele fosse expulso porque “não era competente”. O gerente, para responder a isso, tinha acumulado para si todas as responsabilidades possíveis e adorava contar como havia demonstrado que era muito bom trabalhador, melhor que o chefe de máquinas que havia sido relegado a uma função sem muita importância e nenhuma necessidade, mas que, como há muitos anos trabalhava para o patrão e era um senhor de idade avançada, não conseguiria outro emprego então o patrão decidiu mantê-lo em uma função que

não implicasse em muito trabalho, até que conseguisse se aposentar. Todos os funcionários me falaram em algum momento que preferiam quando o chefe de máquinas era gerente, pois ele não era bravo, nem grosseiro, nem gritava.

Não conheci muito bem o chefe de máquinas durante o tempo em que estive lá, ele morava em Luís Eduardo Magalhães e não era sempre que vinha na fazenda. As vezes que conversei com ele foi muito simpático, sempre que saía me perguntava se precisava de alguma coisa e foi o único que deixou eu dirigir um carro, embora fosse mulher. No carro sempre escutava *Heavy Metal* muito alto e dirigia com as janelas baixas porque o ar-condicionado não funcionava nunca. Era um senhor que devia ter entre 50 e 55 anos, embora nunca cheguei a lhe perguntar a idade (e como já demonstrado meus cálculos não eram muito exatos ao que se refere à idade). O gerente dirigia uma camionete de trabalho branca, com espaço para 5 pessoas, e o chefe de máquinas um carro menor, com apenas duas vagas. O gerente repetidamente lembrava a quem estivesse presente que ele era quem tinha a caminhonete grande, que antes era do chefe de máquinas, e que o chefe de máquinas agora havia ficado com o carro menor. Este tipo de comentário chocava com o fato de que o gerente não conversava com o chefe de máquinas, sempre saía muito rápido quando o outro estava ou permanecia o dia inteiro na lavoura, indo de um lado para o outro, para controlar cada processo e não ter que se encontrar com o chefe de máquinas. Realmente, eu não conheci como era a situação antes e só conheço aquilo que os funcionários que moravam na fazenda há anos contavam, mas era visível para todas as pessoas que moravam na fazenda o esforço por parte do gerente em se distanciar do esteriótipo *baiano* e se aproximar da ideia estendida sobre “os *gaúchos desenvolvedores*” da região, como já foi destacado também por outras autoras (ALMEIDA, 2013; PRESTES, 2010; RUMSTAIN, 2012; LÓPEZ, 2014).

A funcionalidade destes esteriótipos dentro da fazenda, como parte da fábrica *multilocal* de carne ao qual nos referíamos, são expressões concretas de como se manifestam determinados processos produtivos localmente, dentro das sociedades capitalistas. O que se destaca nesta anedota em relação ao papel de cada trabalhador da fazenda é a relação de trabalho “para si” que eles assumem como responsabilidade própria deles (os funcionários) ao se apropriarem do discurso da empresa. Se, como colocamos no começo deste capítulo, destacamos as narrativas dos funcionários de máquinas, pode-se perceber no discurso destes, da mesma forma como coloca Lopes, que:

*Porque si la fuerza de trabajo obrera posee una funcionalidad esencial para el capital y para su organización de la producción, siendo incluso un aspecto del*

*propio capital –el “capital variable”–, los detentores de esa fuerza de trabajo –los obreros “de carne y hueso”– reinterpretan esa organización de la producción en función de sus intereses, los cuales no dejan de ser contradictorios con los del capital. De tal modo, a pesar de encontrarse totalmente desposeídos de los medios de producción y del producto de su trabajo, y de estar despojados de la concepción, la organización y la dirección del proceso de su trabajo, al ser los transformadores directos de la materia prima los obreros se apropian de una cultura tecnológica y de un código propio de trabajo que implica no sólo la habilidad para coordinar el cerebro y la mano, sino también una concepción propia sobre las relaciones sociales subyacentes a la producción y los modelos de comportamiento coherentes con dicha concepción. Sometidos a la cooperación impuesta por el capital –es decir, sometidos a la reunión de obreros que trabajan colectivamente bajo las órdenes de un mismo patrón–, esos trabajadores se enfrentan con la exterioridad y hostilidad del no-trabajador, las cuales refuerzan la exterioridad y hostilidad de las condiciones del ambiente de trabajo. (LOPES, 2011, p.76-77).*

E segue:

*En este sentido, el discurso del obrero habla frecuentemente de la responsabilidad que él tiene en relación con la materia prima y el producto; en los diversos contextos en los que aparece, esa responsabilidad retrata más la vigilancia del material sobre el obrero que la vigilancia del obrero sobre el material del hombre 5. De paso, nótese aquí que a pesar de esa inversión hombre/cosa, el discurso del obrero señala una relación con el patrón mediada por el material: el material del hombre. La propia categoría de responsabilidad parece cargar implícitamente la presencia de una relación personal con el patrón: “La responsabilidad es grande. Porque si nosotros cocinamos el azúcar y después no queremos centrifugar, el reclamo viene para nosotros. Después los que nos comemos la mala fama somos nosotros, nunca el jefe, ¿no?” (cocinador). (LOPES, 2011, p. 94).*

A relação com o trabalho se expressa para além da própria força de trabalho. O dinheiro do patrão é problema e responsabilidade pelo qual os funcionários respondem e se preocupam. Os níveis produtivos são considerados como parte da responsabilidade deles. À pergunta de por que três funcionários, sem maior *status* um que o outro, vão trabalhar o dia inteiro, sem vigilância e sem descanso, é uma pergunta fundamental para compreender o sentido que o trabalho dentro da fazenda tem para os funcionários na sua vinculação ao trabalho.

Para entrar no processo no qual os funcionários *fazem parte* da maquinaria e se responsabilizam para com o trabalho, estes devem ter passado pelo processo que Marx (1978, 1979) destacava, no qual as/os “*obreiras/os*” começam a formar parte de um mecanismo *vivo*. Há um mecanismo inanimado ao qual elas/es dão vida (MARX, 1979): “*se utiliza abusivamente la maquinaria para transformar al obrero, desde su infancia, en parte de una*

*máquina parcial* (p.515). Esse processo se vincula com o discutido por Farias (2014) e Lopes (2011), cada um de formas diferentes em agroindústrias específicas.

Assim, Farias (2014) argumenta no trabalho sobre a agroindústria citrícola de São Paulo a respeito dos instrumentos ideológicos utilizados pelas empresas para tornar as/os “empregadas/os rurais” em “trabalhadoras/es da empresa”, segundo o autor, criando uma fantasia de terem trabalhos diferenciados e não se reconhecendo dentro da mesma categoria de *classe*, uma vez que a diversificação das funções dentro da maquinaria da produção de suco de laranja é diferenciada. Como acontecia no texto de Lopes (2011) sobre a usina ou como já foi descrito na diferenciação de tipos de funcionários neste trabalho. A importância central de destacar este argumento está relacionada à diferenciação que surge entre os funcionários, principalmente a partir da relação com a maquinaria (FARIAS, 2014; LOPES, 2011). Assim, Farias (2014) afirma que as empresas procuram impregnar à/ao trabalhadora/r determinados “conjuntos de valores” que façam com que sua conduta acompanhe o ritmo de trabalho da empresa, a partir de “*um comando interno, como que surgido de si próprio*” (FARIAS, 2014, p. 49-50.). Mediante técnicas como o aumento de salário em relação à produção ou oferecimento de cursos especializados em determinadas máquinas, se mantém o interesse na maximização da própria força de trabalho por parte dos funcionários. No senso de “bom trabalhador” é bem considerado aquele que não é sazonal, que apresenta continuidade e que consiga permanecer e ter sucesso melhorando. A estratégia apresentada na ideia de “*quando não tá bom pra mim 'vô-me 'bora*” é, ao mesmo tempo, uma forma de resistência (SCOTT, 2003) aos serem apropriados pela intencionalidade da empresa, embora no senso do “bom trabalhador” não seria o *melhor*. Para a empresa, é melhor ter funcionários permanentes por longa data porque estes conhecem o trabalho e ajudam os sazonais a se incorporarem na dinâmica da fazenda. Mas, como já foi destacado no primeiro capítulo, essa mesma condição na qual há muitas pessoas capazes de executarem a mesma função faz com que os funcionários (principalmente no caso dos sazonais) sejam pouco valorizados pela sua prática concreta no trabalho. Serem facilmente “substituíveis” é uma vantagem e uma desvantagem ao mesmo tempo, tanto para os funcionários quanto para as fazendas, mas estas quatro formas terão dimensões morais concretas.



**“Quando não tá bom pra mim, 'vô-me bora”**

|              |   |  |
|--------------|---|--|
| Funcionários | + | - Forma de resistência<br>- Possibilidade de mudança fácil de emprego  |
|              | - | -Vai contra a concepção do “bom trabalhador”   |
| Fazendas     | + | - É fácil substituir os funcionários e empregar novos funcionários<br>- Facilidade de contratação de funcionários sazonais |
|              | - | - Preferem funcionários fixos para que conheçam o trabalho da fazenda  |

O controle é produzido e interiorizado pelos funcionários (de máquinas) para conseguirem determinados benefícios. Levar para “si” a responsabilidade de produção, como de um trabalho “eficiente” sem controle formal por parte de alguma pessoa responsável é uma forma de controle mais efetiva mediante a qual maximizar os resultados das empresas. A vinculação, ou responsabilidade, expressada por parte dos funcionários para o sucesso da safra, ou por realizarem um bom trabalho, expressa-se no código moral desenvolvido em determinadas circunstâncias e que funciona acompassado pela dinâmica de esteriótipos em relação à categoria dos próprios funcionários. Se os funcionários, na sua maioria baianos ou nordestinos, utilizam as próprias categorias do discurso público-hegemônico que os qualifica como “preguiçosos” e “malandros”, reconhecendo esse discurso público como verdadeiro, mas trabalhando e demonstrando mediante a atividade da sua força de trabalho o contrário, isso demonstra uma clara contradição. Nesse sentido, esses funcionários, ao contrário do gerente que tenta se distanciar do preconceito, nunca tentaram ocultar serem nordestinos, nem utilizaram estratégias de dominação para se colocarem por cima de outros nordestinos. Scott (2003) realça como aqueles subordinadas/os que possam vir a agir contra as/os suas/seus iguais serão punidos dentro do espaço privado das/os subalternas/os. A rejeição expressada para com o gerente por parte dos funcionários bem pode ser entendida nesse sentido, mas o gerente, ao estar em uma posição de poder maior, torna-se ao mesmo tempo “*intocável*” porque se situa na *liminaridade* entre a posição nordestina e o cargo que ocupa na fazenda. Os esteriótipos funcionam como um “medidor social” do que se espera de cada grupo social no discurso público, enquanto no outro extremo colocam o “bom trabalhador”, representado

pelos gaúchos como desenvolvedores, bons trabalhadores que abriram as terras nas quais só havia deserto, etc. Estas categorias que servem de referentes de distanciamento e de aproximação não demonstram uma intenção por parte dos funcionários se serem “novas/os-gaúchas/os” mas a categoria de “bom trabalhador”, analisada nos capítulos anteriores, funciona como moralidade para ligar os funcionários com a responsabilidade do sucesso da empresa para a qual trabalham.

Ninguém *espera* que um trabalhador sazonal se importe com o bem da empresa porém estará estreitamente vigiado (como era no caso do *Russo*). Nas fazendas maiores, nas quais há um maior número de trabalhadores sazonais (principalmente durante a safra), procuram colocar funcionários com “carisma” para treiná-los e que também atuem como “os olhos dos chefes” na lavoura, executando o trabalho de controlar aqueles funcionários que pouco se importam com o “bom trabalho” por estarem apenas alguns meses ao ano no local e se isto não vai mudar o salário deles. Como já foi colocado, se tiverem a possibilidade de aumentar o salário mediante a intensificação da sua força de trabalho, possivelmente o farão. Um dos homens com maiores responsabilidades na fazenda que conheci me explicou as dificuldades que estava tendo para achar esses funcionários “carismáticos” entre os funcionários da fazenda para assumirem as responsabilidades. Segundo ele, os nordestinos não tinham essas características de liderança “*intrínsecas aos gaúchos*”. Colocando em funcionamento, de novo, preconceitos sociais em relação à origem que se misturam com a moralidade descrita em relação à empresa e o trabalho.

Em uma fazenda consideravelmente menor que as de território em geral na qual estive não havia uma “equipe” de mecânicos que cuidavam das máquinas. Os próprios funcionários faziam esse trabalho e era das questões que mais empolgavam eles, ao poderem diversificar a função, assim como, mostrar seus conhecimentos. A repetição e monotonia do trabalho era o mais difícil com que lidavam cotidianamente. Um dia, acompanhando *Raimundo* a algumas terras afastadas nas quais estavam cuidando do algodão, o gerente estava levando-nos de carro porque ao ser só um funcionário (e eu) não valia a pena um carro ficar lá o dia inteiro. No caminho, *Raimundo* começou a reclamar com o gerente que precisava da caixa de ferramentas que tinham prometido para ele quando tinha começado a trabalhar na fazenda. Ao estarem sós e serem responsáveis por cuidarem das máquinas, não poderia trabalhar se não tivesse meios para arrumar a máquina e não poderia consertá-la se não tivesse ferramentas, o argumento de *Raimundo* era esse. O gerente começou a falar que as

ferramentas eram caras, que era verdade que tinham prometido, mas que ainda não se *sabia* se poderiam *confiar* (nele) porque teriam que fazer uma caixa de ferramentas para que cada funcionário fosse responsável das próprias ferramentas. *Raimundo* se alterou e mudou o tom de voz, estava indignado com a dúvida do gerente de que ele poderia roubar ou perder as ferramentas e falou para ele que, se isso acontecesse, poderia descontar do seu salário. Ele só estava pedindo o prometido para poder realizar um bom trabalho, não podiam exigir um bom trabalho dele se não davam o material necessário para o desenvolvimento deste.

O gerente colocou *Raimundo* na categoria de “malandro”, segundo ele, por falta de conhecimento, já que *Raimundo* tinha entrado nos últimos meses na fazenda. *Raimundo* ficou chateado o dia inteiro, ficou falando-me da vida dele, que tinha um trator, uma terra na qual morava sua mãe, uma moto, que ele tinha trabalhado desde muito novo e que sempre tinha feito um bom trabalho reconhecido por muitos patrões, inclusive que foi gerente durante quatro anos em uma fazenda maior que aquela e que não desconfiava dos seus funcionários para que aquele “*moleque*” viesse duvidar da “honra” dele enquanto “bom trabalhador”. Quando o gerente voltou para dar-nos o almoço perguntou se eu não queria ir com ele, falei que não, que preferia ficar por lá, exclamou que não entendia porque se não havia o que fazer. Quando o gerente foi embora, *Raimundo* me agradeceu por ter ficado porque ficar o dia inteiro sozinho era muito entediante. Comigo lá ao menos dava para conversar e se distrair embora não soubesse nada para fazer. Isto aconteceu quando eu já tinha mais de três semanas na fazenda, as pessoas me conheciam e tinha mais relação com os funcionários. No começo, o gerente me tratava como um “mal” imposto pela patroa ao qual ele tinha que “servir”, mas não esperava que me relacionasse com os funcionários. De fato, uma grande preocupação dele era que a patroa não “descobrisse” que como ele não tinha conectado a máquina de lavar que tinham colocado na casa onde eu dormia, eu lavava a roupa na máquina que ele e o técnico agrícola utilizavam. Depois de umas semanas, quando ele observou que eu não estava atrás dele ou de outras pessoas com “poder” como *Kiko*, (pessoa à qual me “entregou” quando cheguei porque não queria estar comigo, mas a patroa tinha dado uma ordem expressa de *ele* cuidar de mim) começou a se sentir incomodado de que eu estivesse com os funcionários e começou me oferecer estar com ele ao longo do dia e me levar aos lugares nos quais trabalhava, começou fazer piadinhas comigo, etc. Tudo isso acarretou no que foi exposto no primeiro capítulo, mas o que me interessa destacar a este respeito é a dinâmica, segundo a qual, a preferência em naquele dia ficar com *Raimundo* o deixou chateado. Não que a minha

decisão implicasse em alguma coisa, mas ficar o dia inteiro só era a forma particular de “punição” dele à *Raimundo* pelas exigências que tinha feito em relação às ferramentas. O gerente era plenamente consciente de que o trabalho desenvolvido é muito entediante, mas parte do esforço exigido.

Um dos caminhoneiros, numa tarde na qual estávamos lanchando bolachas recheadas e café, me contou que ele tinha sido funcionário de máquinas no Sul. Perguntei por que ele tinha mudado de emprego. Ele se colocou em pé, olhou para a lavoura e se voltou com um gesto na mão me mostrando o horizonte no qual dava para ver a máquina de *Tonho* a muitos quilômetros de distância. “*Você tá vendo isso? Imagina passar todas as horas da sua vida nisso, aqui pelo menos tamos sentados, conversamos, levo o caminhão de um lugar para o outro, além que com caminhão ganha mais dinheiro*”. A relação destas duas narrativas nas quais “o tédio” como uma forma de sofrimento no trabalho é característico das formas industriais de trabalho, nas quais a própria monotonia do trabalho consome os trabalhadores.

O “tédio” torna-se uma forma de dominação da máquina com o funcionário. Não é o funcionário quem domina a máquina, ele a dirige, mas é a máquina que domina a dinâmica e os tempos do trabalhador fazendo-o parte de si, fazendo do funcionário a alma que dá vida ao trabalhador morto. De forma que a condição de trabalho que cria a forma de trabalho. Os meios de trabalho, as máquinas que condicionam o trabalho dos funcionários, tornando este trabalho mecânico e autômato. O “tédio” como forma sintomática desta forma de trabalho e de produção se torna a forma de expressão da condição monótona do trabalho. O funcionário entrega sua força de trabalho à vida do trabalhador morto fazendo possível o funcionamento deste.

O sentido de “bom trabalhador” funciona, pois, como uma medida moral para o controle do próprio trabalho. A autodefinição como “bom trabalhador” ajuda a fugir do estereótipo do lugar de procedência dos funcionários que tentam demonstrar, mediante um bom trabalho, serem válidos para este trabalho, utilizando a sua força de trabalho como legitimadora. Isso também funciona como forma de controle que beneficia o patrão mediante uma autovigilância moral da qual participam ativamente todos os funcionários. Ser “bom trabalhador” se torna uma forma moral de controle dentro das fazendas e se espera que aqueles funcionários fixos que maximizem sua força de trabalho em benefício do patrão que, por sua vez, também é considerado “trabalhador”, à medida que este teve que trabalhar (como funcionário) para obter tudo o que tem. Esse reconhecimento é dado aos patrões, mas não aos

filhos destes que já nasceram com “tudo”, o que é encaixado dentro do discurso público hegemônico da “meritocracia” sobre o trabalho “do homem” enquanto “lutador”, enquanto “macho”, como forma de mostrar a valia da força. A obtenção de bens materiais como carro, casa, moto, um melhor trabalho ou uma fazenda, por “méritos próprios”, é a forma de “julgar” ou de “medir” o sucesso neste empreendimento de ser um “bom trabalhador” porque são as formas de reconhecimento materiais do sacrifício.

Este discurso se contrapõe, até certo ponto, em uma análise de caso, quando descobri que o agrônomo da fazenda maior, um senhor gaúcho de uns 40-45 anos, tinha começado a trabalhar na fazenda com o mesmo nível educativo que os funcionários, mas que os patrões tinham ajudado ele a fazer todo o processo educativo até chegar à faculdade de agronomia que tinha terminado uns dois anos atrás para legitimar sua posição. Essa pessoa falava especialmente mal dos funcionários e dos nordestinos, o qual eu achava curioso já que dos gaúchos que eu tinha conhecido era o único que realmente tinha saído da mesma condição na qual não tinha formação, mas tinha se “feito” mediante o trabalho e as oportunidades oferecidas a ele e considerava que era a falta de trabalho dos funcionários nordestinos, ou falta de interesse ou capacidade de liderança o que fazia que esses funcionários não chegassem “*onde ele tinha chegado*”. Não me acho em condições de realizar uma crítica racial e nem psicológica destes fatos, mas acho interessante pensar em como funcionam estes conceitos morais que servem como vigilância própria sobre o trabalho dentro da categoria de “bom trabalhador”, que têm muitas formas e dimensões diferentes dentro das fazendas. Não existe só um “bom trabalhador”. Esta é uma medida que se manifesta e se reproduz de diversos modos que justificam a “meritocracia” como única forma de sucesso, ignorando as condições culturais e sociais que são impostas para manifestar determinadas ideias comuns sobre o trabalho, que também funcionam internamente em benefício do controle deste tipo de empresa agroindustrial.

Este sentido se elabora de formas complexas ligadas às maquinarias, que são o “conduto” da sua força de trabalho, nas quais a inserem e com as quais se relacionam e que determina as possibilidades às quais os funcionários poderiam ter acesso. O controle não vem só das próprias concepções, mas de uma complexa relação de forças sociais, culturais e tecnológicas que funcionam e se representam dentro deste contexto da agroindústria da soja da sua forma particular, com códigos próprios. Neste subcapítulo quis recopilar esta discussão intrínseca a todo o texto para mostrar, no último subcapítulo, formas de resistência aos

preconceitos e próprios códigos morais do trabalho, os quais “fogem” dessas concepções e se reconhecem na sua subalternidade desde uma posição de poder, reconhecendo-se como pessoas para além de funcionários e para além do trabalho.

#### 4.4 “Quando não tá bom pra mim, 'vô-me bora”

Em uma tranquila tarde estava no balanço embaixo das árvores, escrevendo e vendo como arrumavam as máquinas na “praça” da fazenda, entre o escritório e o armazém. Todos estavam nas tarefas deles, *Seu Tião* estava varrendo as folhas das árvores no espaço perto da casa do patrão, na qual eu dormia. Resolvi entrar na casa para deixar o caderno e *Seu Tião* me chamou no caminho para conversar. Parou de varrer e começou a perguntar coisas sobre mim, meu trabalho e minha vida, desculpando-se continuamente por perguntar-me. Falei que não precisava se desculpar, ele estava fazendo o mesmo que eu fazia com eles, perguntar sobre tudo. Eu achava normal eles também perguntarem sobre a minha vida pessoal. Tinha especial interesse sobre as minhas explicações de como é “outro país”. Sempre me perguntava sobre agricultura, cultura, língua, tradições, religião, distâncias, comunicação, etc. Desta vez me surpreendeu com uma pergunta que realmente não esperava. *Seu Tião* me perguntou se “*lá daonde você é*” as pessoas ricas falavam ou cumprimentavam as pessoas pobres. Duvidei durante um minuto o que responder. Simplesmente não achava que fossem contextos sociais comparáveis no sentido que *Seu Tião* estava me perguntando. Como responder a uma pergunta tão profunda e complexa como a que ele estava me fazendo? *Seu Tião* estava me perguntando pelas diferenças sociais da Espanha de uma forma estrutural em comparação a determinada realidade, a que ele conhecia, na qual sempre foi tratado como subordinado. Depois de ter pensando o que responder, falei que normalmente as pessoas ricas cumprimentam as pessoas pobres, embora seja de forma grosseira, mas que às vezes, como no caso das/os moradoras/es de rua, fingia-se a não existência delas/es. *Seu Tião* ficou me olhando meditando sobre a minha resposta e finalmente me falou que no Brasil as pessoas ricas não olham, falam nem cumprimentam as pessoas pobres. Passam olhando para a frente e fingem que não existem, que não estão presentes, porque têm uma “alma ruim” e acham que elas/es são superiores. “*Por isso gosto dos nossos patrões, eles olham você quando falam e sempre me dão a mão e me cumprimentam e perguntam como eu estou*”.

*Seu Tião* me explicou o ressentimento que ele sentia pelos anos como cortador de cana de açúcar nos quais não apenas o trabalho era *miserável* como também havia a

indignação que sentia de como as pessoas ricas não-olhavam para ele, como se não fosse pessoa, como se não merecesse a mais mínima consideração por ser *só* “mais um” trabalhador, cortador de cana, “*pobre*”, “*preto*”, “*inculto*”<sup>36</sup>, peão, funcionário, cujo único valor era seu trabalho, mas que não merecia nem o reconhecimento enquanto pessoa. A raiva expressada por ele me trouxe à memória as formas de resistência que se expressam no livro de James Scott (2003): “*Los dominados y el arte de resistencia*”.

Quais são as possíveis formas de resistência de um grupo de homens - os quais oferecem a sua força de trabalho e considerando no código moral o “patrão” como dentro do leque de “trabalhadores” - que moram em uma fazenda cujo fim único e último é o trabalho marcado pelas pautas das necessidades de uma mercadoria no tempo das maquinarias?

Desde a antropologia, muitas vezes, escreve-se sobre “a/o outra/o” como um(a) estranha/o, deformada/o, abstrata/o, etc. Possivelmente, ao longo do texto, tenha errado nestas mesmas coisas ao tentar fazer uma abstração do funcionamento do sistema da agroindústria da soja. Por difícil que possa ser, quero terminar esta dissertação apresentando mais um pouco as percepções dos funcionários ou *subordinados* (SCOTT, 2003) para que estes se mostrem como o que realmente são: pessoas em um contexto adverso que resistem da forma que sabem às imposições e restrições da vida, a qual faz com que tenham que morar em um lugar que não querem, longe da família, sem poderem ir quando e como quiserem onde quiserem, tendo que estar em uma fazenda da qual podem ser trasladados sem aviso prévio. As condições vitais que confrontam este grupo de pessoas, frente ao mundo do patrão, os torna *os subalternos* (SCOTT, 2003) que vivem em um mandato da lei do patrão, das empresas, da fazenda, de uma sociedade capitalista, etc.

Segundo Scott (2003), as formas de resistência das/os subalternas/os<sup>37</sup> se encontram no “discurso oculto”, aquele que é manifestado na intimidade das/os subalternas/os e que se contrapõe ao “discurso público”, aquele que é socialmente aceito e ideologicamente hegemônico. Considerar as/os subalternas/os enquanto categoria que Scott (2003) sem especificar quais subalternas/os e em que contexto procura a unificação de uma teoria para estabelecer e mostrar as estratégias de resistência para além do estabelecido, mostrando as diferentes formas de acesso ao poder que, muitas vezes, estão intrínsecas na linguagem do

<sup>36</sup> Foram palavras que ele expressou nessa conversa, só as mantive.

<sup>37</sup> Subalternas/os como categoria geral utilizada pelo autor para chamar todos os grupos subalternizados a um poder hegemônico, independentemente da origem geográfica ou histórica, se referindo desde as/os escravas/os, classes trabalhadoras, intocáveis no sistema de castas, camponesas/es etc. (SCOTT, 2003).

poder do discurso público. Se considerássemos nesta perspectiva o texto “O pessimismo sentimental”, de Sahlins (1997), compreenderíamos que os dois autores estão se referindo a um mesmo significado de “resistir” contra o poder dominante mediante diferentes estratégias, as quais podem ser em diálogo com esse poder. O poder como “teatro”, como representações das/os atrizes/atores que precisam reproduzir determinadas formas de dominação como estratégia, mas que conseguem, inclusive no discurso público, filtrar formas de protesto imperceptíveis. Para ver e compreender estas se necessita olhar para essas formulações como espaços de luta e de expressão de autonomia desde as margens. A cólera, ira, engano, astúcia, roubo, risada, despreocupação, são fórmulas de mostrar condescendência com o poder que as/os domina e ao qual precisam se submeter (como se destacou com o exemplo do “*panelaço baiano*”). É nesse sentido que procuro me aproximar à leitura de como um grupo de funcionários, obrigados a morarem em uma fazenda isolada e na dinâmica de vida descrita ao longo da dissertação, encontram seus espaços de resistência como formas de se expressar e sentir um viver cotidiano que se afasta da norma de convivência. Esta forma de moradia, dentro da fazenda, em grupos de homens, dividindo quarto, é imposta a “este serviço”, é contrário à sua vontade, ao ideal do “viver” e dos valores familiares, tanto dos funcionários quanto dos patrões que valorizam a “família” (heterossexual, monogâmica e patriarcal) como ideal, mas que, ao mesmo tempo, o regime de trabalho obriga aos funcionários *renunciarem* a este modelo de vida. Entre os grupos sociais “das/os gaúchas/os” se destacava que os problemas sociais da sociedade brasileira em geral, e de LEM em particular, estavam baseados precisamente na falta destas normas morais e sociais familiares. Estas afirmações se contrapõem com o regime de trabalho que impossibilita aos funcionários realizarem este modelo de vida. Assim é que remete à discussão anteriormente abordada (veja-se capítulo três<sup>38</sup>): Quem tem direito a vida pessoal e íntima? Quem determina a obtenção deste direito?

Como a minha forma de transporte principal era “de carona” tive a oportunidade de conversar com muitos gaúchos nesses trajetos entre fazenda e a cidade. Todos eles coincidiam na ideia de que o problema da periferia de LEM era a pobreza de educação, de espírito, falta de interesse, que fazia reproduzir formas de vida nas quais as mulheres têm filhas/os cedo, o marido “larga” elas, elas ficam na casa da mãe, têm mais filhas/os, etc. Além disso, normalmente os casamentos não são legalizados, de forma que não são cumpridas as normas

---

<sup>38</sup> No capítulo três tentei esboçar como a distância estrutural em relação ao tempo deslumbra esta desigualdade na qual os funcionários veem restrito o direito ao “tempo seu”, na condição de subordinados.



ideais dos casamentos: católicos, heterossexuais, patriarcais, monogâmicos e conservadores, como também se destaca nos estudos de Almeida (2013), Prestes (2010), Rumstain (2012) ou López (2014). As/Os gaúchas/os “culpam” a cultura nordestina e a cultura da pobreza por este tipo de comportamento e destacam a falta de presença paterna como um dos grandes problemas da pobreza da periferia de LEM.

Nas conversas com os funcionários das fazendas, nordestinos e que muitas das suas famílias moravam na periferia de LEM ou de alguma outra cidade, se destacou uma realidade ou perspectiva diferente. Fato é - nenhum deles negou - que a maioria casou e teve filha/o antes dos 20 anos e a maioria criava as/os filhas/os da atual mulher, sendo que tentavam enviar dinheiro para as/os próprias/os. Não vou tentar esboçar uma teoria das causas deste sistema, mas apenas destacar a contradição dos discursos. Segundo as/os gaúchas/os o problema era a falta de uma família “normal”, com a presença de um pai e a falta crônica de uma mãe que não cuida “como deve” das/dos filhas/os. Seria culpa da cultura nordestina de abandonarem as/os filhas/os e não terem “perspectiva de vida”, como diziam as/os gaúchas/os, de não projetarem a vida para desenvolvê-la e melhorá-la. Cabe destacar que, como coloquei ao longo do texto com a elaboração do sentido de “bom trabalhador”, em contraposição com o “malandro”, este discurso se encontra em termos mais complexos nos quais as/os “subordinadas/os” aceitam o sentido hegemônico de que *têm* “que prosperar” e “desenvolver” as vidas, mas o fazem dentro dos seus próprios termos, nas suas próprias categorias do que é desenvolvimento pessoal. Aceitam o código geral da meritocracia e sucesso, mas o expressam de acordo a sua própria ideologia. Por exemplo, para *Justino*, que estava construindo na periferia de LEM uma casa e uma lanchonete e que quando terminasse poderia se mudar à cidade para viver com a mulher e trabalharem juntos na lanchonete. O sonho dele era poder viver e morar com a mulher e para isso estava procurando uma forma de subsistência na qual não fosse empregado de ninguém. Que *Justino*, por exemplo, não procurasse ir morar fora da periferia de LEM era incompreensível para as/os gaúchas/os.

Voltando para a discussão anterior, consideremos o discurso das/os gaúchas/os sobre os problemas morais-sociais-familiares como “válidos”, apenas como hipótese para pensarmos no próprio paradoxo da situação. Para isso, deve-se pensar quais os motivos pelos quais há uma falta crônica de presença materna e paterna na periferia de LEM. Se consideramos que a maioria dos cuidados cotidianos como limpar, comer, vestir, arrumar, pensar, planificar, levar para a escola, etc. estão sobre a responsabilidade da mulher, o

trabalho dos homens para com as/os filhas/os e o cuidado da casa (e da vida) normalmente é mais limitado. Fora isso, considerando que tanto a maioria dos funcionários fixos como dos sazonais mora dentro das fazendas, só indo para a cidade nos dias de folga (aqueles que podem ir), e que, a exigência de morarem dentro das fazendas, longe das famílias, não é uma decisão dos funcionários, mas das fazendas (principalmente por causa das grandes distâncias que devem ser percorridas dentro da área de cultivo de soja), como serão “bons pais”, se não podem morar com as famílias? Além disso, há o ideal de que para a “mulher” ser boa mãe “só” poderia cuidar das/os filhas/os e da casa. Não precisa fazer um estudo de mercado para saber que a relação dos custos de vida de uma família normal em relação ao salário mínimo não é totalmente congruente no Brasil. Como coloquei, *Seu Tião* me destacou já esta contradição. Porém, a maioria das mulheres da periferia de LEM trabalha em diferentes serviços como trabalhadoras domésticas, em alguma loja ou qualquer outro serviço, fazendo com que passem grande parte da jornada fora da casa, “descuidando” suas responsabilidades “de mulheres”. Estas contradições não são percebidas pelas/os gaúchas/os, considerando que é o próprio sistema do emprego das fazendas, do trabalho subalternizado que faz com que essa forma de vida que atribuem às/aos “nordestinas/os” é só fruto de uma condição de trabalho imposta por elas/es mesmas/os dentro do sistema que, ao mesmo tempo, é só a forma de maximização de recursos, assim como a opção em relação às regras do Ministério do Trabalho ser a mais segura para os patrões.

A complexa relação entre estes dois grupos, enquanto patrões/funcionários, implica que: *“Es decir, los gobernantes que buscan alcanzar la hegemonía, en el sentido gramsciano del término, deben convencer ideológicamente a sus subordinados de que, hasta cierto punto, están gobernando en su nombre.”* (SCOTT, 2003, p. 44). Isto é, deve existir um convencimento de que o sistema nesta formulação de exercer a força de trabalho é satisfatório para as duas partes. Porém, não é estranho encontrar discursos que legitimam se realmente é benéfico para os funcionários o sistema de trabalho no qual estão. A obrigação de terem que morar dentro das fazendas se destaca como uma questão fundamental para compreendermos as dimensões de como a vida é limitada por esta exigência. Embora muitos dos funcionários destaquem a vantagem de poderem economizar dinheiro, principalmente aqueles que não têm uma família que é totalmente dependente deles, este sistema lhes permite guardar dinheiro para investir ou gastar como eles quiserem nos momentos programados para esse propósito.

*O Sarará* namorava como uma moça que era da mesma cidade que ele há três anos. A moça estudava pedagogia em uma cidade do interior de São Paulo. Ele me explicou que dois anos atrás foi morar no Estado de São Paulo para poder viver perto da namorada, mas que, nos campos de cana de açúcar de São Paulo, você tem que pagar pela moradia e alimentação e que, nesse esquema, não estava conseguindo guardar dinheiro para comprar terras na cidade de origem, para poder ir morar e trabalhar lá quando a namorada terminasse a faculdade. Porém, são reconhecidas algumas vantagens por parte de alguns funcionários, mas nenhum deles reconhece essa forma de vida como um “viver” real. Diferenciam na sua fala, nitidamente, a contraposição do “viver” com o “morar”. Eles “vivem” com a sua família, mas “moram” na fazenda. O “viver” implica uma vida, uma construção, uma relação, um sentido de criar laços e ter uma continuidade. “Morar” é só a condição exigida ao trabalho. É “habitar” um espaço no qual dormir, comer e trabalhar, mas no qual não há “vida”. A “vida” não é criada, produzida e nem reproduzida, são apenas atividades sucessivas. Tem o mesmo sentido que foi diferenciado entre “comer” e “almoçar” (veja-se capítulo três). “Morar” torna-se um ato de subsistência às necessidades materiais. Em torno à mesma discussão aqui apresentada, Farias (2014) analisa também como as formas de alienação e de exploração de trabalho são utilizadas na área citrícola como formas de se independizarem dessas formas de trabalho e de submissão a sua própria força de trabalho:

(...) por meio da distribuição diferenciada de tarefas, níveis de remuneração, acesso a carteira assinada e a direitos trabalhistas, as empresas e empreiteiras fazem uso de preconceitos étnicos ou de gênero arraigados entre os trabalhadores, reforçando clivagens e contribuindo à construção de auto-imagens de determinados grupos diferenciados do coletivo. A título de exemplo, é comum que os trabalhadores migrantes apresentem um nível de produtividade excepcional, aliado a uma maior disposição a trabalhar sem registro em carteira. Como veremos mais a frente, isso corresponde a seu interesse de acumular o maior volume de recursos no menor tempo possível, de modo a poder retornar a seu local de origem, pagar eventuais dívidas e garantir a reprodução de sua unidade familiar e sua pequena produção. Empresas e empreiteiras utilizam-se de tais características com vistas a fixar a imagem de um “bom trabalhador”, bom cortador de cana ou bom colhedor de laranja, particularmente adestrado para o maior dispêndio possível de força de trabalho com o mínimo de reivindicações trabalhistas. Reforçam-se assim auto-imagens e representações dos “outros” que ampliam a taxa média de exploração, estimulam a internalização de critérios de trabalho e conduta e criam clivagens e ressentimentos entre diferentes segmento de classe trabalhadora. (FARIAS, 2014, p. 50)

Esta diferenciação que os funcionários fazem se destaca também no nível de impersonalidade de muitos atos sociais, na falta de “coisas próprias”, por exemplo. Nenhum

deles tinha uma mala maior que uma mochila. Fora o momento do café de manhã, sempre os vi com a roupa de trabalho. Os momentos e espaços de socialização eram escassos. Na cantina, tanto o café, quanto o almoço e a janta, eram sempre em silêncio. Poucas pessoas diziam alguma coisa e normalmente a conversa terminava cedo. Os funcionários comiam em silêncio e iam embora ao terminar. Às vezes ficavam conversando do lado de fora, mas também não havia espaço de socialização e à noite ou nos momentos de descanso, a maioria deles ficava do lado de fora do escritório para ter sinal *Wifi* e conversar com a família, ou amigas/os ou assistir vídeos. As pessoas se relacionavam mais nas horas de trabalho que nas de tempo livre. Eles mesmos não consideravam o tempo de não-trabalho dentro da fazenda como “tempo livre” porque, de fato, o tempo dentro da fazenda, embora fosse ao celular, não era “tempo deles”. Não podiam fazer o que eles quisessem, eram submetidos a estarem na fazenda com pessoas que poderiam gostar ou não e em condições de moradia que poderiam gostar ou não. Por isso, a diferenciação entre o “viver” e “morar” se torna fundamental para a compreensão do sentido que tem para os funcionários a vida e o transcurso desta em relação ao seu trabalho e como exercem sua força de trabalho.

O “sonhar” com uma vida fora da fazenda funciona, desta maneira, como aliciente e perspectiva para a maioria dos funcionários. Essa condição do “morar” é um mal necessário para obterem uma vida na qual possam viver com as famílias. Consideram que a vida deles, o local em que “vivem”, é o lugar no qual vive a família normalmente. É como se eles estivessem passando só um tempo fora e não fosse uma condição permanente. Porém, compreender o esforço de serem bons trabalhadores se entende também pelo destacado acima pelo autor Farias (2014) quando trata da importância de se esforçarem para maximizarem os lucros e saírem para outro lugar. Como foi sintetizado no subcapítulo anterior, a procura de um maior benefício para poder sair de lá se torna a forma e a capacidade de confrontar mediante a linguagem do sistema uma estratégia para fugir dele. Poder pensar em sair da fazenda, pode-se considerar também como uma forma de resistência, de saber que outra vida é possível e trabalhar por criar essa outra vida “ideal” na qual já não sejam submetidos aos tempos da fazenda.

Se pode-se considerar o ethos do “bom trabalhador” também como estratégia para fugir (veja-se subcapítulo 4.3) precisamente da condição de funcionário, cabe destacar outra dimensão que, dentro dos parâmetros desta dicotomia entre “bom trabalhador”/”malandro”, se destaca. Mediante a aceção da ideologia dominante que procura a máxima exploração da

força de trabalho dos funcionários, a ideia do “bom trabalhador” que domina a dinâmica de trabalho se impõe também como uma apropriação simbólica do pertencimento à empresa que consegue se distanciar mediante a volatilidade deles. A capacidade de substituição, a ideologia de “bom trabalhador”, funciona por um lado como imposição de maximização da sua força de trabalho, mas também como estratégia de poderem mudar de trabalho sempre que necessário. É valorizado dentro do conceito de “bom trabalhador” saber e ter a capacidade de realizar qualquer tipo de trabalho dentro da fazenda, utilizar qualquer tipo de máquina, embora depois cada um seja atribuído a uma máquina. Entre eles também é especialmente valorizado o conhecimento técnico de saber arrumar uma máquina. A falta de material era, na verdade, uma constante sobre a qual reclamavam, mas ao mesmo tempo não poderem arrumar a máquina era uma vantagem, pela qual podiam descansar ou conversar enquanto esperavam o material necessário chegar, considerando que isso não era responsabilidade deles.

As contratações nas fazendas funcionam em grande medida pela determinação de se um funcionário é “bom trabalhador” ou não. Eles não podem ter o nome “*sujo*” e devem ter um “bom nome” com diferentes padrões. Os funcionários têm a possibilidade de mudarem muito de fazenda, assim como terem muitos conhecimentos de diferentes máquinas lhes dá mais oportunidades de escolha. Os funcionários utilizam essas vantagens da melhor maneira possível para se favorecerem em função daquilo que mais valorizam. Como já destaquei, na fazenda menor valorizavam muito a diversidade de trabalho como o mais positivo para não terem um trabalho tão repetitivo e entediante. Essas formas de se manifestarem tornam-se formas de resistência a um sistema fabril extremadamente monótono. Ao terem acesso a mais atividades e colocar o intelecto deles em funcionamento, se “libertam” da imposição da máquina e da monotonia. Também se torna uma vantagem relativa à falta de “individualidade” que os patrões veem neles. No primeiro capítulo destacava como a maioria dos patrões desconhece o nome dos funcionários e os vê como pessoas “descartáveis” em função da sua obra e serviço dentro da fazenda. A reposição de funcionários é feita na invisibilidade e invisibilização destes enquanto trabalhadores. Se isso responder a um sistema de poder no qual as pessoas são apenas aquilo que é sua força de trabalho ou não, só considerados mais que “massa” para aqueles que têm *o poder*, como descreve Scott (2003), isto torna-se uma vantagem em determinadas situações. *Seu Tião* reclamava que “*os ricos*” não olham, cumprimentam, nem conversam com pessoas pobres. Nessa relação, se destaca a dominação das/os poderosas/os pelas/os subalternas/os ao não as/os considerarem “dignas/os”

para conversarem, mas a invisibilidade pode ser utilizada de muitas diferentes formas. E, de fato, é utilizada. Não há dúvida da “necessidade” do emprego enquanto classe trabalhadora obreira contemporânea (SCOTT, 2003, p.50), mas esta capacidade de “transformação” a partir da percepção da própria categoria, reconhecendo não poderem alcançar a categoria “dos patrões”. A denúncia de existência como iguais, embora seja dentro do discurso oculto, torna-se uma reivindicação, uma forma de resistência às formas de dominação e demonstram uma cultura e socialização própria, rejeitando a forma hegemônica do “viver”.

*Gracias a ciertos estudios sobre los valores de la clase obrera en algunas democracias liberales, confío en poder probar esta hipótesis para los tipos de dominación que hemos examinado. Si es decisiva en las formas relativamente impersonales del trabajo asalariado realizado por los trabajadores que gozan de derechos políticos y que, formalmente, tienen la libertad de dejar su empleo, la parte personal de la sumisión tiene que ser mucho más relevante en las formas de dominación que son más directas y personales. Hablando de cómo viven su experiencia laboral los trabajadores de Estados Unidos, Richard Scenneu afirma que recibir órdenes constantemente produce un enorme resentimiento. Transcribo dos citas ejemplares de sus entrevistados: "Pero entonces me fui a trabajar a las máquinas y de pronto se me hizo claro. La vida, la gente, siempre le están dando órdenes a uno y uno tiene que aguantarse porque tiene necesidad del trabajo". "Todo el día, 'Sí, señor', 'Sí, señora' [... ] Y es que, yo creo que el trabajo me hizo ver todo lo que tiene que aguantar el que no tiene nada, créame", " El otro aspecto del trabajo que alimenta una indignación profunda es la creencia de los obreros de que no se les da el mínimo reconocimiento que merecen por todo lo que hacen. Como lo dice Sennett: "Al mismo tiempo, una y otra vez durante nuestras pláticas, la gente manifestaba un gran resentimiento por el trato que recibía, 'como si no valiéramos nada', 'como si fuéramos basura', 'como si fuéramos un mueble más'. ¿Qué necesitan hacer los obreros para volverse visibles? (SCOTT, 2003, p.166-167).*

Cabe ressaltar que não só deve se destacar da análise marxista a apropriação de material do trabalho, deve-se considerar também (principalmente no caso aqui descrito no qual os trabalhadores moram dentro das fazendas) que a vida dos funcionários é desapropriada. As limitações impostas pelo trabalho transferem-se a todos os aspectos da vida dos funcionários, principalmente ao tempo deles. Sendo este regulado, quartado e dirigido dentro do horário de trabalho. Porém, os funcionários se veem *desposuídos* do próprio tempo e de escolha de companhia durante alguns períodos do ano. O celular com internet tem um papel muito importante em relação a isto porque é o meio de comunicação principal com o mundo fora da fazenda.

O jogo de poder aqui descrito não é só manifestado pelos funcionários, que seriam os “subordinados” (SCOTT, 2003), em contraposição aos patrões, “os poderosos”. Como o autor destaca, a relação implica uma relação teatral entre os dois grupos. Se foi mais analisada até

agora a perspectiva dos funcionários, cabe destacar que os patrões tentam defender e manter uma teatralidade à sua posição impedindo aos subordinados se aproximarem do seu próprio mundo oculto, que só se abre quando estão dentro da sua mesma classe. No primeiro capítulo, coloquei como a infiltração entre o público e privado, assim como ter entrado nestes dois mundos, provocou situações que levariam à exposição e ao desequilíbrio deste teatro criando conflitividade.

Scott (2003) afirma: *“lo más probable es que cualquier análisis basado exclusivamente en el discurso público llegue a la conclusión de que los grupos subordinados aceptan los términos de su subordinación y de que participan voluntariamente, y hasta con entusiasmo, en esa subordinación”* (p.27). Longe de ser assim, tentei resgatar e elaborar ao longo desta dissertação um sentido a partir das narrativas dos funcionários no qual sejam reconhecidos enquanto o que são pelo que expressam, considerando as muitas limitações que só me permitiram um conhecimento parcial da realidade. Sirva este texto para compreender tanto a produção da soja, quanto a realidade daqueles que a fazem possível, não só como obreiros, trabalhadores, peões ou funcionários, mas como pessoas que procuram uma vida melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dia que em fui embora da fazenda, acordei sem saber que seria o meu último dia lá. Apareceu um carro e me falaram que tinha que ir para LEM. Após minha visita em LEM, me levaram de novo para a fazenda para que arrumasse as minhas coisas. Foi à tarde que chegamos lá. O carro estacionou na frente do armazém, desci e fui para a casa pegar as coisas enquanto me esperavam dentro do carro. Era um dia ensolarado e só tinha uns poucos funcionários na fazenda. Enquanto caminhava para a casa, vi como *Thomas* saía pela parte de trás da cozinha para não ser visto e me fez um sinal para que me aproximasse pelo fundo da casa. Rapidamente fui para lá. Ele me perguntou o que estava acontecendo. Falei que estava indo embora. Ele, com o rosto sentido, me abraçou e me falou que sentia muito, que nada disso era culpa minha e que caso precisasse de qualquer coisa ligasse para o celular dele. Nos despedimos e ele voltou rapidamente para a cozinha por entre as árvores frutais. Comecei a pegar a roupa que tinha pendurada, quando *Seu Tião*, apareceu por trás de mim com o ancinho de varrer as folhas. S.T.: “*Você tá indo embora?*”. A: “*Tou, tou sim, Seu Tião.*”. S.T.: “*Não fica triste, filha, você é uma pessoa de bom coração, deus vai cuidar de você.*”. *Seu Tião* me estendeu a mão e quando estendi a minha, ele a apoiou entre as mãos dele, enquanto me repetia: “*Vai com deus, filha*”. Eu agradeci, quase chorando, e ele foi continuar a varrer as folhas do chão. Terminei rapidamente de arrumar as coisas e fui para o carro. Dez minutos depois, ainda na estrada de terra, antes de chegar na pista, recebi uma mensagem de *Raimundo* e do *Sarará* perguntando se estava indo embora mesmo. Olhava para a terra e para o celular, respondi que estava indo embora. *Sarará* se despediu. E *Raimundo* me falou que ia sentir muito a minha falta e que eu tinha *alegrado* e *bagunçado* a fazenda. “*Vai com deus*”, foi a última mensagem dele. E fui embora, *acompanhada por deus*. (Anotações de diário de campo na rodoviária de LEM. Último dia de campo).

Marcar um ponto final das vidas aqui narradas não é senão uma forma de colocar um final fictício na realidade dinâmica que segue o seu curso. Não teria coragem de colocar umas conclusões da etnografia aqui exposta porque a análise realizada ao longo do texto mostra as reflexões que foram feitas a partir do trabalho de campo.

Novas formas de existir nas sociedades e de refazer e interpretar as culturas se expõem perante a antropologia nas mudanças constantes que o mundo nos oferece. Esta é mais uma narrativa dessas mudanças, interpretações e adaptações peculiares ao sistema capitalista. As pessoas não somente sobrevivem à vida, as pessoas sobrevivem de formas concretas à vida (SAHLINS, 1979), com um raciocínio e sentido lógico, moral e cultural próprio. Nesta etnografia, tentei aproximar não apenas o sistema de como vive e persiste a vida da soja, mas também como as pessoas que a fazem viver e vivem em torno dela, vivem e sobrevivem às condições que esta lhes impõe. Qualquer erro ou diferença sobre a realidade



que possa encontrar a/o leitora é compreensível e certamente pode estar certa/o.

Como mensagem a quem tenha chegado até o final desta etnografia, me resta só fazer umas breves considerações: olhar para cada momento, objeto, para cada instante, para cada pessoa, através de um sentir aprofundado que desenvolva o sentido de cada momento e de cada ato. Os funcionários rurais que aqui aparecem são homens com vidas particulares que vivem e viveram as vidas deles da melhor maneira que encontraram e que souberam para lutar por aquelas coisas que acharam boas e legítimas. As dimensões que trouxe o cultivo da soja à vida deles só podem ser olhadas, compreendidas e pensadas a partir da experiência deles em relação às próprias vidas. Como observadoras distantes, como antropólogas, nosso trabalho é tentar nos adentrar nesse mundo que eles praticam para compreender os próprios sentidos.

Ao pensar isto, devemos considerar o papel da soja atualmente. A soja é das produções mais importantes para o Brasil e a relevância que ela tem no âmbito internacional torna o olhar para a sua produção um olhar que deve ser característico e caracterizado para a compreensão do significado deste processo. Também para pensar como a produção da soja oferece vivências particulares para as pessoas que trabalham/moram e vivem em torno dela, assim possibilitando um olhar amplo e ampliado que nos permite ver em um grão de soja todo um mundo de relações e conexões que permitem ser uma chave a mais para a compreensão das dinâmicas do mundo, que circulam fazendo com que as culturas se inventem e reinventem sobre si mesmas em constante mudança.

Nesta etnografia proponho não um final, senão um início, para pensar e começar imaginar outras pesquisas, outras referências com as quais trabalhar. Não analisei ao longo do texto todas as questões que podem ser debatidas. Considero que foi só uma abertura para começar a pensar nas vidas que se desenvolvem em torno da agroindústria da soja e às quais pretendo dar voz para aproximar a realidade, os pontos de vista das pessoas que ficam atrás do que se designa *desenvolvimento*. Estas pessoas, os funcionários rurais, assim como todos os trabalhadores da fazenda, aparecem neste texto como agentes da sua própria vida, não impulsionados por uma dinâmica global que apenas os manipula, os aliena e os condena, senão como pessoas com ideias, sentimentos, relações, sonhos, esperanças, moral, ideologia e perspectivas, que procuram vidas melhores nos termos do que consideram uma “*boa vida*”.

Mediante estas narrativas, não somente aproximo o que é a produção da soja e o sentido desta no mercado internacional, senão que, mediante o jogo de escalas aproximo causa-consequência desta realidade que se relaciona de uma forma dinâmica, criando laços e

conexões internacionais no mundo global. Uma vida não é isolada das outras vidas que a rodeiam. Cada vida, cada existência, encerra em si um sentido próprio que é ao mesmo tempo elaborado contextualmente. Como as pessoas, e nós mesmas, entendemos a realidade que nos rodeia é o que dá sentido ao mundo e foi o que tentei captar nesta etnografia. Não é só compreender a agroindústria da soja e todas as suas expressões no mundo, é compreender o que a agroindústria da soja significa para as pessoas que trabalham nela, todos os dias. É compreender como ela pode condicionar “os tempos” de um espaço concreto e, como as pessoas que habitam esse espaço entendem o tempo. As diferenças que são criadas dos tempos em um mesmo contexto para podermos ver para além de um grão de soja, não só a morte, senão as vidas que ele dinamiza.

Neste sentido, a soja cria tempos, que podem ser melhores do que outros tempos. Os tempos da soja podem ser tempos de bens materiais, de *sucesso*, de comida, de carne, de casa, de segurança, de *sacrifício* ou de solidão. Os tempos produzidos pela soja podem ser compreendidos e vividos de formas diferentes que relacionam as pessoas que os vivem dentro de uma dinâmica social. Este exercício de olhar aprofundadamente para a realidade, para a soja, para as pessoas é uma análise necessária para compreender estas muitas realidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Gleyson Pinheiro; DE SÁ, Alcindo José. **Globalização da Agricultura:** multinacionais no campo brasileiro. Revista de Geografia, Recife, v. 28, n. 1, p. 54-80, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/459/335>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ALMEIDA, Luciana Schleder. **Gaúchos, festas e negócios:** o agronegócio da soja no Meio-Norte matogrossense. 2013. 205 p. Teses (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Maria Alasia de Heredia.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. **Narrativas agrárias e a morte do campesinato.** RURIS, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, set. 2007. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-2.-.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

APPADURAI, Arjun. **El rechazo a las minorías.** Ensayo sobre la geografía de la furia. Tradução de Alberto E. Álvarez y Araceli Maira. Cidade: Editores Tus Quets, 2007. 200 p. Título original: Fear of small numbers. An essay on the geography of anger.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Panorâmico socioeconômico do agronegócio do Oeste da Bahia.** Núcleo de Economia, Estatísticas e Projetos da AIBA. Barreiras: AIBA. Disponível em: <<http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/producao-e-destino-dos-graos-do-oeste-da-bahia.pdf>>. Acesso em: 06 de out. 2016

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS. **Histórico das safras:** Volume de exportações de soja desde 1980. São Paulo: ANEC. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/pt-br/servicos/historico-de-safras>>. Acesso em: 07 de out. 2016

BATAILLE, Georges. **A parte maldita.** Precedida de “A noção de dispêndio”. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013. 124 p. Título original: La part maudite.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, A. (org.) **Desvendando máscaras sociais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves editora, 1975, pp. 123 – 174.

BERTRAND, Jean-Pierre; LURENT, Catherine; LECLERCQ, Vincent. **O mundo da soja.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987. 139 p.

BOITO JUNIOR, Armando. **Panelaço:** A reação em ponto de fervura. 2015. Brasil de fato: Uma visão popular do Brasil e do mundo. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/node/31521>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BOURGOIS, Philippe. **En busca del respeto**: vendiendo crack en Harlem. Tradução de Fernando Montero Castrillo. Buenos Aires: Editoria Siglo XXI. 2010. 419 p. Título original: In search of respect. Selling Crack in El Barrio.

BRASIL. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. **Bolsa Família**. Brasília: SAS/DAB. Disponível em: <<http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>>. Acesso em: 28 de mar. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Brasília: INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Empresas brasileiras exportadoras e importadoras. Brasília: MDIC.

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado**. Brasília: MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 08 de out. 2016.

CALDERON, Matías et al. Territorios rurales y neoliberalismo en Chile: Conflictos económicos y sus expresiones políticas en zonas de vitivinícolas, forestales e industrias salmoneras. **Cuad. antropol. Soc.**, Buenos Aires, n. 38, p. 153-176, dic. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2013000200007&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2013000200007&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 27 ago. 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A vocação crítica da Antropologia. In.: **Anuário Antropológico 90**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 67 – 82. 1993.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio; VIEIRA, Anderson Silva. **A soja no cerrado**: algumas considerações sobre a lavoura da soja e os agricultores familiares no Leste Maranhense. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas [São Luís], ago. 2009. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/%C3%8DNDICE%20EIXO%20AGRICULTURA.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

CARNEIRO, Maria José. **“Rural” como categoria de pensamento**. **RURIS**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria\\_carneiro.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf)>. Acessado em: 08 ago. 2016.

CARVALHO, Angela Cristina dos Santos. **Soja e desenvolvimento**: uma análise comparativa entre as regiões norte, nordeste e centro-oeste. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Orientadora: Profa. Dra. Oriana de Almeida Trindade.

CARVALHO, José Jorge. Antropologia: saber acadêmico e experiência iniciática. In.: **Anuário Antropológico 90**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 91 – 108. 1993.

CARVALHO, Josiane Fernandes de. A agroindústria canavieira e as relações de trabalho de campo: apontamentos sobre o assalariamento rural na mesorregião noroeste paranaense. In: **Seminário Nacional Sociologia e Política**, 1, 2009, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/anais/gt7.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Tradução de Beñat Baltza Álvarez, Juan Mari Madariaga, Mara Viveros Vigoya. Madrid: Editora AKAL, 2006. 224 p.

CHAVES, Christine de A. Os limites do consentido. In: FONSECA, Cláudia; Brites, Jurema. **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 36-58.

CORRÊA, Rosângela Azevedo. **La agroindústria del limón en el valle de Tecomán, México: un enfoque antropológico**. Iluminuras, Porto Alegre, v. 13, n. 30, p. 133-151, jan./jun. 2012.

DALL'AGNOL, Amélio; LAZAROTTI, Joelsio; HIROSHI HIRAKURI, Marcelo. Desenvolvimento, Mercado e Rentabilidade da Soja Brasileira. **Circular Técnica**. Londrina, n. 74, p. 1-19, abr. 2010.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'. In: NUNES, E. O. (Org.) **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 23-46.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone Editora Ltda., 1985. 240 p.

**EL BRASIL DE LOS AGROCOMBUSTIBLES: Impactos de los cultivos sobre la tierra, el medio ambiente y la sociedad - Soja y Ricino**. Brazil: Repórter Brasil, abr. 2008. ISBN 978-85-61252-02-1.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Tradução de Diana Ochoa. Caracas: Editorial el perro y la rana. 2007. 419 p. Título original: Encountering development. The making and unmaking of the Third World.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. El tiempo y el espacio. In: **Los Nuer**. Barcelona: Editorial Anagrama. 1992. cap. III, p. 111-156.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Editora Vozes. 2013. 214 p. Título original: Time and de Other: How Anthropology makes its object.

FARIAS, Luiz Felipe de. **Agronegócio e luta de classes**. Diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann. 2014. 235 p.

FREITAS, Márcio de C. M. de. A cultura da soja no Brasil: o crescimento da produção brasileira e o surgimento de uma fronteira agrícola. **Enciclopédia biosfera, Centro Científico Conhecer**. Goiânia, v. 7, n.12, 2011. Disponível em:

<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2011a/agrar.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos e O senso comum como um sistema cultural. In: **O saber local**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997, cap. 3 e cap. 4, p. 85-110 e 111-41.

\_\_\_\_\_. Juego profundo: la riña de gallos em Bali. In: **La interpretación de las Culturas**. Barcelona: Gedisa, 2003. cap. 15, p. 339-372.

GERMANI, Guiomar. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. GeoTextos, vol. 2, nº 2, 115-147, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 91-107, Feb. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092002000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100007&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Sept. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100007>.

GODEIRO, Nazareno. **Riqueza e pobreza no campo brasileiro**. A luta contra o agronegócio no século 21. São Paulo: Editorial José Luís e Rosa Sundermann, 2015. 57 p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**. Agricultura e indústria no Sistema internacional. Tradução de Carlos Eduardo Baesse de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1990. 192 p. Título original: From to Biotechnology.

GOVERNO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **A cidade**. Luís Eduardo Magalhães: LEM. Disponível em: <<http://soudelem.com.br/a-cidade/>>. Acesso em: 10 de out. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1995. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065\\_926\\_hARAWAY.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. **Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, Oct. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=en&nrm=iso)>. access on 14 Abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>.

IBGE. **Pesquisa Agrícola municipal**, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Producao\\_Agricola\\_Municipal\\_\[anual\]/2012/pam\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_[anual]/2012/pam_2012.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2014

JARAMILLO MARIN, Jefferson; LONDONO ORTIZ, Natalia; SANCHEZ GONZALEZ, Gina. Agroindustria azucarera y Anca tradicional en el norte plano del Cauca (Colombia). Perspectivas históricas y claves etnográficas. **Mem. Soc.**, Bogotá, v. 19, n. 39, p. 30-47, dic. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0122-51972015000200003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-51972015000200003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 02 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.mys19-39.aaft>.

LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DAMATTA, Roberto (org.) Edmund Leach. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática. 1983, cap. 5, p. 170-198.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jun. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832006000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 17 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>.

LOPES, José Sergio Leite. **El vapor del diablo**. El trabajo de los obreros del azúcar. Tradução de Andrea Roca. Buenos Aires: Editora Grupo Antropología del Trabajo (GAT). 2011. 320 p. Título original: O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar.

LÓPEZ, Maribel Cristina Cardona. **Gaúchos em Luís Eduardo Magalhães**. Os modernizadores tradicionalistas. 2014. 98 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Orientadora: Prof. Dra. Núbia Bento Rodrigues.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Los argonautas del Pacífico occidental**. Tradução de Antonio J. Desmonts. Barcelona: Editorial Planeta de Agostini. 1986. 265 p. Título original: Argonauts of the Western Pacific.

\_\_\_\_\_. **Um diário no sentido estrito do termo**. Tradução de Celina Falck. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997, pp. 41 – 99. Título original: A Diary in the Strict Sense of the Term.

MARX, Karl. **El capital**: El proceso de producción del capital. Tradução de Pedro Scaron. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editorres S.A. 1978. Livro I, v.1. Título original: Das Kapital/ Kritik der politischen Ökonomie.

\_\_\_\_\_. **El capital**: El proceso de producción del capital. Tradução de Pedro Scaron. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editorres S.A. 1979. Livro I, v.2. Título original: Das Kapital/ Kritik der politischen Ökonomie.

MINTZ, Sidney. **Dulzura y poder**. El lugar del azúcar en la historia moderna. Tradução de Laura Moles Fanjul. México D.F.: Editora Siglo Veintiuno editores, 1996. 299 p. Título original: The sweetness and power. The place of sugar in modern history.

\_\_\_\_\_. **Taso, trabajador de la caña**. Tradução de Yvette Torres Rivera. Puerto Rico: Ediciones Huracán, 1992. 320 p. Título original: Worker in the cane.

\_\_\_\_\_. **Sabor a comida, sabor a libertad**. Incursiones em la comida, la cultura y el pasado. Tradução de Victoria Schussheim. México D.F.: Ediciones de la Reina Roja, S.A. de C.V., 2003. 166p. Título original: Tasting food, tasting freedom. Excursions into eating, culture and the past.

\_\_\_\_\_. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-42, out. 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092001000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 ago. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000300002>.

MÜLLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. São Paulo: **Revista de Economia Política**. Vol. 2/2, nº 6, abril/junho de 1982. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/06-2.pdf>.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, e escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Editora UNESP, 1998. cap. 1, p. 17-36.

\_\_\_\_\_. Primeira Parte. Introdução e Viagem ao Território Terena. In: **Os Diários e suas Margens**. Viagem aos territórios Terêna e Tükúna. Brasília: EdUnB, 2002, cap. 1, p. 15 – 65.

ORWELL, George. **Rebelión en la granja**. Tradução de Rafael Abella. Barcelona: Editorial Destino, 2000. 187 p. Título original: Animal Farm.

O SÉCULO do ego. Adam Curtis, Produção de Adam Curtis, Lucy Kelsall, Stephen Lambert. Reino Unido: BBC, 2002. 240min. Meio eletrônico disponível em: <[http://www.dailymotion.com/video/xltv2d\\_o-seculo-do-ego-ep-1-de-4-maquinas-da-felicidade\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/xltv2d_o-seculo-do-ego-ep-1-de-4-maquinas-da-felicidade_shortfilms)>; <[http://www.dailymotion.com/video/xluoyp\\_o-seculo-do-ego-ep-2-de-4-engenharia-do-consentimento\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/xluoyp_o-seculo-do-ego-ep-2-de-4-engenharia-do-consentimento_shortfilms)>; <[http://www.dailymotion.com/video/xlupqy\\_o-seculo-do-ego-ep-3-de-4-um-policial-dentro-de-nossas-cabecas\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/xlupqy_o-seculo-do-ego-ep-3-de-4-um-policial-dentro-de-nossas-cabecas_shortfilms)>; <[http://www.dailymotion.com/video/xluqr6\\_o-seculo-do-ego-ep-4-de-4-oito-pessoas-bebericando-vinho-em-kettering\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/xluqr6_o-seculo-do-ego-ep-4-de-4-oito-pessoas-bebericando-vinho-em-kettering_shortfilms)>.

OSÓRIO, Jaime. **Crítica de La economía vulgar**: Reproducción del capital y dependencia. Colección América Latina y El Nuevo Orden Mundial. México: Migueal Ángel Porrua, UAZ, 2004.

PALAU, Tomás. Las transnacionales del agronegocio. In: KOROL, Claudia (Org.). **Resistencias populares a la reconolización del continente**. Argentina: Centro de Investigación y Formación de los Movimientos Sociales Latinoamericanos, 2010. cap. 9, p. 215-227.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. In.: **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Dumará, 1995, cap. 1, p. 13 – 30.

PILCHER, Jeffrey M. **¡Vivan los tamales!** La comida y la construcción de la identidad mexicana. Tradução de Victoria Schussheim. México: Ediciones de la Reina Roja, S.A. de C.V. 2001. 251 p. Título original: ¡Que vivan los tamales! Food and the making of Mexican identity.

PIZARRO, Cynthia; TRPIN, Verónica. Trabajadores frutícolas y hortícolas en la Argentina: Una aproximación sócio-antropológica a las prácticas de reproducción y de resistencia de las condiciones laborables. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 199-228, set. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.es/18265264-Trabajadores-fruticolas-y-horticolos-en-la-argentina.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.



PRESTES, Claudia Alvarenga. **Os trabalhadores e a formação de uma cidade do Mato Grosso: família, vizinhança e compadrio em Sorriso**. 2010. 219 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Maria Alasia de Heredia.

PRICE, Richard. Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 293-312, June 2004. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832004000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100013&lng=en&nrm=iso). access on 02 Sept. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832004000100013>.

PROJETO GEOGRAFAR. **Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária. Luís Eduardo Magalhães - BA**. Salvador: Geografar/UFBA. 2011. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/luis\\_eduardo\\_magalhaes\\_-\\_ba.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/luis_eduardo_magalhaes_-_ba.pdf). Acesso em 11 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária. Barreiras - BA (1920 – 2006)**. Salvador: Geografar/UFBA. 2011. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/barreiras\\_-\\_ba.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/barreiras_-_ba.pdf). Acesso em 11 out. 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, jul. 2000, p. 201-246.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Post-imperialismo: para una discusión después del post-colonialismo y del multiculturalismo. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad: Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 20-34.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **O modelo euro-americano de modernização agrícola**. São Paulo: Nova Economia, vol. 2, p. 175-197, 1991.

RUMSTAIN, Ariana. **Peões no trecho: Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda. 2011.**

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, Apr. 1997. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nrm=iso). access on 21 Dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>.

\_\_\_\_\_. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, out. 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

93131997000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 set. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000200004>.

\_\_\_\_\_. La pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura. In: **Cultura e Razão prática**. Tradução de Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1979. cap. 4, p. 166-203.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Tradução de María Luisa Fuentes. 2. ed. Barcelona: editora DeBolsillo, 2013. 510 p. Título original: Orientalism.

SANTOS, Clóvis do. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e Piauí. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, nº 8, p. 229-253, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24 ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2015. 174 p.

SCHELESINGER, Sergio. Soja: o grão que segue crescendo. **Grupo de Trabalho sobre desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas**, [S.l.], Documento de Discussão n. 21, jul. 2008. Disponível em: <<http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/DP21SchlesingerJuly08.pdf>>. Acesso em: 14 ago, 2016.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **La muerte sin llanto**. Violencia y vida cotidiana en Brasil. Tradução de Mikel Aranburu. Barcelona: Editora Ariel, 1997. 567 p. Título original: Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de resistencia**. Tradução de Jorge Aguilar Mora. Tafalla: Txalaparta editoriala. 2003. 337 p. Título original: Domination and the arts of resistance. Hidden transcripts.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA. **Cotações Agrícolas**. Salvador: SEAGRI. Disponível em: <[http://www.seagri.ba.gov.br/cotacao?produto=505&praca=286429&tipo=&data\\_inicio=01%2F01%2F2016&data\\_final=20%2F10%2F2016](http://www.seagri.ba.gov.br/cotacao?produto=505&praca=286429&tipo=&data_inicio=01%2F01%2F2016&data_final=20%2F10%2F2016)>. Acesso em: 09 de out. 2016.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio, 2002.

SIEBEN, Airton; MACHADO, Carlos Augusto. Histórico e contextualização sócio-econômica e ambiental da soja (glycine max) no Brasil. **Geoambiente On-line**, [S.l.], n. 7, p. 01-18, ago. 2013. ISSN 1679-9860. Disponível em: <<http://revistas.jatai.ufg.br/geoambiente/article/view/25917>>. Acesso em: 03 set. 2016. doi:[http://dx.doi.org/10.5216/rev\\_geoambie.v0i7.25917](http://dx.doi.org/10.5216/rev_geoambie.v0i7.25917).

SILVA, Hélio R. S.. A situação etnográfica: andar e ver. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, Dec. 2009. Available from<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832009000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200008>.

SILVA, Vagner G. da. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Edusp. 2000. 200 p.

SMITH, Linda. **Decolonizing methodologies**. Research and indigenous peoples. London & New York: Editora Zed Books Ltda. 1999. 224 p.

STEDILE, João Pedro, (Org.). Tendências do capital na agricultura. In: **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19-38.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Editora Brasileira S.A., 1986. 410 p. Título original: *Coffee Planters, Workers, and Wives: Class Conflict and Gender Relations on Sao Paulo Plantations, 1850-1980*.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Indicadores municipais**. Salvador: SEI. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores\\_2919553.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2919553.pdf)>. Acesso em: 07 de out. 2016.

TAUSSIG, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. Tradução de Priscila Santos da Costa. São Paulo: Editora Unesp. 2010. 368 p. Título original: *The devil and commodity fetishism in South America*.

TEIXEIRA, Cesar P. **A construção social do “ex-bandido”**. Um estudo sobre sujeição criminal e pencialismo. 2009. 136 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Do Rio De Janeiro, 2009. Orientador: Prof. Dr. Michel Misse.

TURNER, Victor. Pasos, márgenes y pobreza: símbolos religiosos de la communitas. In: **Antropología. Lecturas**. Tradução de María Luisa Carrio e Mercedes Valles. Madrid: MacGraw Hill Editores. 1993. cap. 28, p. 517-544.

VELSEN, Jaap Van. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 345-374.

VIEIRA, Wesley Alves. O paradigma da questão agrária no estudo dos conflitos no campo. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 9., 2012, Uberlândia. Anais eletrônicos... Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/index.html](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/index.html)>. Acesso em 10 ago. 2016.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo y esclavitud**. Tradução de Traficantes de Sueños sobre la traducción de Martín Gerber. Madrid: Editora Traficantes de sueños, 2011. 314 p. Título original: *Capitalism and slavery*.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Tradução de Oswaldo Caldeira C. Da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 150 p. Título original: *Peasants*.

\_\_\_\_\_. Facing Power-Old Insights, New Questions. In: **88th annual meeting of the American.** 1989, Washington, D . C. Disponível em: <<https://www.uio.no/studier/emner/sv/sai/SOSANT1200/h11/Wolf%20sosant%201200.pdf>>